

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

13

2020 SÉRIE 3

Passados que são pouco mais de dois meses sobre a edição de um número especial de *Páginas a&b*, com os textos resultantes do VI *Workshop* de Pós-graduação em Ciência da Informação, organizado pelo GT de Ciência da Informação da SOPCOM (Sociedade Portuguesa de Ciências da Comunicação), é com grato prazer que colocamos à disposição dos leitores o número “regular” da revista, correspondente ao primeiro semestre de 2020.

Tanto o anterior como este número são volumes extensos, com uma quantidade de textos superior ao habitual, o que nos apraz registar como sinal inequívoco da produção científica na área da Ciência da Informação, maioritariamente em ambiente académico. Assinale-se que este aumento de artigos corresponde a igual incremento de submissão de textos para avaliação, o que naturalmente implica uma mais apertada seleção daqueles que são publicados, sendo a taxa de aceitação pouco superior a 50%. É devido aqui um agradecimento aos membros do Conselho Científico, a quem cabe a árdua tarefa de avaliar os textos, cumprindo os prazos curtos que lhes são dados para procederem à leitura e análise dos artigos.

O número que agora se publica é composto por dezasseis trabalhos, de temáticas diversificadas, pertinentes e atuais, como é timbre de *Páginas a&b*. Mais uma vez se regista uma preponderância de artigos provenientes do Brasil, em detrimento dos de autores nacionais, o que evidencia a (natural) desproporção de submissões entre Portugal e Brasil, que a revista recebe, particularmente desde que passou a ser editada em formato eletrónico. Reitera-se, pois, o desafio múltiplas vezes lançado aos autores portugueses, para que submetam os seus trabalhos a *Páginas a&b*.

As questões éticas são, porventura, nos tempos atuais, aquelas que devem estar nas preocupações de primeira ordem de investigadores, docentes e profissionais da informação. Diferentes perspetivas e dilemas éticos são-nos trazidos por Evangelista, Silva e Guimarães, no que toca aos códigos de conduta, por Ochôa e Pinto, no que respeita à memória e por Silva Júnior e Schneider, na relação com os estudos étnico-raciais.

Numa abordagem que não se afasta muito das questões éticas, Rossi e Valentim tratam da inflo-exclusão no Brasil e da importância dos serviços para a cidadania, num mundo globalizado.

Os textos de índole mais teórica ou que contribuem para o conhecimento do percurso histórico e epistemológico da nossa área científica têm sempre um lugar reservado em *Páginas a&b*. É o caso do artigo de Macedo e Lima, que nos conduz numa viagem pela

formação em Arquivologia no Brasil, desde que surgiram os primeiros cursos de nível universitário.

O acesso aberto, os repositórios, os portais e as plataformas colaborativas em redes digitais, as preocupações com a satisfação dos utilizadores de bases de dados e o impacto que as publicações registam, são temas que percorrem os textos que se seguem. Santos e Flores debruçam-se sobre as questões normativas na construção de repositórios arquivísticos digitais; Miguéis relata o trabalho do GT de Divulgação do RCAAP em prol da ciência aberta; Santa Anna trata dos portais de periódicos das universidades de Minas Gerais; Felipe, Medeiros e Pinho discutem o registo de imagens na plataforma Flickr e o contributo dos utilizadores para o tratamento das mesmas; Salcedo e Bezerra problematizam sobre a *findability* em ambientes digitais; Costa e Miguel focam-se na satisfação dos utilizadores, usando para o efeito a base de dados BRAPCI; Almeida e Grácio analisam o ‘fator de impacto’ como elemento a considerar na hora de publicar um artigo.

Seguidamente, temos dois textos sobre bibliotecas escolares, um campo de atuação profissional poucas vezes objeto de análise e de discussão. O trabalho de Camillo e Silva aborda um tema muito original – as atividades de fãs e *fandoms* na biblioteca escolar, alinhadas com as diretrizes da IFLA para este tipo de bibliotecas; por outro lado, Medina González dá-nos uma visão retro-prospetiva das bibliotecas escolares em Cuba, desde 1900 até 2010.

Ainda as bibliotecas, num estudo de Dumer, Pinho Neto e Albuquerque, desta feita para se equacionar a função educativa que as mesmas e os bibliotecários devem desempenhar na sociedade contemporânea. E, por último, novamente as competências profissionais, em matéria de liderança, são objeto de discussão no texto de Lion e Duarte, tendo como campo de estudo o Arquivo Público do Estado da Bahia.

A fechar, em jeito de singela homenagem, a lembrança saudosa da bibliotecária Maria Teresa Pinto Mendes, que nos deixou no início deste ano. É justíssimo evocar a sua memória, já que tanto deu à Biblioteconomia portuguesa, não só como profissional, mas sobretudo como formadora de várias gerações de técnicos, primeiro no velho Curso de Bibliotecário-Arquivista e depois no renovado Curso de Especialização em Ciências Documentais.

Em tempo de férias, mas também em estranho tempo de insegurança e vulnerabilidade, desejo a todos muita saúde e espero que o recato que se nos exige seja, de forma gratificante, acompanhado da leitura de *Páginas a&b*.

Fernanda Ribeiro

ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: uma análise de códigos de ética de arquivistas e bibliotecários*

PROFESSIONAL ETHICS IN INFORMATION SCIENCE: an analysis of archivists and librarians' ethical codes

Isadora Victorino Evangelista | Andrieli Pachu da Silva | José Augusto Chaves Guimarães

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag13a1>

Resumo: A ética, quando relacionada à atuação profissional, visa a refletir sobre os valores que guiam o comportamento de determinada categoria, encontrando materialidade em documentos como os códigos de ética ou de deontologia, aspecto que atinge os profissionais da informação, nomeadamente os arquivistas e bibliotecários, por serem profissões que possuem exercício regulamentado em muitos países, como o Brasil. Nesse sentido, buscou-se analisar e comparar os documentos em âmbito nacional e internacional desses profissionais, em aspectos relativos a seu órgão produtor, ano de criação, denominação formal e tipos de sanções previstas. Foram recuperados 50 documentos, em inglês, italiano, francês, português e espanhol, sendo 17 para arquivistas, 30 para bibliotecários e 3 para ambos. Os códigos, em sua maioria, são provenientes de conselhos ou associações profissionais, criados no decorrer das últimas quatro décadas com denominações que variam entre código de ética, código de deontologia, código de conduta, código de ética e conduta, código de prática profissional e declaração sobre ética profissional. As sanções foram encontradas em 13 documentos, o que descaracteriza os outros 37 códigos enquanto um documento regulamentador. Os resultados levam a concluir pela necessidade de estudos mais aprofundados sobre ética e deontologia nesses dois campos profissionais no momento de se elaborarem códigos dessa natureza, de modo a garantir a necessária coesão e especificidade para o exercício profissional.

Palavras-chave: Arquivologia; Biblioteconomia; Códigos de Ética; Deontologia; Ética Profissional.

Abstract: The ethics, when related to professional performance, aims to reflect on the values that guide the behavior of a certain category, finding materiality in documents such as codes of ethics or deontology, an aspect that affects information professionals, namely archivists and librarians, because they are professions that have regulated exercise in many countries, such as Brazil. In this sense, we sought to analyze and compare the documents at national and international level of these professionals, in aspects related to their producer, year of creation, formal denomination and types of sanctions foreseen. 50 documents were recovered, in English, Italian, French, Portuguese and Spanish, 17 of which are for archivists, 30 for librarians and 3 for both. Most of the codes come from professional councils or associations, created over the past four decades with names that vary between code of ethics, code of deontology, code of conduct, code of ethics and conduct, code of professional practice and statement on professional ethics. The sanctions were found in 13 documents, which mischaracterizes the other 37 codes as a regulatory document. The results lead to conclude the need for more in-depth studies on ethics and deontology in these two professional fields when elaborating codes of this nature, in order to guarantee the necessary cohesion and specificity for professional practice.

Keywords: Archival Science; Librarianship; Codes of Ethics; Deontology; Professional Ethics.

* Trabalho originalmente apresentado no X Encontro Internacional de Informação, Conhecimento e Ação (Marília, UNESP, 2018), na modalidade “pôster”.

1. Introdução

A reflexão ética no contexto informacional perpassa aspectos relativos à produção, organização e representação da informação, atingindo seu acesso e uso. Nesse contexto, arquivistas e os bibliotecários desempenham papel fundamental, enquanto profissionais da informação que, no caso do Brasil, recebem formação específica e têm seu exercício profissional regulamentado.

A ética, quando relacionada à atuação profissional, visa a refletir sobre os valores que guiam o comportamento de determinada categoria, encontrando materialidade em documentos como os códigos de ética ou de deontologia.

Os processos informacionais realizados por arquivistas e bibliotecários não são neutros, visto que a busca pelo o acesso à informação de maneira rápida e de qualidade se realiza, via de regra, por meio de processos de sua natureza intelectual, pois, ainda que se valendo de alguns instrumentos normalizados, são permeados por um certo grau de subjetividade. Desse modo, vêm à tona um conjunto de valores morais e preceitos éticos que, aliados a possíveis sanções relativas ao seu desrespeito, como elementos fundamentais ao exercício profissional, aspecto que se materializa em códigos de ética ou deontologia.

A vista disso, o presente trabalho questiona especificamente esse conjunto de documentos, em aspectos relativos à sua denominação, seu contexto de produção, e que tipos de sanções preveem para o seu descumprimento de modo a revelar, em última instância, em que medida representam a realidade em que estão inseridos.

Para tanto, foram identificados documentos dessa natureza, em âmbito nacional e internacional, os quais foram analisados e comparados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2009), buscando identificar as seguintes categorias de análise: por quem o documento foi produzido, seu ano de criação, nome atribuído e se há sanções explícitas no documento. Desse modo, parte-se de pressupostos teóricos sobre Ética e Deontologia, contextualizando-se a realidade dos arquivistas e bibliotecários em âmbito internacional e nacional sobre esses documentos para, em seguida, realizar-se a análise e comparação dos documentos, a partir de categorias relativas a sua procedência, período de criação, denominação e previsão ou não de sanções para que se possa chegar a um panorama comparativo dessa realidade.

2. Ética e Deontologia

A busca pelo bem-estar nas diferentes sociedades, ao longo da história, tem sido objeto da ética, que, pautando-se no estudo do comportamento humano a partir dos conceitos de bem e de mal, visa à coexistência em harmonia, independente de quais sejam as regras que qualificam essa boa convivência.

Concebida como ciência do comportamento moral, relacionada aos atos humanos na convivência em sociedade, a ética, como ciência, decorre do fato de possuir leis e métodos próprios, residindo na moral e nas moralidades o seu objeto (NALINI, 2004).

Como destacado, a reflexão sobre o que é bom/mau, sobre o que se deve ou não fazer, é complementada a partir da moral, que pressupõe princípios aplicáveis a determinadas

situações e é responsável por emitir julgamentos a partir do caráter de atos particulares, por meio de valores. Atuando como parte concreta da ética – que se atem a princípios universais, como os apresentados por Kant – a moral decorre de uma contextualização espaciotemporal, refletindo costumes de determinada comunidade, em uma dada época, expressão de uma determinada exigência para a ação (MALIANDI, 2004).

A moral possui profunda relação com os aspectos deontológicos da ética, na medida em que a deontologia refere-se ao conjunto de deveres decorrentes dos princípios e fundamentos do sistema moral relativo ao exercício das profissões (DICIONÁRIO, 2004).

O termo deontologia foi cunhado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham em 1834 e passou a ser usado pelos utilitaristas para identificar os estudos realizados do que se convém fazer numa determinada situação. No entanto, com o passar do tempo, esse termo passou a referir-se especificamente ao domínio profissional (SOUZA, 2002; SIROUX, 2007).

Entendida como um conjunto de regras que se expressam de maneira formal e explícita, com previsão de sanções para sua transgressão, a deontologia não pode ser igualada à ética profissional, uma vez que esta vai “além da manutenção da integridade e da coerência de uma prática” (SIROUX, 2007, p.405). Pode-se, assim, reconhecer uma natureza jurídica na deontologia, em virtude de seu caráter prescritivo e coercitivo.

Na moral, tem-se igualmente um caráter coercitivo, mas decorrente da desaprovação social, ao passo que a coerção deontológica é sancionada pelos órgãos e/ou instâncias reconhecidas pelos grupos profissionais, que preveem e aplicam sanções preestabelecidas, variando de acordo com os delitos. Assim, a sanção deontológica é “um ato de coerção socialmente organizado, isto é, determinado de forma precisa, e dirigido contra o infrator segundo um certo procedimento, por uma instância especializada à qual foi confiado esse poder” (SIROUX, 2007:405).

No contexto das profissões, especificamente para os arquivistas e bibliotecários, documentos em âmbitos nacionais e internacionais foram elaborados a fim de traçar valores e até mesmo sanções para esses profissionais.

No caso dos arquivistas, tem-se, como documento pioneiro, o código de ética, elaborado pela Society of American Archivists – SAA nos Estados Unidos, em 1955. Essa preocupação se amplia em âmbito internacional quando, em 1991 o International Council on Archives – ICA inicia os estudos para a elaboração de um documento que buscasse definir parâmetros para a atuação profissional do arquivista, o que resultou na aprovação, em 1996, no XII Congresso Internacional de Arquivos, na China, do código de ética arquivística, hoje traduzido para 24 idiomas e utilizado na íntegra por diversas associações. (ICA, 1996). No entanto, dada sua natureza abrangente e genérica apenas sinaliza a necessidade de sanções para aqueles que infringirem a conduta esperada pelo profissional, sem, no entanto, especificá-las.

Na Biblioteconomia, o Código de Ética Internacional, desenvolvido pela American Library Association (ALA), remonta ao ano de 1939, em que a associação compila princípios básicos da profissão do bibliotecário em um documento denominado *Library Bill of Rights*, baseando-se no valor da liberdade intelectual. Nos anos 60, esse código passou por uma revisão, em que é incluído ainda o valor da responsabilidade social, considerando o contexto da época, com expressivos grupos a favor das minorias (PEREZ PULIDO, 2001).

Após a década de 60, o código passou por mais duas atualizações – 1981 e 1995 – e foram compreendidos ainda valores como a lealdade à instituição, a dignificação da profissão, a formação contínua, a cooperação, o respeito às leis de copyright e propriedade intelectual, a proteção da privacidade e a confidencialidade do usuário diante do avanço tecnológico (PEREZ PULIDO, 2001).

Na América Latina, o primeiro código deontológico nacional foi o do Chile, aprovado em 1977, oito anos após o exercício de o bibliotecário ser considerado uma profissão no país. O código brasileiro foi aprovado em 1986, pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e possui um caráter inovador até então: caracteriza-se por ser um conjunto de deveres e obrigações, em que está explicitamente escrito o que não se deve fazer no desempenho de suas funções (PEREZ PULIDO, 2001).

De acordo com o *site* da International Federation of Library Associations (IFLA), em sua seção *Professional Codes of Ethics for Librarians*, há atualmente 61 códigos de ética de diferentes países todos traduzidos para o inglês ou espanhol pela instituição, além do código internacional da própria IFLA, traduzido para 20 idiomas diferentes. Segundo Perez Pulido (2001), os códigos possuem tipologicamente caráter educacional e disciplinar, centrando-se em aspectos como a formação do profissional – preocupando-se com a formação contínua; a contribuição ao avanço da profissão – com a participação em congressos e reuniões e a divulgação de pesquisas; a relação com outros colegas – respeitando outros profissionais e os tratando com cortesia e solidariedade; a dignificação da profissão – criando uma boa imagem e protegendo a reputação; e as relações com a instituição e a qualidade do serviço oferecido – garantindo a integridade e contribuindo para os objetivos da instituição.

3. Metodologia

A partir de uma revisão de literatura sobre os conceitos de Ética e Deontologia e sua importância para elaboração de códigos de ética, para garantir competência teórica para a análise dos dados recuperados, realizou-se busca pelos códigos de ética ou de deontologia dos profissionais bibliotecários e arquivistas, para compor o *corpus* de análise. Para tanto, no âmbito bibliotecário, valeu-se do *site* da IFLA, que dispõe 62 Códigos de valores profissionais, em sua maioria apresentados ou traduzidos para o inglês ou o espanhol. No âmbito arquivístico, valeu-se da listagem elaborada pela University of Groningen da Holanda, que elenca alguns códigos para o arquivista, bem como a busca nos *sites* de associações profissionais, visto como exposto anteriormente, o ICA apenas disponibiliza o código elaborado por eles em 24 idiomas diferentemente da IFLA.

Para fins de comparação e análise, foram selecionados os documentos que se apresentavam nos idiomas inglês, italiano, francês, português ou espanhol, destacando-se que, embora no *site* da IFLA, todos os códigos encontram-se traduzidos para o inglês ou espanhol, consideraram-se os códigos em seu idioma oficial, entre os supracitados.

Chegou-se, assim, a um *corpus* de 49 documentos, sendo **17 para arquivistas** (The Association of Moving Image Archivists – AMIA, Austrália, Canadá, Colômbia, Estados Unidos, Espanha, França, International Association of Sound and Audiovisual Archives – IASA, ICA, Itália, Nova Zelândia, Reino Unido e Suíça); **30 para bibliotecários** (África do Sul, Austrália, Botsuana, Brasil, Canadá, Chile, Singapura, Costa Rica, Cuba, Espanha,

Estados Unidos, Filipinas, França, Ilhas Maurícias, International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), Irlanda, Itália, Jamaica, Malásia, Malta, México, Nicarágua, Nigéria, Nova Zelândia, Panamá, Peru, Reino Unido, El Salvador, Suíça e Uruguai) e **3 para ambas as profissões** (Espanha, Portugal e Venezuela).

4. Apresentação, análise e discussão dos resultados

Na aplicação da metodologia de análise de conteúdo ao *corpus* de pesquisa, utilizou-se um conjunto de categorias que, como previstas na referida metodologia, emergiram da própria natureza dos textos analisados. Desse modo, um primeiro aspecto analisado reside no órgão ou instância produtora desses documentos.

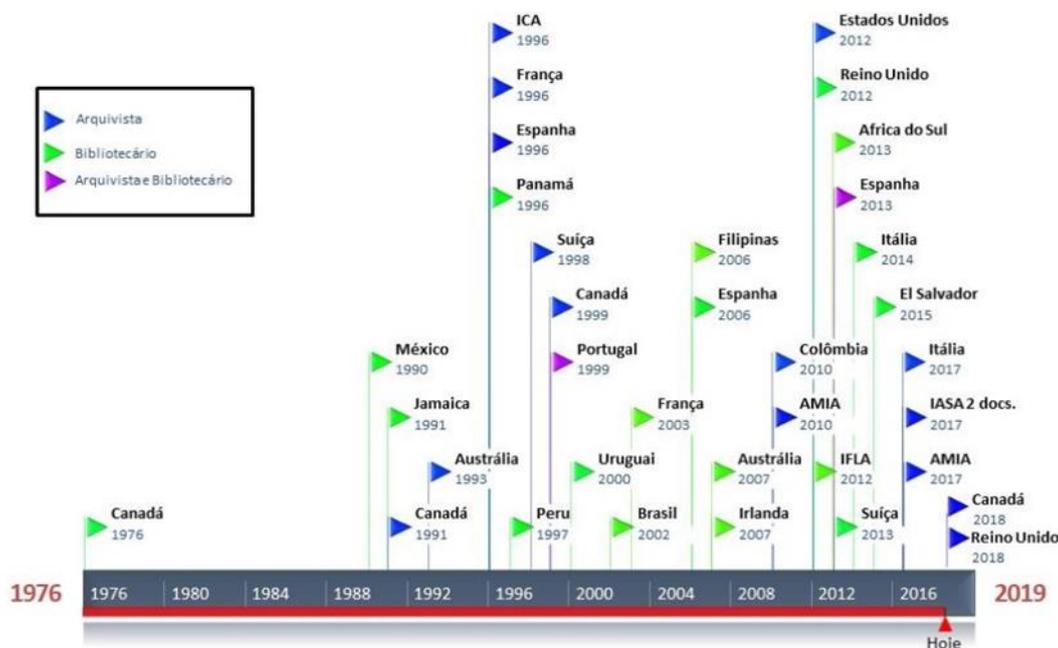
Observou-se que os produtores desses documentos são, em sua maioria, conselhos ou associações profissionais (órgãos de classe), compostos por arquivistas, por bibliotecários, ou por ambas categorias profissionais. Nesse contexto, foi possível verificar órgãos internacionais, nacionais, locais e até mesmo com especificidades temáticas, como o caso da The Association of Moving Image Archivists e da International Association of Sound and Audiovisual Archives¹. Destaca-se o fato peculiar de, nas Filipinas, o código deontológico decorrer de uma Associação Regulamentadora, terminologia distinta de todas as demais.

Um segundo aspecto analisado consistiu na época de criação desses documentos, aqui entendido do ano da versão do documento que está vigente, aspecto que pode ser observado na figura que segue.

A partir dessa linha do tempo, observa-se que uma forte maioria (35 documentos) foi gerada no período de 1976 a 2018, com a ressalva de que 14 documentos não aparecem na imagem, pelo fato de não fornecerem tal informação (Botsuana, Chile, Singapura, Costa Rica, Cuba, Estados Unidos - bibliotecários, Ilhas Maurícias, Malásia, Malta, Nicarágua, Nigéria, Nova Zelândia - ambos profissionais). Essa informação constitui elemento essencial pois reflete a realidade social em que o documento se situa no tempo. Nesse contexto, o fato de se verificarem 12 documentos gerados a partir de 2012 evidencia uma preocupação existente, na área, em estar *pari passu* com a realidade social em que se insere (recorda-se, aqui, toda a efervescência que a área sofreu a partir do ataque às torres gêmeas em Nova York, em 2011, o que gerou toda uma controvertida literatura sobre liberdade de acesso à informação e sobre a necessidade de combate ao terrorismo). Tudo isso revela a natureza eminentemente dinâmica que deve permear a existência de tais documentos.

¹ Para maiores informações sobre essas possibilidades de associações consultar o artigo de GRANGE, D. - O Valor da diversidade : uma introdução às associações profissionais no mundo. *Acervo*. 27:2 (2014) 118-134.

Fig. 1 – Linha do tempo dos documentos



Fonte: Elaborado pelos autores no software Office Timeline Free

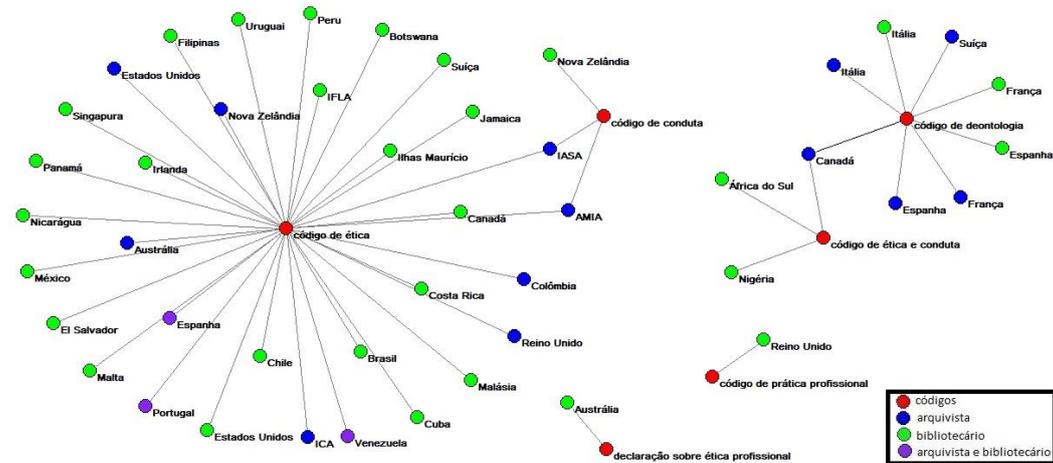
Há de se considerar aspectos como a elaboração do código do Canadá e o do México, em 1990, o que, por um lado, evidencia que essa preocupação em estabelecer uma conduta profissional não é recente, mas por outro, revela que, por mais de 40 anos, não houve atualizações ou elaborações de novos documentos.

Ainda de acordo com a linha do tempo, observamos que a partir da década de 90 houve um crescimento exponencial na elaboração e atualização desses códigos, o que pode ser justificado por conta do surgimento das novas tecnologias e a interpretação das bibliotecas e arquivos não como armazéns de documentos, mas como espaços responsáveis pelo acesso à informação e geradores de novos conhecimentos.

Um terceiro aspecto analisado residiu na denominação dada ao documento, elemento de fundamental importância na medida em que nome conferido a um documento revela o grau mais alto de representatividade de informação, pois normalmente tende a sinalizar o conteúdo ali existente, ainda mais quando pensamos em organizá-los e possibilitar seu acesso (CAMARGO, 2015). Na Fig. 2 têm-se as denominações que os documentos receberam de seus produtores.

Como se pode observar, foram identificadas seis variações de nomes: códigos de ética (33), código de deontologia (8), código de conduta (3), código de ética e conduta (4), código de prática profissional (1) e declaração sobre ética profissional (1).

Fig. 2 – Relação de termos por documento



Fonte: Elaborado pelos autores no software Pajek

A denominação *código de ética* é fortemente predominante e abrangente pois é utilizada nos idiomas inglês, português, espanhol e francês. Isso vai ao encontro da realidade profissional de outras áreas do conhecimento, que amplamente se valem dessa terminologia. No entanto, variações significativas se apresentam, como *código de deontologia*, utilizado predominantemente em espanhol, francês e italiano, e *código de conduta* e *código de ética e conduta*, em inglês. É interessante observar, no contexto do Reino Unido (e da Austrália, membro da Commonwealth), a denominação *declaração* em vez de *código*, o que revela uma tradição típica dos países com sistema jurídico do *Common Law*.

Essas variações revelam, por sua vez, diferentes escopos de abordagem, pois, por um lado, têm-se os códigos de ética com uma preocupação mais geral ao passo que um código deontológico se refere a uma realidade profissional específica. No entanto, o conteúdo desses códigos não evidencia essa diferença quanto à abrangência o que leva a acreditar que seja muito mais um equívoco terminológico do que um equívoco conceitual.

Por fim, analisou-se a presença ou não de sanções quando do desrespeito a algum preceito contido nos códigos. Esse tema é relevante pois evidencia o nível de seriedade das possíveis consequências do descumprimento das normativas expostas pelo código, punindo os responsáveis e servindo de exemplo para que outros profissionais possam atentar-se a essas falhas. Assim, pôde ser observado que apenas 13 códigos (24% do *corpus*) apresentam sanções relacionadas aos atos de infração do profissional previamente estabelecidos, sanções essas apresentadas nas modalidades de advertência por escrito, suspensão temporária e expulsão do colégio de profissionais, conforme a gravidade do ato cometido.

Reitera-se a observação anteriormente feita, relativa ao documento do ICA² que, dada sua natureza internacional, não prever sanções específicas, mas sinalizar para a necessidade de

² O código de ética do ICA é utilizado integralmente pelas associações de arquivistas da França e da Suíça.

que sejam previstas e aplicadas quando necessário, nos casos em que o profissional pratique ações contrárias ao que foi estabelecido e acordado no documento em questão.

5. Conclusão

A necessidade de estudar e discutir os conceitos sobre ética, moral e deontologia é essencial para uma categoria profissional e esse tema necessita estar materializado em documentos que evidenciem com clareza os valores a serem preservados, por serem representativos daquela categoria profissional.

O estudo evidenciou que essa questão, no que se refere a arquivistas e bibliotecários, se materializa, em diferentes países, tanto em códigos específicos para cada uma das profissões, quanto em códigos que abrangem ambas, como é o caso de Espanha, Portugal e Venezuela. Essa variação depende, por sua vez, da estrutura educacional de cada país e da maneira como concebe essas profissões em seus aspectos convergentes e diferenciadores. Assim, apesar de um crescimento considerável na elaboração desses códigos nos últimos anos, ainda há uma carência dessas regulamentações para os arquivistas.

Uma informação essencial a ser considerada reside na data de criação e das atualizações em cada código pois isso sinaliza para o contexto temporal a que aqueles valores são considerados visto que ser tema mutante por natureza, em consonância com o dinamismo inerente à realidade social, em especial pelo fato de que as unidades informacionais, como os arquivos e bibliotecas, são instituições de natureza eminentemente sociocultural.

Analisando as denominações utilizadas no *corpus*, foi possível perceber uma variação predominante entre códigos de ética e códigos de deontologia o que, por definição, sinalizaria para diferentes âmbitos de abordagem, estando a ética em um patamar mais geral, refletindo sobre os valores morais de um dado entorno enquanto a deontologia se colocaria em mais direta relação com exercícios profissionais específicos, estabelecendo condutas e sanções para o seu descumprimento. No entanto, observando-se o conteúdo e a estrutura de alguns códigos, nota-se uma confusão antes terminológica do que conceitual, pois o *corpus* analisado revelou tratar-se, em sua grande maioria, de códigos deontológicos, visto preverem normas com condutas específicas e sanções relativas ao seu descumprimento.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de intensificação de estudos de natureza terminológica e filosófica pela área, de modo a que a regulamentação do exercício profissional de arquivistas e bibliotecários tenha um embasamento mais consistente.

Por fim, e sem intenção de esgotar o assunto, sente-se a necessidade de uma maior ênfase e especificidade, por parte dos códigos, no que tange às sanções, pois são essas que asseguram o código como instrumento regulamentador e normativo, e garantem o equilíbrio e a respeitabilidade social de um dado entorno profissional.

Referências bibliográficas

BARDIN, L.

2009 *Análise de conteúdo*. Lisboa : Edições 70, 2009.

CAMARGO, A. M. de A.

2015 Sobre espécies e tipos documentais. In *SEMINÁRIO “DAR NOME AOS DOCUMENTOS: DA TEORIA À PRÁTICA, São Paulo, 2013*. São Paulo : Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

DICIONÁRIO UNESP DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

2004 *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. Org. F. S. Borba. São Paulo: UNESP, 2004.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES

1996 *Código de ética*. [Em linha]. 1996. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethics_PT.pdf.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

[20--] *Professional Codes of Ethics for librarians*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 14 ago. 2018]. Disponível em <https://www.ifla.org/faife/professional-codes-of-ethics-for-librarians>.

MALIANDI, R.

2004 *Ética : conceptos y problemas*. Buenos Aires : Biblos, 2004.

NALINI, J. R.

2004 Ética geral e profissional. *Revista dos Tribunais*. São Paulo (2004).

PEREZ PULIDO, M.

2001 Codigos de ética de los bibliotecarios y otros profesionales de la informacion : comentario y análisis comparativo. *Boletín ANABAD*. 51:3 (2001) 37-58.

SILVA, A. P. da

2016 *Aspectos éticos em organização da informação : um estudo em códigos de ética do profissional arquivista*. Marília, 2016.
Dissertação de mestrado em Ciência da Informação – UNESP.

SIROUX, D.

2017 Deontologia. In *Dicionário de ética e filosofia moral*. Org. M. Canto-Sperber. São Leopoldo : Editora Unisinos, 2007, vol.1, p. 405-406.

SOUZA, F. das. C de

2002 *Ética e deontologia : textos para profissionais atuantes em bibliotecas*. Florianópolis : UFSC; Itajaí : UNIVALI, 2002.

Isadora Victorino Evangelista | isadora.evangelista@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Andrieli Pachu da Silva | andrieli.pachu@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

José Augusto Chaves Guimarães | chaves.guimaraes@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Resumo: Este artigo apresenta os resultados finais de um estudo que reúne três gerações de bibliotecários/as num grupo de foco para debaterem as mudanças atuais dos comportamentos informacionais, nomeadamente os dilemas éticos introduzidos pelas novas temporalidades da informação na memória e morte digitais. As áreas de investigação prioritárias identificadas foram: (1) Perspetivas éticas, (2) Literacia digital, (3) Gestão de informação pessoal e (4) Espaço biográfico. As práticas de memorialização foram consideradas necessárias, especialmente as memórias digitais e o *storytelling* digital na fase *perimortem*, os *e*-obituários e a memorialização *online*. A gestão dos legados digitais foi considerada uma área de negócio emergente para a qual se considera ser necessário existir normas e curadoria de informação, enquanto garantia da integridade e da identidade digital. As interações tecnológicas anteriormente referidas assumem para este grupo um elemento de autorrepresentação da identidade digital imortal.

Palavras-chave: Comportamento informacional; Ética da informação; Memória digital; Morte digital.

Abstract: This article presents the final results of a study that brings together three generations of librarians in a focus group to discuss the current changes in informational behaviours, namely the ethical dilemmas introduced by the new information temporalities in digital memory and death. Four priority areas for research were identified: (1) Ethical perspectives, (2) Digital literacy, (3) Personal information management and (4) Biographical space. Memorialization practices were considered necessary, especially digital memories and digital storytelling in the *perimortem* phase, *e*-obituaries and online memorialization. The management of digital legacies was regarded as an emerging business area which needs to be addressed with standards and information curation, as a guarantee of integrity and digital identity. The *focus* group also considered technological interactions as an element of self-representation of immortal digital identity.

Keywords: Information behaviour; Information ethics; Digital memory; Digital death.

Introdução

Uma das áreas de investigação transdisciplinar da Ciência da Informação desenvolvida no CHAM - Centro de Humanidades¹ estuda as interações tecnológicas e a sua influência no comportamento informacional (o estudo das formas como as pessoas necessitam, procuram, usam e comunicam a informação), no desenvolvimento de competências de literacias de informação e nas práticas existentes de curadoria digital a título individual. Nesse sentido, tem sido dada especial atenção ao estudo das questões éticas da informação e às novas questões colocadas pelo alargamento temporal do espaço biográfico e memórias

¹ NOVA FCSH – Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

mediadas na morte digital de que são exemplo os estudos recentes de Ochôa e Barata (2018) sobre os/as profissionais de informação documentação ou o nosso estudo (OCHÔA e PINTO, 2019) sobre os principais temas emergentes identificados por bibliotecários/as.

As questões éticas da informação são particularmente importantes na análise da cultura da conectividade e das vulnerabilidades que provocam. Se considerarmos que as atividades *online* são atividades e experiências existenciais, nos mais variados âmbitos do quotidiano, devemos investigar os novos posicionamentos éticos na procura e criação de sentido da vida (LAGKERVIST, 2018), colocando questões como: *O que significa ser humano numa época hiperconectada onde a primazia reside nas interações?* (FLORIDI, 2014) ou *O que somos através dos dados?*

Os limites temporais da duração da interação tecnológica, como o direito a ser esquecido, a necessidade de esquecer e a necessidade de desconectar, interrompendo a permanência da comunicação nas redes sociais e optando pelo silêncio e ausência, são também objeto de questionamento (LAGKERVIST, 2018; HOSKINS, 2014).

Os limites biográficos e da memória, das suas interações e agregações numa memória em rede (HOSKINS, 2009; READING, 2011), aberta à exploração de várias formas de relembrar (Erl, 2010), constituem igualmente desafios de investigação, onde se destacam:

- A autorrepresentação escrita, visual e quantitativa usando as tecnologias (RETTBERG, 2014), enquanto tipologia digital de *biografias duráveis* (WALTER, 2015) e ilimitadas.
- O uso de dados acessíveis e móveis para narrar a vida, recolhidos por sensores vários – *Lifelogging* (SELLEN e WHITTAKER, 2010; GURRIN, SMEATON e DOHERTY, 2014), potenciador da recuperação sem limites de conteúdos, contextos e ligações.
- A reconceptualização do Humano e da pluralidade de formas de ser através do realce dado aos corpos mediáticos e às tensões entre a sua hibridização, os seus dados digitais e as identidades digitais (BOLLMER, 2013), num processo de teorização da memória mediada e de uma intensa dissolução de fronteiras biológicas, individuais, sociais, públicas e culturais (LAGKERVIST, 2016).
- A abertura do espaço biográfico ao pós-humano (HUFF, 2017) e a alternativas do Eu (BRAIDOTTI, 2013).
- O uso da memória digital mediada enquanto instrumento de autoformação (VAN DIJCK, 2007; GARDE-HANSEN, READING e HOSKINS, 2009), coesão, significado, continuidade (a *segurança existencial* – LAGKERVIST, 2016) e enquanto formação de identidades digitais sociais, múltiplas, descartáveis (SAVIN-BADEN, 2015), mas registando-se ainda um desconhecimento generalizado sobre o papel ético de cada agente informacional na *infosfera* (FLORIDI, 2011, 2013).
- As novas dimensões do sentimento de perda (SOFKA, CUPIT e GILBERT, 2012; SUMIALA, 2013), o alargamento temporal, espacial e social do luto (BRUBAKER *et al.*, 2013) e da morte, com especial destaque para a experiência da finitude *perimortem* (*experiences of endings* - LAGKERVIST,

2018) e a possibilidade e a tentação da sua suspensão (LAGKERVIST, 2014; BASSET, 2015) através da imortalidade digital. A possibilidade da continuação de uma presença digital ativa após a morte através da inteligência artificial (numa visão de “a two way immortality” segundo SAVIN-BADEN, BURDEN e TAYLOR, 2017) constitui uma nova fonte de ansiedade (BOLMER, 2013) nos diversos *stakeholders* interessados nas fases *Ante Mortem* e *Post Mortem* (GOTVED, 2014), que ancorados ou não numa religiosidade digital dão origem a comportamentos informacionais variados e a novos dilemas individuais e sociais (ZIMMER e KINDER-KURLANDA, 2017).

Por estas razões, o estudo destes dilemas éticos tem incidido na tentativa de caracterização:

- do atual sentimento existencial na comunidade (existential communitas – LAGKERVIST, 2013, 2018);
- dos usos da opção por um isolamento tecnológico (*techno-existential closure* – LAGKERVIST, 2018) em que se pretende um corte com a vida *online*;
- das formas de copresença dos/as defuntos/as, através da sua memorialização, gestão dos legados digitais e questões pós-vida (BOLLMER, 2013), presença social póstuma (BOURDELOIE e JULIER-COSTES, 2016) e imortalidade (GRAHAM, GIBBS e ACETI, 2013; BASSET, 2015).

Estas formas de uma cultura memorial *online* (CHRISTENSEN e GOTVED, 2015), desenvolvidas num *continuum* temporal de interações tecnológicas (CHRISTENSEN e SANDVIK, 2014), enquadram experiências, momentos sociais e culturais ligados à morte (HAVERINEN, 2014), necessitando de regras de conduta ética nas redes sociais (WAGNER, 2018), nos vários tipos de exposição virtual das pessoas mortas (ULGUIM, 2018) e nos crescentes negócios em torno delas (OHMAN e FLORIDI, 2018). Numa outra dimensão podem ainda assumir o medo da solidão e do esquecimento, considerado este último por alguns autores como o dilema fundamental entre lembrar e esquecer, manter ou perder, guardar ou apagar informação (VAN DIJCK, 2007; GARDE-HANSEN *et al.*, 2009; LAGKERVIST, 2013), já que os processos de memória estão dependentes da mutabilidade e obsolescência tecnológica, com implicações na preservação digital e curadoria de informação, com especial destaque para a gestão dos legados digitais (GRAY e COULTON, 2013; BASSET, 2015).

A gestão e curadoria da informação está presente também na prevenção das ameaças de *hacking* através de várias medidas para garantir a integridade da informação, desde múltiplas cópias de *back-up* a níveis de *firewalls* e autenticação (SAVIN-BADEN, BURDEN e TAYLOR, 2017).

Todas estas práticas exigem a realização de investigação transdisciplinar, abrangendo estudos sobre a morte (Tanatologia), Comunicação, Cultura, Sociologia, Psicologia e Sociologia da Religião, Teologia Digital, Antropologia, Filosofia Existencial, Medicina, Museologia, Internet, Informática e Ciência da Informação, potenciando a diversidade de abordagens no estudo dos limites éticos e temporais das práticas informacionais. Para Lagkervist (2013), estes estudos são necessários para conhecer as culturas digitais e para colocar questões sobre a liberdade e as necessidades individuais nas interações

tecnológicas e na forma como são usadas, explícita ou implicitamente, para comemoração/luto (individual ou coletivo), criação, arquivo ou curadoria da memória.

Abordagem metodológica geral

Este artigo tem, assim, como objetivo alargar a atual discussão sobre os limites e dilemas éticos da memória e da morte digital, sistematizando os resultados finais de uma investigação sobre práticas memorialistas, mudanças de comportamento informacional e interações tecnológicas de bibliotecárias e bibliotecários portugueses, realizada por uma equipa de investigadoras do CHAM – Centro de Humanidades da NOVA FCSH (2017-2018). Estiveram envolvidos/as num grupo de foco seis profissionais (três homens e três mulheres, pertencentes a três gerações na profissão – 10, 20 e 30 anos de carreira) que selecionaram e debateram áreas de investigação prioritária (OCHÔA e PINTO, 2019):

1. Perspetivas éticas – A abordagem escolhida assentou no estudo do ambiente informacional e nas interações entre pessoas, objetos, serviços e espaços, tendo sido destacado o papel das ontologias digitais, a hermenêutica digital, as dinâmicas de dados digitais (produção, circulação e uso) e a ligação aos objetos digitais.
2. Literacia digital – Os/as profissionais centraram-se no estudo das competências, atitudes e crenças como fatores determinantes para esta fase de mudança no comportamento informacional. Salientaram as competências digitais como práticas sociais.
3. Gestão de informação pessoal – Foi amplamente referida a necessidade de se estudar o modelo de Gestão Pessoal de Informação (WHITTAKER, 2011) para as atividades de aquisição, criação, armazenamento, organização, manutenção, recuperação, uso e distribuição da informação em tarefas, papéis e responsabilidades associadas ao ciclo de vida da informação e a seis categorias informacionais (Jones, 2008): a Informação controlada e possuída pelo indivíduo; a Informação sobre o indivíduo que outros possam possuir ou querer obter; a Informação direcionada ao indivíduo; a Informação enviada para o indivíduo; a Informação já experienciada pelo indivíduo; e a Informação potencialmente relevante para o Indivíduo. Uma outra sugestão foi a de dar atenção ao conceito desenvolvido por Marova (2011) - o *Thanatosensitive Information Management (TIM)* -, que reconhece a informação do indivíduo após a morte, abrangendo tudo o que estiver associado, anexado ou relacionado com as várias fases da vida (contas em redes sociais, transações financeiras, contas correio eletrónico, autoria, etc.).
4. Espaço biográfico – Caracterizado como fragmentado e fluído digitalmente, foi referida a necessidade de se investigar as novas formas biográficas, desde os *blogs*, redes sociais ou *reality shows* até ao relato de interações com animais e máquinas.

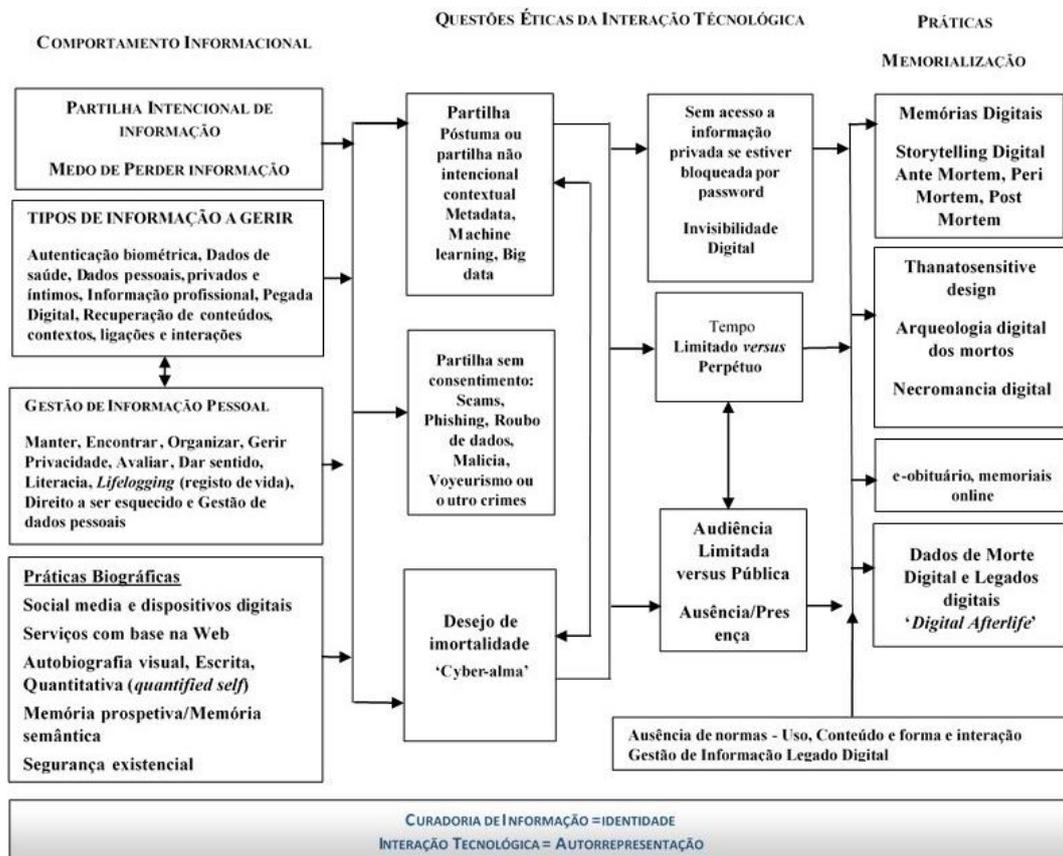
A discussão das mudanças do comportamento informacional das pessoas incidiu sobre algumas questões éticas resultantes de interações tecnológicas após a morte e ainda sem resposta legislativa a nível internacional: *O que pode acontecer se a informação pessoal*

for usurpada? O que pode acontecer quando se torna público o comportamento informacional de um indivíduo e existir difamação sobre alguém? e O que deve ser legislado para cobrir as situações em que não se encontra explícito o que conservar/divulgar após a morte?

Resultados

Adaptando a metodologia conceptual de Wilson (1999) para representar o comportamento informacional, procurou criar-se um modelo (Fig. 1) que sistematizasse e representasse as relações entre o comportamento informacional e as questões éticas apresentadas pelo grupo de foco.

Fig. 1 – Modelo comportamento informacional e novas questões éticas e temporais



Fonte: As autoras.

Numa visão de conjunto, a partilha intencional de informação e o medo de perder informação são as duas modalidades de comportamento informacional que foram apresentadas como determinantes para a existência das interações tecnológicas identificadas e respetivos problemas éticos. Constituem parte da pegada digital a informação pessoal, para a qual é necessário gerir e possuir competências de literacia de informação. Nesta dimensão assumem destaque as práticas biográficas e de gestão de

informação ao longo da vida – *lifelogging* – a par do reconhecimento de uma memória semântica para a sua recuperação. O conceito de segurança existencial, apresentado pelas investigadoras ao grupo, deu sentido àquilo que sentem ser necessário discutir no tocante às razões que levam à preservação da memória de cada pessoa.

No centro do modelo observamos os problemas éticos da usurpação da informação. Reconhecendo os perigos da intrusão da *machine learning*, *big data* e formas várias de partilha sem consentimento foi considerado que a partilha póstuma não intencional, a par da invisibilidade digital provocada pelo desconhecimento da *password* do/a defunto/a, eram os problemas mais frequentes.

As situações ligadas ao tempo (limitado *vs* perpétuo) e à exposição a audiências (restritas ou públicas) e à escolha entre estar ausente ou presente digitalmente, suscitaram divisão de opiniões, com os/as profissionais das gerações mais jovens a preferir a visibilidade digital por opção e possuindo (e achando natural) o desejo de imortalidade.

As questões religiosas foram pouco discutidas, somente surgindo o tema da ciberalma. Outros temas geraram mais debate, como a perspectiva *necromedia* e a perspectiva digital da arqueologia face às pessoas mortas.

Todos/as os/as participantes consideram as práticas de memorialização necessárias, especialmente as memórias digitais e o *storytelling* digital na fase *perimortem*, os *e-obituários* e a memorialização *online*. A gestão dos legados digitais foi considerada uma área de negócios emergente para a qual entenderam ser necessário existir normas e curadoria de informação, enquanto garantia da integridade e identidade. As interações tecnológicas anteriormente referidas assumem para este grupo, um elemento de autorrepresentação da identidade digital imortal.

Conclusão

Este estudo pretendeu colmatar a generalizada ausência de reflexão sobre os posicionamentos éticos emergentes face às atuais mudanças de comportamento informacional, interações tecnológicas e respetivos dilemas na exposição biográfica em vida e após a morte. Constitui uma primeira abordagem realizada junto de profissionais de informação, cujas narrativas e reflexões poderão ter implicações nos cursos superiores, na formação profissional, no código de ética e nos serviços a prestar para satisfazer novas necessidades de gestão de informação. Reflete ainda a importância da curadoria de informação no processo de memorialização e na gestão do legado digital, os quais deverão abranger o *continuum* de interações tecnológicas em vida e na morte digital e as respetivas implicações éticas nas fases de recolha de informação passiva, nas várias interações com sistemas de informação e pessoas, bem como na interação com o mundo físico e objetos digitais.

Finalmente, o presente estudo integra-se na atual discussão académica sobre a abrangência das temporalidades informacionais, desde o ciclo de vida da informação até aos múltiplos usos da informação durante o ciclo de vida das pessoas.

Referências bibliográficas

BASSET, D.

2015 Who wants to live forever? : living, dying and grieving in our digital society. *Social Sciences*. 4 (2015) 1.127-1.139.

BOLLMER, G. D.

2013 Millions now living will never die: cultural anxieties about the afterlife of Information. *Information Society*. 29 (2013) 142-151.

BOURDELOIE, H.; JULIER-COSTES, M.

2016 Deathlogging: social life beyond the grave: the post-mortem uses of social networking sites. In *Lifelogging digital self-tracking and lifelogging: between disruptive technology and cultural transformation*. Org. S. Selke. Berlin: Springer, 2016, p. 129-149.

BRAIDOTTI, R.

2013 *The Posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2013.

BRUBAKER, J. R.; HAYES, G. R.; DOURISH, P.

2013 Beyond the grave: facebook as a site for the expansion of death and mourning. *The Information Society*. 29 (2013) 152-163.

CHRISTENSEN, D. R.; SANDVIK, K., org.

2014 *Mediating and remediating death*. Farnham: Ashgate, 2014.

CHRISTENSEN, D. R.; GOTVED, S.

2015 Online memorial culture: an introduction. *New review of hypermedia and multimedia*. 21:1-2 (2015) 1-9.

ERLL, A.

2010 Cultural memory studies: an introduction. In *A Companion to cultural memory studies*. Org. A. Erll, A. Nünning. Berlin: De Gruyter. 2010, p.1-18.

FLORIDI, L., org.

2014 *The Online manifesto: being human in a hyperconnected era*. Berlin: Springer, 2014.

FLORIDI, L.

2013 *The Ethics of information*. Oxford: Oxford Press, 2013.

FLORIDI, L.

2011 The Construction of personal identities online. *Minds and Machines*. 21 (2011) 477-479.

GARDE-HANSEN, J.; READING, A.; HOSKINS, A., org.

2008 *Save as digital memories*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2008.

GOVTEDE, S.

2014 Research review: death online, alive and kicking! *Thanatos*. 3:1 (2014) 112-126.

GRAHAM, C.; GIBBS, M.; ACETI, L.

2013 Introduction to the special issue on the death, afterlife, and immortality of bodies and data. *The Information Society*. 29:3 (2013) 133-141.

GRAY, S. E.; COULTON, P.

2013 Living with the dead: emergent post-mortem digital curation and creation practices. In *Digital legacy and interaction*. Org. C. Maciel, V. C. Pereira. Berlin: Springer, 2013, p. 31-47.

GURRIN, C.; SMEATON, A. F.; DOHERTY, A. R

2014 Lifelogging: personal big data. *Foundations and trends® in information retrieval*. 8:1 (2014) 1-125.

HAVERINEN, A.

2014 Editorial: the digitalisation of death culture(s). *Thanatos*. 3:1 (2014) 5-8.

HOSKINS, A.

2014 The Mediatization of memory. In *Mediatization of communication*. Org. K. Lundby. Berlin: De Gruyter, 2014, p. 661-680.

HOSKINS, A.

2009 Digital network memory. In *Mediation, remediation, and the dynamics of cultural memory*. Org. A. Erll, A. Rigney. Berlin: Walter De Gruyter. 2009, p. 91-106.

HUFF, C.

2017 After auto, after bio: posthumanism and life writing. *Ajb: autobiographical studies*. 32:2(2017) 279-282.

JONES, W.

2008 *Keeping found things found: the study and practice of personal information management*. San Francisco: Morgan Kaufmann Publishers, 2008.

LAGERKVIST, A., org.

2018 *Digital existence: ontology, ethics and transcendence in digital culture*. London: Routledge, 2018.

LAGERKVIST, A.

2016 Embodiments of memory: toward an existential approach to the culture of connectivity. In *Memory unbound : tracing the dynamics of memory studies*. Org. S. Craps, L. Bond, P. Vermeulen. New York: Berghahn Books, 2016.

LAGERKVIST, A.

2013 New memory cultures and death: existential security in the digital memory ecology. *Thanatos*. 2:2 (2013) 1-17.

MAROVA, K.

2011 *Digital dying in personal information management: towards thanato sensitive information management*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

OCHÔA, P.; BARATA, P. J. S.

2018 O Direito a ser lembrado: memória e espaço biográfico na profissão de Informação - Documentação (I-D). *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. {Em linha}. Série 3, 9 (2018) 46-79. DOI: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag9a4>.

OCHÔA, P.; PINTO, L. G.

2019 Biographical space, digital death and information literacy skills: current issues. In ŠPIRANEC, S. et al. - *Information literacy in everyday life: 6th European Conference, ECIL 2018*. Berlin: Springer (2019) p. 307-316.

OHMAN, C.; FLORIDI, L.

2018 An Ethical framework for the digital afterlife industry. *Nature Human Behaviour*. 2 (2018) 318-320.

READING, A.

2011 Memory and digital media: six dynamics of the global memory field. In *On media memory: collective memory in a new media age*. Ed. M. Neiger, O. Meyers, E. Zandberg. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011, p. 241-252.

RETTBERG, J. W.

2014 *Seeing ourselves through technology: how we use selfies, blogs and wearable devices to see and shape ourselves*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

SAVIN-BADEN, M.

2015 *Rethinking learning in an age of digital fluency: is being digitally tethered a new learning nexus?* London: Routledge, 2015.

SAVIN-BADEN, M.; BURDEN, D.; TAYLOR, H.

2017 The Ethics and impact of digital immortality. *Knowledge Cultures*. 5:2 (2017) 11-29.

SELLEN A.; WHITTAKER, S.

2010 Beyond total capture: a constructive critique of lifelogging. *Commun ACM*. 53:5 (2010) 70-77.

SOFKA, C.; CUPIT, I. N.; GILBERT, K. R.

2012 *Dying, death, and grief in an online universe*. New York: Springer, 2012.

SUMIALA, J.

2013 *Media and ritual: death, community and everyday life*. London: Routledge, 2013.

VAN DIJCK, J.

2007 *Mediated memories in the digital age*. Stanford: Stanford University Press, 2007.

WAGNER, A. J. M.

2018 Do not click “like” when somebody has died: the role of norms for mourning practices in social media. *Social Media + Society*. (Jan.-Mar. 2018) 1-11.

WALTER, T.

2015 Communication, media and the dead: from the stone age to the Facebook. *Mortality*. 20 (2015) 215-232.

WILSON, T. D.

1999 Models in information behaviour research. *Journal of Documentation*. 55:3 (1999) 249-270.

WHITTAKER, S.

2011 Personal information management: from information consumption to curation. *Annual Review of Information Science and Technology*. 45 (2011) 3-62.

WHITTAKER, S. [et al.]

2012 Socio-technical lifelogging: deriving design principles for a future proof digital past. *Human-Computer Interaction*. 27: 1-2 (2012) 37-62.

ULGUIM, P.

2018 Digital remains made public: sharing the dead online and our future digital mortuary landscape. *AP: online journal in public archaeology*. 3 (2018) 153-176.

ZIMMER, M.; KINDER-KURLANDA, K., org.

2017 *Internet research ethics for the social age: new challenges, cases and contexts*. New York: Peter Lang, 2017.

Paula Ochôa | paulatelo@fcs.unl.pt

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH) / CHAM - Centro de Humanidades

Leonor Gaspar Pinto | lgpinto@sapo.pt

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH) / CHAM - Centro de Humanidades

Resumo: Objetiva explorar os caminhos possíveis pelos quais a Ética da Informação pode contribuir para o combate contra racismo no mundo digitalmente conectado. Propõe uma articulação entre a teoria decolonial e a ética intercultural da informação como dispositivos metodológicos para essa articulação. Defende a legitimidade epistemológica de seu objeto e de sua abordagem teórica, através de uma visão geral da própria história da ciência da informação, de seus inícios positivistas ao *status* atual de uma ciência social aplicada.

Palavras-chave: Ética intercultural da informação; Racismo; Teoria decolonial.

Abstract: The aim of this paper is to explore possible ways by which information ethics can contribute to combat racism in a world digitally interconnected. It proposes an articulation between decolonial theory and intercultural information ethics as a methodological device to do so. It defends the epistemological legitimacy of its object and of its theoretical approach, through an overview of information science history itself, from its positivist beginnings towards its current *status* as an applied social science.

Keywords: Intercultural information ethics; Racism; Decolonial theory.

Introdução

A Ciência da Informação (CI) é percebida hoje como uma ciência social aplicada, que cria um espaço para a discussão dos fenômenos relacionados à informação a partir da sua natureza cultural, política e econômica (ARAÚJO, 2003).

Em sua origem a CI se aproximou de um modelo positivista e funcionalista (ARAÚJO, 2003). Nascida a partir da preocupação com os problemas relativos à recuperação da informação, a área desenvolveu-se com forte influência da Documentação, de Paul Otlet, e da Biblioteconomia especializada dos E.U.A. Dessa forma,

A CI não nasce em edifícios “neutros”, ou seja, desligados de uma gramática e de uma tradição pré-definidas, mas aparece como uma sobreposição de áreas como Documentação, Bibliografia e Biblioteconomia, como uma intensificação de estudos de determinadas práticas destas áreas, como o mergulho em uma sub-tradição (SALDANHA, 2008:106).

Essa formação histórico-social do campo influi diretamente no modo como seu objeto de estudo – a informação sobre a informação, isto é, a meta informação – é abordado. Por isso, na sua gênese, a CI colocou a meta informação de cunho técnico-científico numa posição de centralidade, enfatizando os processos de representação, recuperação e acesso a essa modalidade de informação. Contudo, a própria construção do saber científico em

modelos positivistas é questionada por olhares epistemológicos de outras matrizes, como a teoria crítica ou o pós-estruturalismo, conforme os quais, a despeito de suas diferenças, o conhecimento científico deve ser situado historicamente, economicamente e politicamente. Assim, em sua perspectiva contemporânea, a CI expande a tipologia da informação que compõe o seu escopo, a partir da visão da apropriação social da informação, passando a se preocupar também com os fluxos de informação e os processos que envolvem esses fluxos na vida cotidiana.

Pensando nos fluxos de informação dentro das práticas da vida cotidiana, nos propomos a investigar a questão étnico-racial, especificamente o racismo contra a população negra. Pudemos observar que existem estudos relevantes sobre a aderência da temática étnico-racial na CI, e por consequência, o debate sobre a informação e a meta informação étnico-racial. Uma vez constatada essa interface, nosso questionamento passa da relevância e legitimidade epistêmica de se discutir temáticas étnico-raciais na CI às contribuições que a CI tem a dar para esse debate: de que instrumentos teóricos e metodológicos o campo pode dispor para a luta contra o racismo, assustadoramente frequente na realidade brasileira?

É sempre válido ressaltar que os estudos étnicos não implicam em uma ausência de disciplina ou a falta de uma atitude racional substituída pelo ativismo. Na verdade, esses estudos apresentam um novo momento na ciência, uma resposta crítica à desumanização no modo de fazer ciência a partir da linha de pensamento ontológica moderno-colonial (MALDONADO-TORRES, 2016). Maldonado-Torres (2016:78) define os estudos étnicos da seguinte maneira:

- a) investigam de forma central as dinâmicas de exclusão das formas hegemônicas de poder, ser, e conhecer [...]
- b) usam conceitos de raça, gênero, classe, e outros marcadores da diferença humana hierárquica e naturalizada [...]
- c) tomam como fonte de articulação de problemas que se plasam em variadas expressões de conhecimento e de expressão criativa, incluindo o trabalho intelectual, o trabalho artístico, a mobilização social e a vida “ordinária” de comunidades de cor e que
- d) denota uma orientação emancipatória ou decolonizadora no sentido de que estão enraizados não na atitude liberal das artes liberais cuja tendência principal é a oposição ao dogmatismo e o cultivo da tolerância frente à diversidade, senão uma atitude decolonial que busca o desmantelamento das formas de poder, ser e conhecer desumanizadoras [...]. Este tipo de atitude, de objetivo ou propósito conduz a
- e) se apropriar criticamente do uso de múltiplas disciplinas e métodos, sobretudo nas ciências humanas e nas ciências sociais, e a construir novas categorias metodológicas, formas discursivas, práticas pedagógicas e políticas e espaços institucionais que procurem expandir os espaços de emancipação, liberação e decolonização do poder, do ser e do saber.

Esses estudos apresentam novas abordagens metodológicas ao dar vozes a grupos marginalizados, não negando a subjetividade dos sujeitos que realizam a pesquisa. Vemos então a postura decolonial como uma alternativa possível de apropriação pela CI, como

uma estratégia adequada para discutir o racismo, conforme será demonstrado mais detidamente a seguir.

A visão decolonial

Decolonialidade propõe-se a discutir de forma crítica a perspectiva eurocêntrica presente nas epistemologias, ontologias e políticas latino-americanas (CAMPOS; SOUZA, 2015). Esse conceito reflete sobre as consequências da colonialidade e da modernidade, sob a qual a CI nasce, entendidas como duas faces da mesma moeda, que se instaura no mundo globalizado através da colonialidade do poder (que se manifesta na dominação econômica e política), do saber e do ser (CAMPOS e SOUZA, 2015). “Central ao projeto político-acadêmico da decolonialidade é o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, assim como as múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder” (BERNARDINO-COSTA e GROSFUGUEL, 2016:21). Complementando essa visão sobre a heterogeneidade contemporânea, Dussel (2016) situa o projeto decolonial no que ele chama de transmodernidade, na tentativa de evidenciar que diferentes culturas, embora situadas em um mesmo tempo cronológico, vivenciam diferentes momentos, o que significa que o diálogo intercultural deve ser transversal.

Para a compreensão da contemporaneidade faz-se necessário aceitar que mesmo que o período colonial (metrópole-colônia) tenha oficialmente acabado, as relações de dominação construídas durante esse período permanecem vivas, desumanas e manifestam-se pelo racismo, sexismo, xenofobia, dentre tantas outras formas de exclusão. Nesse contexto, a noção de decolonialidade tenta construir um novo paradigma, um projeto político-epistêmico para problematizar e compreender a realidade de países que foram colonizados. O projeto decolonial é a crítica ao eurocentrismo (CAMPOS e SOUZA, 2015), “é a situacionalidade geohistórica e corporificada que articula a produção do conhecimento” (RESTREPO e ROJAS, 2010:20, tradução nossa).

Para Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), a ascensão de uma teoria decolonial, em substituição a uma visão pós-colonial, constituiu na virada do século XXI uma rede de investigadores e investigadoras latino-americanos(as) que sofriram constantes tentativas de silenciamento em contexto institucional (o programa de investigação modernidade/colonialidade), dado que nesse momento ainda existe uma hegemonia do modo de pensamento eurocêntrico. O pensamento decolonial surge então dos sujeitos coloniais que se situam nas fronteiras, sejam elas físicas ou imaginárias.

“Ao evitar o paradoxal risco de colonização intelectual da teoria pós-colonial, a rede de pesquisadores da decolonialidade lançou outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina” (BERNARDINO-COSTA e GROSFUGUEL, 2016:16), buscando a construção de um conhecimento que evite falsos universalismos, como a visão já consolidada de um sistema-mundo capitalista / patriarcal / cristão / moderno / colonial / heterossexual / cisgênero europeu. Contudo, existe uma diferença que não deve ser ignorada entre o lugar epistêmico e o lugar social. Se alguém se situa socialmente no lado oprimido, não significa que pensa epistemologicamente a partir do lugar subalterno, e é aqui onde o mundo moderno tem seu maior êxito, convencendo os sujeitos situados no lugar socialmente oprimido a pensar de acordo com uma epistemologia

eurocêntrica hegemônica, que se assume como universal. Esse lugar de fala não é demarcado apenas por uma localização geopolítica, mas também por hierarquias raciais, de classe, gênero, para citar algumas, como apontado por Davis (2016) e Akotirene (2018).

A epistemologia tem sido um saber protocolar para o domínio da discursividade ocidental, situando-se em posição de autoridade (ALCOFF, 2016). Dessa forma, a epistemologia presume o direito de julgar. Como recusa a esse universalismo autoritário de construção e validação do conhecimento, pode-se entender a epistemologia decolonial como um mecanismo para lutas revolucionárias, uma epistemologia que não é apenas crítica, mas também reconstrutiva.

O conhecimento libertador, emancipatório, é construído a partir de uma atitude decolonial, que trabalha não apenas questões gerais de empobrecimento e opressão, mas pode ser compreendida pela ótica do multiculturalismo, especialmente a sistemática desautorização da perspectiva interpretativa dos oprimidos do sul global. É preciso reconhecer esses sujeitos enquanto produtores de conhecimento, capazes de narrarem suas experiências, que são, muitas vezes, vivências de exclusão (ALCOFF, 2016).

“O conceito de decolonização epistêmica e, mais amplamente, os conceitos de decolonização do ser, do poder e do saber adicionam precisões importantes para entender as formas de conhecimento com um caráter decolonizador” (MALDONADO-TORRES, 2016:76). Passamos a entender que a visão decolonial é uma forma de emancipação de sujeitos que foram deslegitimados pelo colonialismo e também no pós-colonialismo, assumindo que essa postura não põe a narração do sujeito excluído em posição de centralidade, embora o pós-colonialismo se proponha ao reconhecimento da diferença. Decolonialismo é uma forma de reconhecimento de diferentes realidades, considerando que essas realidades são situadas não só geográfica e historicamente, mas também no que diz respeito às identidades sociais, tanto as que foram criadas como as que foram silenciadas e desautorizadas epistemicamente durante o colonialismo.

Para Maldonado-Torres (2016), a decolonialidade é tanto um projeto incompleto como uma atitude. Uma consciência decolonial almeja dessegregar, dismantelar o poder, o ser e o saber construídos a partir de uma visão moderna-colonial, caracterizando um momento de mudança. Dessa forma, a questão étnico-racial deixa de ser os estudos dos outros, os não representados de forma equitativa em posições de poder na sociedade. Esse posicionamento cresce ligado aos movimentos sociais que buscam o empoderamento de grupos convertidos em minorias. Partindo do exposto, inferimos que a postura decolonial, assim como a própria discussão da temática étnico-racial, tem uma dimensão ética, sendo esse um dos espaços onde a CI pode contribuir para a luta como o racismo, a discriminação e o preconceito, mais especificamente por meio da ética intercultural da informação.

A Ética intercultural em Informação

Considerações sobre ética em informação são necessárias para se (re)pensar criticamente as mudanças advindas da ampla incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na nossa vida cotidiana. Os primeiros questionamentos sobre ética em informação partiram de debates relativos a exclusão e inclusão digital, apropriação social e cultural das TIC e proteção de dados (CAPURRO, 2005). Desde a década de 1990, a ética em informação tem composto a pauta das discussões da Organização das Nações Unidas

(ONU), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do G8 (que reúne o grupo dos chefes de Estado ou governos mais poderosos do planeta), entre outros grupos, que questionaram, durante a maior parte do tempo, principalmente questões relativas ao acesso e à qualidade da informação disseminada, o chamado “fosso” digital (BURCH, 2005; CAPURRO, 2005; 2009a; 2010). A discussão sobre o tema começa precisamente no *First International Congress on Ethical, Legal, and Societal Aspects of Digital Information*, que aconteceu no Principado do Mônaco, em 1997 (CAPURRO, 2009b). Na atualidade, as questões ético-informacionais mais prementes envolvem o problema da vigilância e da desinformação.

Entendemos a ética como um ramo da filosofia que objetiva uma reflexão sobre os fundamentos da moral (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001). Numa perspectiva complementar, de inspiração aristotélica, Schneider (2013, p. 65) destaca que em “qualquer uma das acepções que se queira, [ética] consiste na busca racional do bem viver”. Já Capurro (2009b) recorda um princípio ético básico e universal: “não faça o mal, ajude onde puder”. Esta afirmação seria uma experiência transcultural comum a todos os seres humanos, pois diz respeito à nossa consciência de um mundo comum e de estar com outros. Não se trata, assim, de um universal totalitário, mas dialético, pois não se opõe nem se impõe às particularidades de cada cultura singular, na medida em que o particular é a mediação específica entre o singular e o universal, o modo concreto como uma parte do todo se realiza de um modo único, sem com isso deixar de ser uma parte do todo.

Schneider (2016) inscreve o debate sobre a ética em dois grandes níveis de análise. O primeiro é o nível filosófico, que nos conduz a uma perspectiva dialética que busca relacionar as conceitualizações e mútuas determinações entre o universal, que designa uma meta-ética; o particular, referente aos diferentes sistemas morais; e o singular, que foca a eticidade das possíveis ações no aqui e no agora. O segundo nível é o sócio-histórico, que relaciona, em um viés mais empírico, política, cultura e economia. Os dois níveis devem ser articulados, embora a análise de cada um deva conservar sua autonomia metodológica relativa: o primeiro, em um nível maior de abstração, o segundo em um nível maior de empirismo.

Neste momento, inscrevemos a ética em informação no segundo nível, ao agregar à sua problemática as relações de poder envolvidas nas questões de produção, disseminação, acesso, apropriação e uso da informação étnico-racial. Dessa forma, a discussão sobre a ética em informação inclui ações na tentativa de preservação, promoção ou combate de alguns valores morais, objetivando o melhor para o coletivo. Capurro (2005) elenca alguns desses valores morais, a saber:

1. O conhecimento é herança e propriedade da humanidade e por isso é livre.
2. O acesso ao conhecimento deve ser livre.
3. Reduzir o fosso digital deve ser reconhecido como um objetivo político de alta prioridade.
4. Todas as pessoas têm direito a acesso ilimitado a documentos de órgãos públicos e entidades controladas publicamente.
5. Os direitos dos trabalhadores devem ser garantidos e estendidos no ambiente de trabalho articulado eletronicamente.

6. A diversidade cultural é um pré-requisito para o desenvolvimento individual e social sustentável.
7. A diversidade dos meios de comunicação e disponibilidade de informações de fontes independentes são essenciais para a manutenção de um público informado.
8. Normas técnicas abertas e formas abertas de produção técnica e de software garantem o livre desenvolvimento da infraestrutura e, portanto, formas de comunicação autodeterminadas e livres.
9. O direito à privacidade é um direito humano e é essencial para o desenvolvimento humano livre autodeterminado na sociedade do conhecimento (CAPURRO, 2005¹, tradução nossa).

A temática da ética em informação não trata, portanto, apenas de atividade intelectual, de uma reflexão sobre a moral, mas principalmente de discutir as forças transformadoras que atuam na sociedade, as formas de democratizar o acesso à informação na web, proporcionando uma mudança social virtuosa (CAPURRO, 2005). Esse acesso à informação para uma mudança na vida das pessoas, principalmente em grupos que são socialmente marginalizados, é um mecanismo facilitador para o empoderamento. O acesso a informações relevantes contribui para a quebra de ciclo de exclusão, e pode levar a uma melhoria na qualidade de vida a partir da tomada do poder (BERTH, 2018). Essa problemática hoje começa com o acesso à Internet, embora não se resume apenas a isso, especialmente se considerarmos que esse acesso à informação traz consigo a questão da hiperinformação e da desinformação, que não podem ser ignoradas na contemporaneidade.

Garcia (2010) propõe que, para que uma reflexão sobre a ética em informação seja feita, devem ser levados em consideração três pontos: o primeiro se refere ao fluxo da informação, desde a geração da ideia, passando pela disseminação até chegar ao acesso, apropriação e posteriormente ao uso desta informação, ou seja, a ética em informação deve contemplar o ciclo estendido da informação. O segundo ponto é que deve ser considerada a existência de normas de condutas éticas absolutas, o que apontamos anteriormente na visão Capurro (2009b) ao mencionar o princípio ético básico e universal, que se instrumentaliza na moral com a busca do bem viver. E o último ponto a ser levado em consideração é a autoética, que se impõe com a perda da certeza absoluta, o enfraquecimento da voz interior que aponta para o bem ou para o mal, nas contradições e nas incertezas éticas. A autocrítica passaria também por um exercício de empatia, pois essa perda de certezas começa a ocorrer com o diálogo com o outro e o reconhecimento de outros pontos de vista (2010).

Schneider (2016), por sua vez, afirma que não é possível pensar em uma ética universal que ignore a riqueza e a complexidade das diversas éticas em todo o mundo, com suas singularidades, semelhanças e contradições, embora as diferentes noções de agir eticamente apresentem pontos de convergência. Daí sua perspectiva dialética de propor a

¹ Documento eletrônico, sem paginação.

busca do elemento universal a partir desses pontos de convergência, com o cuidado necessário para que o universal não sufoque os particulares, e, inversamente, que os particulares não solapem a emergência de um universal que os acolha, numa dinâmica de mútua transformação e adaptação.

A noção de ética em informação, hoje, abrange uma grande variedade de questões ligadas ao intercâmbio e uso de informação digitais/digitalizadas (CAPURRO, 2005). O conceito de ética em informação pode também ser discutido como uma crítica à construção do ser digital que ignore as necessidades reais do ser humano em sentido global, dentro e fora das redes. Por isso é preciso questionar como o meio digital corrobora, ou até mesmo acentua, processos de exclusão informacional e social maiores.

A ética em informação também pode ser entendida como uma reflexão sobre as formas como vivemos em rede, nosso comportamento no ciberespaço (CAPURRO, 2005). É um conjunto de teorias que descreve os meios de comunicação digital e seus fluxos de informação, e lida com reflexões críticas sobre os dilemas morais no campo da informação digital, incluindo aspectos individuais, coletivos e universais (CAPURRO, 2005).

Para Capurro (2005), em síntese, a ética em informação se propõe a:

- Observar o desenvolvimento das relações morais no campo da informação e, especialmente, no campo da rede digital.
- Expõe e critica mitos informativos e analisa relações de poder que determinam o campo em questão.
- Expõe contradições ocultas em ações de poder teóricas e/ou práticas.
- Observa o desenvolvimento de concepções teóricas no campo da informação (CAPURRO, 2005, online, tradução nossa).

Nesse contexto, as TIC reconfiguram a dinâmica global do processo informacional, que inclui produção, difusão, gestão, acesso, uso da informação, cujos efeitos sociais dizem respeito à dimensão política da própria CI. Esses processos inscrevem-se em um espaço fronteiro e intrafronteiro do campo, um espaço interseccional entre ética, política e epistemologia (entendida aqui como teoria do conhecimento científico e não científico), que se propõe a ponderar sobre a pluralidade dos processos informacionais.

É preciso buscar novas normas éticas para lidar com as TIC e seus impactos no nosso modo de vida, preservando a pluralidade e almejando uma sociedade mais harmoniosa, que, ao nosso ver, deve impulsionar no campo da CI as discussões sobre a discriminação sistemática que ainda acontece com a população negra.

Considerações finais

O racismo é rigorosamente imoral, por ser baseado em falsas premissas, promover práticas estúpidas e gerar sofrimento desnecessário: sua falsidade, sua estupidez e seus efeitos perversos o tornam assim um tema importante para o debate ético. Já a promoção e o combate ao racismo em meio digital dizem particularmente respeito à ética em informação, em especial à ética intercultural em informação. Porque, no recorte que se queira, como culturas não são blocos homogêneos e monolíticos, há que se considerar hierarquias e contradições internas em culturas nacionais, em culturas científicas, em culturas pensadas em termos étnico raciais etc., bem como em todos os cruzamentos que se possa fazer entre esses recortes. Por essa razão, a ética do cuidado, elemento central da ética intercultural em informação formulada por Capurro (2009a, 2009b e 2010), é um bom caminho para a CI desenvolver pesquisas teóricas e aplicadas voltadas à informação étnico racial. Esse cuidado nos convida à desreificação do outro e de seus discursos, representações, sistemas classificatórios, nos convida a uma atitude diante da alteridade que é ao mesmo tempo de empatia, curiosidade e abertura intelectual, tríade que compõe um excelente antídoto contra o preconceito. Além disso, metodologicamente, a perspectiva da ética intercultural da informação articulada à teoria decolonial não se limita a uma atitude contemplativa, sendo igualmente práxis, por ser não só analítica, mas propositiva e combativa, nos limites de seu raio possível de ação, que são a academia e os fóruns institucionais existentes abertos ao debate, em nível regional, nacional e internacional, como no caso da Unesco. Assim, além de buscar desfazer mal entendidos interculturais derivados da ignorância e do preconceito, essa articulação revela e denuncia imperialismos culturais advindos do puro e simples abuso e objetificação do outro, de suas manifestações mais grosseiras às mais sutis.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla

2018 *O Que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila

2003 A Ciência da Informação como ciência social. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 32:3 (set./dez. 2003) 21-27. [Consult. 13 jul. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf>.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón

2016 Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*. [Em linha]. 31:1 (jan./abr. 2016) 15-24. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>.

BERTH, Joice

2018 *O Que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BURCH, Sally

2005 Sociedade da informação, sociedade do conhecimento. In *Desafios de palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação*. Coord. Alain Ambrosi, Valérie Peugeot, Daniel Pimenta. [Em linha]. Caen: C & F Éditions, 2005. [Consult. 17 jun. 2016]. Disponível em: <http://vecam.org/archives/article519.html>.

CAMPOS, Louise Rodrigues; SOUZA, Sulivan Ferreira de

2015 Educação quilombola e decolonialidade: um diálogo intercultural. In CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 12º, Curitiba, 2015 – *Anais...* [Em linha]. Curitiba: PUCPR, 2015. [Consult. 26 out. 2016]. Disponível em: <http://educere.pucpr.br/p176/anais.html?tipo=2&titulo=>.

CAPURRO, Rafael

2010 Desafios teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información: conferência inaugural. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÉTICA DA INFORMAÇÃO, 1º, João Pessoa, 2010 – *Anais...* [Em linha]. João Pessoa: UFPB, 2010. [Consult. 17 jun. 2016]. Disponível em: <http://www.capurro.de/paraiba.html>.

CAPURRO, Rafael

2009a Ética intercultural de la información. In *A Ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da Formação e do Exercício Profissional do Bibliotecário no Brasil*. Org. Henriette Ferreira Gomes, Aldinar Martins Bottentuit, Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009.

CAPURRO, Rafael

2009b Intercultural information ethics: foundations and applications. *Signo y Pensamiento*. [Em linha]. 28 (jul./dic. 2009) 66-79. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.capurro.de/jiebangkok.html>.

CAPURRO, Rafael

2005 Ética de la información: un intento de ubicación. *Revista de la Facultad de Sistemas de Información y Documentación*. [Em linha]. 1:2 (jul./dic. 2005) 87-95. [Consult. 17 jun. 2016]. Disponível em: <http://www.capurro.de/colombia.htm>.

DAVIS, Angela

2016 *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DUSSEL, Enrique

2016 Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*. [Em linha]. 31:1 (jan./abr. 2016) 51-73. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro

2002 Conferência do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação: de volta para o futuro. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 12:1 (2002). [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/13364>.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo

2001 *Dicionário básico de filosofia*. 3ª ed. Rio de Janeiro : Zahar, 2001.

MALDONADO-TORRES, Nelson

2016 Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*. [Em linha]. 31:1 (jan./abr. 2016) 75-97. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00075.pdf>.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel

2010 *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. [Em linha]. Colombia; Popayán: Universidad del Cuenca, 2010. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/documentos/Inflexion.pdf>.

SALDANHA, Gustavo Silva

2008 *Viagem aos becos e travessas da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein*. 2008. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SCHNEIDER, Marco

2016 Gramsci, Golem, Google: a marxist dialog with Rafael Capurro's Intercultural Information Ethics. In *Information cultures in the digital age: a festschrift in honor of Rafael Capurro*. Org. Matthew Kelly, Jared Bielby. [S.l.]: Springer, 2016, p. 373-383.

SCHNEIDER, Marco

2013 Ética, política e epistemologia: interfaces da informação. In *Fronteiras da Ciência da Informação*. Org. Sarita Albagli. Brasília: IBICT, 2013.

Jobson Francisco da Silva Júnior | jobsonminduim@gmail.com

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil

Marco Schneider | art68schneider@gmail.com

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil

Resumo: Este artigo propõe um debate sobre a exclusão digital a partir da observação de práticas relacionadas ao acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. Para tanto, desenvolve-se uma reflexão teórica baseada em revisão de literatura e em pesquisa de campo realizada em uma biblioteca *online*, a fim de refletir criticamente sobre o conhecimento coletivo, para assim descobrir quais são as lacunas geradas pela infoexclusão. Na segunda parte deste texto, são expostos e analisados os dados coletados por meio da pesquisa de campo. Como procedimento metodológico, inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados Scientific Electronic Library Online utilizando-se palavras-chave relacionadas à infoexclusão, o que propiciou recuperar textos com referência ao território brasileiro; posteriormente foram separados os termos-chave e analisados os motivos da exclusão digital ao qual cada texto expunha. Como resultado evidenciaram-se os principais motivos que ocasionam a exclusão digital mencionados nos textos analisados.

Palavras-chave: Apartheid; Exclusão Digital; Inclusão Digital; Literacia.

Abstract: This article proposes a debate on the digital exclusion based on the observation of practices related to the access and use of information and communication technologies in Brazil. Therefore, a theoretical reflection based on literature review and survey carried out in an online library is developed, in order to reflect critically about collective knowledge, in order to discover which are the gaps generated by info-exclusion. In the second part of this text, the data collected through survey are exposed and analysed. As a methodological procedure, a bibliographic review was initially carried out in the Scientific Electronic Library Online database using keywords related to info-exclusion, which allowed to retrieve texts with reference to the Brazilian territory; subsequently the keywords were separated and the reasons for the digital exclusion that each text exposed were analysed. As a result, the main reasons for the digital exclusion mentioned in the analysed texts were highlighted.

Keywords: Apartheid; Digital Exclusion; Digital Inclusion; Literacy.

1. Introdução

A comunicação, a ação e a informação tecnológica – textos, sons, desenhos, fotografias e vídeos gerados e distribuídos em distintos recursos tecnológicos – se constituem em uma realidade vivenciada na sociedade contemporânea. A informação perpassa todos esses elementos e nos possibilita realizar as mais diversas tarefas e atividades do nosso cotidiano (ILHARCO, 2003).

Nessa perspectiva, é urgente buscar soluções efetivas para que pessoas de diferentes segmentos sociais e regiões possuam amplo acesso à Internet, evitando assim que se crie uma classe de infoexcluídos (BRASIL, 2000).

Bucci (2009) complementa ressaltando que a desigualdade social causada pelo aumento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) resultou em uma nova e agravante divisão, a divisão digital, que cria uma nova classificação social: incluídos e excluídos digitais, baseada em aspectos relacionados ao acesso e ao manuseio de recursos digitais.

Essa nova classificação social é constituída a partir de vários fatores: sociais; políticos; econômicos; educacionais; de deficiências físicas ou cognitivas; entre outros. Um fator que merece destaque, entretanto é pouco discutido no mundo digital, se refere a facilidade ou dificuldade que as pessoas apresentam para a operação das máquinas digitais (CARVALHO, 2003).

Perante o exposto, Castells (2000) evidencia que surge um novo paradigma, o da tecnologia de informação e comunicação, cuja base se inter-relaciona ao político, econômico e social e, ao mesmo tempo, é fortemente caracterizada pelo agrupamento de inovações tecnológicas, organizacionais e administrativas.

Contudo, o intuito deste texto volta-se a refletir criticamente sobre o conhecimento coletivo, visando identificar quais são as lacunas geradas pela infoexclusão no Brasil, uma vez que se constitui em um dos desafios enfrentados pela sociedade brasileira.

2. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa foi desenvolvida inicialmente a partir de uma revisão bibliográfica, de natureza qualiquantitativa, mais especificamente na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), selecionando-se apenas textos cuja referência é o Brasil, de modo a propiciar amparo teórico para compreender o contexto nacional e, assim, atingir o objetivo pretendido.

Os textos foram recuperados na base de dados SciELO, a partir da aplicação das seguintes palavras-chave: “Internet” + “difusão do acesso as redes no Brasil” + “acesso à Internet no Brasil” + “Exclusão Digital” e “Infoexclusão”. Os textos recuperados e selecionados foram distribuídos em uma planilha elaborada no aplicativo *Microsoft Excel* contendo: Id-Artigo, Título, Assunto-chave 1, Assunto-chave 2, Assunto-chave 3 e Assunto-chave 4.

Na sequência foi feita a leitura e fichamento dos textos recuperados e selecionados, de maneira a propiciar a análise dos motivos que levam a infoexclusão no Brasil.

3. Título

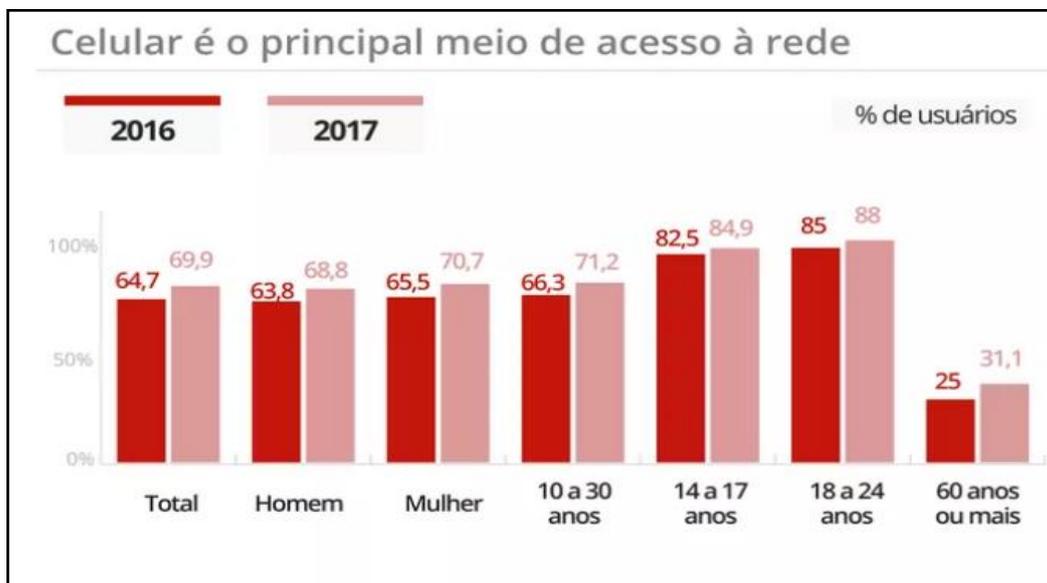
A partir da revisão de literatura foi possível identificar e analisar textos sobre a infoexclusão no Brasil. A exclusão digital, ainda, é abordada superficialmente se:

comparada ao avanço da globalização perante a grande parcela da sociedade. Dentre milhões de cidadãos, a maior parcela se encontra nos meios rurais, pois esse distanciamento da cidade evoluída acarretou uma forte exclusão. Há dados de que apenas 1,7 por cento dos produtores rurais utilizam a internet, seja em celulares ou computadores (CABRERA, SILVEIRA e SILVEIRA, 2010:7).

Em 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil contabilizou 116 milhões de pessoas conectadas à Internet, o equivalente a 64,7% da população brasileira com idade acima de 10 (dez) anos, cujos dados foram coletados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C) (SILVEIRA, 2018).

O Gráfico 1 apresenta o uso crescente da rede Internet a cada ano. Pode-se observar que a faixa etária que mais cresceu em relação ao uso se refere a pessoas que possuem 60 (sessenta) anos ou mais, ou seja o uso da tecnologia na terceira idade vem subindo significativamente.

Gráfico 1 – Uso da Internet no Brasil



Fonte: SILVEIRA, 2018.

Quadro 1 – Textos recuperados

Id	Título do Artigo
1	A abordagem cognitiva em pontos de inclusão digital em cidades da Bahia: marco teórico metodológico
2	A sociedade da informação e a infoexclusão
3	As tecnologias da informação e a exclusão digital
4	Banda larga, cultura e desenvolvimento
5	Caracterização da demanda futura de usuários da internet no brasil: uma contribuição para o desenvolvimento de políticas governamentais de inclusão digital e acesso à internet
6	De que falamos quando falamos de infoexclusão e literacia digital? Perspectivas dos nativos digitais
7	Desafios para inclusão digital no brasil
8	Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania
9	Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital de comunidades

10	O desafio da inclusão digital
11	O papel da interação humano-computador na inclusão digital
12	O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional
13	Os desafios ao desenvolvimento de um ambiente para participação política digital: o caso de uma comunidade virtual legislativa do projeto e-Democracia no Brasil
14	Práticas cotidianas de acesso às TIC: outro modo de compreender a inclusão digital
15	Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas
16	Programa um computador por aluno: o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais
17	Socialização e afetividade no processo de inclusão digital: um estudo etnográfico
18	Sociedade da informação globalização, identidade cultural e conteúdos

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2020).

Vale mencionar de que maneira foi elaborado o Quadro 1: o campo ID¹ (corresponde a identificação de cada texto recuperado, em que o ID de número 1 do Quadro 1 corresponde ao ID de número 1 do Quadro 2. Os campos assunto-chave 01, assunto-chave 02, assunto-chave 03 e assunto-chave 04 referem-se as temáticas abordadas nos textos recuperados e apresentados no Quadro 1, como por exemplo: o ID 1 do Quadro 1 ‘Textos recuperados’ corresponde ao título: “A abordagem cognitiva em pontos de inclusão digital em cidades da Bahia: marco teórico metodológico”. No Quadro 2, o ID 01 que correspondente ao ID 1 do Quadro 1, expõe os assuntos abordados no referido texto.

Quadro 2 – Assuntos abordados nos textos recuperados

ID	Assunto-chave 01	Assunto-chave 02	Assunto-chave 03	Assunto-chave 04
1	Pontos de inclusão digital em cidades do estado da Bahia	A abordagem cognitiva em pontos de inclusão digital em cidades da Bahia: marco teórico metodológico		
2	Democratizar as ferramentas tecnológicas, para que os novos recursos de comunicação e tecnologia não se transformem em um fator de aprofundamento de exclusão social	<i>Apartheid</i> digital		

¹ ID - Sigla utilizada para identificação numérica de registros em uma tabela ou quadro.

3	Debates concernentes às dimensões sociais, políticas e culturais consequentes ao seu uso, consolidadas no termo exclusão digital, referindo-se ao não uso dos recursos tecnológicos			
4	O Brasil definiu, em 2010, o seu Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)	O acesso universal, condição essencial para a consolidação de uma cultura digital, é um problema para países em desenvolvimento		
5	A Internet é atualmente uma das principais fontes de distribuição de conteúdos e serviços em ambientes abertos. O crescimento da demanda, possibilita investimentos e políticas adequadas, quer seja para seu crescimento e popularização, quer seja para inclusão digital e social			
6	As percepções dos nativos digitais sobre esta problemática, nomeadamente as suas reflexões sobre a desigualdade digital entre jovens e seniores	Literacia digital	Idadismo é a tradução portuguesa do termo inglês “ageism”, que significa uma atitude preconceituosa e discriminatória com base na idade, sobretudo em relação a pessoas mais idosas	
7	Principais limites e possibilidades que devem nortear as políticas de inclusão digital no Brasil			

8	Conceituar inclusão digital	Letramento informacional		
9	Registra e oferece à discussão a abordagem teórica e metodológica aplicada ao projeto e, ao mesmo tempo, divulga uma informação sobre a responsabilidade social da Ciência da Informação no Brasil.	Sugestão de uma metodologia para inclusão digital de comunidades		
10	O desafio que se coloca à sociedade brasileira, com relação à disseminação e utilização das tecnologias digitais de comunicação de informação	Brecha digital entre países ricos e pobres	A responsabilidade social dos profissionais da informação, qual seja, a de facilitar a comunicação do conhecimento para aqueles que dele necessitam na sociedade, contribuindo para democratizar o uso dos recursos de informação	Sociedade da Informação
11	A importância da interação humano-computador para a inclusão digital	Aborda o desenvolvimento da tecnologia digital, apresentando seus benefícios sociais e destacando preocupações com relação à exclusão digital		
12	Pesquisa no uso e nas implicações sociais das TIC pelos governos no Brasil	Governança eletrônica		
13	O Portal e-Democracia lançado em 2009 por iniciativa da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional brasileiro, foi desenvolvido com o objetivo de oferecer aos cidadãos brasileiros um instrumento para a construção compartilhada de projetos de lei	Participação política digital		

14	Debate sobre a inclusão social e digital a partir da observação de práticas relacionadas ao acesso e uso das TIC no cotidiano			
15	Este artigo pretende contribuir para a compreensão da dinâmica de inclusão e exclusão digital nos setores mais pobres da população do rio de janeiro	Procura ir além da polaridade entre os que têm e os que não têm acesso a computador e Internet enfatizando os múltiplos aspectos da exclusão digital e apresentando suas implicações para a elaboração de políticas públicas e projetos sociais.		
16	Política pública para a inclusão digital via ambiente escolar			
17	Muitas transformações sociais protagonizadas pela evolução tecnológica e a atual produção científica sobre o tema inclusão digital	A descrição do processo de aprendizagem sobre as tecnologias de informação e comunicação, a identificação de fatores que implicam no processo e a verificação dos efeitos individuais no processo de inclusão digital de adolescentes, jovens, adultos e idosos		
18	Os conteúdos informacionais nas redes eletrônicas são analisados na perspectiva de seu impacto social e da promoção da identidade cultural	Penetrabilidade e capilaridade das tecnologias de informação um dos principais indicadores de desenvolvimento da Sociedade da Informação	Pontos de acesso à Internet em bibliotecas públicas e escolares	Fomento à produção de conteúdos, seu registro e difusão nos âmbitos de governo, da sociedade pelos indivíduos, de forma a refletir as diversidades culturais e regionais, urbanas, periféricas e rurais,

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2020).

A partir da análise dos textos selecionados e da reflexão crítica sobre os assuntos abordados julgou-se essencial explicitar as definições de termos ainda pouco familiares no âmbito do senso comum. Assim, apresenta-se uma breve explicação (Quadro 3) para os termos-chave supracitados no Quadro 2.

Quadro 2 – Termos-chave

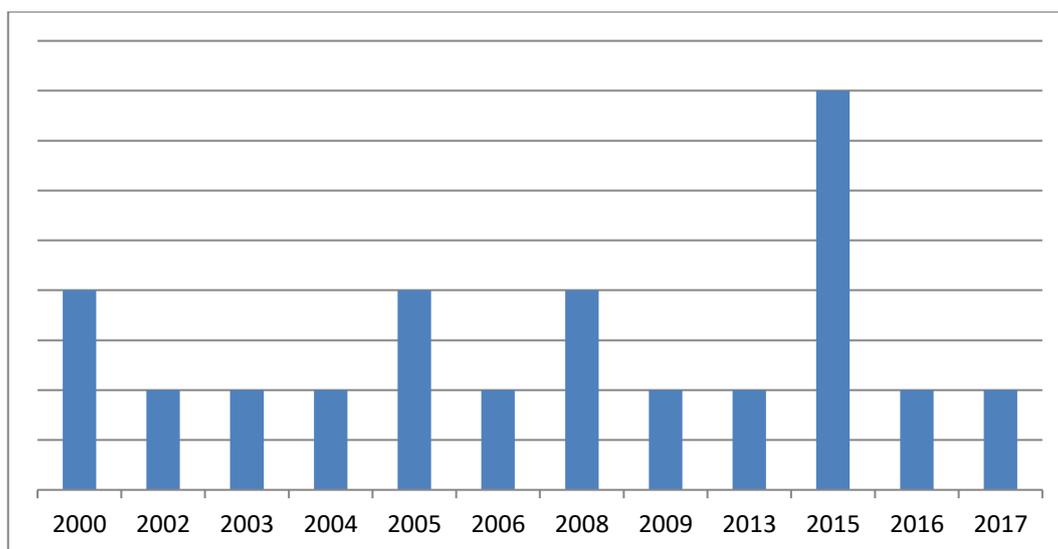
Pontos de inclusão digital	Já pontos de inclusão digital (PIDs), também denominados telecentros, “[...] são locais dotados de computadores para acesso público à internet, ou apenas para treinamento em informática” (Neves, 2009).
Democratizar as ferramentas tecnológicas	Para que os novos recursos de comunicação e tecnologia não se transformem em um fator de aprofundamento de exclusão social (Neves, 2009).
Apartheid digital	“[...] o regime do apartheid foi uma construção da elite branca para impedir o acesso dos negros a cidadania [...]. Ao se associar o termo apartheid com acesso ao mundo digital para designar a não inserção dos seres humanos às benesses das TIC” (Gonçalves, 2011).
Literacia digital	“O direito à alfabetização digital é um novo aspecto do direito à educação, levando em conta, no entanto, que a educação digital deve ser estendida a todas as idades para não deixar ninguém de fora: idosos, adultos e crianças. [...] propõe uma perspectiva assente na ideia de que a aquisição de competências tecnológicas reflete a forma mais básica e rudimentar de literacia digital” (Roberto; Fidalgo; Buckinham, 2015).
Nativo Digital	“Crianças e jovens que crescem ao mesmo ritmo que a tecnologia” (Roberto; Fidalgo; Buckinham, 2015).

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2020).

4. Análise, discussão e apresentação dos resultados

Apresentar-se-á a evolução da produção de textos acadêmicos-científicos recuperados na base de dados SciELO, conforme descrito nos procedimentos metodológicos, observando a data de publicação. O Gráfico 2 evidencia que, a partir do ano de 2000, há vários textos publicados sobre a temática pesquisada.

Gráfico 2 – Evolução da produção acadêmica sobre a temática pesquisada



Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2020).

Como se pode observar no Gráfico 2, a década de 2000 publicou a maior parte dos textos acadêmicos-científicos sobre o tema ‘infoexclusão’ ou ‘inclusão digital’, cujo ápice ocorreu nos anos de 2000, 2005 e 2008, somando um total de 11 (onze) textos. Na década de 2010 houve uma queda em relação a publicação de textos sobre o tema, apenas 7 (sete), contudo apresenta um significativo ápice em 2015.

Com base no levantamento de dados e da análise realizada, percebe-se uma diminuição da produção acadêmico-científico sobre infoexclusão, indicando a necessidade de avançar e propiciar novas discussões sobre o assunto. Nesse intuito, torna-se necessário a geração de pesquisas que possibilitem a produção de novos textos, enfocando aspectos ainda pouco explorados sobre a infoexclusão no Brasil.

A Fig. 1 apresenta os motivos que levam a infoexclusão no País, a partir da análise da produção bibliográfica recuperada e analisada, evidenciando 5 (cinco) motivos.

Fig. 1 – Motivos da infoexclusão no Brasil



Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2020).

Legenda da Fig. 1

01	Um fator de dificuldade para o usuário inexperiente é o desenho das telas de apresentação e a estruturação das páginas, muitas vezes pressupondo uma certa familiaridade com ambiente computacionais mais sofisticados.
02	As informações geradas atualmente estão, cada vez mais, sendo armazenadas em formato digital. Um exemplo são os livros em formato digital disponibilizados na Internet, denominados de <i>e-books</i> , que não necessitam do papel como mídia para sua visualização.
03	Propõe uma perspectiva na aquisição de competências tecnológicas, em que a educação digital deve ser estendida a todas as idades para não deixar nenhum tipo de pessoa de fora: idosos, adultos e crianças.
04	Distribuição desigual do acesso a computadores e a rede Internet.
05	Falta de investimento em políticas adequadas para o uso das TIC, quer seja para seu crescimento e popularização, quer seja para inclusão digital e social.
06	Falta de programas que promovam a inclusão social.

5. Considerações finais

O mundo globalizado exige cada vez mais que as pessoas tragam para o seu dia a dia ferramentas tecnológicas, porém devido a alguns empecilhos como: dificuldade em manuseio de aparelhos eletrônicos, problemas de infraestrutura, diferenças socioeconômicas, entre outros, gera uma classe de pessoas denominadas de infoexcluídas.

Nessa perspectiva, é essencial amenizar o crescimento desta categoria de pessoas, assim torna-se fundamental promover ações que promovam a competência em informação e midiática, desde a infância, bem como proporcionar aos educadores que atuam em contexto escolar, capacidades informacionais e midiáticas que amenizem essas diferenças. Dotar as crianças da capacidade de buscar informações, de manipular equipamentos eletrônicos e mídias digitais para que sejam autônomas e, assim, seja possível reduzir o grupo de pessoas que pertencem a classe denominada infoexcluída. A sociedade contemporânea prescinde de mais e melhor acesso à informação, de maneira que possam se transformar em cidadãos críticos e reflexivos.

Com base nos dados obtidos, evidencia-se que desde o ano 2000 até o presente momento surgiram importantes avanços tecnológicos, que contribuíram para a redução da exclusão digital. Isso se deve à existência de uma disparidade entre as supostas necessidades e desejos de grupos sociais, que pautam algumas iniciativas e experiências concretas de apropriações pelos receptores finais das iniciativas de inclusão digital.

Sugere-se que investigadores especializados possam proporcionar mais reflexões voltadas para o público, que por algum motivo não possui acesso à tecnologia e, assim, desenvolver estratégias para fortalecer as competências e habilidades em informação.

Referências bibliográficas

BAGGIO, R.

2000 A Sociedade da informação e a infoexclusão. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 29:2 (maio/ago. 2000) 16-21. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a03v29n2>.

BOLAÑO, C. R. S.; REIS, D. A.

2015 Banda larga, cultura e desenvolvimento. *Nova Economia*. [Em linha]. 25:2 (maio/ago. 2015) 387-402. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v25n2/1980-5381-neco-25-02-00387.pdf>.

BOLZAN, L. M.; LÖBLER, M. L.

2016 Socialização e afetividade no processo de inclusão digital um estudo etnográfico. *O&S*. [Em linha]. 23:76 (jan./mar. 2016) 130-149. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v23n76/1413-585X-osoc-23-76-0130.pdf>.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia

2000 *Sociedade da Informação no Brasil : Livro Verde*. Brasília : [M. C. T.], 2000.

BUCCI, E.

2009 *Cultura digital.br*. In SAVAZONI, R.; COHN, S. - *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

CABRERA, L. C.; SILVEIRA, A. C. M. da; SILVEIRA, V. C. P.

2010 Tecnologias de informação e comunicação : o caso de sistema de alerta. In CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48º, Santa Maria, 2010 - *Anais*. [S. l. : s. n.], 2010.

CARVALHO, J. O. F. de

2003 O Papel da interação humano-computador na inclusão digital. *Transinformação*. [Em linha]. 15:nº especial (set./dez. 2003) 75-89. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v15nspe/04.pdf>.

CASTELLS, M.

2000 *A Sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

COGO, D.; DUTRA-BRINGNOL, L.; FRAGOSO, S.

2015 Práticas cotidianas de acesso às TIC, outro modo de compreender a inclusão digital. *Palavra Chave*. [Em linha]. 18:1 (mar. 2015) 156-183. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/pacla/v18n1/v18n1a07.pdf>.

COSTA, P.; BIANCHINI, D.

2008 Caracterização da demanda futura de usuários da Internet no Brasil : uma contribuição para o desenvolvimento de políticas governamentais de inclusão digital e acesso à Internet. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*. [Em linha]. 5:1 (2008) 135-162. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jistm/v5n1/08.pdf>.

CUNHA, M. A. V. C. da; MIRANDA, P. R. de M.

2017 O Uso de TIC pelos governos : uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. *O&S*. [Em linha]. 20:66 (jul./set. 2013) 543-566. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v20n66/10.pdf>.

ECHALAR, A. D. L. F.; PEIXOTO, J.

Programa Um Computador por Aluno : o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais. *Ensaio : avaliação de Políticas Públicas em Educação*. [Em linha]. 25:95 (abr./jun. 2017) 393-413. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n95/1809-4465-ensaio-So104-40362017002501155.pdf>.

FREIRE, I. M.

2006 Janelas da cultura local abrindo oportunidades para inclusão digital de comunidades. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 35:3 (set./dez. 2006) 227-235. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a22.pdf>.

FREIRE, I. M.

2004 O Desafio da inclusão digital. *Transinformação*. [Em linha]. 16:2 (maio/ago. 2004) 189-194. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v16n2/06.pdf>.

FREITAS, C. S.; LIMA, F. L.; LIMA, F. Q.

2015 Os Desafios ao desenvolvimento de um ambiente para participação política digital : o caso de uma comunidade virtual legislativa do projeto e-Democracia no Brasil. *O&S*. [Em linha]. 22:75 (out./dez. 2015) 639-658. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v22n75/1413-585X-osoc-22-75-0639.pdf>.

GONÇALVES, V. H. P.

2011 *Inclusão digital como direito fundamental*. [Em linha]. 2011. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-30102012-092412/publico/VICTOR_HUGO_PEREIRA_GONCALVES_dissertacao_USP.pdf
Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo.

ILHARCO, F.

2003 *Filosofia da informação : uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Lisboa : Universidade Católica, 2003.

LUCAS, C. R.

2002 As Tecnologias da informação e a exclusão digital. *Transinformação*. [Em linha]. 14:2 (jul./dez. 2002) 159-165. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v14n2/05.pdf>.

NEVES, B. C.

2009 A Abordagem cognitiva em pontos de inclusão digital em cidades da Bahia : marco teórico-metodológico. *Información, Cultura y Sociedad*. [Em linha]. 1 (2009) 31-49. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/ics/article/view/91/6>.

ROBERTO, M. S.; FIDALGO, A.; BUCKINHAM, D.

2015 De que falamos quando falamos de infoexclusão e literacia digital : perspectivas dos nativos digitais. *Observatório (OBS*) Journal*. [Em linha]. 9:1 (2015) 43-54. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/819/698>.

SILVA, H. [et al.]

2005 Inclusão digital e educação para a competência informacional : uma questão de ética e cidadania. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 34:1 (jan./abr. 2005) 28-36. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>.

SILVEIRA, D.

2018 Brasil ganha 10 milhões de internautas em 1 ano, aponta IBGE. *G1. Economia, Tecnologia*. [Em linha]. (20 dez. 2018). [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/12/20/numero-de-internautas-cresce-em-cerca-de-10-milhoes-em-um-ano-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>.

SORJ, B.; GUEDES, L. E.

2005 Exclusão digital : problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos Estudos*. [Em linha]. 72 (jul. 2005) 101-117. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n72/a06n72.pdf>.

TEIXEIRA, A. C.

2001 *Internet e democratização do conhecimento : repensando o processo de exclusão social*. [Em linha]. 2001. [Consult. 30 mar. 2020]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cedcis/LivroAdrianoCanabarro.pdf>.
Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo.

Ricardo Costa Rossi | riccarossi@gmail.com

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Marta Lígia Pomim Valentim | valentim@valentim.pro.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

FORMAÇÕES HISTÓRICAS DA TEORIA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL: uma revisão a partir do surgimento dos cursos de bacharelado em Arquivologia

HISTORICAL FORMATIONS OF ARCHIVAL THEORY IN BRAZIL: a review based on the
emergence of bachelor programmes in Archivology

Iago Mendes Macedo | Gillian Leandro de Queiroga Lima

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag13a5>

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama acerca das formações históricas da teoria arquivística no Brasil, a partir da criação dos cursos de Arquivologia. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, onde foram adotados os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de levantamento. Os resultados apontam para: as possíveis formações históricas que determinaram a construção do campo arquivístico no Brasil, apresentam as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação; as determinações políticas na organização da Arquivologia em sua fase acadêmico-institucional; e demonstram o protagonismo do Arquivo Nacional do Brasil, bem como as iniciativas da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Conclui-se que o campo político e as relações de poder que o constituem determinaram o modo de organização do conhecimento arquivístico no Brasil.

Palavras-chave: Cursos de Arquivologia; História da Arquivologia, História dos Arquivos.

Abstract: This article aims to present an overview of the historical formations of archival theory in Brazil from the creation of Archivology programmes. The research is characterized as qualitative and quantitative, where the following procedures were adopted: bibliographic survey, documentary research and survey research. The results point to: the possible historical formations that determined the construction of the archival field in Brazil, presenting the relations between Archivology and Information Science; political determinations in the organization of Archivology in its academic-institutional phase; and demonstrate the role of the National Archives of Brazil, as well as the initiatives of the Association of Brazilian Archivists (AAB). It is concluded that the political field and the power relations that constitute it determined the way of organizing archival knowledge in Brazil.

Keywords: Archivology programmes; History of Archivology; History of Archives.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama acerca das formações históricas da teoria arquivística no Brasil a partir da criação dos cursos de Arquivologia. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica na plataforma online “Portal de Periódicos da CAPES” no intuito de identificar o arcabouço teórico capaz de oferecer subsídios à pesquisa, a qual é resultado de uma revisão bibliográfica desenvolvida no âmbito do projeto intitulado *As formações discursivas do saber arquivístico a partir do surgimento dos cursos de Arquivologia no Brasil*, com apoio do Programa Permanecer 2019, no âmbito da Universidade Federal da Bahia.

No âmbito do pensamento filosófico, a partir do século XIX e XX, a teoria do conhecimento passa a tratar sobre as formas e a validade do saber científico. Esta reflexão filosófica acerca da “racionalidade, conhecimentos, métodos e, mesmo, verdades” do pensamento científico propiciou o desenvolvimento da ciência moderna. Segundo Matos (2012), compreender o modo como o conhecimento de determinada área se estrutura, bem como se dá a sua organização e transformações é de extrema importância para o seu aperfeiçoamento.

Assim, Matos (2012) considera que o conhecimento arquivístico deixa de ser aleatório e casuístico à medida que passa a ser objeto de sua própria reflexão e autocrítica.

Nesse sentido, nota-se que os textos selecionados para revisão na pesquisa bibliográfica adotam uma concepção da Arquivologia como uma área do conhecimento humano dotada de saber teórico-prático, estruturado e organizado, e que tem como objeto de estudo o *documento de arquivo*. Constata-se também que a publicação do *Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses*, em 1898, é um dos marcos inaugurais que atribui à Arquivologia um conhecimento orgânico estruturado. Embora não haja na obra a intenção de construir um campo do conhecimento científico, o manual “examina os elementos essenciais para a configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais quanto das conjunturas históricas e geográficas” (MATOS, 2012:22).

No âmbito da Arquivologia, o termo “arquivo” é considerado um conceito central (MATOS, 2012). Desse modo, de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL, 2005:27), o termo “arquivo” pode referir-se tanto à “instituição [...] que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” quanto ao “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

No que diz respeito ao arquivo enquanto instituição, a primeira Instituição Arquivística que determina os moldes dos arquivos públicos modernos é o Arquivo Nacional da França, criado em 1789, “primeiramente como Arquivo da Assembleia Nacional e depois transformado, em 24 de junho de 1794, no estabelecimento central dos arquivos do Estado [...]” (FONSECA, 2005:39, MATOS, 2012:26). Nesse sentido, Matos (2012:26) aponta que a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história dos Estados Nacionais, pois, a partir da concepção de Estado Nação, há o estabelecimento da instituição arquivística “como órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública”.

A análise dos resultados aponta ainda para a influência de técnicas e teorias francesas na construção do campo teórico arquivístico brasileiro, com a vinda, em 1959, do arquivista francês Henri Baullier de Branche, diretor dos Arquivos de Sarthe, em Le Mans, França. (ESTEVÃO e FONSECA, 2010; ARAÚJO e TANUS, 2013; MARQUES e RODRIGUES, 2008; MARQUES *et. al.*, 2018); bem como a influência do pensamento arquivístico norte-americano, com a vinda ao Brasil do arquivista estadunidense Theodore Roosevelt Schellenberg, vinculado à American University e considerado o “pai da Arquivologia Americana” (FONSECA, 2005; ARAÚJO e TANUS, 2013).

2. Metodologia

Esta pesquisa é caracterizada quanto aos seus objetivos como qualitativa e quantitativa. Utilizou-se dos procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de levantamento.

A pesquisa de levantamento bibliográfico foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, onde foram pesquisados (em agosto de 2019) simultaneamente os seguintes termos:

“criação”, “cursos” e “arquivologia”. A pesquisa apresentou 102 (cento e dois) resultados, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Pesquisa bibliográfica

Plataforma Consultada	Termos Pesquisados	Período da pesquisa	Filtros aplicados à pesquisa	Quantidade de resultados	Quantidade de artigos pré-selecionados (após leitura do resumo)
Portal de Periódicos CAPES/MEC	Criação AND Cursos AND Arquivologia	Agosto/2019	Artigos	102	10

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a realização da leitura dos resumos dos artigos apresentados no levantamento bibliográfico, foram pré-selecionados para leitura sistematizada e produção de fichamentos 10 (dez) artigos, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Descrição dos artigos selecionados

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES(AS)	REVISTA	DATA DE PUBLICAÇÃO
Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil : marcos históricos e contextos singulares	Angelica Alves da Cunha Marques, Georgete Medleg Rodrigues, Christine Nougaret	<i>Revista Brasileira de História</i> , 38:78, 17-38	1 jul. 2018
A Construção do “campo científico” da arquivística no Brasil : debates iniciais e marcos temporais	Georgete Medleg Rodrigues, Angelica Alves da Cunha Marques	<i>Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação</i> , 1:1	1 abr. 2011
Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil	Fernanda Martendal, Eva da Silva, Elizete Vitorino	<i>Em Questão</i> , 23:3, 53-78	set.-dez. 2017

Determinações políticas na produção científica da Ciência da Informação do Brasil : impacto da Tabela de Áreas de Conhecimento (TAC) do CNPq	Rodrigo de Sales, Eduardo Ismael Murguia	<i>Scire</i> , 21:1, 27-35	2015
Dinâmica das ações de informação no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais	Isa Maria Freire	<i>Prisma.com</i> , 35, 3-22	2017
Avaliação & Perspectivas da Ciência da Informação e da Arquivologia no Brasil : reflexões em movimento	Angelica Marques	<i>Em Questão</i> , 23:1, 183-201	jan.-abr. 2017
Arquivologia e Ciência da Informação : de mãos dadas?	Angelica Alves da Cunha Marques, Georgete Medleg Rodrigues, Christine Nougaret	<i>Informação & Sociedade</i> , 26:3	2016
Arquivista como protagonista nos eventos científicos : uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil	Katia Isabelli Melo	<i>Páginas a&b</i> , série 3, 10, 71-91	2018
Ser e não ser : as relações históricas entre Arquivologia e Ciência da Informação	Renato Pinto Venancio	<i>Brazilian Journal of Information Science</i> , 11:4	2017
Arquivologia e Ciência da Informação : submissão ou interlocução?	Angélica Alves da Cunha Marques	<i>Brazilian Journal of Information Science</i> , 11:4	2017

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nos fichamentos produzidos por meio da leitura dos artigos selecionados e também da leitura de outras fontes bibliográficas relacionadas ao objeto de pesquisa foram definidas, para análise e discussão dos resultados, as seguintes categorias operacionais: História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil; O Arquivo Nacional do Brasil: influências históricas; A construção do Campo Científico da Arquivologia no Brasil; Políticas (Legislação): LDB e Áreas do Conhecimento; Arquivologia e Ciência da Informação; e, por fim, O profissional Arquivista.

3. Análise e discussão dos resultados

A seguir é apresentada a análise e discussão dos resultados da pesquisa de levantamento bibliográfico com base nas categorias de análise definidas após a leitura e fichamentos dos textos selecionados.

3.1. História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil

O desenvolvimento da prática e das teorias arquivísticas esteve inicialmente atrelado à criação dos Arquivos Públicos Nacionais. Nesta perspectiva, o marco inicial da história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil foi a criação do Arquivo Nacional brasileiro, em 1838, denominado na época de Arquivo Público do Império (MARQUES e RODRIGUES, 2008; TANUS e ARAÚJO, 2013; MARQUES *et al.*, 2018).

Tanus e Araújo (2013) consideram que a criação do Arquivo Nacional brasileiro está ligada à transferência da Família real para a colônia portuguesa, em 1808, pois trouxeram consigo

[...] parte da corte e seus pertences: documentos, mapas, moedas, estampas, manuscritos, livros, objetos de arte, entre outros, distribuídos em vários navios, [o que] apressou o processo de constituição dos espaços nacionais, como Arquivo, Biblioteca e Museu, os quais seriam responsáveis pela organização, armazenamento e preservação dos documentos oficiais (TANUS e ARAÚJO, 2013:84).

Marques e Rodrigues (2008) apresentam uma análise da construção histórica da arquivística no Brasil, desde a criação dos primeiros cursos técnicos ministrados pelo Arquivo Nacional até à conquista do espaço universitário, com a criação dos primeiros cursos de nível superior. Para tanto, recorrem à análise de documentos de arquivo pertencentes ao Fundo do Arquivo Nacional, que são complementados com pesquisa bibliográfica e entrevistas com pessoas que participaram do processo de criação e implantação do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília e com a atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Conforme Marques e Rodrigues (2008), como resultado da preocupação do Arquivo Nacional (AN) em proporcionar uma formação especializada de seus funcionários, foi criado, no ano de 1911, por meio do Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro, o Curso de Diplomática com a finalidade de “proporcionar cultura prática e theorica [sic], aos que se destinarem às funções especiais dos cargos desse estabelecimento” (MARQUES e RODRIGUES, 2008:105).

Já em 1922, através do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto, foi criado um *Curso Técnico*, o qual era comum à Biblioteca Nacional (BN), ao Museu Histórico Nacional (MHN) e ao Arquivo Nacional (AN), e, assim como os cursos técnicos dos arquivos europeus da época, “exigia dos candidatos uma preparação para trabalhar, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos” (MARQUES; RODRIGUES, 2008:105).

Contudo, Tanus e Araújo (2013) apontam que o Decreto que instituiu a criação do *Curso Técnico*, com duração de dois anos, o qual não chegou a entrar em funcionamento por diversas razões administrativas, marcou o fim do Curso de Diplomática. Considerando, deste modo, que o primeiro curso da área de Arquivologia no Brasil, voltado ao ensino regular, foi o Curso Permanente de Arquivos, criado em 1960. Anteriormente a esta data

[...] os profissionais do Arquivo Nacional e de outros arquivos contavam com cursos de formações esporádicas, promovidos pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT/SP), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Departamento do Serviço Público (DASP) (TANUS e ARAÚJO, 2013:84).

Estes cursos possuíram um importante destaque na construção de parâmetros para a organização dos documentos em diversos arquivos do território nacional, inclusive na importação do modelo norte-americano que privilegiava a gestão de documentos. Nesta perspectiva, a trajetória tanto dos arquivos quanto dos cursos de Arquivologia no Brasil é marcada inicialmente pelas iniciativas do Arquivo Nacional, de modo que se torna difícil falar da trajetória arquivística brasileira sem falar da própria história do Arquivo Nacional (TANUS e ARAÚJO, 2013:85).

Em outro momento, Santos (2018) apresenta uma análise da história da arquivologia e dos arquivos no Brasil durante o século XX, mais especificamente do seu processo de institucionalização, a fim de compreender a trajetória histórica dos arquivos durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas. A análise de Santos (2018) apresenta como marcos cronológicos a criação da Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeira em 1935, o fim do Estado Novo e a saída de Luiz Simões Lopes da Presidência do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), ambos em 1945. Santos (2018) utiliza como principal fonte de pesquisa os documentos do fundo DASP depositado no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

Santos (2018), considera que a reforma administrativa proposta pelo então presidente Vargas é iniciada em 1935, com a criação da Comissão Mista de Reforma Econômico-Financeira. No ano seguinte é criada a Comissão de Reajustamento, sob a presidência do engenheiro agrônomo Luiz Simões Lopes, responsável pela elaboração do primeiro plano de classificação de cargos do governo federal baseado no sistema de mérito, o qual veio a tornar-se projeto de lei e, posteriormente, resultado na criação do Conselho Federal de Serviço Público Civil (CFSPC), em 1936, visando a “reconstrução do arcabouço da administração pública sob novas e sólidas bases, dotando-a de uma estrutura racional e seguras normas de funcionamento” (SANTOS, 2018:124).

Em 1937 é outorgada pelo presidente Getúlio Vargas uma nova constituição, a qual previa em seu artigo nº 67 a criação, através de decreto, de um Departamento Administrativo, subordinado ao presidente da república e com atribuição nas áreas de organização, métodos e execução orçamentária, que posteriormente foram ampliadas de modo a abranger também os objetivos e atribuições do CFSPC e da Comissão Permanente de Padronização. Desse modo, é criado em 30 de junho de 1938, através do Decreto-Lei nº 579, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Sob a direção de Luiz Simões Lopes o departamento buscou centralizar a reforma administrativa do funcionalismo público, “introduzindo critérios modernos de recrutamento e promoção que elegiam o mérito como a qualificação básica”, além de ter desempenhado um conjunto de funções normativas, de controle e operativas na administração de pessoal (SANTOS, 2018:125-126).

Nesse sentido, Santos (2018:130), aponta que a “organização e administração de arquivos” e “biblioteconomia” aparecem ao lado de “organização e administração de escritório”, o que demonstra que as “bibliotecas” e os “serviços de documentação” não ocuparam um lugar

central no novo “sistema”, mas eram compreendidas como “atividades auxiliares da administração”.

Evidencia-se este lugar dos arquivos ocupado na agenda da reforma administrativa, conduzida pelo DASP, através da Exposição de Motivos encaminhada ao presidente da República, em 3 de março de 1943, por Luiz Simões Lopes, o qual solicita a inclusão das atividades auxiliares da administração nas “Instruções” para execução do Decreto-Lei nº 776, de 7 de outubro de 1938, “que regula a especialização e o aperfeiçoamento de servidores públicos civis federais no estrangeiro, em cursos e estágios” (SANTOS, 2018:130-131). Os “arquivos” por sua vez, eram definidos pelo DASP como atividade de “organização e administração de arquivos”, o que, para Santos (2018:132), revela certa invisibilidade do campo arquivístico durante esse período, que resulta da fragmentação e da ausência de referenciais teóricos e metodológicos de matriz arquivística.

De um modo geral, Santos (2018) considera que, com a criação do DASP, o governo possuía o objetivo de “estimular, desenvolver e coordenar esforços no sentido de racionalizar e aperfeiçoar a ação do Estado no âmbito da administração geral”, configurando-se como um marco na constituição do Estado moderno no Brasil, “trazendo a concepção de modernização dirigida ao combate do patrimonialismo que predominara até então” (SANTOS, 2018).

3.1.1. O Arquivo Nacional do Brasil: influências históricas

O Arquivo Nacional brasileiro, a partir da sua criação, em 1838, possuiu uma forte influência das técnicas francesas. Esta influência está relacionada ao fato da formação intelectual da França ser referência da época, principalmente para os membros da burocracia brasileira, que possuíam formação europeia (ESTEVÃO e FONSECA, 2010:84; ARAÚJO e TANUS, 2013:86).

Identificou-se, no final da década de 1950, a primeira iniciativa por parte do Arquivo Nacional em buscar auxílio internacional para atender às demandas de formação de profissionais (MARQUES e RODRIGUES, 2008). Marques e colaboradores (2018) apontam que nesta mesma época ocorre a vinda de pesquisadores norte-americanos e franceses para o Brasil, além das seguintes iniciativas: a participação de brasileiros no *Stage Technique International des Archives (STIA)*; a continuidade da participação de brasileiros em cargos e comitês de instituições internacionais; e a tradução de obras estrangeiras para o português, a saber: *Manual de Arquivos; Documentos públicos e privados : arranjo e descrição* e *Arquivos modernos : princípios e técnicas* (ARAÚJO e TANUS, 2013:89).

Nesse sentido, em 1959, o então diretor geral do Arquivo Nacional brasileiro, José Honório Rodrigues, o qual permaneceu no cargo entre os anos de 1958 e 1964, emite um documento no qual relata que o Arquivo se encontra sem controle de acervos e sem quadro técnico capaz de atender a qualquer propósito de modernização (ARAÚJO e TANUS, 2013). O documento demonstra a necessidade de construção de uma “arquivística científica com base científica, em consonância com os avanços tecnológicos já observados em centros internacionais mais evoluídos” (SOARES, 1987:7; ARAÚJO e TANUS, 2013:88). Em virtude de tais fatos, José Honório Rodrigues, encaminha carta à embaixada francesa, onde solicita a colaboração de um profissional arquivista francês, utilizando-se dos seguintes argumentos:

O professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais. Nosso curso de preparação deverá ser iniciado em março de 1959, mas seria preferível contarmos com o Professor Arquivista francês de junho a novembro. O envio de pessoal brasileiro para cursar o *Stage International* seria feito posteriormente e como aperfeiçoamento (MARQUES e RODRIGUES, 2008:106).

Em 1959, chegou ao Brasil o arquivista francês Henri Baullier de Branche, diretor dos Arquivos de Sarthe, em Le Mans, França. Uma das suas primeiras tarefas foi compor o quadro de professores para o curso de aperfeiçoamento e treinamento dos funcionários do Arquivo Nacional (ARAÚJO e TANUS, 2013). Além disso, preparou um *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil* – primeira edição de 1960 e segunda de 1975 – no qual examina os principais problemas dessa instituição. Nesse relatório, o arquivista francês “aponta aspectos positivos dos funcionários do Arquivo Nacional brasileiro e um otimismo quanto a sua evolução profissional, mas também observa a existência de uma grande lacuna na sua formação” (MARQUES e RODRIGUES, 2008:107).

Em 1960, inicia o funcionamento do Curso Permanente de Arquivos (CPA), caracterizando-se como o primeiro curso no campo da Arquivologia do país, “constituindo, portanto, o modelo francês como o primeiro referencial teórico na formação dos arquivistas” (BOTTINO, 1994; ARAÚJO e TANUS, 2013:88). Marques e Rodrigues (2008:107) apontam ainda que as sugestões de disciplinas do representante francês parecem esboçar uma proposta de currículo para uma futura disciplina acadêmica.

Além da influência do pensamento intelectual francês na formação do Arquivo Nacional e, conseqüentemente no curso de Arquivologia, a influência do pensamento arquivístico norte-americano também é existente na história das formações discursivas da Arquivologia no Brasil. O diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, no intuito de modernizar o Arquivo Nacional brasileiro, convida, na década de 1960, Theodore Roosevelt Schellenberg, arquivista estadunidense, vinculado à American University. Schellenberg, além de realizar importantes estudos acerca da situação arquivística no Brasil, “cedeu os direitos autorais de suas obras para tradução, são elas: *Manual de Arquivos; Documentos públicos e privados : arranjo e descrição* e *Arquivos Modernos : princípios e técnicas*”, que passaram a ser utilizadas no Curso Permanente de Arquivos (CPA) (ARAÚJO e TANUS, 2013:88-89).

Além disso, em virtude do aprendizado de outros idiomas e a realização de seminários, congressos e reuniões, foi possível a troca de experiências por meio de estágios e visitas técnicas realizadas em outros países, possibilitando assim, “por conseguinte, a entrada de outras influências como a espanhola, portuguesa, inglesa e canadense” no contexto da arquivologia no Brasil. (ESTEVÃO e FONSECA, 2010; ARAÚJO e TANUS, 2013:89).

3.2. A construção do campo científico da Arquivologia no Brasil

A década de 1970 foi um período de importantes conquistas do campo arquivístico brasileiro. Marques e colaboradores (2018:29-30) apontam, neste período, para a intensificação da cooperação arquivística internacional, com a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros (franceses, italianos, espanhóis, norte-americanos, mexicanos, argentinos, colombianos e alemães); para a contínua participação de brasileiros no STIA e em cargos/comitês de instituições internacionais, especialmente na Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no *International Council on Archives (ICA)* e na *Asociación Latinoamericana de Archivos (ALA)*; para a filiação do Arquivo Nacional ao ICA; para o início da participação de brasileiros em cursos da Organização dos Estados Americanos (OEA), oferecidos em Madrid e Córdoba; para o reconhecimento, pelo AN, da necessidade de intercâmbio entre especialistas nacionais e estrangeiros, inclusive com o estudo das normas internacionais; e para a melhoria da situação arquivística brasileira como alguns dos avanços da Arquivologia à época.

Neste sentido, de acordo com Marques e Rodrigues (2008), pode-se considerar que a experiência bem-sucedida do CPA contribuiu para criar as condições necessárias para se levar adiante o projeto de um curso Superior, como demonstra o trecho de um documento do Arquivo Nacional, do ano de 1974, apresentado a seguir (MARQUES e RODRIGUES, 2008).

Já dispondo de um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo MEC e funcionando regularmente desde 1960 no Arquivo Nacional, com grande procura de candidatos oriundos dos mais diversos setores sociais do país, a formação de pessoal especializado em Arquivologia, capaz de aplicar as modernas técnicas aos arquivos brasileiros, chegou ao primeiro semestre deste ano com as condições básicas julgadas essenciais à execução do projeto de criação de uma Escola Superior, segundo parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação (MARQUES e RODRIGUES, 2008:107-108).

Araújo e Tanus (2013) apontam outros fatores igualmente relevantes que contribuíram para que o Curso Permanente de Arquivos tivesse uma maior projeção, tais como, “o primeiro periódico arquivístico nacional, o Mensário do Arquivo Nacional, de 1970, a autorização para a criação de cursos em nível superior, pelo Conselho Brasileiro de Arquivologia, ambos em 1972” (ARAÚJO e TANUS 2013:90). Marques e Rodrigues (2008:109), com base em Bottino (1994:14), complementam ao apontar que a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1972, “segundo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), quanto à definição de um currículo mínimo para esses cursos, encaminha ao Conselho Federal de Educação, um projeto de currículo”.

No ano de 1973, é firmado um acordo entre o Arquivo Nacional e a antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), regulando o mandato universitário do Curso Permanente de Arquivos, “entretanto, o curso continuou sendo ministrado no Arquivo Nacional [...]” (ARAÚJO e TANUS, 2013:90). Conforme Marques e Rodrigues (2008:109), “em termos práticos, a Arquivística ainda não era reconhecida como habilitação para o 2º grau, tampouco como habilitação para o ensino superior”.

Em 1974, a Resolução nº 23, de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação, fixa o primeiro currículo mínimo e a duração para um curso de arquivo em nível superior, fazendo com que o CPA adote um novo currículo (MARQUES e RODRIGUES, 2008:110). Este currículo era composto das seguintes disciplinas:

Introdução ao estudo da história; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Arquivo I – IV; Documentação; Introdução a Administração; História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e

Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado e uma língua estrangeira moderna (ARAÚJO e TANUS, 2013:90).

Em 1976, através da Portaria nº 5, de 15 de março, o Arquivo Nacional aprova o quadro de professores do Curso Permanente e dos seus Cursos Avulsos (MARQUES e RODRIGUES, 2008). Entretanto, somente em 1977, é que o curso é transferido para a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (ARAÚJO e TANUS, 2013:90). Através do Decreto nº 79.329, de 2 de março de 1977, o curso passa a receber a denominação de *Curso de Arquivologia*. A Portaria nº 141, de 31 de março de 1977, emitida pelo presidente do Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ, oficializa a integração do CPA ao espaço universitário, bem como nomeia os professores do curso (MARQUES e RODRIGUES, 2008:111).

Posteriormente, ainda na década de 1970, foram criados mais dois cursos universitários de Arquivologia, “um na Universidade Federal de Santa Maria, em 1977, e outro na Universidade Federal Fluminense, em 1978” (ARAÚJO e TANUS, 2013:90). Entre 1977 e 2006 foram criados mais nove cursos de Arquivologia no Brasil,

[...] distribuídos nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, nas seguintes universidades: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP/Marília) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (MARQUES e RODRIGUES, 2008:112).

Embora não tenha sido criado nenhum curso de graduação na década de 1980, esse período é marcado pela criação de cursos de pós-graduação na área nas seguintes instituições: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), todos na modalidade *lato sensu* (BOTTINO, 1994; ARAÚJO e TANUS, 2013:91).

Nesse sentido, com base em Jardim (1999), Araújo e Tanus (2013:91-92) consideram que os cursos de pós-graduação, embora sinalizem o interesse das instituições no ensino superior, demonstram “as dificuldades em estabelecer cursos de graduação, principalmente em função de questões relacionadas com a capacitação do corpo docente”. Além disso, com o processo de redemocratização do país, a Constituição de 1988 marca uma importante conquista para o campo da Arquivologia ao incluir, no 2º parágrafo do artigo nº 216, a prerrogativa de que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (ARAÚJO e TANUS, 2013:92, MARQUES e RODRIGUES, 2008:92).

Outro marco histórico foi a promulgação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a chamada Lei de Arquivos que “pode ter impulsionado a criação de cinco Cursos de Arquivologia na década de 1990”, exercendo papel fundamental na formação da identidade da Arquivística no país (MARQUES e RODRIGUES, 2008:112). A Lei de Arquivos previu também a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (TANUS e ARAÚJO, 2013:92).

3.3. Políticas (legislação): LDB e áreas do conhecimento

No que diz respeito às políticas educacionais relacionadas aos cursos de Arquivologia, foram identificados dois marcos importantes nos textos analisados. O primeiro é a Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC), elaborada pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq); e o segundo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

3.3.1. Áreas do conhecimento do CNPq

Sales e Murguia (2015) apresentam uma análise das determinações na produção e organização do conhecimento científico no Brasil, mais especificamente da articulação entre a área da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e da Arquivologia, sob uma perspectiva guiada não pelo seu objeto – a informação, mas a partir de influências externas, sobretudo determinadas pelas ações políticas dos governos.

Para tanto, adota-se como objeto de análise as TAC, uma das principais ferramentas de promoção das investigações científicas nacionais, elaborada pelo CNPq. Os resultados demonstram que, embora as TAC sirvam como uma importante ferramenta para a gestão científica e universitária, criam também deficiências e interferências políticas nas teorias e práticas de áreas consideradas tradicionalmente bem estabelecidas (SALES e MURGUIA, 2015).

A criação do CNPq remete-nos aos debates travados após a Segunda Guerra Mundial, que tinham por finalidade criar um plano de reconstrução da educação. No contexto latino-americano, seguindo as diretrizes da Segunda Conferência Geral da UNESCO, realizada em 1947, na Cidade do México, aconteceu em Montevideu, no ano de 1948, o Painel de Especialistas para o Desenvolvimento da Ciência na América Latina. O Painel contou com a presença de quinze cientistas procedentes de dez países, dentre os quais o neurologista, Miguel Osório de Almeida, o físico descobridor do efeito termodinâmico, Joaquim Costa Ribeiro de Almeida, e Enrique Rocha e Silva eram as representações brasileiras no evento (SALES e MURGUIA, 2015).

Assim, foi tirado como encaminhamento do Painel uma proposta com três linhas de ação que deveriam ser enfatizadas:

- 1) a necessidade da UNESCO apoiar o desenvolvimento da pesquisa básica em ciência na região;**
- 2) o estabelecimento de um sistema de emprego de tempo integral para pesquisadores, com a finalidade de evitar que se dedicassem a outras atividades;**
- 3) a criação de instituições de pesquisa que tivessem a coordenação nacional dessa atividade no país (SALES e MURGUIA, 2015:30).**

No Brasil, a consequência direta dessas recomendações foi “a fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 8 de julho de 1948, e, em 1949, o projeto de lei que criaria o CNPq dois anos depois” (PETITJEAN, 2006:71-72, SALES e MURGUIA, 2015:30).

Durante o segundo mandato do presidente Getúlio Vargas, em 1951, desta vez eleito de forma democrática, ocorre a realização de novas políticas que respondiam diretamente às novas demandas decorrentes dos avanços tecnológicos desenvolvidos durante a Guerra

Fria, “para qual se fazia necessária a intervenção direta do Estado” (SALES e MURGUIA, 2015:30). Nesse sentido, Sales e Murguia (2015), apontam duas iniciativas implementadas neste período:

[...] a primeira, mais ampla, respondia à política de consolidação do ensino público iniciada em 1930 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e com a criação de uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que posteriormente seria a CAPES (1951). Fruto dessa comissão foi a implementação do Programa Universitário em 1953. No ano de 1961 a CAPES ficaria subordinada diretamente à Presidência da República, para voltar ao Ministério da Educação e Cultura em 1964. A segunda foi a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). A Lei 1.310 (1951) previa que fosse sua finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento (art. 1º). Também tinha entre outras atribuições: promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativas próprias, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior, e auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos (SALES e MURGUIA, 2015:30).

Já em 1976, no intuito de facilitar a gestão e a avaliação do desenvolvimento científico “para alocação de recursos públicos para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa no país”, o CNPq estabelece uma primeira versão da TAC. Mais tarde, em virtude do surgimento, desdobramentos e incorporações de diversas áreas de saber, essa tabela foi atualizada sucessivamente em 1982 e 1984, sendo esta última a versão vigente até então. Sales e Murguia destacam ainda a existência de uma proposta de revisão da TAC elaborada em conjunto pelos CNPq, CAPES e FINEP, datada de 2005 (SALES e MURGUIA, 2015:31).

Analisando a configuração da Ciência da Informação vigente, nota-se “que a TAC/CNPq a localiza como uma área pertencente à grande área *Ciências Sociais Aplicadas I*, e a subdivide nas seguintes subáreas: *Teoria da Informação*, *Biblioteconomia* e *Arquivologia* (SALES e MURGUIA, 2015:32). Nota-se, portanto, conforme apontado por Sales e Murguia (2015:32-33), que essa formalização das áreas do conhecimento, apresentada por meio da TAC “reflete na macro visão estruturante das universidades, perceptível nos departamentos de Ciência da Informação que abrigam os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil”.

3.3.2. Atuação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Segundo Araújo e Tanus (2013:94), na década de 1990, ocorre a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), através do Decreto-lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, “que possibilitou uma autonomia no ensino dos cursos de graduação, entre eles a Arquivologia”. Em virtude da independência concedida às instituições de ensino superior para a montagem dos próprios projetos políticos-pedagógicos e currículos, ampliam-se os horizontes do profissional em Arquivologia ao privilegiar o desenvolvimento de competências, habilidades, aperfeiçoamento na formação cultural, técnica e científica (MARIZ, 2012:196).

Os cursos de Arquivologia em funcionamento antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação seguiam apenas as orientações do currículo mínimo, fixado em 1974 e voltado para o exercício dentro da Administração Pública. Assim, o profissional arquivista passa a ter um maior espaço à reflexão e à pesquisa científica. Com a publicação da LDB, o Conselho Nacional de Educação, através do Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001, expressa as Diretrizes Curriculares para o curso de Arquivologia (ARAÚJO e TANUS, 2013). Assim,

[...] fica claro uma proximidade em relação às competências e às habilidades profissionais também descritas nas diretrizes dos cursos de Biblioteconomia, as quais convergem para um profissional capaz de interagir, agregar valor, criticar, investigar, propor, planejar, processar e difundir a informação e o documento [...] (ARAÚJO e TANUS, 2013:94).

Em 2007, ocorre o lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), expresso através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril,

[...] que possibilitou a criação de mais seis cursos de Arquivologia, nas seguintes universidades públicas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande (UFRG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Pará (UFPA) (ARAÚJO e TANUS, 2013:95).

A implementação do REUNI foi importante para situar o ensino da Arquivologia em uma nova fase, na qual, além do crescimento de cursos, influenciou a criação da Lei nº 12.527/2011, conhecida como lei de acesso à informação no Brasil, que impactou de forma positiva o acesso de diversos setores da sociedade à informação, reforçando as atividades de gestão documental previstas na lei anterior (Lei nº 8.159, 8 de janeiro de 1991), bem como fortaleceu o papel dos arquivos como mecanismos democratizantes e portadores de informação histórico-cultural (ARAÚJO e TANUS, 2013).

3.4. Arquivologia e Ciência da Informação

No que diz respeito às relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, existem diferentes abordagens nos textos analisados. Estas incluem as relações históricas (VENANCIO, 2017), as teóricas e epistemológicas (MARQUES, 2016; MARQUES, 2017a) e as político-institucionais (MARQUES, 2017b). Nota-se também que a classificação brasileira da Arquivologia enquanto uma subárea da Ciência da Informação não é consensual entre os pesquisadores do campo arquivístico (MARQUES, 2017a).

Marques (2017a) se propõe a realizar uma análise do ponto de vista teórico e epistemológico do campo do conhecimento arquivístico, que surge como uma disciplina autônoma, com seus objetos e métodos específicos, mas que, no entanto, ver-se classificada como uma área do conhecimento submetida a outras disciplinas, sobretudo, em sua fase político-institucional contemporânea brasileira, onde a Arquivologia, juntamente com a Biblioteconomia, é concebida enquanto uma área complementar à Ciência da Informação. Busca-se, então, compreender quais são as justificativas que fundamentam a classificação da Arquivologia na TAC, estruturada pelo CNPq, enquanto uma subárea da Ciência da

Informação. Assim, Marques (2017c) considera que as classificações apresentadas na TAC parecem apresentar o papel mais enciclopédico,

[...] mediante a fixação das relações entre as disciplinas [...] do que a divisão científica em grupos, pela afinidade dos objetos e dos instrumentos de pesquisa das áreas do conhecimento, respeitando as singularidades das diversas disciplinas científicas (MARQUES, 2017c:112, Abbagno, 2007:140).

Para Marques (2017c:19) a Ciência da Informação possui maior visibilidade político-institucional do que a Arquivologia, “possivelmente em razão da propagação do discurso informacional nos arquivos”. Nesse sentido, considerando a trajetória histórica e epistemológica da Arquivologia, pode-se dizer que a Arquivologia

[...] não pode ser compreendida como uma parte da Ciência da Informação, ainda que esta última tenha conquistado importantes espaços acadêmico-institucionais nos últimos anos, de maneira a abrigar cursos e pesquisas arquivísticos em universidades e programas de pós-graduação (MARQUES, 2016:181).

Apesar de não desconsiderar a possibilidade de possíveis parcerias entre as duas áreas, Marques (2016:181) afirma que a subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação “camufla conquistas seculares daquela disciplina, encobrendo suas particularidades teóricas e epistemológicas por trás de questões político-institucionais”.

Por outro lado, Freire (2017), com base em Wersig (1993), considera a Ciência da Informação como um campo interdisciplinar, constituído através de um entrelaçamento de conceitos científicos. Assim, argumenta-se que o campo da Ciência da Informação “oferece recursos teóricos e tecnológicos aos pesquisadores e profissionais da informação, que promovem as competências necessárias para a socialização da informação” (FREIRE, 2017:19). Sendo possível, portanto,

propor pesquisas que possibilitem a união entre teoria e prática, em um espaço social onde cientistas e profissionais da informação possam desenvolver ações para promover o acesso, organização, apropriação e uso da informação, na sociedade em rede (FREIRE, 2017:19).

Em outra perspectiva, Marques (2017b) busca compreender a situação da Arquivologia enquanto uma subárea da Ciência da Informação a partir dos diagnósticos e prognósticos apresentados na Revista *Avaliação & Perspectivas*, mais especificamente das versões apresentadas nos anos de 1978 e 1982, pelo CNPq, através do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), considerando essas publicações um instrumento estratégico para o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

A Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia passaram a ser contempladas na versão de *Avaliação & Perspectivas* publicada no ano 1978, na qual estas disciplinas estavam coordenadas em uma única área reconhecida provisoriamente pelo CNPq, “Documentação e Informação” (MARQUES, 2017b). Em virtude da ausência de um especialista da área arquivística na primeira reunião do grupo responsável pela redação do documento, as informações a respeito da Arquivologia são menos detalhadas do que a Ciência da Informação e a Biblioteconomia. Notou-se ainda, na publicação de 1978, que a

decisão de coordenar estas três disciplinas em uma única área pauta-se nos usos internacionais e nacionais (MARQUES, 2017b).

Assim, com base nas publicações do CNPq, Marques (2017b:189) aponta que a Ciência da Informação é considerada um campo mais amplo e interdisciplinar por natureza, de propósitos investigativos e analíticos, enquanto a Arquivologia e a Biblioteconomia são consideradas disciplinas aplicadas, responsáveis pela coleta, organização, difusão e utilização de informações em todos os campos do saber, o que justificaria, portanto, a inclusão destas duas últimas disciplinas no campo da primeira.

Entretanto, já na Revista *Avaliação & Perspectivas* do ano de 1982, a Arquivologia é apresentada separadamente da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, sendo apontadas algumas necessidades, tais como:

[...] definição do campo teórico-epistemológico da disciplina; implantação do Sistema Nacional de Arquivos; regulação da Lei de Arquivo (à época em tramitação); implantação de sistemas estaduais de arquivo; tratamento adequado dos arquivos privados; criação de órgãos de fiscalização do exercício da profissão de arquivista, já reconhecida por lei; ampliação dos cursos de formação específica em Arquivologia e ou integrada à Biblioteconomia e à Ciência da Informação, no âmbito da graduação; criação de cursos de pós-graduação voltados para a Arquivologia; maior controle e divulgação de acervos arquivísticos; definição de métodos e técnicas arquivísticas; desenvolvimento de estudos quanto à administração e, mais especificamente, à avaliação de documentos; promoção do acesso à informação e aos documentos públicos; identificação, preservação e divulgação dos arquivos impressos decorrentes das atividades da área-fim das instituições públicas; planejamento da política voltada para a microfilmagem de documentos; estudos relacionados à restauração e conservação de documentos; automação de arquivos, tendo em vista a sua divulgação e o seu acesso; e desenvolvimento de programas de história oral (MARQUES, 2017b:193).

Assinalando, nesta perspectiva, a ausência de teorias biblioteconômicas e arquivísticas, “ainda que, contraditoriamente, a Ciência da Informação seja apresentada como o campo mais amplo, no qual essas disciplinas aparecem como disciplinas aplicadas” (MARQUES, 2017b:196).

Por outro lado, Venâncio (2017), considerando as associações nacionais como protagonistas da institucionalização da Arquivologia no Brasil e nos Estados-Unidos, analisa as produções bibliográficas de duas revistas da área de Arquivologia, ambas publicadas pelas associações nacionais de arquivistas dos seus respectivos países: a *The American Archivist*, revista norte-americana, e a *Arquivo & Administração*, revista brasileira, no intuito de discutir a relação da Arquivologia e a Ciência da Informação a partir de uma abordagem histórica comparativa.

O objetivo de Venâncio (2017) foi traçar uma linha histórica da relação entre Arquivologia e Ciência da Informação, comparando o contexto brasileiro ao norte-americano, tendo como objeto de análise as publicações dessas revistas ao longo dos anos. O autor aponta que buscou identificar a primeira menção do termo “*information science*/ciência da informação” nos mencionados periódicos e analisar o período das duas primeiras décadas

posteriores, na tentativa de identificar a partir de quando e de qual maneira alguns pesquisadores da área da Arquivologia passaram a estabelecer relações, através de suas publicações oficiais, com os pesquisadores da Ciência da Informação.

Desse modo, no que se refere à construção e institucionalização do campo arquivístico, os resultados apontam para uma realidade bastante distinta entre o Brasil e os Estados Unidos, embora em ambos os países as associações nacionais sejam consideradas protagonistas do processo de institucionalização da área. Assim, notou-se que a estruturação da Arquivologia norte-americana teve início “a partir das associações de pesquisa histórica, mas, nos anos 1930, se afastou delas, criando uma identidade própria, em forte diálogo com as teorias da administração” (VENANCIO, 2017:31). Nos Estados Unidos a Arquivologia se institucionalizou numa fase em que a Biblioteconomia e a Documentação ainda estavam em processo de estruturação e a Ciência da Informação não existia. No contexto brasileiro, no entanto, “na década de 1970, a arquivologia contou com a experiência prévia da biblioteconomia e documentação, áreas em que a aproximação com a ciência da informação estava em curso” (VENANCIO, 2017:31).

3.5. O profissional Arquivista

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (BRASIL, 2005:26) considera o Arquivista como o “profissional de nível superior com formação em **arquivologia** ou experiência reconhecida pelo Estado”. Contudo, no que se refere à definição do profissional Arquivista, Melo e Cardoso (2018:72) apontam para a “construção de um histórico que remonta desde os primeiros profissionais que exerceram as funções, até o reconhecimento e regulamentação”. Inicialmente o ofício de arquivista era exercido pelos escribas dos impérios, conforme as mudanças na organização das sociedades, aliada ao aumento considerável da massa documental, é construído também o campo teórico de atuação deste profissional (MELO e CARDOSO, 2018:72).

Nesse sentido, Melo e Cardoso (2018) analisam a visibilidade do profissional em Arquivologia no contexto brasileiro. A escolha do tema foi motivada pelos constantes questionamentos sobre a adequação dos currículos dos cursos de Arquivologia, tendo em vista o surgimento das novas tecnologias que exigem que esses profissionais atuem como gerenciadores de informação e, conseqüentemente, tenham uma aproximação cada vez mais crescente com a informática.

A proposta de Melo e Cardoso (2018:71) foi refletir sobre os debates promovidos nestes eventos científicos, no intuito de perceber “o quanto se discute sobre o profissional dentro da comunidade arquivística” e qual tem sido a sua relação com a tríade proposta por Souza (2011): a formação, o associativismo e o mercado de trabalho. Para isso, toma-se como objeto de estudo dois eventos científicos mais representativos da área: o Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA; e o Congresso Nacional de Arquivologia – CNA. Assim, os autores mapearam os artigos apresentados nestes eventos no intuito de identificar aqueles que apresentam como destaque os termos ‘*arquivista*’, ‘*archivero*’, ‘*archivólogo*’ e ‘*archivist*’, “[...] o que possibilitou gerar dados quantitativos das edições dos eventos em que esses termos estão destacados” (MELO e CARDOSO, 2018:74).

Verificou-se a existência de poucas reflexões acerca do profissional arquivista, sendo que as discussões travadas priorizavam “a situação dos arquivos públicos brasileiros por meio de estudos de casos, a introdução das novas tecnologias, microfilmagem e digitalização, o

que permite o protagonismo do arquivo nos eventos” (MELO e CARDOSO, 2018:87). Contudo, nos trabalhos em que o tema é abordado, notou-se a presença de “um novo olhar sobre o arquivista, decorrente, sobretudo, do ingresso no mercado de trabalho na administração pública”, em que esse profissional passou a atuar como gestor e onde “a Lei 12.527, de 2011, lei de acesso à informação, corroborou ao legitimar o papel do arquivista nas instituições” (MELO e CARDOSO, 2018:87).

Sob outra perspectiva, Martendal e colaboradores (2017) apresentaram as dimensões da competência em informação (técnica, estética, ética e política) e, através de pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, buscaram relacioná-las ao perfil dos egressos dos cursos de Arquivologia do Sul do Brasil. Para tal, analisaram-se os Projetos Pedagógicos, mais especificamente o tópico denominado “Perfil dos Egressos”, dos seguintes cursos: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Segundo Martendal e colaboradores (2017:55), o estudo buscou “contribuir, na perspectiva do ensino, para identificar a competência em informação neste contexto também informacional”. Assim, a competência em informação é “caracterizada por um conjunto de comportamentos, conhecimentos, habilidades, valores e atitudes voltadas ao cenário informacional”. Ou seja, esta é a competência que o “profissional da informação desenvolve para lidar com seu objeto de trabalho e de estudo, de maneira a conhecê-lo, caracterizá-lo, geri-lo e disponibilizá-lo quando necessário” (MARTENDAL, SILVA e VITORINO, 2017:57). Os resultados da análise dos cursos das três Universidades demonstraram, portanto, a presença das quatro dimensões da competência em informação (técnica, ética, estética e política) no perfil dos egressos dos cursos de Arquivologia.

4. Considerações finais

O fato do território nacional brasileiro e as suas instituições terem sido construídas a partir de empreitadas colonizadoras por parte da coroa portuguesa, a partir do século XVI, determina, em grande medida, a forma de organização das instituições brasileiras, sobretudo do Arquivo Nacional do Brasil, cuja criação remete-nos à transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o que constituiu um importante marco na história do campo arquivístico brasileiro, já que, anterior a esta data, toda a administração da colônia estava submetida a Portugal.

Assim, o Arquivo Nacional do Brasil desempenhou o papel de protagonista da história, isto porque, além de ser a primeira instituição arquivística do país, dele partiram as primeiras iniciativas no sentido da construção de um campo do conhecimento ao oferecer os primeiros cursos para a formação de pessoal para atuar com o tratamento de documentos arquivísticos. O AN foi responsável ainda pelas primeiras iniciativas que buscavam apoio internacional para a revisão de métodos e técnicas arquivísticas utilizadas no próprio Arquivo. Além disso, aliado às iniciativas da AAB, foi possível elevar o CPA, criado em 1960, ao nível superior. Determinando, portanto, um marco na construção do campo científico da Arquivologia brasileira.

Concernente às determinações políticas na organização do conhecimento arquivístico, nota-se que a TAC é uma ferramenta por meio da qual o governo federal, através do CNPq que por sua vez está submetido ao Ministério da Educação (MEC), busca facilitar o

gerenciamento científico e tecnológico no país. No entanto, as perspectivas políticas nem sempre correspondem à visão adota pela comunidade científica, como é o caso da não aceitação por parte de alguns pesquisadores em relação à classificação da Arquivologia enquanto uma subárea da Ciência da Informação na TAC. Contudo, há a possibilidade de estabelecer diálogos entre Arquivologia e Ciência da Informação, o que, no entanto, não justifica a subordinação da Arquivologia, um campo autônomo do conhecimento, dotado de arcabouço conceitual estabelecido ao longo dos anos, à Ciência da Informação.

Por fim, conclui-se que este trabalho cumpriu com o objetivo proposto ao apresentar um panorama acerca das formações históricas da área arquivística no Brasil, o que poderá vir a servir de base para futuros pesquisadores e interessados em conhecer um pouco da história da Arquivologia no Brasil.

Referências bibliográficas

ABBAGNO, Nicola

2007 *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; TANUS, Gabrielle Francine de Souza Carvalho

2013 O Ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. *Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 18:37 (maio/ago. 2013) 83-102. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p83>.

BOTTINO, Mariza

1994 Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil : graduação e pós-graduação. *Arquivo e Administração*. [Em linha]. 15-23 (1994) 12-18. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta11/acervo100407/100407_360.pdf.

BRASIL. Arquivo Nacional

2005 *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/publicacoes-tecnicas/37-publicacoes/26-dicionario-brasileiro-de-terminologia-arquivistica-dibrate.html>.

ESTEVÃO, S. N. M.; FONSECA, V. M. M.

2010 A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo : revista do Arquivo Nacional*. [Em linha] 23:1 (jan./jun.2010) 81-108. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42570>.

FONSECA, Maria Odila Kahl

2005 *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FREIRE, Isa Maria

2017 Dinâmica das ações de informação no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais. *Prisma.com*. [Em linha]. 35 (2017) 3-21. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/3511>.

JARDIM, José Maria

1999 A Universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In *A Formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1999.

MARIZ, Anna Carla Almeida

2012 Reformas curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO : reflexões e propostas. In *Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Org. Renato Venâncio, Adalson Nascimento. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2017a Arquivologia e Ciência da informação : submissão ou interlocução. *Brazilian Journal of Informacion Science: Research Trends*. [Em linha]. 11.4 (2017) 14-22. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n4.04.p14>.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2017b Avaliação & Perspectivas da Ciência da Informação e da Arquivologia no Brasil : reflexões em movimento. *Em Questão*. [Em linha]. 23:1 (jan/abr. 2017) 183-201. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245231.183-201>.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2017c Ciência da Informação e Arquivologia: áreas do conhecimento? In *La Archivística y la ciencia de la información documental: autonomía e interdependencias*. Org. Miguel Angel Rendón Rojas. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L143.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2016 Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas? *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 26:3 (set./dez. 2016) 169-184. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29303>.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; NOUGARET, Christine; RODRIGUES, Georget Medleg

2018 Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. *Revista Brasileira de História*. [Em linha]. 38:78 (2018). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-01>.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg

2008 A Construção do “campo científico” da Arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 1:1 (jan./jun. 2008) 101-117. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v1.n1.2008.947>.

MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite da; VITORINO, Elizete Vieira

2017 Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil. *Em Questão*. [Em linha]. 23:3 (set./dez. 2017) 53–78. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245233.53-78>.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto

2012 A Evolução dos arquivos e do conhecimento em Arquivologia. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 5:2 (jul./dez. 2012) 19-28. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1688>.

MELO, Katia Isabelli; CARDOSO, Aline da Cruz

2018 Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. Série 3, 10 (2018) 71-91. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag10a6>.

PETITJEAN, Patrick

2005 Blazing the trail: Needham and UNESCO perspectives and realizations. In *UNESCO: sixty years of science at UNESCO, 1945-2005*. [Em linha]. Paris: UNESCO Publishing, 2005, p. 43-47. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000149093>.

RIOS, Terezinha Azeredo

2006 *Compreender e ensinar : por uma docência de melhor qualidade*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES, Ana Célia

2015 Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 42:1 (jan./abr. 2015) 64-80. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1395>.

SALES, Rodrigo de; MURGUIA, Eduardo Ismael

2015 Determinações políticas na produção científica da Ciência da Informação do Brasil: impactos da Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do CNPq. *Scire*. [Em linha]. 21:1 (ene.-jun. 2015) 27-34. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5128076>.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos

2018 A Institucionalização da Arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas: 1935-1945. *Revista Brasileira de História*. [Em linha]. 38:78 (2018). Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882018000200121&lng=pt&tlng=pt.

SOARES, I.

1987 José Honório Rodrigues e o desenvolvimento da Arquivística brasileira. *Ágora*. [Em linha]. 3:6 (1987) 6-11. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13279>.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de

2011 *Arquivista : visibilidade profissional, formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília : Starprint. 2011.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves

2011 A Organização do conhecimento arquivístico : perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 16:1 (jan./mar. 2011) 21-44. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000100003.

VENANCIO, Renato Pinto

2017 Ser e não ser: as relações históricas entre Arquivologia e Ciência da Informação. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*. [Em linha]. 11:4 (2017) 23-32. Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7500>.

Iago Mendes Macedo | iagomendes07@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Gillian Leandro de Queiroga Lima | gillianqueiroga@ufba.br

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Resumo: Este estudo descreve os requisitos para auditoria da gestão de objetos digitais com base no *Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories*. Para tanto perpassa questões relacionadas à aquisição de conteúdo, criação do pacote de informação para armazenamento, planejamento, manutenção dos objetos digitais, gestão da informação e gestão de acesso. A discussão segue a lógica dedutiva, de modo que se realiza uma triangulação para analisar a gestão de objetos digitais, contextualizá-la no âmbito da Arquivística, e identificar os pressupostos essenciais para um repositório arquivístico digital confiável. Dentre os principais elementos a serem observados, destacam-se a identificação e manutenção das propriedades significativas para fortalecer a presunção de autenticidade, e o registro de todas as ações proferidas sobre a documentação por meio de metadados. Por fim, se reforça a necessidade da Arquivística se apropriar de temáticas relacionadas à preservação sistêmica.

Palavras-chave: Documento digital; Preservação digital; Preservação sistêmica; Repositório digital.

Abstract: This study describes the requirements for auditing digital object management based on the *Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories*. For this, it deals with questions related to content acquisition, creation of the archival information package, planning, maintenance of digital objects, information management and access management. The discussion follows the deductive logic, so that triangulation is performed to analyze the management of digital objects, contextualize it in the field of Archival Science, and to identify the essential assumptions for a trustworthy digital archival repository. Among the main elements to be observed are the identification and maintenance of significant properties to strengthen the presumption of authenticity, and the recording of all actions taken on the documentation through metadata. Finally, it reinforces the need for Archival Science to appropriate itself of themes related to systemic preservation.

Keywords: Digital record; Digital preservation; Systemic preservation; Digital repository.

1. Introdução

O advento dos documentos digitais e a sua conseqüente demanda pela sociedade tornou-se um dos principais desafios da Arquivística/Arquivologia contemporânea (THOMAZ, 2006). O ambiente digital apresenta uma série de complexidades derivadas do aparato tecnológico composto por *hardware*, *software* e suportes, necessários para interpretar/representar os documentos.

Observa-se que esse aparato tecnológico está em constante mudança, fato que ocasiona a obsolescência tecnológica, logo, isso tem motivado a implementação de políticas e estratégias de preservação digital. Com tais ações estima-se contornar as complexidades do ambiente digital, além de manter as especificidades do documento arquivístico. Assim, a preservação de documentos digitais requer a manutenção de princípios arquivísticos da

proveniência, organicidade, naturalidade, unicidade e indivisibilidade. Para tanto, devem ser inseridos em um sistema de arquivos confiável, que será o responsável por sua tramitação, custódia, manutenção da autenticidade e acesso.

Nessa perspectiva, a preservação de documentos deve ser orientada por meio de um Repositório Digital Confiável (RDC) que seja desenvolvido em conformidade com o modelo *Open Archival Information System* (OAIS). Esse é o principal padrão de preservação, e tornou-se a norma da *International Organization for Standardization* (INTERNATIONAL...) 14.721:2012, que orienta os requisitos de um RDC.

No âmbito da Arquivística, surge a necessidade de se implementar um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), que contempla os requisitos de um RDC e comporta as especificidades do documento de arquivo. Logo, o RDC-Arq consiste no “Arquivo Permanente Digital”, responsável pela preservação, custódia confiável e garantia de acesso a documentos autênticos em longo prazo.

Observa-se que para atingirem o *status* de confiável, tanto o RDC, quanto o RDC-Arq necessitam comprovar que seguem os requisitos preconizados pelo modelo OAIS. Logo, podem ser auditados com o *Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories* (ACTDR), padrão que se tornou a norma ISO 16.363:2012.

Em geral, o processo de auditoria consiste em uma atividade de controle dos procedimentos de gestão que proporciona transparência e confiabilidade aos utilizadores (OLIVEIRA e BATISTA, 2019). Logo, há uma persistente relação entre a auditoria de informação, a avaliação da qualidade dos serviços e o planejamento estratégico organizacional (PESTANA, 2014). Nesse sentido, a auditoria arquivística busca avaliar os procedimentos de todo o ciclo de vida dos documentos, e verificar a sua conformidade com leis, normas e bases teóricas da disciplina (OLIVEIRA e BATISTA, 2019). Portanto, além de respeitar os fundamentos da Arquivística, a auditoria de um RDC-Arq deve verificar sua conformidade com o modelo OAIS, tendo em vista o uso de um padrão como, por exemplo, o ACTDR.

Observa-se que os requisitos de auditoria do ACTDR – ISO 16.363:2012 estão divididos em três seções: infraestrutura organizacional (*organizational infrastructure*), gestão de objetos digitais (*digital object management*) e infraestrutura e segurança da gestão de riscos (*infrastructure and security risk management*). Para fins deste estudo será abordada somente a “gestão de objetos digitais” tendo por objetivo descrever os requisitos para preservação da informação de conteúdo/documento arquivístico, e contextualizá-los no âmbito da Arquivística.

A infraestrutura organizacional compreende as políticas do RDC, enquanto que a infraestrutura de segurança para gestão de risco se refere às rotinas de segurança da informação necessárias para mitigar vulnerabilidades. Já a gestão de objetos digitais compreende aspectos relacionados à aquisição de conteúdo, criação do Pacote de Informação para Armazenamento (*Archival Information Package* – AIP), planejamento da preservação, preservação do AIP, gestão da informação, e gestão de acesso.

O processo de auditoria permite realizar um estudo de todo o ciclo de vida da informação, e assim, identificar necessidades em relação à sua produção, uso/fluxo, indivíduos envolvidos e demais aspectos capazes de determinar o valor das informações na organização. Para tanto, preconiza-se a fiscalização das práticas arquivísticas desde a gestão, perpassando a preservação, até o acesso (OLIVEIRA e BATISTA, 2019). Nessa

perspectiva, delimita-se o presente estudo para os fluxos de informação em fase permanente, de modo que a ênfase da discussão é depositada no processo de preservação digital e garantia de acesso contínuo em longo prazo.

2. Metodologia

Classifica-se o presente estudo como natureza aplicada, pois tem por objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, vislumbrando a solução de problemas específicos identificados. Com isso, contribui para ampliar o conhecimento científico e gerar novos questionamentos para investigação (GIL, 2010; SILVA e MENEZES, 2005).

A seleção de materiais parte do levantamento bibliográfico de livros, publicações técnicas e artigos científicos. Os artigos são recuperados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) por meio de palavras-chave como: "preservação digital", "documentos arquivísticos digitais" e "repositórios digitais confiáveis". Para isso, utiliza-se a delimitação temporal que comporta o período entre 2004 e 2019, posteriormente, os artigos são escolhidos após análise dos seus respectivos resumos; e outras obras foram selecionadas a partir de suas referências.

Este estudo assume um caráter descritivo, pois objetiva discorrer sobre as características do objeto de investigação (GONÇALVES, 2011). Os requisitos para auditoria de RDC's preconizados pelo ACTDR são a base da discussão, que segue a lógica dedutiva. Dessa forma, realiza-se a seguinte triangulação: analisa-se a seção "gestão de objetos digitais" para contextualizá-la no âmbito da Arquivística, de modo que o RDC-Arq torna-se a categoria norteadora (GIL, 2010; LUNA, 1997; SILVA e MENEZES, 2005; VOLPATO *et al.*, 2013).

Com isso, obtém-se um artigo de revisão assistemática/narrativa que parte de uma temática aberta, pautada nos referenciais da preservação digital. Com tal abordagem é possível compreender os requisitos para gestão de objetos digitais preconizados pelo ACTDR, e assim, contextualizá-los na preservação de documentos arquivísticos digitais (CORDEIRO *et al.*, 2007).

Ressalta-se que não há pretensão de abordar a temática de forma exaustiva, logo, este estudo limita-se em compreender e expor os pressupostos básicos para gestão de objetos digitais do ACTDR, bem como, a sua pertinência para auditar um RDC-Arq. Sendo assim, com esta reflexão sobre o tema pretende-se ressaltar o ponto de vista dos autores frente a problemática da preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos em longo prazo.

3. Aquisição de conteúdo

Durante o processo de aquisição de objetos digitais, o RDC-Arq deve identificar as propriedades significativas que serão preservadas, para isso, adicionam-se às informações necessárias ao Pacote de Informação para Submissão (*Submission Information Package* – SIP). As fontes de proveniência dos objetos admitidos devem ser autenticadas, bem como, executar as correções necessárias a cada SIP submetido. Ademais, é

precINTERNATIONAL... obter controle físico dos objetos digitais para preservá-los, de modo a fornecer respostas adequadas ao produtor durante o processo de submissão/aquisição.

3.1. Identificar os objetos para preservação

O processo de admissão preconizado pelo OAIS requer a identificação das informações de conteúdo, bem como das respectivas propriedades significativas que serão preservadas. Logo, o RDC-Arq define quais aspectos da informação de conteúdo são pertinentes à preservação e informa aos seus colaboradores.

Para tanto, apresentam-se aos financiadores, depositantes e consumidores, quais responsabilidades são assumidas e quais aspectos são excluídos. Além disso, devem-se informar aos produtores/depositantes quais informações são necessárias. Isso pode ser formalizado por meio de: declaração de missão; acordos de submissão; contratos de depósito; documentação das propriedades que devem ser preservadas; fluxo de trabalho; e políticas de preservação (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Cabe o RDC-Arq deve estabelecer, junto com depositantes, financiadores, e comunidade designada, um meio para determinar e verificar as características e propriedades significativas da informação que serão preservadas em longo prazo. Esses procedimentos irão confirmar ou refutar a autenticidade dos documentos preservados, de modo que podem ser demonstrados por meio de: acordos de submissão; contratos de depósito; políticas de preservação; documentação de fluxo de trabalho; e definição clara das propriedades que devem ser preservadas (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Ressalta-se que preservar e custodiar documentos digitais requer a implementação de processos contínuos de migração e *backup* tendo em vista a manutenção de sua autenticidade. Tais processos são motivados em virtude da fragilidade dos suportes de informação e da obsolescência tecnológica das plataformas de *hardware/software* (RONDINELLI, 2005).

Logo, a preservação digital presume a necessidade de alterar as informações para que se mantenham acessíveis e inteligíveis à comunidade designada. Portanto, RDC-Arq e produtor devem definir um conjunto de propriedades significativas, que corresponde às características essenciais dos objetos digitais que precisam ser preservadas para manter a autenticidade (SANTOS e FLORES, 2019b).

Sendo assim, o RDC-Arq estabelece métodos para determinar as propriedades significativas dos diferentes tipos de informação de conteúdo, para os quais assumiu a responsabilidade de preservação junto à comunidade designada. Tais características são essenciais para a presunção de autenticidade, bem como para a correta interpretação/representação da informação de conteúdo.

Posteriormente, o RDC-Arq manterá um registro das propriedades significativas que irá preservar. Para tanto, deve identificar e documentar as informações de conteúdo e as respectivas propriedades da informação que irá preservar. Tal requisito pode ser evidenciado por meio de: políticas de preservação; manuais de processamento; registros dos tipos de informação de conteúdo; estratégias de preservação adquiridos; e planos de ação. Logo, o RDC-Arq demonstra que compreende as suas coleções digitais, de forma

suficiente, para garantir a preservação das propriedades a que se comprometeu. Essa informação poderá ser utilizada para determinar a eficácia das suas atividades de preservação no longo prazo (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

As ações de preservação digital compreendem procedimentos para garantir as características dos documentos arquivísticos digitais, das quais se destaca a autenticidade (ROCHA e SILVA, 2007). Com isso, ressalta-se a pertinência de definir e implementar os “requisitos fundamentais”, seja na orientação para desenvolvimento/aquisição de sistemas informatizados, seja na avaliação dos sistemas que estão em uso. Conseqüentemente, será possível manter conformidade com a legislação e com as especificidades de gestão da informação (PINTO, 2009).

Dessa forma, o RDC-Arq define o que será preservado, e assim, firma o compromisso com tais tipos de informação definidos *a priori*. O cumprimento desse requisito é essencial para demonstrar a capacidade de preservar documentos de forma confiável, visto que as propriedades significativas impactam diretamente na presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais.

3.2. Reunir os objetos digitais necessários

Cabe ao RDC-Arq especificar claramente, no momento do depósito, quais informações precisam ser respectivamente associadas à informação de conteúdo, de modo a buscá-las junto ao produtor. Tal requisito pode ser evidenciado por meio de: exigência de transferência; acordos entre o produtor e o RDC-Arq; e fluxo de trabalho para produzir o AIP. Logo, é preciso especificar exatamente quais são os objetos digitais transferidos, qual a documentação que está associada, e se existem restrições de acesso (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

O nível de precisão dessas especificações irá variar conforme as políticas de cobrança em relação aos produtores. Logo, o RDC-Arq deverá buscar junto ao produtor toda a informação necessária para representar corretamente as informações de conteúdo. Reunir todos os objetos digitais necessários garante que a comunidade designada possa acessar a informação de conteúdo de forma autêntica.

Observa-se que a autenticidade dos documentos está relacionada à confiabilidade da custódia documental nos sistemas de gestão e preservação. Entende-se que a manutenção da autenticidade não se limita aos arquivos permanentes, portanto, devem-se empregar métodos confiáveis desde a gênese dos documentos, perpassando todo o seu ciclo de vida (SANTOS e FLORES, 2019a).

Com isso, o RDC-Arq deve buscar todos os objetos digitais necessários à autenticidade e correta representação das informações de conteúdo. Igualmente, se desperta atenção para que o produtor empregue métodos de produção, armazenamento e tramitação confiáveis.

Por vezes uma simples migração não será suficiente, portanto é preciso vislumbrar o acesso ininterrupto aos objetos digitais, de modo a preservar seus diversos recursos informacionais. Ademais, devem-se estabelecer políticas para admissão, tratamento, representação e descrição dos objetos digitais. Com isso, estima-se desenvolver um sistema confiável que manterá informações autênticas (BOERES e CUNHA, 2012).

Há ainda a possibilidade dos objetos digitais sofrerem variações no conteúdo durante o seu ciclo de vida. Soma-se a isso a necessidade de alterar a informação digital para que possa ser preservada. Logo, tal fato reforça a necessidade de adaptação dos conceitos de autenticidade e fixidez, permitindo assim, uma variabilidade limitada para os documentos arquivísticos em ambiente digital.

A variabilidade limitada consiste na variação de forma e do conteúdo dos documentos. No entanto não poderá comprometer o seu caráter arquivístico, pois deverá ser implementada a partir de regras fixas (RONDINELLI, 2013). Logo, a variabilidade limitada equivale a variação de forma e apresentação intencionais criadas e já previstas pelo autor (SANTOS, 2012).

Ressalta-se que no âmbito do RDC-Arq poderá haver variações em relação ao objeto conceitual, seja na preservação de determinadas características em detrimento de outras; seja na variabilidade limitada. Mesmo assim, a essência da informação de conteúdo será preservada por meio da reunião de objetos digitais que compõem a informação conteúdo, de modo a manter as propriedades significativas e respeitar as variações intencionais criadas pelo autor.

3.3. Identificar e analisar o SIP

O RDC-Arq deve ser capaz de extrair a informação contida nos SIP's. Tal requisito pode ser evidenciado por: informação de empacotamento dos SIP's; informação de representação para os conteúdos dos SIP's; e especificações dos formatos de arquivo documentados. Além de reconhecer o conteúdo de um SIP, o RDC-Arq deve confirmar se corresponde ao esperado, se as informações de conteúdo estão corretamente identificadas, e se as propriedades significativas da informação de conteúdos foram selecionadas corretamente (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Dessa forma, o RDC-Arq poderá analisar o conteúdo de um determinado objeto digital e verificar se a sua estrutura lógica corresponde ao formato de arquivo que representa. Tal procedimento é pertinente, pois os formatos de arquivo podem não refletir o que realmente são. Ou seja, um documento de texto pode estar equivocadamente representado em um formato de imagem, o que resulta no erro de interpretação/representação da informação de conteúdo. Ressalta-se que tais questões são verificadas durante o processo de admissão do SIP ao RDC-Arq.

Inicialmente, a entidade de admissão recebe os SIP's, verifica a sua qualidade, gera os AIP's correspondentes conforme os padrões definidos pelo Arquivo, e após, gera a informação descritiva dos AIP's, que corresponde aos metadados para pesquisa e recuperação. Por fim, os AIP's criados e suas informações descritivas são transferidos, respectivamente, para a entidade de armazenamento arquivístico, e para a entidade de gerenciamento de dados (THOMAZ e SOARES, 2004).

Deve-se destacar que o pacote de informação consiste em um envelope conceitual no qual são encapsulados a informação de conteúdo e os metadados de preservação (SARAMAGO, 2004). Assim, tal pacote visa reunir o objeto de dados e a respectiva informação de representação para descrever corretamente o objeto de informação (documento arquivístico), bem como fornecer subsídios para preservação. Assim, o pacote de informação visa em manter o documento arquivístico digital atrelado à respectiva

informação de representação, de modo a contribuir na presunção de autenticidade e garantir o acesso inteligível no longo prazo. Ademais, a arquitetura desse pacote irá auxiliar a comunidade designada na recuperação das informações de conteúdo (SANTOS e FLORES, 2019a).

3.4. Identificar os produtores da informação

Compete ao RDC-Arq ter mecanismos para verificar a identidade dos produtores das informações de conteúdo. Isso evita que se atribua proveniência errônea às informações que serão preservadas. Tal requisito pode ser evidenciado com: procedimentos de autenticação; adição de vínculo jurídico aos acordos de submissão/contratos de depósito; e procedimentos/rotinas tecnológicas (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Os princípios da proveniência é um ponto fundamental da Arquivística que delimita a origem do acervo. Assim, reflete a origem da acumulação no que tange à evolução das estruturas, funções e atividades, tanto internas quanto externas ao órgão. Ao respeitar esse princípio, evita-se a mistura de acervos arquivísticos com os não arquivísticos. Logo, a classificação irá refletir a origem dos documentos e permitir a reconstrução do vínculo orgânico entre os documentos (LOPES, 2014).

Nesse sentido, as principais características que diferenciam os documentos de arquivo dos demais documentos são a proveniência e a organicidade. Sua combinação permite identificar o vínculo arquivístico, que consiste em uma conexão lógica e formal capaz de unir documentos de um mesmo conjunto conforme suas funções e atividades (BELLOTTO, 2014b).

A pertinência da organicidade e da proveniência se solidifica ao tornarem-se princípios da disciplina Arquivística. A combinação desses permite estabelecer o vínculo arquivístico, capaz de relacionar logicamente os documentos, constituindo assim, fundo documental.

Observa-se que a constituição do fundo vai além da reunião física de documentos, por isso tal conceito mantém-se adequado para documentos em ambiente digital. Pode-se manter o vínculo arquivístico dos documentos digitais por meio de metadados, e assim, assegurar princípios arquivísticos de: proveniência, organicidade, indivisibilidade, unicidade e naturalidade (BELLOTTO, 2014a).

Dessa forma, o RDC-Arq determinará corretamente os produtores de cada SIP recebido, mantendo os princípios da Arquivística. Neste ponto, ressalta-se a importância da inserção de metadados que auxiliem no processo de identificação de produtores, recebedores e acumuladores. Tais metadados contribuirão para relacionar logicamente os documentos, e assim, recuperar o vínculo arquivístico na busca pela reconstrução do fundo.

3.5. Verificar a integridade do SIP

O RDC-Arq deve ter um processo de admissão que verifique a integridade e a precisão de cada SIP recebido para detectar e corrigir erros de criação e transmissão. Tal requisito pode ser evidenciado por: políticas de preservação; implementação do plano de preservação; registros detalhados das transferências; e definições de integridade e precisão (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Dessa forma, as informações coletadas durante o processo de admissão podem ser comparadas com informações coletadas anteriormente, que retratam as expectativas do produtor/depositante. A correção do SIP irá depender dos conhecimentos que o RDC-Arq possui e das ferramentas que estão disponíveis para verificar a precisão. Isso inclui verificar se os formatos de arquivo são o que eles afirmam ser ou verificar o seu conteúdo. Ademais, o RDC-Arq pode rejeitar a transferência, somente admitindo o SIP após o produtor reparar os erros (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Os documentos arquivísticos em ambiente digital assumem formas diferentes dos em meio analógico. Tais formas são: a armazenada e a manifestada. O documento armazenado corresponde a todos os objetos digitais necessários para sua correta representação. Já a forma manifestada se refere a apresentação desse documento, que se dá por meio da recuperação a partir dos objetos digitais, que é expressa por um periférico de saída.

O documento manifestado tem caráter arquivístico, pois pode ser compreendido por humanos. Tal documento não se representa por si mesmo, ou seja, é composto por diversos objetos digitais, que após serem processados manifestam-no. Sendo assim, existe uma relação de interdependência entre o documento manifestado e os objetos digitais que o compõem (RONDINELLI, 2013).

Ao considerar o ambiente organizacional, observa-se que a integridade das informações está diretamente relacionada com a qualidade dos sistemas e das ferramentas de tecnologia da informação (DE SORDI, 2008). Logo, é essencial que os documentos digitais mantenham-se íntegros de modo que o sentido da mensagem comunicada não seja inalterado (INTERPARES, 2007b).

Nessa perspectiva, ressalta-se que um RDC-Arq deve ter um rígido controle da admissão de conteúdos, de modo que os pacotes AIP reflitam as informações de conteúdo dos pacotes SIP. Isso é essencial para demonstrar que o RDC-Arq está cumprindo com a preservação da integridade e demais compromissos firmados com os produtores.

3.6. Obter controle sobre os objetos digitais

Um RDC-Arq deve obter controle suficiente, tanto legal quanto físico, para preservar os objetos digitais. Tal requisito pode ser evidenciado por: documentos que comprovem o nível de controle físico; e um catálogo em forma de banco de dados, que seja capaz de listar todos os objetos digitais e seus respectivos metadados necessários para validar a integridade. Com esse controle, o RDC-Arq poderá executar planos de preservação para que os materiais custodiados tornem-se acessíveis aos consumidores (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Na ausência de licença para negociar a propriedade intelectual junto ao produtor, é essencial que o RDC-Arq tenha um acordo que lhe autorize a realizar as atividades de preservação. Isso contempla possível alteração dos *bits*, seja por meio de estratégias de migração, ou pela inserção de metadados. Igualmente, a disseminação dos documentos deve ser orientada por um acordo de direitos, instrumento pelo qual se definem os usos da informação custodiada pelo RDC-Arq (SANTOS e FLORES, 2019b).

Ao administrador do RDC-Arq aplica-se o conceito de “custodiante confiável”, logo, este requer a definição de mandato e competência, tanto jurídica quanto administrativa para que possa realizar as atividades de preservação (SILVA, 2017). Nesse sentido, o RDC-Arq

deverá negociar tais direitos com os produtores/detentores da informação. Com isso é possível executar procedimentos de preservação no longo prazo e disponibilizar a informação aos consumidores (SARAMAGO, 2004).

Observa-se que o RDC-Arq necessita obter o controle de todos os objetos digitais que são vinculados à informação de conteúdo para efetuar as atividades necessárias a sua preservação, e prover o acesso à comunidade designada. Isso requer o controle legal e físico/lógico, de modo que seja suficiente para executar estratégias, inserir metadados, bem como definir as propriedades significativas que serão mantidas. Ou seja, o RDC-Arq requer a permissão legal para alterar os objetos digitais, no entanto, deve preservar as características que conferem autenticidade à informação de conteúdo.

3.7. Fornecer *feedback* ao produtor durante a admissão

O RDC-Arq deve fornecer *feedback* ao produtor durante a admissão, para verificar que não existem lapsos de comunicação que possam ocasionar a perda de SIP's. Tal requisito pode ser evidenciado por: acordos de submissão; contratos de depósito; documentação de fluxo de trabalho; e demais relatos de evidência por meio de memorandos e e-mails. Com isso, o RDC-Arq fornece relatórios de progresso ao produtor/depositante especificando os pontos definidos durante o processo de admissão. Ademais, deve informar o produtor sobre relatório de erros, correções e qualquer transferência de custódia (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Cabe ao RDC-Arq ter controles para transferência/recolhimento de documentos arquivísticos digitais. Trata-se da alteração da cadeia de custódia que delega as responsabilidades do produtor para o preservador. Para tanto, deve estabelecer mecanismos de monitoramento que registrem o processo de admissão dos SIP's. Igualmente, deve-se verificar a proveniência dos documentos arquivísticos submetidos, bem como se correspondem ao que foi especificado pelo produtor (INTERPARES, 2007a).

O momento da admissão é um ponto crítico com relação a autenticidade das informações de conteúdo. Logo, é fundamental ter mecanismos para elevar a segurança da transferência, a fim de evitar manipulações de conteúdos, bem como inclusão de informações indevidas. Ademais, o RDC-Arq deverá notificar o produtor com relação ao andamento do processo, detalhando os eventos que vierem a ocorrer, como, por exemplo, erros de submissão, SIP's inadequados, falhas do sistema, entre outros.

Para tanto, o RDC-Arq deve demonstrar que avalia sistematicamente a satisfação de produtores e consumidores, buscando satisfazê-los com os serviços prestados (BRASIL, 2015). Logo, a confiabilidade do RDC-Arq se desenvolverá em três níveis, ao comprovar que: os produtores enviam as informações corretas; os consumidores recebem as informações corretas; e os fornecedores prestam os serviços adequados (THOMAZ, 2007).

Dessa forma, cabe ao RDC-Arq informar o produtor sobre o andamento dos procedimentos de admissão, de modo que seja possível demonstrar a conformidade das ações proferidas sobre o SIP frente às questões definidas previamente. Defende-se que o RDC-Arq mantenha uma relação de transparência com o produtor, informando-lhe sobre o andamento das ações de preservação digital.

3.8. Assegurar a autenticidade do conteúdo adquirido

Cabe ao RDC-Arq manter registros sobre ações e processos da administração relacionados a aquisição de conteúdo para garantir que a documentação capturada é autêntica, passível de ser utilizada em auditorias. Tal requisito pode ser evidenciado por: documentação relativa a decisões; metadados de preservação que sejam armazenados e associados aos objetos digitais; e recibos de confirmação enviados aos fornecedores. Tais registros podem ser criados de forma automática ou inseridos por indivíduos autorizados, logo, o RDC-Arq deve demonstrar que todas as ações relevantes são realizadas (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Sendo assim, o RDC-Arq precisa registrar todos os procedimentos administrativos para manter um histórico das ações realizadas, que servirá para comprovar a autenticidade das informações de conteúdo admitidas. Ressalta-se que manter o registro de tais procedimentos administrativos contribui para despertar a confiança dos produtores e da comunidade designada.

O processo de preservação deve assegurar que os objetos digitais foram mantidos de forma autêntica. Ou seja, os objetos digitais resultantes de tal processo mantêm todos os aspectos considerados essenciais (THIBODEAU, 2002). Com isso, pode-se comprovar a autenticidade desde a produção, até o recolhimento ao arquivo permanente (INNARELLI, 2009).

A presunção de autenticidade é definida a partir de fatos conhecidos sobre a produção e o armazenamento dos documentos digitais (INTERPARES, 2007b). Assim, devem-se analisar questões como: forma fixa, conteúdo estável, contexto de produção, manutenção/uso e preservação. Verificar a autenticidade requer ir além da observação características físicas e da implementação de soluções tecnológicas (BRASIL, 2015). Com isso, observa-se que a presunção de autenticidade está relacionada à informação orgânica e não ao suporte, entendido como neutro (DELMAS, 2010).

Dessa forma, a crítica com relação à veracidade dos documentos tornar-se-á desprovida de sentido caso não seja possível comprovar a sua autenticidade (LOPEZ, 2004). Ressalta-se que os documentos arquivísticos consistem em fontes de prova e informação, as quais registram informações de caráter cultural, histórico, científico, técnico, econômico e administrativo. Portanto, requerem autenticidade para que possam fornecer evidências das respectivas ações, e assim, contribuir para ampliar a memória social (BRASIL, 2004).

A manutenção da autenticidade é essencial para que os documentos arquivísticos possam ser utilizados para fins de prova ou informação. Para tanto surge a necessidade do RDC-Arq assegurar a integridade dos objetos digitais que compõem cada AIP.

4. Criação do AIP

Durante a criação do AIP, o RDC-Arq deve definir um identificador único de nomenclatura geral para cada AIP ou classe de informação, que demonstra a preservação de suas propriedades significativas. As transformações dos SIP's em AIP's precisam ser descritas, além de manter os identificadores únicos previamente associados. Um contexto semântico

entre objetos digitais armazenados deve ser estabelecido, e as informações de representação admitidas requerem registro.

Assim, é preciso documentar os processos de aquisição e gerenciamento dos metadados de preservação para as informações de conteúdo associadas, além de adquirir outros metadados necessários à preservação. O processo de criação do AIP ainda requer a verificação da compreensão da informação de conteúdo, da integridade e da precisão de cada AIP. De forma complementar, deve-se fornecer um mecanismo para auditoria da integridade dos materiais custodiados, e manter registros dos metadados de processos administrativos pertinente à preservação.

4.1. Identificar o AIP e todos os seus componentes

O RDC-Arq deve ter, para cada AIP ou classe de AIP, uma definição associada adequada para analisar esses AIP's e contemplar suas necessidades de preservação de longo prazo. Isso assegura que o AIP e sua definição associada, incluindo a informação de empacotamento, sempre poderão ser localizados, processados e gerenciados dentro do RDC-Arq (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Para tanto, o RDC-Arq deve ter capacidade de identificar qual definição se aplica para determinado AIP. Isso assegura que se utiliza a definição apropriada para analisar/interpretar o AIP. Tal requisito pode ser evidenciado por documentação que relacione claramente cada AIP ou classe de AIP à sua definição (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Compete ao RDC-Arq monitorar os componentes digitais por meio de ferramentas amplamente reconhecidas pela comunidade de preservação (BRASIL, 2015). Ademais, por vezes o preservador terá de extrair os documentos digitais do sistema no qual foram produzidos. Para tanto, deve garantir que todos os componentes considerados essenciais serão identificados, de modo que suas relações sejam detalhadas por meio de metadados, antes mesmo de sua transferência (INTERPARES, 2007a).

Sendo assim, o RDC-Arq poderá usar o método que considerar mais apropriado para associar as definições aos AIP's. Assim, tal requisito cria um elo lógico entre os objetos digitais que contribui para a correta representação das informações de conteúdo, bem como, auxilia no processo de busca e recuperação da informação.

Compete ao RDC-Arq ter uma definição adequada de cada AIP a fim de preservá-lo em longo prazo, de modo que seja possível identificar e analisar todos os seus componentes necessários. Isso possibilita mostrar explicitamente que os AIP's estão apropriados à sua finalidade, sendo que cada componente de um AIP foi concebido de forma adequada, e que os planos para manutenção de cada AIP estão definidos. Tal requisito pode ser evidenciado por demonstrações do uso das definições para extrair informações de conteúdo e Informação Descritiva de Preservação (*Preservation Description Information – PDI*) do AIP (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Dessa forma, deve-se identificar cada classe de AIP, descrever como cada uma é implementada no RDC-Arq, e relacionar os componentes necessários para a preservação do AIP para garantir aos produtores e consumidores que as propriedades significativas serão preservadas. Além disso, é preciso identificar claramente que componentes do AIP

podem ser geridos, bem como a necessidade de criar novas versões para cumprir sua finalidade (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Observa-se que o RDC-Arq deverá identificar e manter uma relação dos componentes necessários para preservar as propriedades significativas dos AIP's. Além disso, será necessário demonstrar, periodicamente por meio da revisão, que tais componentes satisfazem as necessidades de preservação.

4.2. Descrever a transformação do SIP em AIP

Com uma descrição de como o AIP é construído a partir SIP é possível assegurar que o AIP representa adequadamente as informações relativas ao SIP. Para isso será necessário uma descrição precisa das ações, suficiente até mesmo para as transformações complexas. Tal requisito pode ser evidenciado pela documentação sobre a relação entre SIP's e AIP's, explicitando como os AIP's são derivados dos SIP's (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Cabe ao RDC-Arq descrever o processo de transformação dos SIP's em AIP's, de modo que possa apontar todas as transformações perpassadas pelos documentos, seus metadados iniciais, bem como os metadados que foram adicionados no momento da criação do AIP. Ademais, deve-se ter capacidade de demonstrar se os SIP's foram aceitos e transformados em AIP's, seja de forma integral ou parcial, ou ainda, se foram rejeitados pelo RDC-Arq (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o RDC-Arq demonstra que a informação de conteúdo armazenada na forma de AIP está em conformidade com aquela submetida originalmente pelo produtor na forma de SIP. Para tal, é necessário detalhar como ocorreram as transformações necessárias ao armazenamento. Essa descrição corrobora para demonstrar a autenticidade das informações de conteúdo, pois justifica as suas possíveis transformações, relacionando-as à necessidade de alterar a informação digital para melhor preservá-la. O registro dessas ações também auxilia no processo de presunção da autenticidade dos documentos.

4.3. Documentar a disposição final de todos os SIP's

O RDC-Arq deve registrar os procedimentos relativos ao tratamento dos SIP's admitidos, logo, é essencial indicar sua localização após ser transformados em AIP ou detalhar os motivos de sua eliminação, em casos especiais. Para tanto, deve-se seguir procedimentos documentados, e justificar os motivos, caso um SIP seja rejeitado ou descartado.

Sendo assim, é preciso assegurar que os SIP's recebidos foram tratados de forma apropriada, e que não ocorreram perdas acidentais. Tal requisito pode ser evidenciado por: registros de eliminação; acordos com depositantes; sistema de rastreamento da proveniência; e documentação sobre como os AIP's são derivadas do SIP's. Ademais, deve-se manter a informação descritiva apropriada sobre a proveniência de todos os objetos digitais (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

É preciso seguir políticas e procedimentos devidamente documentados para assegurar que a informação de conteúdo é preservada contra quaisquer entraves que possam ocorrer. Isso inclui o desaparecimento do acervo, logo, tal política garante que os AIP's nunca são excluídos, exceto que seja permitido por uma estratégia aprovada (ASSOCIAÇÃO..., 2007; CONSULTATIVE..., 2012; INTERNATIONAL..., 2012a). Tal estratégia se refere a possíveis

equivocos que podem ocorrer no momento da admissão de conteúdos. Dessa forma, será preciso justificar a exclusão, tendo em vista que um determinado objeto digital foi transformado em AIP por mero equívoco.

A preservação digital requer a implementação de um sistema de gestão documental integrado e que seja normalizado. Assim, os documentos capturados serão classificados, avaliados, preservados de forma autêntica e acessível. Ademais, devem ser descritos para otimizar a busca e a recuperação das informações (CASANOVAS, 2008).

Com isso, o RDC-Arq terá de registrar o motivo das exclusões de SIP's submetidos de forma equivocada, quando houver, visto que os documentos arquivísticos submetidos/recolhidos ao RDC-Arq (arquivo permanente) não devem ser eliminados ou recusados de forma arbitrária. Logo, é necessário justificar a natureza do equívoco/erro ou mesmo inconformidade dos SIP's com as normas de submissão previamente definidas.

4.4. Manter identificadores únicos para os AIP's

Ao utilizar uma convenção, que gera identificadores únicos para todos os AIP's e seus respectivos componentes, o RDC-Arq poderá fazer verificações para inibir duplicações. A identificação exclusiva otimiza a precisão no processo de busca e recuperação da informação de conteúdo, além de evitar a dispersão dos componentes digitais. Igualmente, é preciso descrever os processos utilizados para alterar tais identificadores, pois isso agrega confiabilidade ao sistema de identificação (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

A identificação exclusiva permite que o RDC-Arq tenha maior controle sobre a documentação. Assim, cada AIP e seus respectivos componentes podem ser localizados independentemente de sua complexidade. Com isso, é possível entregar as informações de conteúdo solicitadas aos consumidores com elevada precisão. Ademais, desperta-se a questão da confiabilidade, pois, além da identificação exclusiva, há ainda o registro das alterações sobre o sistema de identificação. Tal questão é essencial para comprovar que todas as alterações proferidas no ambiente de preservação são monitoradas e registradas, objetivando a presunção de autenticidade.

Nesse sentido, o RDC-Arq deve fornecer uma lista completa de todos os identificadores e fazer verificações pontuais para identificar possíveis duplicações. O sistema de identificadores deve ser adequado para comportar a demanda atual do RDC-Arq e as necessidades futuras no que tange ao número de objetos, bem como, assegurar que cada AIP possa ser inequivocamente encontrado e distinguido dos demais. Tal requisito pode ser evidenciado pela documentação que descreve o sistema de nomenclatura utilizado (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Dessa forma, o RDC-Arq deve garantir a capacidade de recuperar a informação de conteúdo desejada, com alto grau de precisão. Igualmente, deve prevenir a existência de informações duplicadas por meio de um sistema de identificadores exclusivos. Tais questões são essenciais para demonstrar confiança à comunidade designada.

Ressalta-se que a identificação exclusiva está prevista na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), logo, em seus elementos de descrição pode-se observar que o item "1 área de identificação" possui o subitem "1.1 código de referência" o qual tem como

objetivo identificar a unidade de descrição. Essa identificação¹ perpassa, obrigatoriamente, o registro do código do país (BR), o código da entidade custodiadora e o código específico da unidade de descrição (BRASIL, 2006).

Posteriormente, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional do Brasil, publicou a Resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009. Tal resolução define que a instituição terá essa identificação ao realizar o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), que deverá ser solicitada ao CONARQ. Por consequência, os acervos cadastrados terão códigos padronizados para facilitar a distinção entre as instituições cadastradas. Essa resolução também recomenda o uso da Nobrade aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) (BRASIL, 2009).

Cabe ao RDC-Arq ter um sistema confiável para localizar os AIP's e seus componentes de forma exclusiva e independente de sua localização física. Logo, é essencial rastrear as ações relacionadas ao AIP no longo prazo, considerando as alterações do sistema e as mudanças de armazenamento. Tal requisito pode ser evidenciado por meio de documentação que descreva a convenção de nomenclatura e a evidência física de sua aplicação. Identificadores únicos para uso interno e externo melhoram a visibilidade no entendimento de gestores e auditores, portanto é ideal que os identificadores sejam gerados no momento da criação do AIP, caso contrário, deve haver rastreabilidade (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Sendo assim, o RDC-Arq deve ser capaz de localizar os AIP's e seus respectivos componentes, mesmo que sejam realizadas atualizações no sistema, no suporte ou no local de armazenamento. Para tanto, deve-se solicitar o Codearq e considerar a implementação de identificadores únicos conforme a NOBRADE.

4.5. Fornecer informação de representação suficiente aos objetos digitais

O RDC-Arq precisa de ferramentas para fornecer informação de representação necessária para todos os objetos digitais armazenados. Portanto, deve identificar os formatos de arquivo dos objetos digitais para vincular a informação de representação de modo que a comunidade designada possa interpretar a informação de conteúdo corretamente (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Ao identificar o formato de arquivo de todos os objetos de dados submetidos, o RDC-Arq buscará técnicas de tratamento específicas para cada formato de arquivo. Posteriormente, deve determinar a informação de representação necessária para tornar cada objeto de dados compreensível à sua comunidade designada, bem como, assegurar que os requisitos da informação de representação são persistentemente associados a tais objetos (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

¹ Por exemplo, o código "BR AN Q6.LEG.COR,TEL" pertence a instituição "Arquivo Nacional do Brasil", e corresponde a subsérie "Telegramas", nível 3,5, do fundo "Floriano Peixoto", seção "Governo Legal", série "Correspondência" (BRASIL, 2006).

Tal requisito pode ser evidenciado por: registros da informação de representação; registros de bases de dados que incluem informação de representação e uma persistente ligação para objetos digitais relevantes. Ressalta-se que este requisito limita-se a exigir que cada RDC-Arq tenha acesso a tais ferramentas, de modo que não o obriga a ter as suas próprias. Isso permite elevar o controle de qualidade e reduzir os custos de manutenção no longo prazo (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

No âmbito dos documentos digitais há outras finalidades para os metadados que vão além das ferramentas para descrição e acesso. Assim, o gerenciamento requer processos para identificar informações de forma precisa, e assim, executá-los adequadamente (SAYÃO, 2010). Nessa perspectiva, os metadados têm finalidades além da busca e recuperação da informação, visto que são essenciais na gestão e na preservação. Logo, podem fornecer informação de representação, ou mesmo relacionar os objetos digitais para facilitar a tramitação, bem como a compreensão da informação de conteúdo.

Assim, o RDC-Arq irá reunir toda a informação de representação necessária, incluindo os metadados, junto aos produtores para garantir a correta interpretação/representação dos objetos digitais pela comunidade designada. Além de cumprir as funções de preservação, o uso de metadados permite relacionar os objetos digitais e fornecer acesso de forma inteligível à documentação.

4.6. Registrar a aquisição e a associação de PDI

Compete ao RDC-Arq registrar a aquisição de PDI que será vinculada à informação de conteúdo para representá-la corretamente. Esse procedimento de coleta de dados deve utilizar um mecanismo padronizado, definido *a priori*.

O RDC-Arq deve assegurar que a PDI é persistentemente associada às informações do conteúdo. Isso requer a manutenção de uma trilha de auditoria para apoiar reivindicações de autenticidade, de modo que mudanças não autorizadas sobre os objetos digitais possam ser detectadas. Dessa forma, é possível identificar os objetos digitais e colocá-los no contexto adequado. Tal requisito pode ser evidenciado por: procedimentos operacionais padronizados; manuais dos procedimentos de admissão; e documentação sobre aquisição/gerenciamento da PDI (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Ressalta-se que os documentos analógicos e os digitais possuem os mesmos componentes. No entanto, pode-se separar, armazenar e gerir os componentes dos documentos digitais individualmente na forma de metadados (RONDINELLI, 2005). Tal peculiaridade demonstra que os documentos arquivísticos em ambiente digital requerem informações adicionais como a PDI. Igualmente, é preciso ter procedimentos para realizar essa associação, e assim contribuir para a sua presunção de autenticidade.

Além de auxiliar o RDC-Arq a garantir que a informação de conteúdo não foi corrompida (informação de fixidez) e que é encontrável (informação de referência); a PDI auxilia na sua compreensão. Para tanto, fornece uma perspectiva histórica (informação de procedência/proveniência) assim como as relações com outros objetos (informação de contexto). Logo, ressalta-se que a PDI deve ser permanentemente associada com a informação de conteúdo (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Com isso, o RDC-Arq irá registrar informações adicionais e autorizadas que se relacionam à fixidez, referência, proveniência e contexto. Esse fluxo de constante associação eleva a

confiabilidade dos procedimentos de aquisição de PDI, de modo a corroborar com a presunção de autenticidade dos AIP's.

4.7. Assegurar que as informações de conteúdo do AIP são compreensíveis

Deve-se assegurar que a informação preservada é compreensível pela comunidade designada, de modo que é possível interpretá-la corretamente por meio de interfaces adequadas sem a necessidade da assistência de terceiros (SARAMAGO, 2004). Assim, o nível de compreensão dos AIP's criados pelo RDC-Arq irá corresponder às expectativas dos consumidores.

Logo, deve-se ter um processo documentado para testar os AIP's, no momento de sua criação, para verificar se a informação de conteúdo do AIP é compreensível à comunidade designada (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b). Assim, poderá inserir informações adicionais, caso seja necessário para representar/interpretar as informações de conteúdo.

Ressalta-se que o teste executado deve se estender para todas as classes de informação de conteúdo que compõem o AIP. Portanto, reúnem-se todos os componentes digitais considerados necessários à compreensão pela comunidade designada.

Caso o de teste aponte falha de compreensibilidade, caberá ao RDC-Arq admitir informações adicionais para tornar as informações de conteúdo compreensíveis à comunidade designada. Tal requisito pode ser evidenciado por: procedimentos de teste executados sobre os AIP's para garantir o nível de compreensão definido à comunidade designada; registros desses testes de evidência de recolhimento ou identificação da informação de representação para preencher lacunas de inteligibilidade; e retenção de indivíduos com expertise sobre essa técnica (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

[...] a convergência entre o repositório arquivístico e o OAIS, possibilita manter a autenticidade e a custódia, respeitar os princípios da proveniência e da organicidade, além de manter-se adequado às sete funções arquivísticas. Um RDC-Arq possui uma série de responsabilidades, assim, é possível assegurar que os documentos admitidos podem ser preservados, que existe uma comunidade interessada capaz de compreendê-los, e que existem procedimentos e políticas para garantir a sua preservação e garantia de acesso em longo prazo. Dessa forma, o RDC-Arq consiste em um repositório digital especializado em preservar documentos arquivísticos digitais, e torna-se o “arquivo permanente digital”, um ponto de referência na implementação dos sistemas de arquivo (SANTOS e FLORES, 2019a:129).

Dessa forma, o RDC-Arq deve assegurar que as informações de conteúdo e demais componentes de seus AIP's sejam compreensíveis à comunidade designada. Caso necessário deverá buscar informações adicionais e acrescentá-las ao pacote para torná-lo inteligível aos usuários; ademais, tais ações elevam a presunção de autenticidade dos documentos digitais.

4.8. Verificar a integridade e a exatidão dos AIP's criados

O RDC-Arq deve assegurar que os materiais mantidos em longo prazo podem ser rastreados com as informações fornecidas pelos produtores. Tal requisito pode ser evidenciado pela descrição do procedimento que verifica a integridade e a exatidão dos AIP's. Observa-se que este procedimento tem início na recepção do SIP (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Os documentos devem manter a mesma apresentação que se faz perceptível por meio dos seus elementos identificadores. Portanto, não devem ser alterados, seja de forma intencional ou involuntária. Tal condição está relacionada à custódia confiável exercida pelo produtor ou custodiador devidamente autorizado (SANTOS, 2012). Logo, as únicas alterações possíveis nos documentos devem fazer parte de uma política de preservação definida *a priori*, que mantenha as propriedades significativas.

Dessa forma, caso o RDC-Arq tenha um processo de verificação (integridade e exatidão) do SIP, basta demonstrar como um AIP é derivado de um SIP que tenha sido previamente verificado. Logo, deve-se manter uma descrição capaz de relacionar o AIP armazenado com o SIP submetido pelo produtor, de modo que se consiga recuperar as informações de conteúdo com integridade e exatidão.

4.9. Verificar a integridade do acervo periodicamente

Cabe ao RDC-Arq a responsabilidade de manter um mecanismo independente para verificar a integridade dos conteúdos que armazena. Tal requisito pode ser evidenciado por: documentação de acordos com o produtor; e por relatórios de verificações periódicas. Sendo assim, é preciso demonstrar, para cada item, qual é o AIP do qual é derivado. Entretanto, pode ser necessário, em casos específicos, mostrar que não há AIP para um item, porque a admissão ainda está em andamento, ou porque o item foi rejeitado por algum motivo (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Nesse sentido, o RDC-Arq se compromete em definir, coletar, auditar e fornecer mecanismos para controlar a integridade dos documentos custodiados (BRASIL, 2015). A presunção de autenticidade desses documentos terá com base: a análise de uso, manutenção/preservação, forma e conteúdo. Destaca-se a importância dos procedimentos de controle e do sistema informatizado adotado pelo produtor, de modo a detalhar a produção, tramitação, direitos de acesso, classificação, metadados, preservação e destinação final dos documentos. Para tanto, será preciso um sistema confiável que contenha trilhas de auditoria, controle de usuários, armazenamento estável, controle de segurança da informação e métodos para monitorar alterações nos objetos digitais como *checksum* e/ou *hash* (BRASIL, 2012).

Dessa forma, o RDC-Arq deverá ter um mecanismo independente para verificar a integridade do acervo, identificando cada AIP e seus respectivos componentes. Isso é relevante para garantir princípios arquivísticos como o da proveniência e da indivisibilidade/integridade dos fundos. Tal verificação auxilia para reunir todos os objetos necessários à correta interpretação/representação das informações de conteúdo pela comunidade designada. Igualmente, pode-se verificar a integridade de cada objeto digital com o auxílio das ferramentas de *checksum* e *hash*.

4.10. Registrar ações da administração pertinentes à criação do AIP

O RDC-Arq deve assegurar um meio independente para verificar se todos os AIP's foram criados de acordo com os procedimentos documentados, e que nenhuma ação relevante foi omitida. Esse requisito justifica as práticas do RDC-Arq e pode ser evidenciado por: documentação de decisões e medidas tomadas; e por registros dos metadados de preservação referenciando os objetos digitais. Dessa forma, deve-se demonstrar, por meio de registros contemporâneos, que todas as ações necessárias são realizadas (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Os metadados devem fazer parte de uma política de preservação, de modo que é preciso: definir as responsabilidades pela captura e gerenciamento; identificar os elementos que serão capturados; estabelecer o momento e o método de captura; determinar o seu tempo de guarda; detalhar o armazenamento e as relações com os documentos a quem se referem; garantir que o armazenamento é confiável, com uma trilha de auditoria que registra quaisquer alterações a fim de assegurar a sua autenticidade; ter um *backup*; e manter rotinas de preservação (CASTRO, CASTRO e GASPARIAN, 2007). Assim como os documentos, ressalta-se que os metadados necessitam de rotinas de preservação, manutenção da autenticidade e *backup*.

Com isso, o RDC-Arq demonstra que segue uma política de criação de AIP's previamente definida. De modo que poderá registrar ações relevantes com o uso de metadados de preservação devidamente associados a todos os componentes digitais. Tais procedimentos enriquecem o rol de metadados dos objetos digitais, de modo que registram as ações administrativas pertinentes, logo, elevam a confiabilidade do sistema e corroboram com a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos.

5. Planejamento da preservação

Com relação ao planejamento da preservação, ressalta-se que o RDC-Arq deve identificar e documentar as estratégias de preservação executadas. Ademais, precisa notificar quando a informação de representação adquirir risco de obsolescência, bem como, alterar os planos de preservação conforme os resultados do monitoramento. Com isso, poderá fornecer evidências da eficácia do planejamento da preservação.

5.1. Documentar as estratégias de preservação adequadas ao acervo

Compete ao RDC-Arq fornecer meios para verificar e validar o seu trabalho de preservação. Com isso, define como pretende garantir que as informações permanecerão disponíveis e utilizáveis às gerações futuras. Tal requisito pode ser evidenciado por documentação que identifique cada risco da preservação e as respectivas estratégias para lidar com os riscos (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

As estratégias de preservação digital são essenciais para a confiabilidade do acervo, bem como para garantir o acesso e integridade dos documentos no longo prazo (MÁRDERO ARELLANO, 2004). No entanto, tais estratégias possuem vantagens e desvantagens, de modo que compete a cada instituição identificar o conjunto de estratégias adequado para o tipo de documentação custodiada (SANTOS, 2005).

É preciso considerar a aplicabilidade de uma determinada estratégia para a diversidade de formatos de arquivo existentes. Determinadas estratégias podem ter aplicação restrita a plataformas específicas de *hardware/software*, portanto, a aplicabilidade das estratégias consiste em outro fator para avaliar os serviços de preservação (THIBODEAU, 2002). Com isso surge a necessidade do estudo dos formatos de arquivo a fim de definir a estratégia mais adequada para cada um, o que naturalmente resulta, na necessidade do RDC-Arq implementar mais de uma estratégia.

Tais estratégias definidas no plano estratégico de preservação buscam solucionar riscos como a degradação dos meios de armazenamento, a obsolescência dos suportes de informação, e a obsolescência ou inadequação da informação de representação (incluindo formatos de arquivo). Dessa forma, o RDC-Arq terá o registro de todas as estratégias pertinentes que são utilizadas para preservar os documentos e garantir a autenticidade.

5.2. Ter mecanismos para monitorar o ambiente de preservação

Observa-se que o RDC-Arq precisa reagir às mudanças e assegurar que as informações preservadas se mantêm compreensíveis e utilizáveis pela comunidade designada. Ademais, necessita de um mecanismo para acompanhar e notificar, quando as informações de representação e os formatos de arquivo tornarem-se potencialmente obsoletas. Tal requisito pode ser evidenciado por meio de pesquisas da comunidade designada (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Com o monitoramento do ambiente de preservação o RDC-Arq poderá tomar as decisões adequadas para realizar a manutenção dos objetos digitais, e minimizar os efeitos da obsolescência. Assim, irá assegurar que a comunidade designada será capaz de compreender e utilizar os materiais preservados.

O RDC-Arq deve controlar o acesso ao seu ambiente de administração, permitindo somente pessoas autorizadas. Isso é fundamental para a presunção de autenticidade, de modo que os documentos sejam armazenados em uma “zona militarizada” em que não há acesso direto aos AIP’s, exceto ao administrador do RDC-Arq. Dessa forma, os consumidores somente terão contato com os documentos por meio de uma plataforma de acesso. Tal condição reforça a segurança e a confiabilidade desse ambiente (FLORES, ROCCO e SANTOS, 2016).

Ao monitorar a informação de representação, garante-se que a informação preservada permanecerá compreensível e utilizável pela comunidade designada. Para tanto, além das pesquisas na comunidade designada, pode-se utilizar a assinatura de um serviço de registo das informações de representação e de processos relevantes para lidar com essa informação (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Logo, o RDC-Arq deve manter mecanismos para verificar a obsolescência no que tange a base de conhecimento da comunidade designada. E dessa forma, poderá atualizar ou adicionar a informação de representação necessária para garantir a correta interpretação/representação da informação de conteúdo.

5.3. Adequar o plano de preservação conforme o monitoramento

Cabe ao RDC-Arq demonstrar que está preparado para variações no ambiente externo, sendo capaz alterar o curso do seu plano de preservação conforme as informações de

monitoramento. Tal requisito pode ser evidenciado por: planos de preservação vinculados ao monitoramento tecnológico; processos de preservação voltados ao curto prazo; documentação que comprove as atualizações frequentes das políticas e planos de preservação; e políticas que definam como os planos podem ser atualizados. Da mesma forma, podem-se usar as informações coletadas pelo monitoramento para criar PDI e/ou informações de representação adicionais (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Conforme a tecnologia da informação evolui, torna-se necessário adaptar o processo de preservação dos documentos digitais em virtude do surgimento de novos formatos e funcionalidades. Igualmente, há formatos de arquivo e *softwares* que tornam-se obsoletos. Portanto, o acervo deve estar preparado para transformações de ordem política, tecnológica e financeira. A longevidade do RDC-Arq está relacionada a sua capacidade de adaptação à evolução tecnológica, tendo por missão preservar o patrimônio documental e garantir acesso às gerações futuras (SANTOS e FLORES, 2018).

Com o monitoramento do ambiente de preservação, o RDC-Arq terá condições para alterar o planejamento, de modo a se adequar aos imprevistos e as novas necessidades que surjam durante a execução do plano de preservação. Da mesma forma, poderá reunir informações adicionais que corroborem com a preservação e interpretação dos objetos digitais.

Para tanto, o RDC-Arq necessita de mecanismos para criar, identificar e reunir as informações de representação adicionais. Com isso, pode-se garantir que a informação preservada permanece compreensível e utilizável pela comunidade designada. Tal requisito pode ser evidenciado com: um plano de preservação; uma definição de um serviço de registro de formato; e um serviço de monitoramento tecnológico (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Dessa forma, o RDC-Arq identificará a informação de representação e os formatos de arquivo potencialmente obsoletos. Por conseguinte, irá atualizar o AIP, com adição de PDI ou informações de representação para que possam auxiliar no processo de preservação e na garantia de acesso inteligível.

5.4. Comprovar a eficácia das ações de preservação

Compete ao RDC-Arq demonstrar sua capacidade de manter a informação disponível e utilizável à comunidade designada, tanto no médio, quanto no longo prazo. Tal requisito pode ser evidenciado por: registros de metadados de preservação; prova de usabilidade² dos objetos digitais; e histórico de demonstração para reter objetos digitais utilizáveis no longo prazo (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Tradicionalmente, os Arquivos assim como as Bibliotecas são criados para preservar e garantir a capacidade de acessar as informações registradas no longo prazo, sendo essas as suas principais atribuições. A mesma responsabilidade pela preservação de informações registradas em suportes analógicos é transposta ao ambiente digital (SMITH, 2000).

² O sistema seleciona objetos aleatoriamente para realizar o teste.

Igualmente, é preciso planejar a integração de requisitos para os sistemas de preservação e acesso a fim de mantê-los de forma plena e eficaz para apoiar os processos como a migração e o histórico de custódia dos objetos digitais (HEDSTROM, 1998). Ou seja, tais sistemas não devem ser conflitantes, logo, a escolha dos padrões de metadados deve considerar elementos pertinentes para a presunção de autenticidade, bem como, para facilitar o processo de busca e recuperação da informação no RDC-Arq.

Podem-se realizar testes aleatórios de auditoria, para comprovar a eficiência dos métodos utilizados pelo RDC-Arq. Logo, será possível demonstrar capacidade para preservar continuamente, e garantir a correta representação/interpretação da informação de conteúdo.

6. Preservação do AIP

Preservar as informações de conteúdo dos AIP's requer a implementação de estratégias registradas por meio de metadados adequados, nos quais constam as ações aplicadas. Além disso, o RDC-Arq deve monitorar continuamente a integridade dos AIP's, bem como, manter o registro de ações e processos administrativos pertinentes à preservação.

6.1. Detalhar o armazenamento do AIP

O RDC-Arq deve ter especificações sobre a forma que os AIP's são armazenados até o nível de *bit*. Isso garante que a informação poderá ser extraída no longo prazo. Tal requisito pode ser evidenciado pela documentação que especifica o formato do AIP. Dessa forma, as informações de representação devem especificar os conteúdos de cada componente do AIP até o nível de *bit*, bem como estes componentes são empacotados (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b). Com um conjunto de informações que detalha o armazenamento do AIP, o RDC-Arq poderá recuperar/extrair as informações de conteúdo em qualquer momento.

Destaca-se que a missão fundamental de um RDC-Arq consiste em preservar as informações de conteúdo para suas comunidades designadas. Logo, é preciso demonstrar que os AIP's refletem fielmente as informações de conteúdo que foram capturadas durante a admissão, e que quaisquer transformações planejadas subsequentes continuarão a preservar todas as propriedades das informações requeridas (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Dessa forma, é preciso ter uma política especificando que os AIP's não podem ser excluídos a qualquer momento, assim, preservam-se as ligações entre os AIP's que foram admitidos e as novas versões que tenham sido transformadas ou alteradas *a posteriori*. Tal requisito pode ser evidenciado por: documentação sobre os procedimentos do fluxo de trabalho; documentação sobre a política de preservação especificando o gerenciamento dos AIP's; e ao demonstrar a sequência de conversões realizadas sobre qualquer objeto digital de um AIP (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Com isso, o RDC-Arq manterá registros de todas as transformações realizadas sobre as informações de conteúdo recebidas. Caso sejam necessárias conversões ou informações adicionais, todos estes procedimentos serão registrados, compondo um testemunho do

histórico dos objetos digitais. Logo, esse registro será determinante para assegurar a presunção de autenticidade dos documentos em custódia.

Ressalta-se que a autenticidade dos documentos é determinada por sua tramitação, condições de preservação e custódia. Logo, o conceito de autenticidade depende dos métodos que impedem a adulteração do documento após sua produção (RONDINELLI, 2005). Nesse sentido, detalhar o armazenamento do AIP implica em adicionar informações que se referem a custódia e possíveis manipulações ao ser obtido por meio do SIP.

Para tanto, o RDC-Arq deve monitorar constantemente a integridade do AIP para protegê-lo no longo prazo. Tal requisito pode ser evidenciado ao se adicionar informações de fixidez para cada objeto digital admitido. Assim, o RDC-Arq demonstrará que verifica a integridade de forma regular, captura todas as alterações do AIP e realiza as ações corretivas o mais breve possível (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Observa-se que o RDC-Arq manterá um processo regular de verificação da integridade para cada objeto digital admitido. Dessa forma, irá adicionar informações de fixidez que corroboram com a presunção de autenticidade, além de reparar os objetos que estão corrompidos.

6.2. Registrar as ações administrativas relacionadas aos AIP's

Compete ao RDC-Arq registrar as ações e processos da administração que sejam relevantes ao armazenamento e à preservação dos AIP's. Isso garante que a documentação não é omitida, nem mesmo errônea ou de autenticidade questionável. Tal requisito pode ser evidenciado por meio da documentação de medidas tomadas, e por metadados de preservação associados aos objetos digitais. Esse registro pode ser realizado de forma automatizada ou por indivíduos (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b). Com tais registros em metadados, o RDC-Arq demonstra que todas as ações relevantes foram realizadas e devidamente documentadas, agregando confiabilidade às decisões administrativas proferidas sobre os AIP's.

Para tanto, o RDC-Arq deve ter procedimentos definidos para todas as ações tomadas em cada AIP a fim de assegurar que não ocorreram alterações consideradas inaceitáveis pela comunidade designada. Tal requisito pode ser evidenciado por uma documentação formalizada desde o projeto do RDC-Arq, que descreva todas as ações que podem ser executadas sobre um AIP, e que também defina processos de monitoramento para essas ações (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Assim, o RDC-Arq irá respeitar uma variabilidade limitada, a qual é um parâmetro entre as necessidades de alterar as informações de conteúdo e de manter as propriedades significativas. Com isso, a informação de conteúdo poderá sofrer alterações desde que mantenham as propriedades significativas requeridas para manutenção da sua autenticidade. Logo, as transformações realizadas pelo RDC-Arq não devem descaracterizar os objetos digitais com relação à sua representação, para isso, deve-se considerar um conjunto de alterações aceitáveis, e registrar todas as ações por meio de metadados.

Nessa perspectiva, a autenticidade dos documentos digitais depende do nível de eficácia dos procedimentos de segurança utilizados em sua gênese, tramitação e armazenamento. A sua aceitação como evidência ou prova requer que tais métodos sejam confiáveis

(SANTOS, 2005). Assim, devem-se registrar todos os eventos pertinentes à administração para assegurar a presunção de autenticidade.

O RDC-Arq precisa demonstrar que as medidas tomadas em um AIP estão em conformidade com as especificações das ações definidas *a priori*. Isso assegura que quaisquer ações realizadas sobre um AIP não alteram suas informações de forma inaceitável à comunidade designada. Tal requisito pode ser evidenciado por: metadados de preservação registrados e vinculados aos objetos digitais; documentação sobre as ações realizadas; e auditorias demonstrando que todas as ações mantêm conformidade com os processos documentados (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Quaisquer ações que afetem os conteúdos armazenados no RDC-Arq devem seguir procedimentos previamente estabelecidos, e receber o registro por metadados. Dessa forma, é possível demonstrar que tais alterações são aceitáveis por preservarem o conjunto de propriedades significativas. O registro das alterações corrobora com a presunção de autenticidade de todos os objetos digitais que constituem o AIP.

7. Gestão da informação

O RDC-Arq é responsável por capturar ou criar os metadados de descrição necessários, e associá-los aos AIP's, para que a comunidade designada identifique os materiais de interesse. Assim, é possível demonstrar que a integridade referencial foi criada e mantida entre todos os AIP's e suas informações descritivas associadas.

7.1. Adicionar informação descritiva para recuperar os AIP's

Cabe ao RDC-Arq especificar os requisitos mínimos de informação para permitir que a comunidade designada localize o material de interesse. Tal requisito pode ser evidenciado por: informações descritivas e de recuperação; e demais documentação que descreva os objetos. Assim, os metadados de recuperação localizam os objetos, e a informação descritiva irá descrever o que foi encontrado (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Para isso, pode-se fazer uso da taxonomia a fim de esclarecer conceitos em uso e evitar a criação de novos termos para a mesma finalidade. Logo, é possível introduzir uma ordem para as massas informacionais, de modo a eliminar ambiguidades e classificar os objetos digitais de forma lógica (LUZ, 2010).

Dessa forma, o RDC-Arq deve acrescentar informações descritivas aos objetos digitais admitidos, de modo a auxiliar no processo de busca e recuperação da informação de conteúdo desejada pela comunidade designada. Logo, ressalta-se a necessidade de definir padrões de metadados, assim como um vocabulário controlado e/ou taxinomia para evitar ambiguidades e otimizar a precisão do processo de busca e recuperação da informação.

7.2. Associar a informação descritiva criada/capturada ao AIP

O RDC-Arq deve capturar ou criar informação descritiva suficiente, e assegurar que ela seja associada ao AIP. Tal requisito pode ser evidenciado por: metadados descritivos; identificadores únicos (internos ou externos) para cada AIP; documentação e arquitetura

técnica; acordos de depósito; documentação do fluxo de trabalho; política de metadados documentada incorporando detalhes dos requisitos; e declaração de responsabilidade pela aquisição. Dessa forma, é possível demonstrar que o RDC-Arq associa a informação descritiva suficiente para cada AIP. Observa-se que tal associação não precisa, necessariamente, ser armazenada com o AIP (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Há de se ressaltar aspectos que diferenciam a preservação de documentos digitais bibliográficos dos arquivísticos. Os Arquivos são constituídos naturalmente em virtude das atividades do produtor (proveniência), portanto, as relações entre os documentos (organicidade) são essenciais no processo de busca, recuperação e compreensão das informações registradas (MÁRDERO ARELLANO e ANDRADE, 2006). Sendo assim, além de contribuir para a presunção de autenticidade, a associação de informações descritivas contribuem para manter outros princípios, como os da proveniência e da organicidade, ademais auxiliam no acesso à informação.

O RDC-Arq deverá associar a informação descritiva necessária para cada AIP, de modo que poderá atuar por meio de identificadores únicos. Da mesma forma, a informação descritiva poderá fornecer detalhes adicionais relacionados às responsabilidades advindas do processo de admissão de conteúdos. Ressalta-se que essa descrição deve seguir os padrões preconizados pela Arquivística a fim de assegurar seus princípios.

7.3. Manter relação bidirecional entre o AIP e sua informação descritiva

Cabe ao RDC-Arq manter ligação bidirecional entre cada AIP e sua informação descritiva, pois isso assegura que todos os AIP's poderão ser devidamente localizados e recuperados. Tal requisito pode ser evidenciado por: metadados descritivos; identificador único/localizador associado ao AIP; documentação sobre a relação entre o AIP e seus metadados; documentação do sistema e arquitetura técnica; e documentação do fluxo de trabalho (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b). Dessa forma, o RDC-Arq deve estabelecer e manter informações descritivas associadas para cada AIP em uma relação bidirecional, permitindo que um possa ser encontrado por meio do outro.

Nessa perspectiva, a Ciência da Informação vislumbra a descrição de objetos digitais com objetivo de recuperar a informação armazenada. Observa-se que a descrição arquivística e a descrição bibliográfica possuem seus próprios padrões que comportam o contexto e o conteúdo dos documentos digitais. No entanto, tais padrões começam a se homogeneizar, o que poderá facilitar a criação de redes interoperáveis entre Arquivos e Bibliotecas (MÁRDERO ARELLANO e ANDRADE, 2006). Embora os Arquivos e as Bibliotecas tenham objetos de estudo e técnicas diferentes, há possibilidade de trocar conhecimentos no uso de padrões de metadados e requisitos de segurança dos sistemas informatizados, respeitando as peculiaridades de cada área.

Os AIP's podem ser recuperados no longo prazo ao se manter uma associação contínua com as suas informações descritivas. Tal requisito pode ser evidenciado pelo detalhamento da manutenção contínua ou verificação da integridade dos dados e as suas relações com a informação descritiva associada, especialmente após a reparação ou modificação do AIP. Além de outras questões como a documentação do sistema e da arquitetura técnica, a documentação dos processos de fluxo de trabalho, o registro de informações descritivas, a

persistência do identificador/localizador, e a documentação sobre a relação entre o AIP e sua informação descritiva (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

De forma geral, o RDC-Arq deve identificar qualquer interrupção entre os AIP's e a informação descritiva associada, para garantir que ela poderá ser restaurada. Essa relação bidimensional contribui para a recuperação da informação de conteúdo, dá sentido aos objetos digitais, e evita que se percam dentro do RDC-Arq.

8. Gestão de acesso

A gestão de acesso permite ao RDC-Arq documentar e comunicar opções de acesso/entrega que estão disponíveis à comunidade designada. Todas as solicitações de acesso devem ser registradas, e visam atender aos requisitos do RDC-Arq e dos produtores, além de cumprir os acordos relacionados às condições de acesso. A gestão de acesso irá definir e implementar uma política de acesso segura via sistema de gerenciamento, aos contratos de depósito. Dessa forma, demonstra-se que todas as solicitações de acesso resultam em uma resposta de aceitação ou rejeição, logo, devem-se registrar todas as falhas de gerenciamento de acesso e analisar os casos em que houver negação de acesso.

8.1. Cumprir as políticas de acesso

Compete ao RDC-Arq resolver todos os aspectos do uso que podem afetar a sua confiabilidade, especialmente, no que se refere ao suporte oferecido à sua comunidade de usuários. Tal requisito pode ser evidenciado por: trilhas de auditoria sobre solicitações de acesso; testes explícitos de alguns tipos de acesso; disponibilização das políticas para as comunidades de usuários; e informações sobre as capacidades dos usuários. Dessa forma, definem-se condições e os mecanismos para controle de acesso, relacionados à autenticação, autorização e registro de acesso (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Além de definir o planejamento, os objetivos e o escopo da preservação digital, é preciso considerar as peculiaridades dos consumidores. De modo que há consumidores tecnicamente avançados, que por sua vez, exigem menos assistência durante o acesso. Em contrapartida, os demais consumidores podem exigir *interfaces* de acesso “amigáveis”, bem como, materiais convertidos para formatos de arquivo “simples” (INTERPARES, 2007a).

Ademais, o RDC-Arq deverá demonstrar que cumpre as políticas de acesso, de modo que atende todas as solicitações da comunidade designada e mantém mecanismos de autenticação de usuários para controlar o acesso. Igualmente, desperta-se a importância de se registrar e analisar as falhas que ocorrerem.

Dessa forma, o RDC-Arq poderá identificar ameaças de segurança e falhas no sistema de gerenciamento de acesso. Tal requisito pode ser evidenciado ao demonstrar que o sistema tem capacidade de usar ferramentas para análise/monitoramento automatizado e gerar mensagens de problema/erro. Da mesma forma, pode-se demonstrar com notas de avaliações realizadas ou medidas tomadas como resultado de comentários. Portanto, o RDC-Arq precisa ter um mecanismo automatizado para rastrear negações anômalas ou

incomuns, e usá-las para identificar ameaças ou falhas de segurança no sistema de gestão de acesso (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Com isso, o RDC-Arq irá descobrir todas as falhas relacionadas ao acesso que afetam a sua confiabilidade. Ao identificar anomalias e vulnerabilidades podem-se concentrar esforços para solucioná-las.

8.2. Ter políticas e procedimentos para disseminar objetos digitais

Cabe ao RDC-Arq seguir políticas e procedimentos que permitam a disseminação objetos de digitais. Tais objetos devem ser rastreáveis em relação aos originais. Com isso, se estabelece uma cadeia de autenticidade auditável do AIP para os objetos digitais disseminados. Esse requisito pode ser evidenciado com: procedimentos de orientação; e documentação dos requisitos de autenticidade (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Tais evidências são fundamentais para avaliar a presunção de autenticidade, e demonstrar que os materiais admitidos não perdem informações durante as transformações. Dessa forma, devem-se registrar os processos de construção do Pacote de Informação para Disseminação (*Dissemination Information Package – DIP*) a partir do AIP, sendo derivado de transformação ou cópia idêntica, porém sempre refletindo o seu conteúdo original (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b). Logo, torna-se fundamental definir procedimentos padronizados para a criação do DIP a fim de assegurar a presunção de autenticidade frente ao AIP.

A confiabilidade da informação é um problema crescente tendo em vista as fontes de informação via *internet*. Ademais, deve-se observar a diferença entre informação confiável e informação verdadeira. A informação confiável é aquela em que os consumidores acreditam, mesmo que não seja possível atestar a sua veracidade (DE SORDI, 2008). Sendo assim, a acurácia e a autenticidade da informação podem ser presumidas em um sistema de preservação confiável. Logo, devem existir mecanismos para identificar e registrar todas as alterações nos documentos e seus componentes digitais. Caso não existam alterações indevidas, esses documentos serão autênticos (INTERPARES, 2007b; THIBODEAU, 2002).

Para tanto, surge a necessidade do RDC-Arq ser considerado uma fonte de informação confiável por seus utilizadores. Tal requisito pode ser evidenciado por documentação sobre: o projeto do sistema; e os relatórios de erros com as respectivas ações tomadas. Dessa forma, estima-se que o usuário irá receber uma versão do objeto digital utilizável em conformidade com o que foi requerido. Caso ocorram quaisquer problemas que sejam levados ao seu conhecimento, estes serão investigados e tratados. Ressalta-se que essa resposta é essencial para o RDC-Arq ser considerado confiável (CONSULTATIVE..., 2011; INTERNATIONAL..., 2012b).

Portanto, o RDC-Arq deverá considerar os relatórios de erros sobre as solicitações de acesso, de modo que a sua confiabilidade estará relacionada à capacidade de investigar e tomar decisões com relação a tais erros. Logo, as ações tomadas para solucionar os problemas de acesso irão despertar a confiança da comunidade designada.

9. Considerações finais

Este estudo realizou uma triangulação entre a gestão de objetos digitais (conforme o ACTDR), os fundamentos da Arquivística, e o RDC-Arq. Com isso, obteve-se um artigo de revisão narrativa capaz de elucidar as relações entre o modelo OAIS e o padrão de auditoria ACTDR, com os princípios da Arquivística.

Tais aspectos são sistematizados no escopo do RDC-Arq, ideal para preservar documentos arquivísticos em ambiente digital, de modo que respeita os princípios da proveniência, organicidade, unicidade, indivisibilidade e naturalidade. Igualmente, visa manter uma cadeia de custódia ininterrupta, executar estratégias de preservação digital, entre outras atividades, as quais são devidamente registradas por meio de metadados.

O RDC-Arq é entendido como um ambiente confiável, capaz de preservar e garantir acesso aos documentos no longo prazo com garantia de autenticidade. Ademais, é uma construção que segue os moldes da preservação digital sistêmica, fundamentada em normas e padrões pertinentes à comunidade de preservação. Daí compreende-se a importância de tomar por base estudos como OAIS, ACTDR, Nobrade, entre outros, e buscar uma convergência em prol Arquivística, que ainda está se familiarizando com a preservação digital.

Há de se ressaltar que estudos como o OAIS e o ACTDR possuem uma terminologia intercambiável, de modo que são compreensíveis às diversas áreas que têm a informação registrada como um de seus objetos. No entanto, há peculiaridades que devem ser respeitadas, por exemplo, na distinção do universo teórico-prático de Arquivos e Bibliotecas. Portanto, buscou-se fundamentar e adaptar a seção “gestão de objetos digitais” tendo em vista a auditoria de RDC-Arq’s.

Observa-se que a gestão de objetos digitais, é relacionada ao tratamento da informação de conteúdo por meio de intervenções, e compreende os requisitos necessários desde a sua aquisição até os meios para garantir acesso à comunidade designada. Assim, após a aquisição, são perpassadas questões relativas ao processo de criação do AIP, políticas de preservação, planejamento, manutenção dos AIP’s, gerenciamento das informações por metadados, e políticas de acesso.

Ao cumprir os requisitos da gestão de objetos digitais, o RDC-Arq demonstra que segue procedimentos padronizados para tratar pacotes AIP, e mantém conformidade com os fluxos de informação preconizados pelo OAIS. Essas atividades correspondem às intervenções realizadas diretamente nos objetos digitais, como, por exemplo, migração e inserção de metadados. Logo, tais requisitos auxiliam o auditor na verificação da conformidade do RDC-Arq com OAIS.

Ao perpassar os diversos requisitos para auditoria, observou-se a pertinência de questões como as propriedades significativas e a variabilidade limitada. Tais questões impactam diretamente na presunção de autenticidade, de modo que reforçam a adaptação de preceitos do ambiente analógico para o digital. Somam-se a esses, os conceitos tradicionais de princípios e funções, igualmente adaptados ao contexto dos documentos digitais, os quais remodelam o *corpus* teórico da Arquivística e expandem o seu horizonte de atuação.

Por fim, este estudo contribui para fomentar pesquisas em torno da auditoria de RDC-Arq’s conforme o ACTDR, pois fornece subsídios teóricos suficientes para compreender as especificidades dos documentos arquivísticos e as complexidades do ambiente digital. Sua

principal limitação consiste em abordar apenas a gestão de objetos digitais do ACTDR, de modo que não versa sobre as políticas organizacionais e a segurança da informação. No entanto, tal delimitação permite explorar os requisitos e contextualizá-los na literatura, tanto da Arquivística quanto de preservação digital. Com isso, espera-se que a Arquivística possa se apropriar de discussões em torno das normas e padrões que circunscrevem a preservação digital sistêmica.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

2007 *NBR 15.472 2007: Sistemas espaciais de dados e informações: modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI)*. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

BELLOTTO, H. L.

2014a Constituição, dispersão e reintegração de fundos. In BELLOTTO, H. L. – *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, cap. 1, p. 80-94.

BELLOTTO, H. L.

2014b Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In BELLOTTO, H. L. – *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, cap. 3, p. 329-344.

BOERES, S. A. A.; CUNHA, M. B.

2012 Competências básicas para os gestores de preservação digital. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 41:1 (2012) 103-113. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1356/1535>.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos

2009 *Resolução no 28, de 17 de fevereiro de 2009*. [Em linha]. 2009. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/270-resolucao-n-28,-de-17-de-fevereiro-de-2009>.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos

2015 *Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis: RDC-Arq*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos

2012 *Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/conarq_presuncao_autenticidade_e_completa.pdf.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos

2004 *Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística

2006 *Norma brasileira de descrição arquivística: NOBRADE*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CASANOVAS, I.

2008 *Gestión de archivos electrónicos*. Buenos Aires: Alfagrama, 2008.

CASTRO, A. M.; CASTRO, A. M.; GASPARIAN, D. M. C.

2007 *Arquivos: físicos e digitais*. Brasília: Thesaurus, 2007.

CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEM

2012 *Reference model for an Open Archival Information System: OAIS*. [Em linha]. Washington: CCSDS, 2012. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://public.ccsds.org/publications/archive/650xom2.pdf>.

CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEM

2011 *Audit and Certification of Trustworthy Digital Repositories: ACTDR*. [Em linha]. Washington: CCSDS, 2011. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://public.ccsds.org/publications/archive/652xom1.pdf>.

CORDEIRO, A. M. [et al.]

2007 Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*. [Em linha]. 34:6 (2007) 428-431. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>.

DE SORDI, J. O.

2008 *Administração da informação : fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2008.

DELMAS, B.

2010 *Arquivos pra quê?: textos escolhidos*. São Paulo: iFHC, 2010.

FLORES, D.; ROCCO, B. C. B.; SANTOS, H. M.

2016 Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais. *Acervo*. [Em linha]. 29:2 (2016) 117-132. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/717/732/>.

GIL, A. C.

2010 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, E. P.

2011 *Conversas sobre iniciação científica*. 5ª ed. Campinas: Alínea, 2011.

HEDSTROM, M.

1998 Digital preservation: a time bomb for digital libraries. *Computer and the humanities*. [Em linha]. 31 (1998) 189-202. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/2027.42/42573/1/10579_2004_Article_153071.pdf.

INNARELLI, H. C.

2009 Preservação digital e seus dez mandamentos. In SANTOS, V. B. – *Arquivística: temas contemporâneos*. 3ª ed. Distrito Federal: SENAC, 2009, cap. 1, p. 21-75.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION

2012a *INTERNATIONAL... 14.721: 2012: space data and information transfer systems: Open Archival Information System: reference model*. Genebra: ISO, 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION

2012b *INTERNATIONAL... 16.363: 2012: space data and information transfer systems: audit and certification of trustworthy digital*. Genebra: ISO, 2012.

INTERPARES 2 PROJECT

2007a *Diretrizes do preservador: a preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações*. Trad. Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados. [Em linha]. Vancouver: University of British Columbia, 2007. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_preserver_guidelines_booklet--portuguese.pdf.

INTERPARES 2 PROJECT

2007b *Diretrizes do produtor: a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos*. Trad. Arquivo Nacional do Brasil e Câmara dos Deputados. [Em linha]. Vancouver: University of British Columbia, 2007. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_creator_guidelines_booklet--portuguese.pdf.

LOPES, L. C.

2014 *A Nova administração na modernização arquivística*. 3ª ed. Brasília: Annabel Lee, 2014.

LOPEZ, A. P. A.

2004 Princípios arquivísticos e documentos digitais. *Revista do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro*. [Em linha]. 2 (2004) 70-85. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1428>.

LUNA, S. V.

1997 *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1997.

LUZ, C.

2010 *Arquivologia 2.0: a informação digital humana*. Florianópolis: Bookess, 2010.

MÁRDERO ARELLANO, M. A.

2004 Preservação de documentos digitais. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 33:2 (2004) 15-27. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1043/1113>.

MÁRDERO ARELLANO, M. A.; ANDRADE, R. S.

2006 Preservação digital e os profissionais da informação. *DataGramaZero*. [Em linha]. 7:5 (2006) [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3039>.

OLIVEIRA, E. B.; BATISTA, D. A.

2019 Auditoria arquivística: uma proposta de requisitos. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 29:1 (2019). [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20288>.

PESTANA, O.

Auditoria de informação: definição e evolução da atividade no contexto da gestão da informação e das organizações. *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 2 (2014) 49-64. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/599/579>.

PINTO, M. M. G. A.

2009 *PRESEVMAP: um roteiro da preservação na era digital*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.media, 2009.

ROCHA, C. L.; SILVA, M.

2007 Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. *Acervo*. [Em linha]. 20:1 (2007) 113-124. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/76/76>.

RONDINELLI, R. C.

2013 *O Documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

RONDINELLI, R. C.

2005 *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos : uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

SANTOS, H. M.; FLORES, D.

2019a Introdução aos conceitos básicos do modelo Open Archival Information System no contexto da arquivística. *Acervo*. [Em linha]. 32:1 (2019) 8-26. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/981/1118>.

SANTOS, H. M.; FLORES, D.

2019b Responsabilidades de um Repositório Arquivístico Digital Confiável na perspectiva do Open Archival Information System. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, 11:3 (2019b), p. 116-132. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag11a9>.

SANTOS, H. M.; FLORES, D.

2018 Novos rumos da preservação digital: das estratégias aos sistemas informatizados. *Biblios: Journal of Librarianship and Information Science*. [Em linha]. 70 (2018) 31-43. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2017.326>.

SANTOS, V. B.

2012 Preservação de documentos arquivísticos digitais. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 41:1 (2012) 114-126. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1357>.

SANTOS, V. B.

2005 *Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística*. 2ª ed. rev. aum. Brasília: ABARQ, 2005.

SARAMAGO, M. L.

2004 Metadados para preservação digital e aplicação do modelo OAIS. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8º, Estoril, 2004 - *Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão: actas*. Estoril: BAD, 2004. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/640/637>.

SAYÃO, L. F.

2010 Uma Outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 15:30 (2010) 1-31. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n30p1>.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.

2005 *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. [Em linha]. Florianópolis: UFSC, 2005. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf.

SILVA, M.

2017 *O Arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos*. Niterói: Eduff, 2017.

SMITH, A.

2000 Digital preservation research and developments. *Russian Digital Libraries Journal*. [Em linha]. 3:3 (2000). [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <https://elbib.ru/ru/article/77>.

THIBODEAU, K.

2002 *Overview of technological approaches to digital preservation and challenges in coming years: the state of digital preservation*. Washington: CLIR and Library of Congress, 2002. [17 nov. 2019]. Disponível em: <http://www.clir.org/pubs/reports/pub107/thibodeau.html>.

THOMAZ, K. P.

2007 Repositórios digitais confiáveis e certificação. *Arquivística.net*. [Em linha]. 3:1 (2007) 80-89. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/05/pdf_fedo72oddb_0010726.pdf.

THOMAZ, K. P.

2006 Gestão e preservação de documentos eletrônicos de arquivo: revisão de literatura. Parte 2. *Arquivística.net*. [Em linha]. 2:1 (2006) 114-131. [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/6733>.

THOMAZ, K. P.; SOARES, A. J.

2004 A Preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System: OAIS. *DataGramZero*. [Em linha]. 5:1 (2004). [Consult. 17 nov. 2019]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7616>.

VOLPATO [et al.]

2013 *Dicionário crítico para redação científica*. Botucatu : Best Writing, 2013.

Henrique Machado dos Santos | henrique.hms.br@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil

Daniel Flores | dfloresbr@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Resumo: Pretende-se dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Divulgação do projeto “Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal” (RCAAP) ao longo da sua atividade de seis anos e o impacto que teve junto dos seus membros. Este Grupo surgiu como resposta ao desafio colocado pela equipa RCAAP aos seus membros, para que participassem na promoção do acesso aberto junto da comunidade académica e científica das instituições de ensino superior (IES) em Portugal. Apresentam-se alguns resultados para aferir o grau de satisfação com as atividades e materiais disponibilizados para a divulgação da Semana Internacional do Acesso Aberto (SIAA), evento internacional para promoção do acesso livre ao Conhecimento. Procedeu-se à sua análise tendo como referência os objetivos definidos pelo Grupo de Trabalho e retiram-se conclusões sobre a ação deste Grupo junto das IES para o reforço da divulgação e centralidade da Ciência Aberta em Portugal.

Palavras-chave: Ciência Aberta; Iniciativas de divulgação de Ciência Aberta; Repositórios de Acesso Aberto; Trabalho colaborativo.

Abstract: The purpose of this paper is to show the work done by the Working Group of RCAAP (Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal) project for the dissemination of Open Access in Portugal, during its activity and the impact on RCAAP's community. This Group was established in 2013 as RCAAP wanted to encourage its members to participate more actively in promoting Open Access for the academic and scientific community in Portugal. This group focus its action on disseminating International Open Access Week (OAW), a world-wide event for the promotion of Open Access to knowledge. Results of the activities and materials suggested for the dissemination of the Open Access Week are presented corresponding to the goals defined by the Working Group. Conclusions confirm the effort of the activities and tasks promoted by this group, boosting the dissemination of Open Science in Portugal.

Keywords: Open science; Outreach initiatives; Open Access Repositories; Collaborative work.

Introdução

Em Portugal, o movimento do Acesso Aberto adquiriu um interesse e uma projeção desde muito cedo, tendo sido nas instituições de ensino superior que assumiu maior protagonismo, com a promoção do acesso à produção científica produzida no seio destas organizações. As primeiras manifestações datam de 2003, com a criação do primeiro repositório na Universidade do Minho, e com o portal português do projeto SciELO24 em 2005, a primeira plataforma a reunir a edição de revistas em acesso livre em Portugal (CARVALHO, MOREIRA e SARAIVA, 2013). É a partir desta altura, e sobretudo após 2006, que as iniciativas se sucedem em maior escala e o tema começa a ganhar maior expressão. O contexto nacional com as suas características específicas, como sejam a inexistência de uma infraestrutura científica nacional até aos inícios do ano 2000, a ausência de uma tradição sólida de publicação científica e o aumento da acessibilidade à literatura científica que se registou após a criação da Biblioteca do Conhecimento *Online*

em 2004, criaram as condições necessárias para que esta situação ocorresse (MOREIRA *et al.*, 2010).

No âmbito deste Movimento surgiu, em 2008, o projeto Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (BLOG RCAAP, [20--]), iniciativa da Agência para a Sociedade do Conhecimento e da Fundação para a Computação Científica Nacional e que contou com o importante apoio da Universidade do Minho. Desde então têm-se vindo a registar progressos muito significativos no movimento de Acesso Aberto em Portugal, que expandiu de modo considerável a rede de repositórios das instituições de ensino superior, disponibilizou um vasto leque de serviços eletrónicos e teve um notável incremento na mobilização da comunidade académica. Em pouco tempo, o projeto RCAAP afirmou-se e ganhou visibilidade e reconhecimento a nível nacional e internacional. É, também, dentro das atribuições do RCAAP que cabem as atividades de comunicação e disseminação, bem como ações de formação, com a finalidade de motivar a comunidade alvo a aderir ao movimento de acesso aberto e a promover a sua participação no RCAAP (PROJECTO RCAAP, 2019).

Foi neste contexto que surgiu o Grupo de Trabalho de Divulgação do RCAAP (GTD RCAAP), que se constituiu em 2013 e que resultou de um desafio colocado pela equipa de gestão do RCAAP às instituições-membro, no sentido de participarem de modo mais ativo em ações de promoção do Acesso Aberto junto da comunidade académica e científica das instituições de ensino superior em Portugal.

O Grupo de Trabalho centrou a sua ação na divulgação da Semana Internacional do Acesso Aberto (SIAA), evento global e internacional, dinamizado pela SPARC (Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition), entidade que promove a partilha aberta dos resultados da investigação e do ensino, com o objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento, acelerar a descoberta e aumentar o retorno do investimento que é realizado em projetos de investigação e no ensino. Nestas manifestações, a SPARC empenha-se em colaborar com outras partes interessadas, como sejam os autores, editores, bibliotecas, estudantes, financiadores, políticos e até o público em geral, por forma a aproveitar as oportunidades criadas pela Internet, que permitem alicerçar as mudanças necessárias para um novo modelo de investigação e de cultura, assente na Ciência Aberta. É também como base neste compromisso da SPARC com os seus parceiros, que se apoiam e moldam as iniciativas produzidas pelo Grupo de Trabalho, desenvolvendo atividades à escala local e nacional para promover de modo ativo o Acesso Aberto ao Conhecimento. A SIAA apresenta-se, assim, como um importante espaço para a abordagem e partilha de saberes e experiências entre os profissionais que, no seio das suas instituições, estão envolvidos na dinamização de atividades no âmbito do Acesso Aberto. As atividades criadas pelo GTD RCAAP visaram apoiar as instituições na divulgação de iniciativas para a promoção do Acesso Aberto durante a SIAA, criando materiais e propondo atividades com diferentes níveis de esforço envolvido que permitem uma acomodação fácil a qualquer instituição. O Grupo teve a preocupação de definir uma metodologia de trabalho que permitisse cumprir com as diferentes tarefas, ajustando--as às dinâmicas evolutivas que se foram produzindo ao longo do período em análise, tendo como público-alvo os autores e investigadores. Foi com o objetivo de dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelo GTD RCAAP ao longo da sua atividade de seis anos e o impacto que teve junto da comunidade RCAAP que se preparou este trabalho.

Metodologia

O Grupo iniciou a sua atividade em 2013, mas foi apenas em 2015 que estabeleceu um questionário para avaliar o grau de satisfação com as iniciativas desenvolvidas para a SIAA, tendo como destinatários os membros RCAAP. As questões colocadas procuravam aferir o impacto dos materiais produzidos e das atividades realizadas pelo GTD RCAAP e analisar estes contributos com vista à melhoria das iniciativas para promover e divulgar a SIAA nos anos seguintes. Assim, este questionário, constituído por um conjunto de 12 a 14 questões, começava por identificar a tipologia das instituições respondentes, qual o desempenho do Grupo de Trabalho, suas iniciativas e materiais e a adequação da divulgação realizada durante a SIAA. De seguida, questionava sobre os novos materiais/iniciativas produzidos em cada ano. Pretendia, também, aferir se a instituição utilizou os materiais/estratégias disponibilizados ou indicados no *Kit* e, não o fazendo, indicar por que motivos o não fazia; para os que utilizaram materiais, pedia que avaliasse a utilidade de cada um desses materiais. Finalmente perguntava se foi constatado um aumento de procura de informação no repositório institucional e/ou portal RCAAP ou se se registou um aumento de depósitos no período após a Semana. O Quadro 1 apresenta o conjunto de questões colocadas pelo GTD RCAAP, exemplificando com o ano de 2016:

Quadro 1 – Questões abordadas no Questionário do GT RCAAP (ano de 2016)

QUESTIONÁRIO GTD RCAAP
<p>Questões:</p> <p>Questão 1 - Tipologia das instituições respondentes.</p> <p>Questão 2 - De um modo geral como avalia o desempenho do GT - Divulgação do RCAAP e as iniciativas desenvolvidas?</p> <p>Questão 3 - Considera adequada a divulgação dos materiais/estratégias propostas para a Semana Internacional do Acesso Aberto?</p> <p>Questão 4 - Recebeu a <i>newsletter</i> da Semana do Acesso Aberto na sua conta de <i>email</i>?</p> <p>Questão 5 - Como avalia o novo formato de apresentação da <i>newsletter</i> da Semana do Acesso Aberto?</p> <p>Questão 6 - A sua instituição utilizou materiais/estratégias disponibilizados ou indicados no <i>Kit</i> de Apoio à Divulgação da Semana do Acesso Aberto?</p> <p>Questão 7 - Indique os motivos pelos quais não utilizou os materiais/estratégias de divulgação disponibilizados no <i>Kit</i>.</p> <p>Questão 8 - Indique quais os materiais/estratégias utilizados.</p> <p>Questão 9 - Avalie a utilidade dos materiais/estratégias de divulgação disponíveis no <i>Kit</i> de Apoio à Divulgação da Semana Internacional do Acesso Aberto.</p> <p>Questão 10 - Constatou um aumento de procura de informação em relação ao repositório institucional e/ou portal RCAAP?</p> <p>Questão 11 - Notou um aumento de depósitos no período após a Semana Internacional do Acesso Aberto?</p> <p>Questão 12 - Sugestões/Observações.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

As perguntas sobre os materiais/iniciativas mais inovadora/es em cada um dos anos - como aconteceu com a disponibilização do *Webinar* em 2015, a *newsletter* criada numa plataforma para envio por *email* em 2016, e a criação do *Kit* de Apoio à Divulgação da Semana do Acesso Aberto numa página *Web* em 2017 - não serão consideradas na análise e discussão dos resultados, pelo facto de não permitirem a comparação de resultados entre os vários anos.

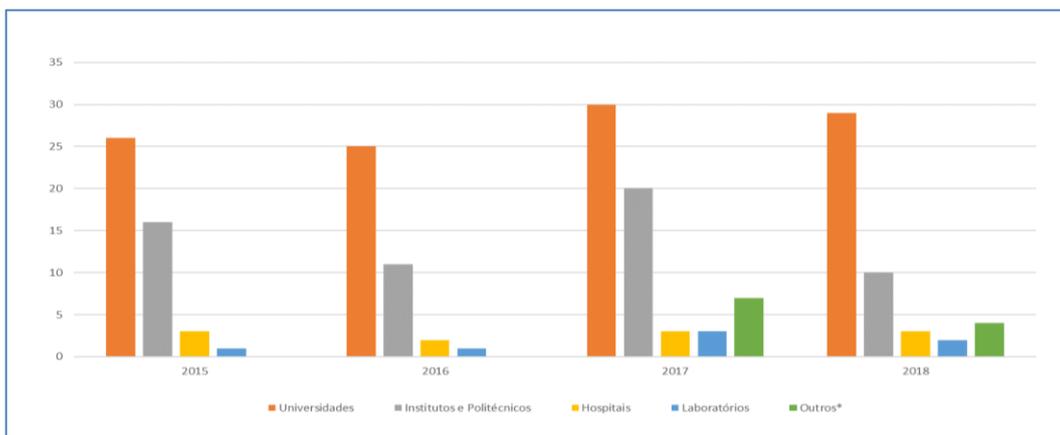
Os questionários foram remetidos uma semana após o final da SIAA para a lista de endereços eletrónicos dos membros RCAAP. Na base da construção do inquérito esteve o *software Google Docs*, que garantiu a confidencialidade das respostas e a extração de dados, e a sua análise foi realizada com recurso ao *Excel MS Office*.

Para a caracterização das instituições respondentes, teve-se em conta as seguintes tipologias existentes no diretório RCAAP: Hospital, Instituto, Laboratório e Universidade. Foi adotada a opção “Outras” para inserir as respostas em que a designação da instituição não se enquadrava em nenhuma destas, como por exemplo, “Cooperativa”, “Instituição pública” ou “Fundação”.

Análise e discussão dos resultados

O número de respostas obtidas ao longo dos 4 anos em análise foi de 196, o que representa 85,6% do número de repositórios de instituições aderentes (229) em igual período. A distribuição das respostas por tipologia de instituição e por ano apresenta-se no gráfico seguinte, sendo que 110 (56,1%) são de Universidades, 57 (29,1%) de Institutos, 11 (5,6%) de Hospitais, 7 (5,6%) de Laboratórios e 11 (5,6%) são de “Outros”.

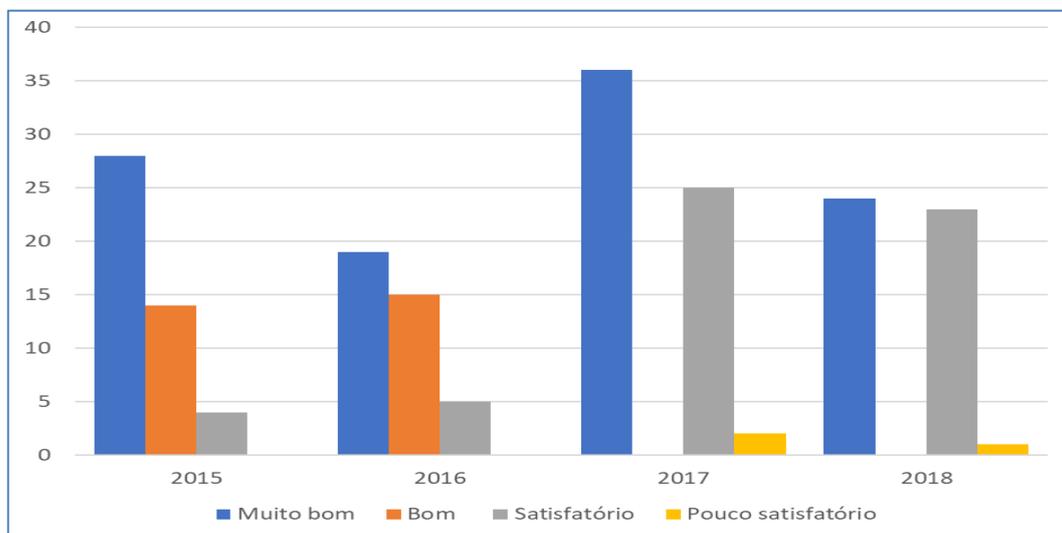
Gráfico 1 – Distribuição das respostas por tipologia de instituição e por ano (n=196)



Fonte: Elaborado pela autora.

Relativamente ao modo como foram avaliadas as iniciativas desenvolvidas pelo GT Divulgação do RCAAP, 107 (54,6%) das respostas atribuíram-lhes “Muito bom”, 29 (14,8%) atribuíram “Bom”, 57 (29,1%) atribuíram “Satisfatório” e 3 (1,5%) “Pouco satisfatório”. A sua distribuição por ano é a indicada no Gráfico 2:

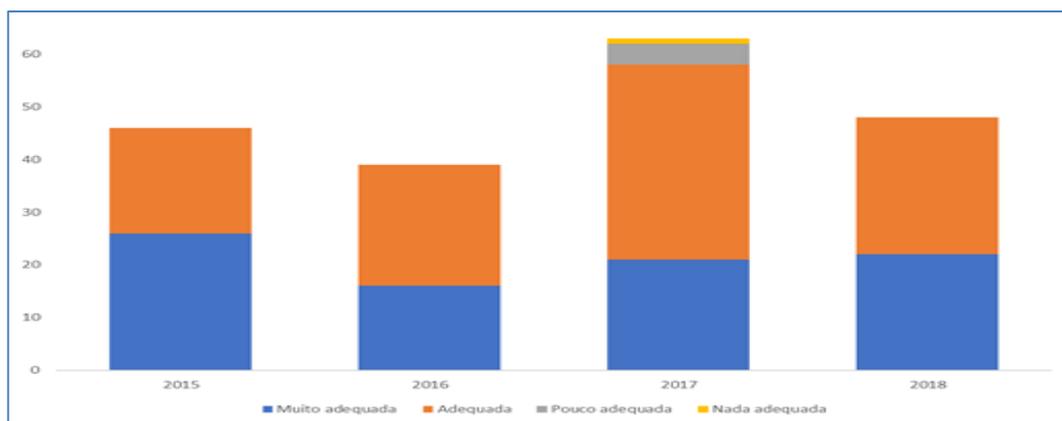
Gráfico 2 – Distribuição das respostas de acordo com a satisfação dos materiais/iniciativas (n=196)



Fonte: Elaborado pela autora.

À questão relativa às estratégias de divulgação dos materiais/iniciativas propostas para a Semana Internacional do Acesso Aberto, estas foram consideradas “Muito adequadas” por 85 (43,4%) das respostas, “Adequadas” por 106 (54,1%), “Pouco adequadas” por 4 (2,0%) e “Nada adequada” por 1 (0,5%). A distribuição das respostas por ano vem indicada no Gráfico 3:

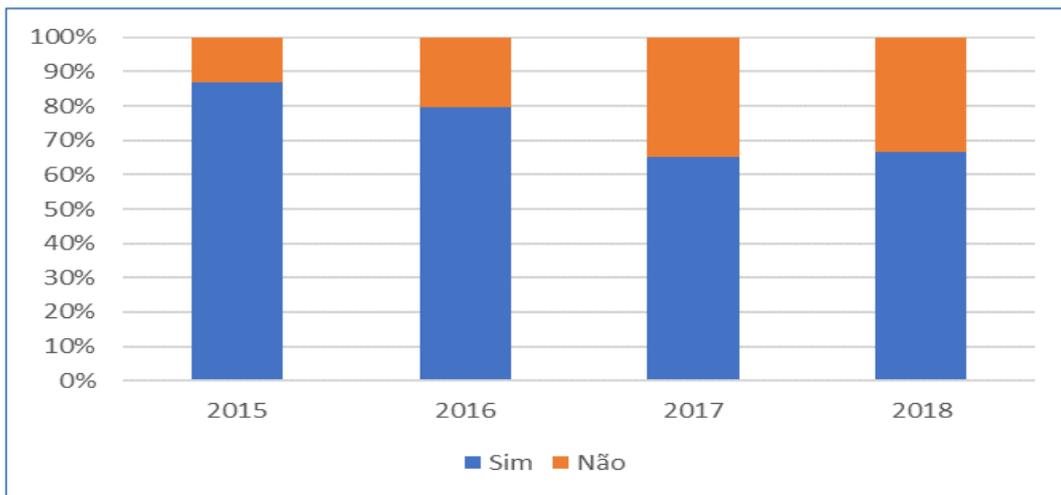
Gráfico 3 – Distribuição das respostas de acordo com a satisfação com as estratégias de divulgação (n=196)



Fonte: Elaborado pela autora.

Das respostas obtidas à questão sobre a utilização dos materiais/estratégias sugeridos no Kit de Apoio à Divulgação da Semana do Acesso Aberto, 144 (75,3%) indicaram ter utilizado pelo menos um desses materiais/estratégias mas 52 (26,5%) não usaram nenhuma das propostas apresentadas (Gráfico 4):

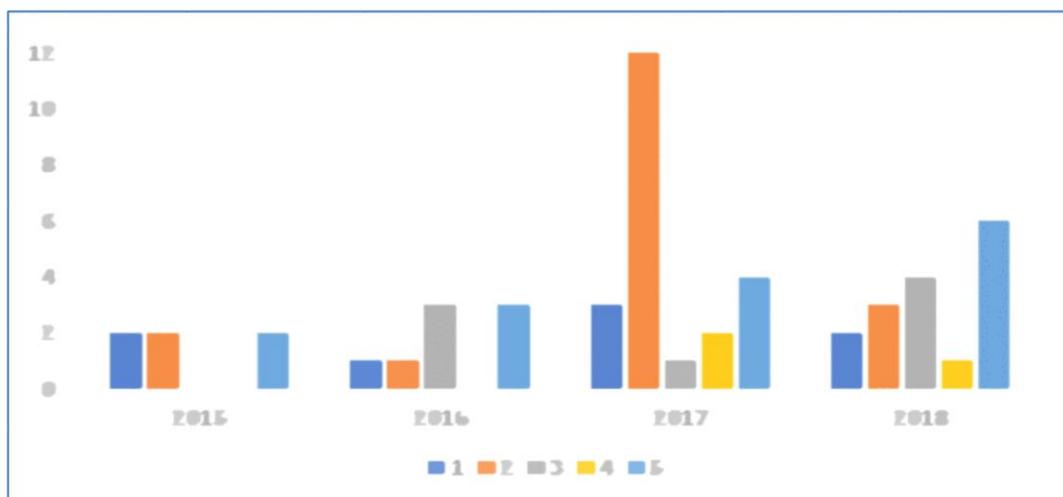
Gráfico 4 – Distribuição da utilização dos materiais por ano em percentagem (n=196)



Fonte: Elaborado pela autora.

Os motivos mais indicados para a não utilização dos materiais são: “Não teve Conhecimento” (34,6%), “Os materiais não eram indicados ao programa definido pela instituição” (14,4%), “A sua instituição elaborou materiais próprios” (15,4%), “A divulgação não foi atempada” (5,8%) e “Outros” (28,8). No Gráfico 5 registam-se os dados por anos:

Gráfico 5 – Motivos pelos quais não utilizaram os materiais/estratégias de divulgação (n=52)



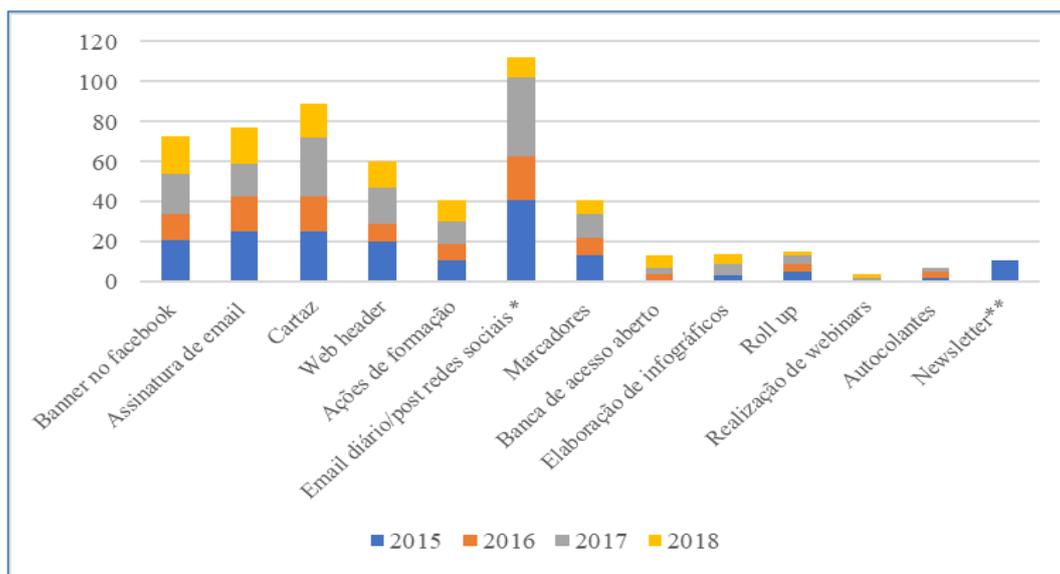
Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda:

- 1- Os materiais não eram indicados ao programa definido pela instituição.
- 2- Não teve conhecimento.
- 3- A sua instituição elaborou materiais próprios.
- 4 - A divulgação não foi atempada.
- 5 - Outros motivos, não tendo especificado quais.

Os materiais/estratégias criados em 2015 e disponibilizados no *Kit* mantiveram-se ao longo dos anos seguintes (num total de 13) e pretendeu-se saber se foram considerados úteis pelas instituições respondentes. Convém referir que no total das respostas contabilizadas para a satisfação dos materiais/estratégias criadas pelo Grupo, aquelas que indicavam “N/A” (“Não se aplica”) não foram consideradas nesta avaliação. Assim, no Gráfico seguinte, indicam-se os tipos de materiais/estratégias divulgados no *Kit* e sua utilização ao longo dos anos em análise:

Gráfico 6 – Materiais/estratégias utilizados e sua distribuição ao longo dos anos 2015-2018 (n=546)

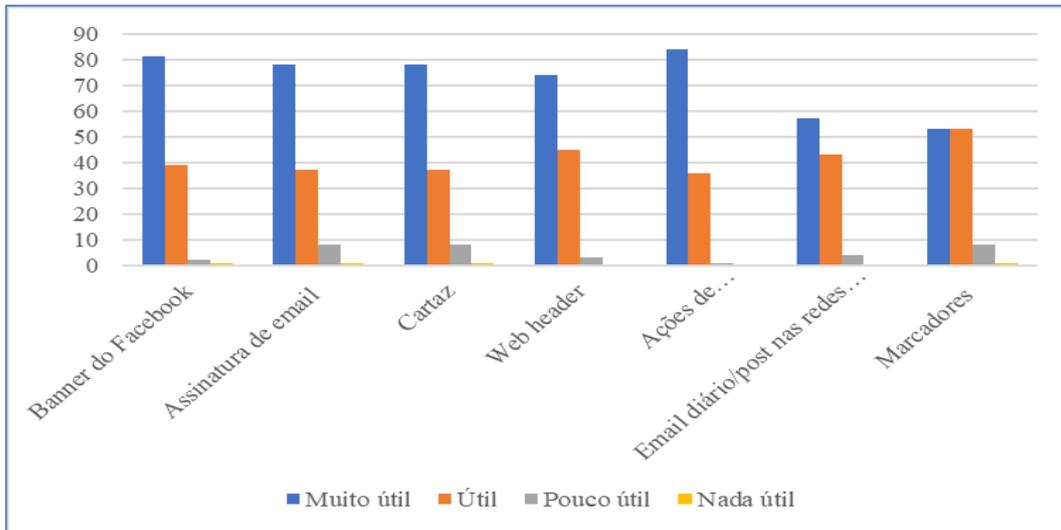


Fonte: Elaborado pela autora.

Assinala-se que foram criados 5 tipos de informação diferentes a divulgar por *email* diário ou *post* nas redes sociais – *Webinars*, recursos em Acesso Aberto, artigos, tutorias e vídeos – que aqui estão reunidos para mais fácil análise. Relativamente à *newsletter* da SIAA, a partir de 2016 alterou-se o formato de apresentação e envio e deixou de ser contemplada no *Kit*, estando apenas registada a sua utilização em 2015.

Os materiais e iniciativas mais usadas foram: o “envio diário de *email/post* nas redes sociais”, o “cartaz”, a “assinatura de *email*”, o “*banner* para o Facebook”, o “*Web Header*”, as “ações de formação/seminários/*workshops*” e os “marcadores”. Para estes materiais os resultados obtidos com a sua satisfação para o total dos 4 anos apresentam-se no Gráfico 7, constatando-se que a satisfação obtida com a utilização destes materiais é bastante expressiva e que, à exceção dos marcadores, foram maioritariamente considerados como “muito úteis”.

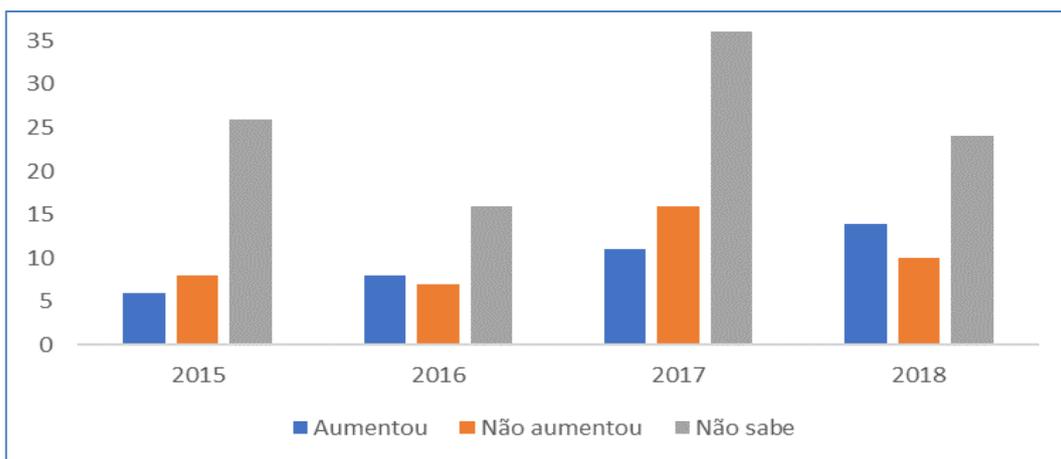
Gráfico 7 – Distribuição dos materiais/estratégias mais utilizados de acordo com a satisfação obtida (n=144)



Fonte: Elaborado pela autora.

Após a análise dos materiais, procurou-se averiguar se junto das instituições se registou um aumento no número de visualizações e/ou *downloads* nos repositórios institucionais durante a Semana Internacional de Acesso Aberto e/ou na semana que se seguiu. Das 182 respostas validadas, 39 (21,4%) constataram um aumento, 41 (22,5%) não verificaram qualquer aumento e 102 (56%) declararam não saber (Gráfico 8):

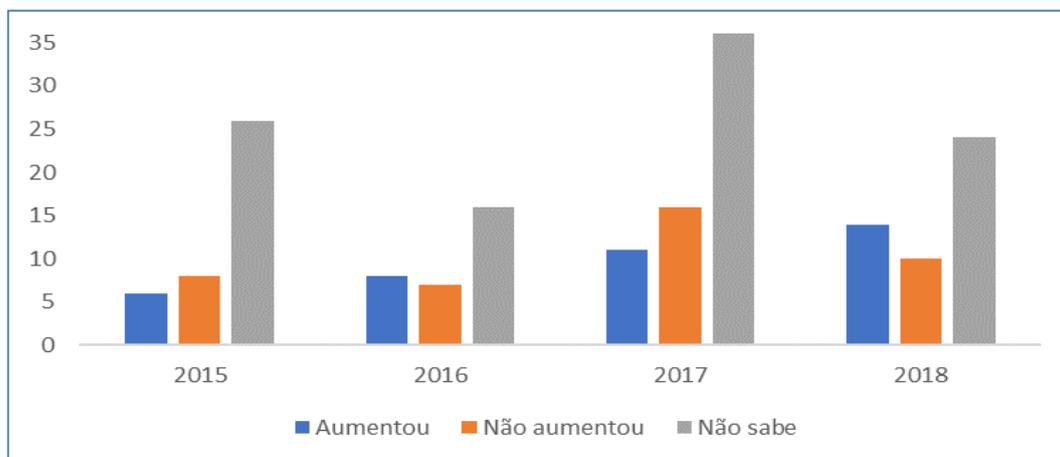
Gráfico 8 – Distribuição das respostas relativas a aumento de visualizações e/ou *downloads* no seu repositório institucional durante e logo após a SIAA (n=182)



Fonte: Elaborado pela autora.

Relativamente às respostas obtidas para apurar se se registou um aumento no número de depósitos nos repositórios institucionais durante a Semana Internacional de Acesso Aberto ou na semana que se seguiu, 28 (15,4%) respostas registaram um aumento, 108 (59,3%) não constataram nenhum aumento e 46 (25,3%) declararam não saber (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Distribuição das respostas relativas a aumento de depósitos no seu repositório institucional durante e logo após a SIAA (n=182)



Fonte: Elaborado pela autora.

Conclusões

Após a análise dos dados obtidos, pode-se concluir que, no seu conjunto, as iniciativas propostas pelo GT Divulgação do RCAAP foram consideradas muito boas, embora a sua divulgação tenha sido considerada adequada.

O *Kit* de Apoio à Divulgação da SIAA e a utilização dos materiais e estratégias disponibilizados colheram uma boa aceitação, mas ainda há a registar várias instituições que referem não os utilizar, referindo como principal motivo a falta de conhecimento do *Kit*, seguido da indicação de que as instituições elaboraram materiais próprios ou de que os materiais criados não seriam adequados aos programas definidos por estas.

Os materiais e iniciativas mais usadas foram os *emails* diários/*post* nas redes sociais, o *Cartaz*, a Assinatura de *Email*, o *Banner* para o Facebook, o *Web Header*, os *Marcadores* e as *Ações de formação/seminários/workshops*.

Relativamente ao número de visualizações e/ou *downloads* nos repositórios Institucionais (RI) durante a Semana Internacional ou logo após o seu termo, a maioria das respostas dadas não assinalaram nenhum aumento, à exceção do ano de 2016. Sobre o número de depósitos registados em igual período, as respostas dadas, na sua maioria, indicam que não houve aumento nos anos de 2015 e 2017, mas em 2016 e 2018 indicam que houve. De qualquer modo, regista-se um número muito elevado de instituições que dizem não saber.

Face aos resultados obtidos, pode-se concluir que existe uma opinião bastante positiva em relação aos materiais/estratégias propostos, mas quer a divulgação feita pelo Grupo de Trabalho, quer a utilização dos materiais e estratégias propostas ficam aquém do que se pretende e é necessário ponderar novas soluções que venham a melhorar significativamente a divulgação dos materiais/estratégias propostos pelo GTD. Consciente desta situação, o Grupo de Trabalho tem vindo a trabalhar no sentido de melhorar os resultados sobre a utilização dos materiais, adequando os formatos e os canais de apresentação. Refira-se, em particular, o “*KIT* de apoio à divulgação da Semana

Internacional do Acesso Aberto” instrumento versátil e orientado para diferentes graus de esforço na implementação das sugestões; ou a *newsletter*, cujo formato de apresentação e de envio foi desenvolvida com a intenção de chegar aos autores que produzem o conhecimento científico. Também a página *Web* portuguesa relativa à Semana Internacional do Acesso Aberto e a página do Facebook são veículos importantes de divulgação e elo de ligação à comunidade RCAAP.

Estamos em crer que as sugestões de materiais/estratégias de divulgação propostas pelo GTD RCAAP para a SIAA podem ir sendo amadurecidas ao longo do ano pelas instituições, de forma a serem implementadas iniciativas com caráter mais diversificado nos próximos anos e ajustadas às necessidades das instituições.

Agradecimento

A autora deseja expressar o seu agradecimento aos membros do Grupo de Trabalho de Divulgação RCAAP que permitiram a realização deste trabalho: Ana Alves Pereira, Diana Fonseca, Dulce Correia, João Moreira, Laura Carvalho, Patrícia Melo, Paulo Lopes, Pedro Ferreira, Raquel Truta, Renata Ramalho, Rosa Marcos, Salima Rehemtula, Vasco Vaz.

Referências bibliográficas

BLOG RCAAP

[20--] *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal: Sobre o RCAAP*. [Em linha]. [20--] [Consult. 9 abr. 2019]. Disponível em: <https://blog.rcaap.pt/about>.

CARVALHO, J.; MOREIRA, J.M.; SARAIVA, R.

2013 O RCAAP e a evolução do Acesso Aberto em Portugal. In *Uma Década de Acesso Aberto na UMinho e no Mundo*. [Em linha]. Braga: Serviços de Documentação da Universidade do Minho, 2013. [Consult. 12 abr. 2019]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/27919>.

MOREIRA, J.M. [et al.]

2010 Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal: uma ferramenta ao serviço da ciência portuguesa. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, Lisboa, 2010 – *Actas*. [Em linha]. Lisboa: BAD, 2010. [Consult. 12 abr. 2019]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/177/173>.

PROJETO RCAAP

[20--] *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal : Semana Internacional do Acesso Aberto*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 10 abr. 2019]. Disponível em: <https://www.acessolivre.pt>.

Resumo: Este artigo constitui um recorte de uma pesquisa de mestrado, cujo objetivo de investigação foi identificar e descrever os portais de periódicos existentes nas universidades federais do Estado de Minas Gerais. O corrente artigo discute o conteúdo desses ambientes: o número de periódicos, áreas de conhecimento a que estão vinculados e avaliação QUALIS dos periódicos inseridos nos portais. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, de abordagem quali-quantitativa, sendo conduzida em duas etapas: a primeira consistiu de revisão de literatura, tendo em vista levantar características dos portais; a segunda envolveu a identificação e análise dos portais, através de pesquisa documental junto aos *sites* das universidades e, posteriormente, *websites* dos portais. A partir dos resultados, identificou-se a existência de portais de periódicos em cinco Universidades Federais de Minas Gerais, de Ouro Preto, de Juiz de Fora, de São João del Rei e de Triângulo Mineiro. Considerando o conteúdo dos portais, os resultados indicaram disparidade entre eles, alguns contemplando um número pequeno de periódicos e outros com um número mais elevado; os periódicos estão vinculados a diferentes áreas de conhecimento, a maioria deles possuindo avaliação QUALIS. Instituições com maior número de cursos de pós-graduação possuem maior proporção de periódicos nos estratos mais altos do QUALIS, o que pode indicar a importância desse nível de ensino para a qualidade dos periódicos.

Palavras-chave: Conteúdo dos portais de periódicos; Periódicos científicos; Periódicos científicos eletrônicos; Portais de periódicos.

Abstract: This article is a clipping of a master's research, which aimed at identifying scientific journal portals in the federal universities of the State of Minas Gerais and describing their characteristics. The present article discusses the content of these environments: the number of journals, areas of knowledge to which they are linked and the QUALIS evaluation of journals inserted in the portals. The research is characterized as exploratory and descriptive, with a qualitative-quantitative approach, being conducted in two stages: the first consisted of a literature review, aiming to raise portal characteristics; and the second involved the identification and analysis of portals, through documentary research about the university websites and, later, portal websites. The study identified the existence of scientific journal portals in five Federal Universities: Minas Gerais, Ouro Preto, Juiz de Fora, São João del Rei and Triângulo Mineiro. Considering the content of the portals, the results indicated disparity between them, some with a small number of journals, and others with a higher number; the journals are linked to various areas of knowledge and most of them have a QUALIS evaluation. Institutions with a greater number of postgraduate programs, tend to have a proportion of journals in higher levels of the QUALIS ranking which might indicate the importance of this level of education to the quality of journals.

Keywords: Content of journal portals; Scientific journals; Electronic scientific journals; Journal portals.

1. Introdução

Desde sua criação, no século XVII, o periódico científico vem sendo considerado uma das mais valiosas formas de divulgação do conhecimento científico, caracterizado como uma

coletânea de artigos científicos, distribuídos sob um único título, podendo estar sustentado por períodos de tempo regulares ou não, conforme relatado por Meadows (1999).

Ao longo do tempo, a importância e a contribuição atribuídas ao periódico impulsionaram a sua multiplicação, sobretudo a partir da sua disponibilização no ambiente eletrônico. A migração dos periódicos científicos para o formato *online* tem sido uma realidade e, nos dias atuais, a grande maioria dessas publicações já se encontra, apenas, no formato digital (MUELLER, 2006).

Essa mudança de formato possibilita diversos benefícios, sobretudo no que se refere à visibilidade e acesso. No entanto, paralelamente a esse crescimento, algumas dificuldades podem comprometer o uso desse meio de comunicação, tais como a falta de padronização e o cumprimento da periodicidade. Além disso, outros problemas aparecem, abarcando questões emblemáticas quanto ao uso da tecnologia, participação dos atores envolvidos no processo de comunicação científica, acesso aberto, dentre outros, como relatado nos estudos de Stumpf (1998), Targino (2001), Mueller (2006, 2003), Oliveira (2008) e Santos (2016).

A criação de portais de periódicos científicos tem-se intensificado nas últimas décadas, no Brasil, aumentando a diversidade de instituições responsáveis pela gestão desses ambientes, como universidades e instituições profissionais. No intuito de tornar os portais cada vez mais adequados para uso, é preciso caracterizá-los e, em seguida, propor melhorias, por meio de um adequado processo de gestão.

Da importância de se mapear os portais de periódicos mantidos por instituições de ensino e dos aspectos necessários para caracterização de um portal de periódicos é que nasceu o tema da pesquisa de mestrado da qual o corrente artigo é um recorte. O objetivo foi identificar os portais de periódicos existentes nas universidades federais do Estado de Minas Gerais, descrevendo as características relativas ao conteúdo desses ambientes. O corrente artigo discutirá o conteúdo dos portais identificados considerando o número de periódicos, áreas de conhecimento a que estão vinculados e avaliação QUALIS dos periódicos inseridos nos portais.

2. Revisão de literatura

Para Garrido e Rodrigues (2010:68), as instituições de formação, tais como as universidades, considerando a migração dos periódicos impressos para o meio digital, vêm desenvolvendo ambientes digitais específicos para acomodar boa parte dos periódicos mantidos por essas instituições. Esses portais centralizam o acesso aos periódicos, e aumentam sua visibilidade, mas muitos desafios persistem, no processo de criação, no gerenciamento e no uso dos portais.

Os portais de periódicos caracterizam-se como páginas da Internet que congregam as revistas científicas vinculadas a uma dada instituição, com o fim de permitir maior visibilidade e localização da produção periódica institucional (SANTOS, 2016; SILVEIRA, 2016). É possível conceituar os portais de periódicos como repositórios ou ambientes digitais de informação, que armazenam os periódicos científicos de um determinado contexto, seja em nível mais específico ou mais abrangente, tais como um ou mais departamentos, uma ou mais instituições, uma ou mais instâncias geográficas, dentre

outras delimitações. A importância desses ambientes está relacionada à preservação da memória institucional, como também, à capacidade em aglomerar, em um único espaço, a produção científica dos periódicos, facilitando, portanto, a busca e a recuperação das descobertas científicas. O importante papel desempenhado pelos portais, colocam-nos como o cerne de um novo modelo de comunicação científica para o século XXI, o que requer a estruturação, sistematização e gestão desses ambientes, os quais passam a se caracterizar como bibliotecas digitais especializadas de periódicos científicos (SANTA ANNA, 2018).

Ao ser instituído, o portal caracteriza-se como uma meta-editora na qual, a partir do uso de uma mesma plataforma, os editores podem unir esforços e se posicionar junto à instituição para a solução de problemas comuns. Desse modo, os portais precisam ser considerados pelas instituições mantenedoras como ambientes em constante adequação, considerando resultados de estudos qualitativos e/ou quantitativos acerca da construção, gestão e melhoria do que é oferecido à comunidade usuária (RODRIGUES e FACHIN, 2008).

A pesquisa de Silveira (2016) identificou inúmeros problemas relativos aos portais de periódicos de instituições federais de ensino, principalmente quanto ao envolvimento da equipe gestora. Por sua vez, Cirino *et al.* (2017) constataram a importância das políticas de informação para periódicos no Estado de Minas Gerais, reforçando a importância de se mapear a existência dos periódicos e dos portais existentes nesse estado.

Além de identificar a existência de periódicos e de portais, em contextos específicos, como defendido por Cirino *et al.* (2017), é de suma importância analisar as características desses ambientes, de modo a que seja possível traçar planos de ação para melhorias. No que se refere às características ou aspectos relativos a um portal de periódicos, Silveira (2016) considera a importância em se analisar os referentes à estrutura tecnológica do portal, como também as equipes envolvidas no processo de construção e gestão, além das políticas necessárias para subsidiar o trabalho realizado.

3. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, de abordagem quali-quantitativa, sendo conduzida em duas etapas: a primeira consistiu de revisão de literatura, tendo em vista levantar características de portais; a segunda envolveu a identificação e análise dos portais, através de pesquisa documental junto aos *sites* das universidades e, posteriormente, *websites* dos portais. As duas etapas foram realizadas de forma complementar, de modo que os resultados oriundos da primeira foram fundamentais para identificar conceitos, características e demais elementos essenciais para o levantamento realizado na etapa seguinte.

A primeira etapa consistiu de revisão de literatura, conduzida pela consulta a livros, artigos de periódicos e trabalhos acadêmicos que versam sobre o tema portais de periódicos científicos. Por meio do levantamento e análise do material bibliográfico, foram identificadas as características de um portal de periódicos que foram objeto de análise: conteúdo, arquitetura informacional, gestão e serviços prestados.

No que se refere ao conteúdo dos portais, foco de análise deste artigo, identificaram-se os seguintes elementos: número de periódicos, área de conhecimento a que estão vinculados

e avaliação QUALIS. Em linhas gerais, a literatura consultada enfatizou que esses aspectos precisam ser considerados pelos profissionais envolvidos na construção e gestão dos portais, com o propósito de atender as necessidades dos utilizadores, garantindo-lhes satisfação (SANTOS, 2010; SAYÃO, 2010; CIRINO *et al.*, 2017; OLIVEIRA, 2017).

Na segunda etapa realizou-se pesquisa documental, através de consulta ao *site* do Ministério da Educação (MEC), a fim de identificar as universidades federais do Estado de Minas Gerais. Com o nome das universidades, recorreu-se à busca nos *sites* de cada uma, de modo a identificar a existência de portais. A partir disso, no âmbito dos *websites* dos portais identificados (plataformas), procedeu-se à análise dos portais para verificação dos elementos relativos ao conteúdo dos portais.

3.1. Coleta de dados - etapa 1

O quadro 1 detalha os itens ou elementos pertencentes ao conteúdo dos portais, a descrição de cada um desses elementos e a forma de identificação dos mesmos, como também os principais estudos que abordam esses itens.

Quadro 1 – Elementos relativos ao conteúdo dos portais de periódicos, conforme evidências da literatura

CATEGORIA ANALISADA	ELEMENTOS OU ITENS	DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS OU ITENS	PRINCIPAIS AUTORES ESTUDADOS
Conteúdo	Quantidade de periódicos	Referente à quantidade de periódicos científicos inseridos no portal	López Yepes (2004); Cunha e Cavalcanti (2008); Rodrigues e Fachin (2008, 2010); Santos (2010); Sayão (2010); Cirino <i>et al.</i> (2017); Oliveira (2017); Santos (2018)
	Áreas de conhecimento dos periódicos	A partir da consulta ao <i>site</i> dos periódicos, identifica-se a que área de conhecimento ele está vinculado	Santos (2010); Sayão (2010); Shintaku, Brito e Carvalho Neto (2014); Santos (2016); Silveira (2016); Cirino <i>et al.</i> (2017); Oliveira (2017); Santa Anna e Cendón (2018)
	Avaliação QUALIS	Mediante consulta à plataforma Sucupira, identifica-se a última avaliação QUALIS (ano de 2016), avaliação essa em consonância com a área a que o periódico está vinculado	Santos (2016); Silveira (2016); Cirino <i>et al.</i> (2017); Oliveira (2017)

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

3.2. Coleta de dados - etapa 2

A partir da apresentação dos elementos que compõem o conteúdo dos portais, partiu-se para a verificação desses elementos, mediante consulta documental nos *websites* dos portais das universidades federais existentes em Minas Gerais. Contudo, antes dessa investigação, realizou-se, primeiramente, a identificação das universidades federais existentes nesse Estado, levantando características relativas ao foco e objetivo principal dessas instituições, como também, o número de cursos, nos diferentes níveis de ensino. A pesquisa documental levantou também, nas universidades federais de Minas Gerais, os portais de periódicos a elas vinculados que contemplam a produção científica periódica de toda a universidade, e os principais aspectos que permitem a estruturação do portal.

Para localização das universidades federais, realizou-se consulta à base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior (e-MEC)¹. O quadro 2 apresenta o resultado desse levantamento, em que são descritos o nome da instituição, a sigla e o local (cidade).

Quadro 2 – Universidades federais existentes no Estado de Minas Gerais

NOME INSTITUCIONAL	SIGLA CORRESPONDENTE	CIDADE DE LOCALIZAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	Alfenas
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	Itajubá
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	Juiz de Fora
Universidade Federal de Lavras	UFLA	Lavras
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Belo Horizonte
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	Ouro Preto
Universidade Federal de São João del Rei	UFSJ	São João del Rei
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Uberlândia
Universidade Federal de Viçosa	UFV	Viçosa
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Diamantina
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	Uberaba

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O quadro 2 permite constatar a existência de 11 universidades no estado mineiro, distribuídas em diferentes cidades. Após essa consulta, procedeu-se à verificação do *site* de cada instituição levantada, a fim de localizar a existência de portal de periódico gerenciado pela instituição em análise. Identificou-se a presença de portais em cinco universidades, que são: UFJF, UFMG, UFOP, UFSJ e UFTM. Importante reforçar que não foram analisados portais que contemplam a reunião de periódicos científicos em setores específicos da instituição, como exemplo, portais de cursos, de unidades acadêmicas, dentre outras instâncias.

Mediante o acesso aos *sites* dos portais identificados, levantaram-se e analisaram-se as diversas características referentes ao conteúdo dos portais. A análise de dados utilizou

¹ Site do e-MEC disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Consult. 20 jun. 2018.

estatística descritiva, bem como análises qualitativas. Os dados coletados foram sistematizados por meio de quadros e gráficos. Para Crespo (2002), o objetivo dessa descrição detalhada e sistematizada é organizar, resumir, apresentar e interpretar ou sumarizar as informações contidas em um conjunto de dados referente a um contexto específico de análise.

4. Análise e discussão de dados

A UFJF está sediada na cidade de Juiz de Fora, com um *campus* localizado na cidade de Governador Valadares. A instituição possui destaque nacional e internacional, sobretudo por atender um polo científico e cultural com mais de três milhões de habitantes, sendo considerada uma das melhores universidades da América Latina.

Dentre os propósitos dessa instituição, destaca-se sua missão, a qual visa produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFJF, 2018).

A UFMG possui quatro *campi*, com sede no *Campus* Pampulha, cidade de Belo Horizonte. A instituição possui cursos, dedicando-se à formação profissional, ética e humanística dos cidadãos, além de atentar à tríade universitária, por meio da oferta diversificada de serviços voltados ao ensino, à pesquisa e à extensão. Assim como a UFJF, a UFMG possui destaque e reconhecimento nacional e internacional, sendo considerada como uma das melhores do Brasil e do mundo (UFMG, 2018).

Sua missão é gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como instituição de referência nacional, formando indivíduos críticos e éticos, com uma sólida base científica e humanística, comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional (UFMG, 2018).

A UFOP está sediada na cidade de Ouro Preto (*Campus* Morro do Cruzeiro) e possui forte relação com a história e cultura daquela região, o que evidencia a participação da universidade com a preservação da memória coletiva local e herança cultural do país. Desde sua institucionalização, em agosto de 1969, até os dias atuais, muitos investimentos foram realizados, o que proporcionou a ampliação na oferta de cursos, desencadeando o nascimento de outros *campi*, situados nos municípios de Mariana e em João Monlevade (UFOP, 2018).

A missão da UFOP é produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico e cultural, contribuindo para a formação profissional ética, crítico-reflexiva, criativa, solidária do ser humano, considerando-o como agente de mudança na construção de uma sociedade mais justa, soberana e democrática (UFOP, 2018).

Quanto à UFSJ, essa instituição foi inaugurada em 1 de abril de 1987 como Fundação de Ensino Superior de São João del Rei (FUNREI), e, no ano de 2002, foi transformada em universidade. Atualmente, ela contempla seis *campi*, que são: Santo Antônio, Dom Bosco, Paraopeba, Divinópolis, Tancredo Neves e Sete Lagoas, ofertando cursos em diversas áreas

do conhecimento, e contribuindo para o desenvolvimento local e regional do Estado de Minas Gerais (UFSJ, 2018).

No que tange à missão dessa universidade, ela visa promover a inserção internacional, sua consolidação e a expansão no cenário global, contribuindo para a afirmação externa dos valores acadêmicos locais, para a superação das assimetrias entre povos, sistemas e instituições e para a construção partilhada do conhecimento científico e cultural (UFSJ, 2018).

Sediada na cidade de Uberaba e anteriormente denominada Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, a UFTM transformou-se em universidade em 2005, com cursos interdisciplinares, em destaque os cursos voltados à assistência à saúde, como também cursos de tecnologia e cultura. Em linhas gerais, essa instituição tem como objetivo primordial formar pessoas que contribuirão para o desenvolvimento da ciência e a transformação da sociedade (UFTM, 2018).

Além do objetivo, a missão da UFTM é atuar na geração, difusão, promoção de conhecimentos e na formação de profissionais conscientes e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico, cultural e tecnológico, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população (UFTM, 2018).

Salienta-se que as cinco universidades possuem cursos diversificados, no que tange às áreas de conhecimento, à modalidade de ensino, sejam cursos presenciais ou a distância, como também, apresentam cursos em todos os níveis de ensino, seja na Graduação ou na Pós-graduação, esse último nível, contempla Mestrado e Doutorado, ambos os níveis presentes em todas as instituições. O quadro 3 especifica o número de cursos por níveis de ensino nas cinco instituições analisadas.

Quadro 3 – Distribuição dos cursos por níveis de ensino em todas as instituições

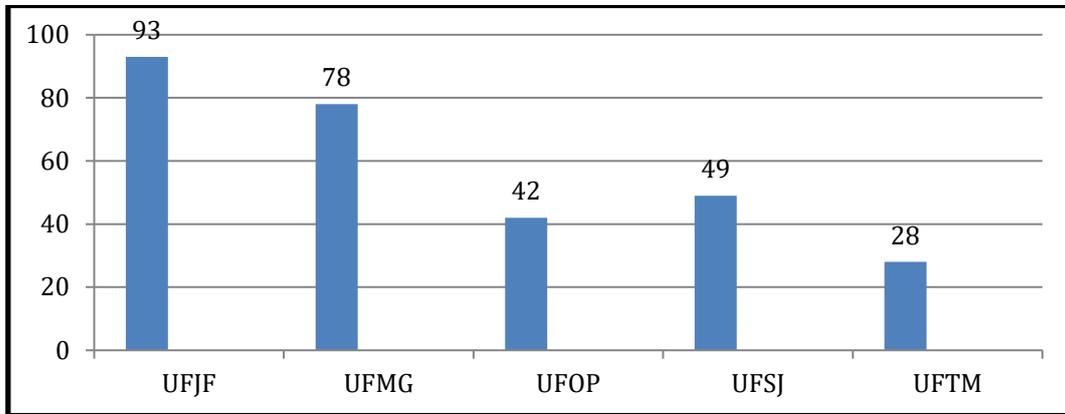
UNIVERSIDADE	QUANTIDADE DE CURSOS POR NÍVEIS DE ENSINO		
	Graduação	Mestrado	Doutorado
UFJF	93	36	17
UFMG	78	88	72
UFOP	42	22	09
UFSJ	49	29	06
UFTM	28	16	04

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que tange à Pós-graduação *lato sensu* (especializações), a consulta aos *sites* permitiu identificar cursos desse nível de ensino em todas as universidades. Porém, na maioria dos casos, esses cursos estão vinculados aos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, contemplando, normalmente, temáticas no âmbito de uma linha de pesquisa e acontecem de forma esporádica, conforme as demandas da localidade onde a instituição está inserida.

A somatória dos cursos de Graduação e o comparativo entre as instituições demonstra que a UFJF é a que apresenta maior número de cursos de Graduação, seguida da UFMG e UFSJ, conforme ilustrado no gráfico 1.

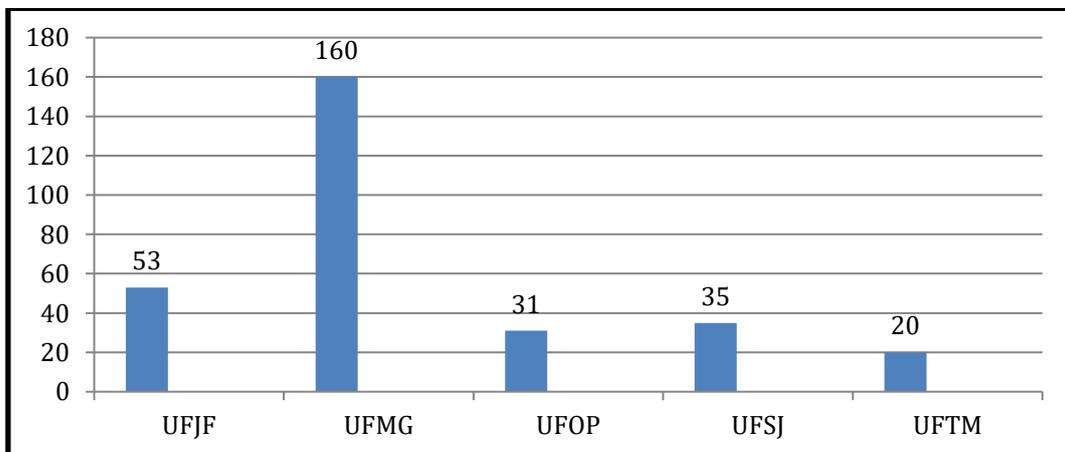
Gráfico 1 – Número de cursos de Graduação nas instituições federais estudadas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Comparando-se os cursos de Pós-graduação na modalidade Mestrado e Doutorado, nas cinco universidades, nota-se que, em primeiro lugar, aparece a UFMG, precedida pela UFJF e, em seguida, a UFSJ, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Número de cursos na modalidade Mestrado e Doutorado nas instituições estudadas

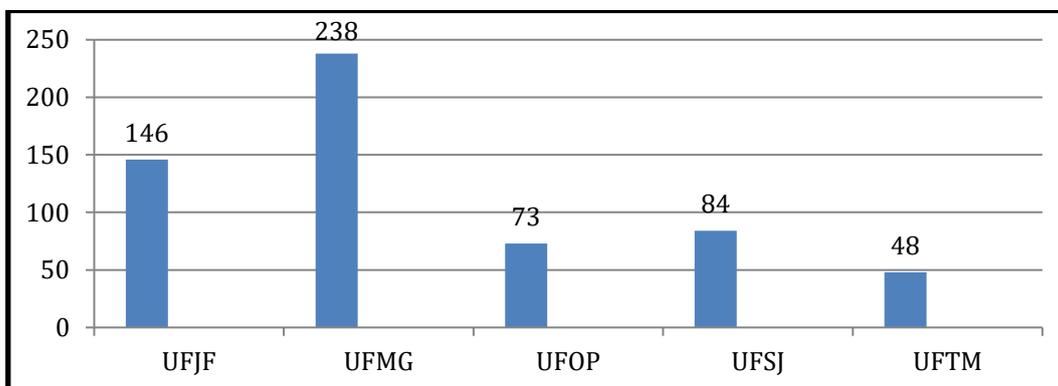


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os dados coletados nos *sites* das universidades, a respeito dos números de cursos, no nível de ensino Graduação, demonstram um certo equilíbrio entre as instituições, ao passo que no nível de Mestrado e Doutorado, há equilíbrio nas universidades UFJF, UFOP e UFSJ e UFTM, ao passo que na UFMG, há discrepância, visto que possui um número superior às demais instituições.

Agrupando o conjunto desses cursos, de modo a analisá-los comparativamente entre as cinco instituições, é possível constatar a seguinte ordem de classificação das instituições: UFMG, UFJF, UFSJ, UFOP e UFTM (gráfico 3).

Gráfico 3 – Total de cursos ofertados nas instituições analisadas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Esses resultados preliminares acerca das características das instituições, quanto ao número de cursos e a distribuição em níveis de ensino, como também, a diversidade de áreas de conhecimento a que estão vinculados, contemplando desde áreas da saúde, ciências naturais, sociais, engenharias, dentre outras áreas, certamente, representam o contexto em que os portais estão inseridos e podem influenciar as características destes portais.

A seguir serão detalhadas as características dos portais no que tange à categoria conteúdo.

4.1. Análise referente ao conteúdo dos portais de periódicos

O conteúdo de um portal está relacionado aos tipos de fontes de informação que ele armazena. No caso específico dos portais de periódicos, esse conteúdo diz respeito aos periódicos ou revistas científicas que são inseridas nas plataformas, seguindo ou não critérios definidos em política expressa, para inclusão e exclusão, e que, após serem incluídos, passam a fazer parte do sistema, estando sob responsabilidade das instituições ou órgãos mantenedores.

De acordo com Cirino *et al.* (2017), em estudo realizado no âmbito do Portal de Periódicos do Estado de Minas Gerais, além do portal abrigar os *sites* dos periódicos, com *links* ativos, também precisa detalhar, na forma de metadados, as áreas de conhecimento, em que esses periódicos pertencem. Isso permite inferências acerca da relação dos periódicos com possíveis cursos que são ofertados, no caso da instituição mantenedora ser uma instituição de ensino ou profissional, por exemplo. Para Oliveira (2017), conhecer as áreas de conhecimento, como também a avaliação desses periódicos tende a ser uma forma de estabelecer modelos para qualificar a produção científica periódica de uma instituição ou de um contexto específico.

Assim, no intuito de levantar informações sobre a categoria conteúdo dos portais – considerando conteúdo como número de periódicos, áreas de conhecimento e avaliação QUALIS – localizou-se, primeiramente, no *site* das universidades, o *link* para acesso ao *website* dos portais.

Mediante a consulta aos *websites* dos portais, descreve-se, no quadro 4, o nome do portal e o número de periódicos que foram identificados nos *websistes* de cada portal.

Quadro 4 – Nome do *website* dos portais e respectivos números de periódicos

INSTITUIÇÃO	NOME DO <i>WEBSITE</i>	NÚMERO DE PERIÓDICOS
UFJF	Portal de Periódicos Científicos	30
UFMG	Periódicos UFMG	62
UFOP	Portal de Periódicos Eletrônicos da UFOP	13
UFSJ	Portal de Periódico da UFSJ	7
UFTM	Revistas eletrônicas – UFTM	9

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Importante destacar que cada portal possui um nome de identificação específico, estando ele localizado no alto da página do *website*. No *site* de todas as instituições é possível encontrar *link* ativo que direciona para o *website*. Dentro do *website* de cada portal, foi possível identificar os nomes dos periódicos, com *links* ativos para esses periódicos. Em todos os portais, localizou-se, no formato de listas ordenadas, os nomes dos periódicos, o que permitiu a contagem deles. Além disso, em cada portal, apresenta-se uma breve síntese das características de cada periódico, porém, essa síntese apresenta-se de forma não padronizada, ora mencionando a qual área de conhecimento o periódico está vinculado, ora não mencionando essa informação. A mesma situação se verifica na informação sobre a avaliação QUALIS.

Quando ao número de periódicos, nota-se disparidade entre os portais, alguns contemplando um número pequeno de periódicos, como o Portal da UFSJ e UFTM, os quais abrigam sete e nove revistas, respectivamente; e outros com um número mais elevado, como a UFJF, com 30, e a UFMG, com 62 periódicos. Em linhas gerais, os periódicos pertencem a diferentes áreas do conhecimento, permeando todas as áreas mencionadas na divisão proposta pela CAPES². Para os periódicos em que não constava a área do conhecimento a que estão vinculados na síntese de apresentação, procedeu-se à leitura, no *website* do periódico, do seu foco e do seu escopo.

No Portal de Periódicos da UFJF, constam 30 periódicos, os quais pertencem a quase todas as áreas do conhecimento mencionadas pela CAPES, conforme apresentado no gráfico 4. Nota-se o predomínio das áreas Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes; e Ciências Humanas, as quais, em conjunto, concentram um total de 73,3% dos periódicos.

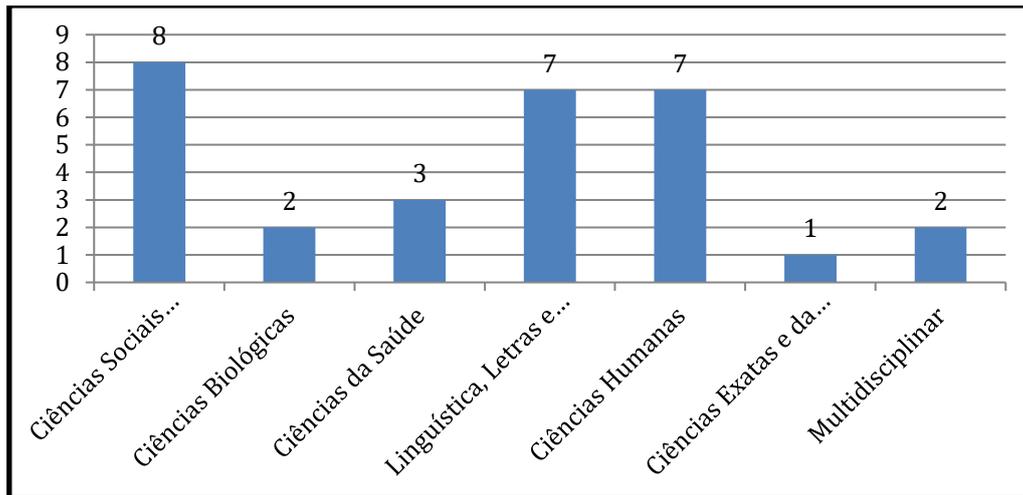
Além de estarem vinculados a diferentes áreas do conhecimento, conforme demonstra o gráfico 4, a maioria desses periódicos do Portal da UFJF apresenta avaliação nos estratos do QUALIS Periódicos³. Ressalta-se que, a fim de confirmar as informações sobre essa

² A CAPES estabelece as grandes áreas do conhecimento divididas em: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; e Multidisciplinar.

³ QUALIS é o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos Programas de Pós-graduação, no Brasil. Assim, os periódicos que possuem pesquisas submetidas por autores vinculados a esses programas são avaliados nos seguintes estratos ou conceitos avaliativos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

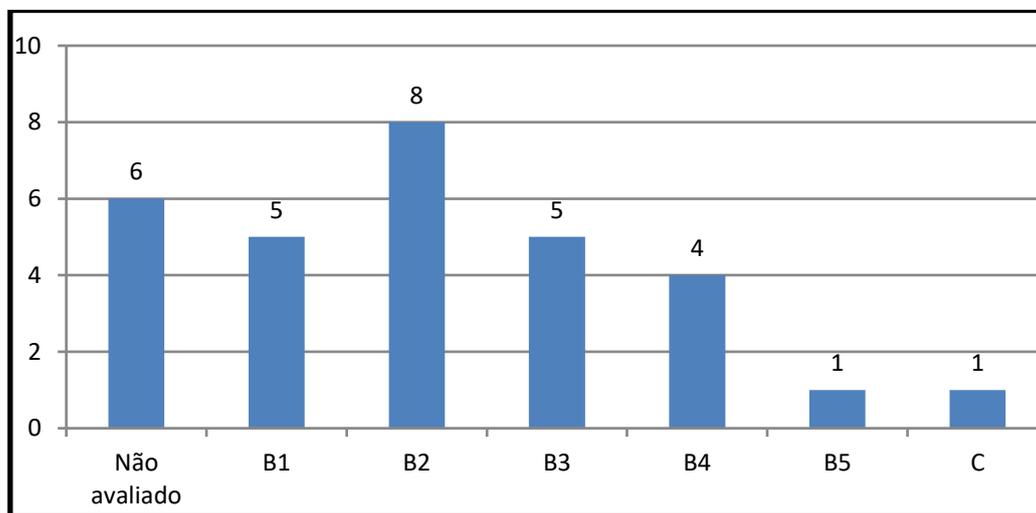
avaliação, além da consulta aos *sites* dos periódicos, realizou-se levantamento, também, na Plataforma Sucupira⁴, considerando o estrato mais alto obtido pelo periódico, no último ano de avaliação até então realizado (2016). Os dados referentes ao QUALIS dos periódicos do Portal da UFJF encontram-se apresentados no gráfico 5.

Gráfico 4 – Representatividade dos periódicos do Portal da UFJF, por áreas de conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Gráfico 5 – Representatividade do QUALIS Periódicos para os periódicos do portal da UFJF



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

⁴ Plataforma de consulta disponível em:

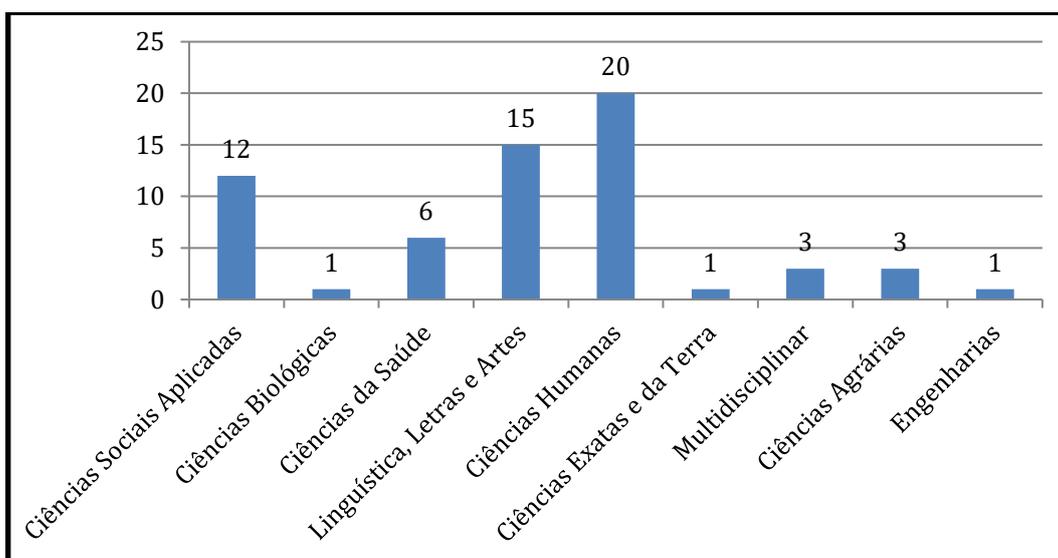
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Consult. 25 out. 2018.

A partir da análise aos dados expostos no gráfico 5, é possível constatar que não existem periódicos no estrato A. As categorias B1 e B2 (que podem ser consideradas de excelência) concentram 43,3 % dos periódicos. B3, B4, B5, C e não avaliados concentram 56,7% dos periódicos.

No Portal da UFMG, existe um total de 62 periódicos, dispersos entre as diversas classificações do conhecimento estabelecidas pela CAPES. As áreas de Ciência Humanas; Linguística, Letras e Artes; e Sociais Aplicadas predominam concentrando 75,8% do total de periódicos. As áreas de Ciências da Saúde ocupam um percentual de 9,6%, ao passo que há baixa representação das áreas de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Multidisciplinar, Ciências Agrárias e Engenharias, visto que, em conjunto, essas áreas representam um total de 12,9%.

A baixa representatividade dos periódicos inerentes a essas áreas pode estar relacionada ao fato de que muitas dessas áreas, como Ciências Exatas, Engenharias e Ciências da Saúde, terem preferência em disseminar suas pesquisas em periódicos estrangeiros, com o idioma em inglês. Esses dados relacionados às áreas de conhecimento dos periódicos do portal da UFMG estão representados no gráfico 6.

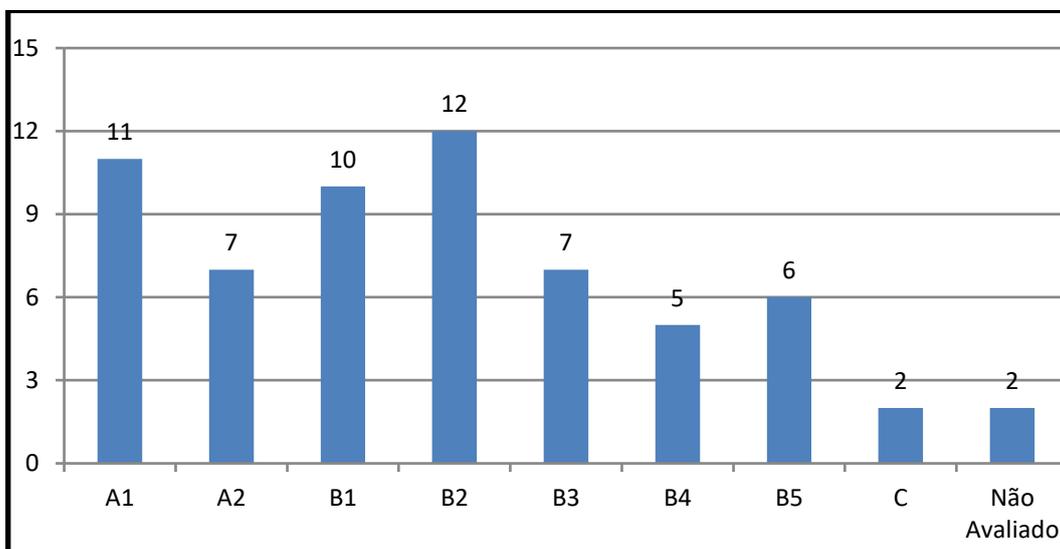
Gráfico 6 – Representatividade dos periódicos do portal da UFMG, por áreas de conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dos 62 periódicos inseridos no Portal da UFMG, apenas dois não se encontram classificados nos estratos avaliativos da CAPES; os demais contemplam classificações diferenciadas, conforme gráfico 7, havendo predominância das categorias A1 a B2 que concentram 64,5% do total dos periódicos, periódicos esses, nos estratos superiores do QUALIS.

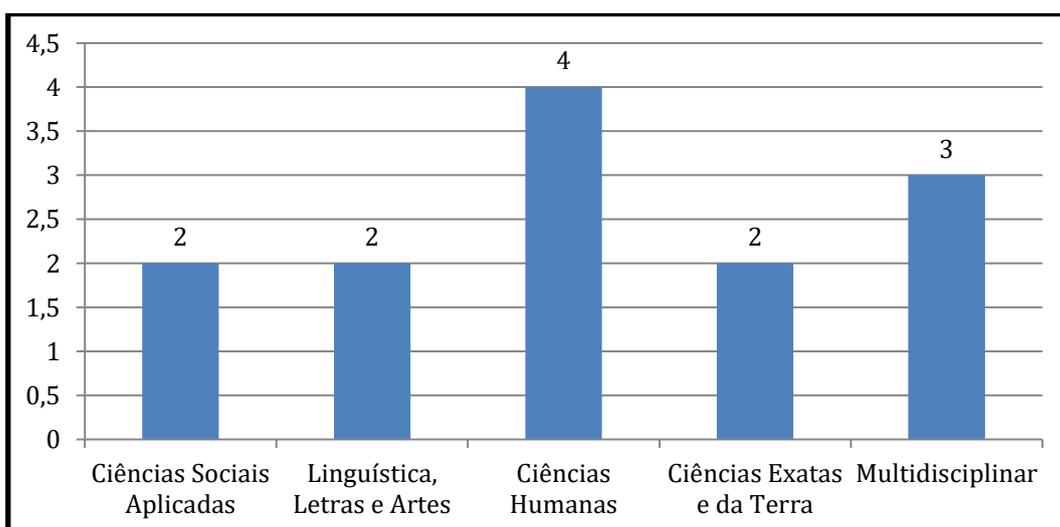
Gráfico 7 – Representatividade do QUALIS Periódicos para os periódicos do portal da UFMG



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

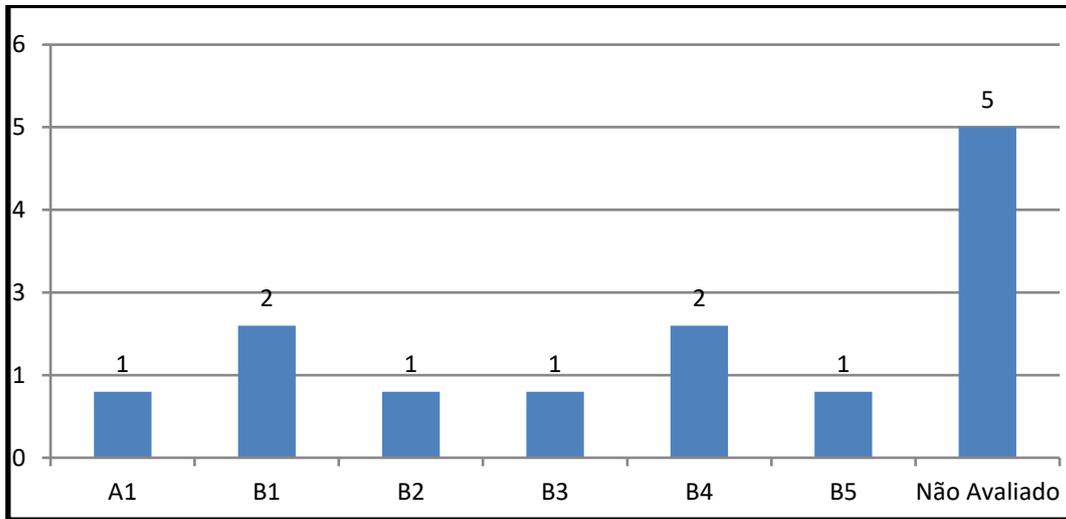
Os periódicos do Portal da UFOP também pertencem a diferentes classificações do conhecimento, com predominância as áreas de Ciências Humanas e Multidisciplinar, as quais juntas concentram 53,84% dos periódicos (gráfico 8). Assim como no portal da UFMG, é possível que a baixa representatividade das áreas de Ciências da Saúde e Ciências Exatas se deva ao fato de essas áreas preferirem publicar suas pesquisas em periódicos internacionais. Quanto à avaliação QUALIS, dos 13 periódicos, cinco aparecem como não avaliados. Os demais estão distribuídos de maneira bastante uniforme nas categorias A1 a B5, sendo que A1 a B2 concentram 50% dos periódicos com classificação (gráfico 9).

Gráfico 8 – Representatividade dos periódicos do portal da UFOP, por áreas de conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

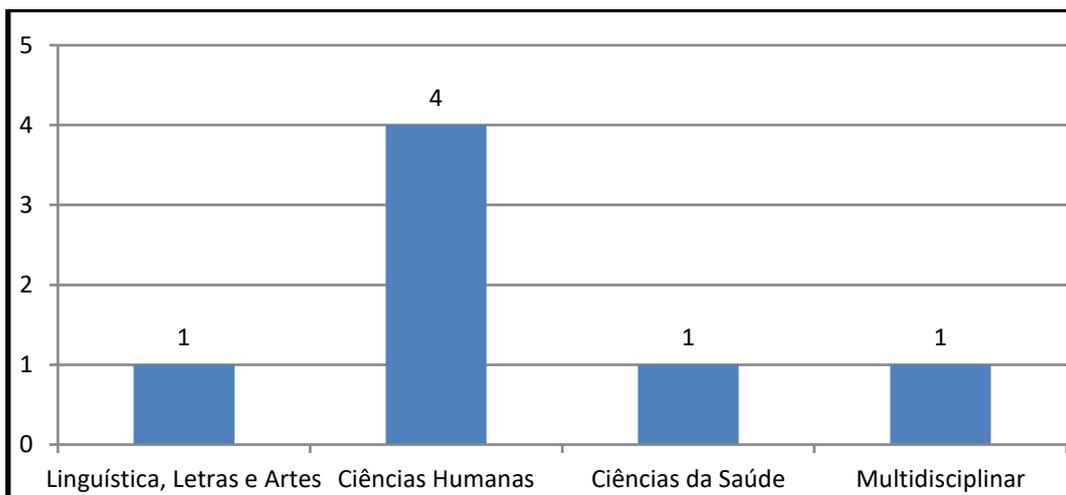
Gráfico 9 – Representatividade do QUALIS Periódicos para os periódicos do portal da UFOP



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

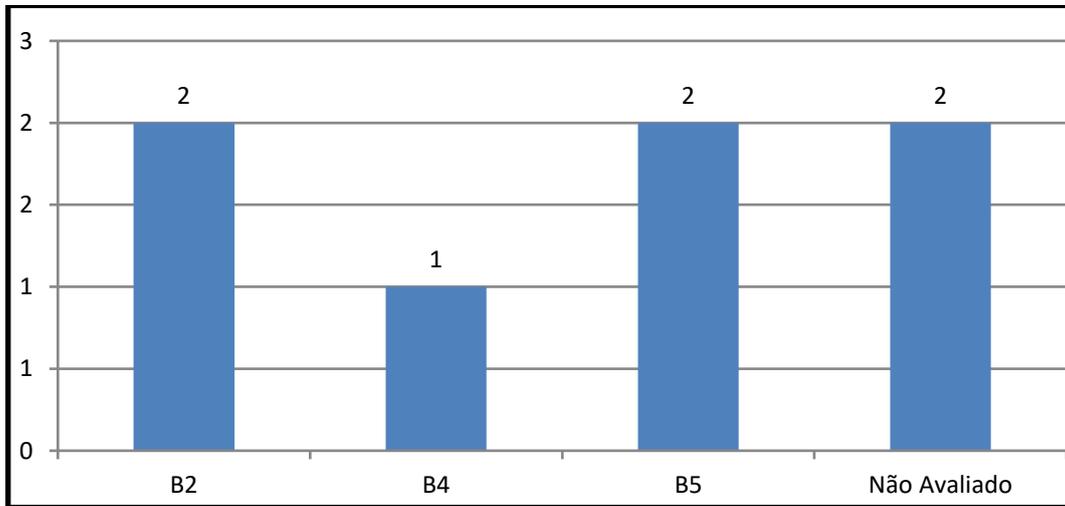
Na UFSJ, destaca-se com maior predominância a área de Ciências Humanas, (quatro periódicos), o que equivale a 57,14% dos periódicos. As demais áreas, Linguística, Letras e Artes; Ciências da Saúde; e Multidisciplinar possuem um periódico cada, correspondendo a 42,86% (gráfico 10). A representação dos periódicos por áreas de conhecimento se assemelha aos dados referentes aos periódicos dos portais da UFMG e UFOP, visto que a maioria dos periódicos pertence à área de Ciências Humanas. A ausência de periódicos nas áreas da Saúde e Exatas reforça a possibilidade de essas áreas preferirem publicar em periódicos internacionais. No que tange à avaliação QUALIS, dois periódicos não estão classificados e os demais possuem avaliação no estrato B2 a B5 (gráfico 11).

Gráfico 10 – Representatividade dos periódicos do portal da UFJR, por áreas de conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

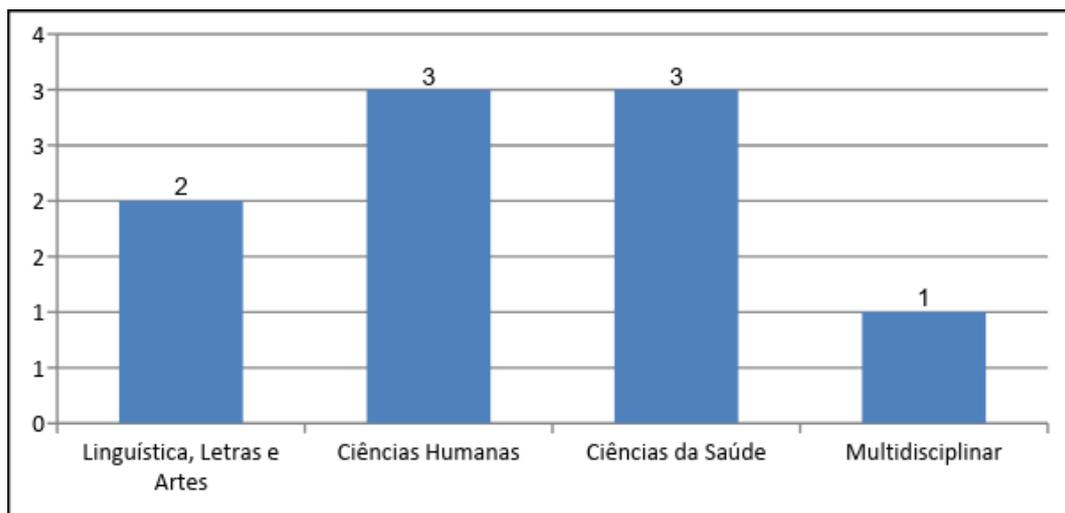
Gráfico 11 – Representatividade do QUALIS Periódicos para os periódicos do portal da UFJR



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

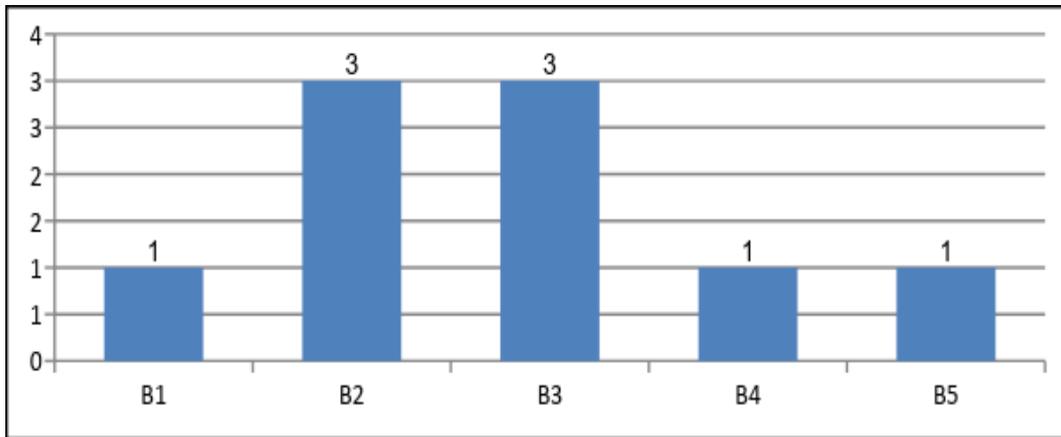
Quanto ao portal da UFTM, as áreas de Humanas e Ciências da Saúde predominam, com três periódicos cada área, o que representa um total de 66,66%. Linguística, Letras e Artes possui dois periódicos (22,22%) e Multidisciplinar com um periódico (11,12%). Novamente, os periódicos da área de Humanas se destacam, embora estejam em igualdade com o número de periódicos das áreas da Saúde. Nesse portal, também foi constatada ausência das áreas de Exatas (gráfico 12). Quanto à avaliação QUALIS, todos os periódicos são classificados nos estratos avaliativos, sendo que os níveis B1 e B2 concentram 4 periódicos (44,44%) e B3 a B5 tem 5 periódicos (55,56%) (gráfico 13).

Gráfico 12 – Representatividade dos periódicos do portal da UFTM, por áreas de conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Gráfico 13 – Representatividade do QUALIS Periódicos para os periódicos do portal da UFTM



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os dados representados nos gráficos 4 a 13 quanto ao número de periódicos, a distribuição por áreas de conhecimento e a avaliação QUALIS apresentam-se de forma desigual, de universidade para universidade. Percebe-se, em geral, a característica multidisciplinar dos portais de periódicos. Essa característica também foi constatada a partir do levantamento de cursos realizado na busca nos *sites* das universidades. Assim, as instituições oferecem cursos nas mais diferentes áreas do saber, o que promove a criação e gestão de periódicos científicos vinculados a diversas áreas, normalmente sob responsabilidade direta dos cursos oferecidos, ou das unidades acadêmicas e até mesmo de órgãos mais específicos, como secretarias, departamentos, dentre outros segmentos do ambiente universitário.

Predominam em todos os portais os periódicos das áreas de Humanas; Linguística, Letras e Artes; e Ciências Sociais, o que pode indicar uma predominância de publicações nacionais nessas áreas e uma preferência das demais áreas por publicação no exterior. Ciências da Saúde é uma constância em todos os portais, o que pode indicar que certas áreas da Medicina têm preferência por publicações nacionais.

Quanto ao número de periódicos, é possível que a diferença de uma para outra instituição esteja ligada ao tamanho da instituição, sobretudo no que tange ao número de cursos oferecidos. A esse respeito, do total de 589 cursos ofertados nas cinco instituições, a UFMG e a UFJF concentram o maior número de cursos, representando, 40,4% e 24,7%, respectivamente. Relação semelhante é identificada quanto ao número de periódicos, cujos resultados demonstram que, em um total geral de 121 periódicos presentes nos portais das cinco universidades, a UFMG concentra 51,2% e a UFJF 24,7% do total de periódicos existentes.

Quando à avaliação QUALIS, destaca-se que no portal da UFTM, mesmo possuindo um número reduzido de revistas (9), todas elas possuem classificação nos estratos avaliativos QUALIS. Outro ponto a destacar é que apenas UFMG e UFOP possuem revistas classificadas nos estratos A1 e/ou A2.

O QUALIS dos periódicos consiste em um mecanismo avaliativo utilizado para qualificar os Programas de Pós-graduação das universidades brasileiras. Por isso, é provável que as instituições com maior número de cursos nesse nível de ensino direcionem mais esforços

para criação e gestão de periódicos científicos, tendo em vista, favorecer que os resultados de pesquisas possam ser publicados para toda a comunidade. No entanto, há de se considerar regras específicas para qualificação dos programas e periódicos, tais como a questão da endogenia, o que evidencia novos desdobramentos de pesquisas, a fim de identificar a quantidade de periódicos vinculados diretamente a Programas de Pós-graduação.

Nesse sentido, observa-se o maior número de periódicos, como também, as classificações superiores do QUALIS ligadas à UFMG. Isso pode ser influenciado pelo fato de que essa instituição possui o maior número de cursos de Pós-Graduação, qual seja, 160 cursos, entre Mestrado e Doutorado, número muito mais elevado no comparativo com os cursos de Graduação dessa instituição (78), o que evidencia altos investimentos em pesquisa nesse ambiente universitário.

Em linhas gerais, a existência dos periódicos nas universidades estudadas e a classificação desses meios de comunicação à avaliação QUALIS demonstra os esforços das instituições em investir e melhorar continuamente o processo de pesquisa, considerando o potencial das descobertas científicas para o desenvolvimento intelectual e econômico da sociedade.

Acerca da importância em se investir na qualidade da produção periódica institucional, Oliveira (2017) reforça o potencial de as instituições adequarem-se aos instrumentos de avaliação, no intuito de que, ao mesmo tempo que as descobertas contribuem com o desenvolvimento social, elas também promovem reconhecimento e prestígio da instituição responsável pelas pesquisas desenvolvidas.

Em relação à diversidade de periódicos, vinculados a várias áreas de conhecimento, resultado similar também foi constatado no estudo de Shintaku, Brito e Carvalho Neto (2014), mediante investigação nos portais de periódicos que adotam o *software Open Journal Systems* (OJS) na estrutura tecnológica do portal. Segundo esses autores,

todos os portais institucionais vinculados às universidades se apresentam multidisciplinares, com revistas de diversas disciplinas, representando bem a diversidade da universidade, com uma grande variação em relação ao quantitativo de revistas, que pode indicar que nem todas as revistas da instituição migraram para o portal (SHINTAKU, BRITO e CARVALHO NETO, 2014:147).

Essa heterogeneidade demonstra o papel dos periódicos científicos, os quais são considerados como o meio mais utilizado para a comunicação entre pesquisadores de diferentes campos do saber (FACHIN e HILLESHEIM, 2006). Também reforça o potencial dos portais de periódicos na propagação do conhecimento produzido e disseminado, sobretudo por instituições profissionais ou de pesquisa, como as universidades, cobrindo diferentes instâncias geográficas de um país (CIRINO *et al.*, 2017).

Além disso, armazenar os resultados de pesquisas publicados nos periódicos e estabelecer medidas que promovam maior visibilidade dessas descobertas representa uma característica fundamental dos portais de periódicos. Em geral, esses portais demonstram a amplitude das atividades desenvolvidas nas universidades e a função de diversos atores responsáveis pela propagação do conhecimento científico, tal como pesquisadores, editores, normalizadores, diagramadores, dentre outros. Assim, conforme previsto por Garrido e Rodrigues (2010), os portais de periódicos vêm ocupando local de destaque nas

universidades brasileiras, principalmente, por envolver diferentes profissionais do meio acadêmico, transformando a universidade em uma meta-editora, que, além de investir na produção das pesquisas, fornece condições adequadas para a disseminação e visibilidade do conhecimento produzido.

5. Considerações finais

Por meio desta pesquisa, foi possível verificar a existência de portais de periódicos mantidos por universidades federais, no Estado de Minas Gerais, levantando características relacionadas ao *conteúdo* desses ambientes para a comunidade usuária.

A literatura revisada forneceu subsídios norteadores para identificar as características de um portal de periódicos, a serem analisadas no que tange ao seu *conteúdo*: número de periódicos existentes no portal, áreas de conhecimento a que os periódicos estão vinculados e avaliação QUALIS desses periódicos.

Ao final da primeira etapa da pesquisa, revisão de literatura, partiu-se para a localização dos portais de periódicos das universidades federais do Estado de Minas Gerais. A partir do levantamento documental realizado, foram identificadas onze universidades federais existentes nesse estado, sendo que, apenas cinco dessas instituições possuem portais de periódicos, quais sejam: UFJF, UFMG, UFOP, UFSJ e UFTM.

Considerando o *conteúdo* dos portais analisados (número de periódicos existentes, áreas de conhecimento e avaliação QUALIS desses periódicos), no que tange ao número de periódicos, os resultados indicaram disparidade entre os portais, alguns contemplando um número pequeno de periódicos, como os portais da UFSJ e da UFTM, os quais abrigam sete e nove revistas, respectivamente; e outros com um número mais elevado, como a UFJF, com 30, e a UFMG, com 62 periódicos. Essa heterogeneidade pode estar relacionada ao tamanho das instituições, tendo como base o número de cursos oferecidos, visto que os portais com o maior número de revistas pertencem a instituições com maior número de cursos. Essa mesma disparidade foi constatada no que tange às áreas de conhecimento dos periódicos e à avaliação QUALIS. Os portais apresentam periódicos vinculados a diferentes áreas de conhecimento, a maioria deles possuindo avaliação QUALIS. Embora essa avaliação tenha contemplado os periódicos de quase todos os portais, há predominância dos melhores estratos nas instituições com maior número de cursos de Pós-graduação.

É provável que essa diferença entre os portais seja reflexo da realidade de cada instituição, considerando, principalmente, o número de cursos oferecidos, com ênfase principalmente, nos cursos que enfatizam o processo de pesquisa, como os cursos de mestrado e doutorado.

É importante considerar, também, que não é somente a gestão ou o tamanho da universidade, por exemplo, o número de cursos, que proporciona a qualidade. A qualidade é um elemento complexo, oriundo de variados fatores. Assim, os resultados alcançados com este levantamento precisam ser associados a outras questões, permitindo avaliar a qualidade dos portais, como também, buscar as razões e propor melhorias, o que evidencia novos desdobramentos de pesquisa.

A partir dos resultados, enfatiza-se a importância e contribuição das políticas de informação para subsidiar o trabalho de gestão dos portais, como também a necessidade

de se realizar estudos de uso, principalmente com os editores dos periódicos, no intuito de estabelecer melhorias contínuas a esses ambientes. Portanto, novos estudos precisam ser realizados, tal como estudos *in loco* com os gestores dos portais e com os editores dos periódicos, de modo a conhecer melhor essa realidade e traçar diretrizes mais consistentes.

Referências bibliográficas

CIRINO, Sérgio Dias [et al.]

2017 Política pública de periódicos científicos para o estado de Minas Gerais, Brasil. In *A Ciência aberta: o contributo da Ciência da Informação*. Coord. Maria Manuel Borges, Elias Sanz Casado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017, p. 135-146.

CRESPO, Antônio

2002 *Estatística fácil*. São Paulo: Saraiva, 2002.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordelia

2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

FACHIN, Gleisy Regina Bories; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade

2006 *Periódico científico: padronização e organização*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

GARRIDO, Izadora dos Santos; RODRIGUES, Rosangela Schwarz

2010 Portais de periódicos científicos *online*: organização institucional das publicações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 15:2 (maio/ago. 2010) 56-72. [Consult. 30 nov. 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n2/a05v15n2.pdf>.

LÓPEZ YEPES, José

2004 *Diccionario enciclopédico de ciencias de La documentación*. Madrid: Síntesis, 2004.

MEADOWS, Arthur Jack

1999 *A Comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado

2006 A Comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 35:2 (maio/ago. 2006) 27-38. [Consult. 13 nov. 2018]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/826>.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado

2003 O Periódico científico. In *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Org. Bernardete Santos Campello, Beatriz Valadares Cendón, Jeannette Kremer. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 73-96.

OLIVEIRA, Carla Cristina Vieira de

2017 *Qualidade dos periódicos científicos: um modelo-síntese para avaliação com foco nos aspectos extrínsecos e intrínsecos indiretos da publicação*. [Em linha]. Belo Horizonte, 2017. [Consult. 29 out. 2018]. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-AXZM69/ccvotese_final1.pdf?sequence=1. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi de

2008 Periódicos científicos eletrônicos: definições e histórico. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 18:2 (maio/ago. 2008) 69-77. [Consult. 15 dez. 2018]. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1701/2111>.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; FACHIN, Gleisy Regina Bories

2010 Portal de periódicos científicos: um trabalho multidisciplinar. *TransInformação*. [Em linha]. 22:1 (jan./abr. 2010) 33-45. [Consult. 18 jul. 2018]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/14073>.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; FACHIN, Gleisy Regina Bories

2008 A Comunicação científica e o uso de portais: estudo. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9º, São Paulo, 2008 – *Anais eletrônicos*. [Em linha]. São Paulo: ECA-USP; ANCIB, 2008. [Consult. 30 nov. 2018]. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3113/2239>.

SANTA ANNA, Jorge

2018 *Portais de periódicos científicos nas universidades federais do Estado de Minas Gerais: estrutura, gestão e serviços prestados*. Belo Horizonte, 2018. Dissertação de Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTA ANNA, Jorge; CENDÓN, Beatriz Valadares

2018 Portais de periódicos nas universidades federais de Minas Gerais: gestão e serviços prestados. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19º, Londrina, 2018 – *Anais eletrônicos...* [Em linha]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. [Consult. 20 nov. 2018]. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/view/1267/1896>.

SANTOS, Gildenir Carolino

2018 Portais de periódicos: acesso, visibilidade e suporte aos editores. In FUTUROS CENÁRIOS PARA A PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA, 1º, São Paulo, 2018. [Em linha]. 37 slides. [Consult. 26 out. 2018]. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/eventos/meeting_2018/palestras/sexta/Gildenir.pdf.

SANTOS, Gildenir Carolino

2016 Sustentabilidade e visibilidade da produção científica: a construção do Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos da UNICAMP. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19º, Manaus, 2016 – *Anais eletrônicos...* [Em linha]. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2016. [Consult. 18 jul. 2018]. Disponível em: <http://periodicos.ufam.edu.br/anaisnbu/article/view/3283>.

SANTOS, Solange Maria dos

2010 *Perfil dos periódicos científicos de Ciências Sociais e de Humanidades: mapeamento das características extrínsecas*. [Em linha]. São Paulo, 2010. [Consult. 23 nov. 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.org/local/content/pdf/058.pdf>. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade de São Paulo.

SAYÃO, Luís Fernando

2010 Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. *PontodeAcesso*, [Em linha]. 4:3 (dez. 2010) 68-94. [Consult. 23 fev. 2018]. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4709/3565>.

SHINTAKU, Milton; BRITO, Ronnie Fagundes de; CARVALHO NETO, Sílvio Carvalho

2014 A Avaliação dos portais de revistas brasileiros implementados com o SEER/OJS por meio do levantamento da indexação pelo Latindex e SciELO. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 24:2 (maio/ago. 2014) 139-148. [Consult. 25 out. 2018]. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/18671/11498>.

SILVEIRA, Lúcia da

2016 *Portais de periódicos das universidades federais brasileiras: documentos de gestão*. [Em linha]. Florianópolis, 2016. [Consult. 18 jul. 2018]. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178706/343901.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
Dissertação de mestrado profissional – Universidade do Estado de Santa Catarina.

STUMPF, Ida Regina

1998 *Periódicos científicos: documentos ABBD*. Porto Alegre: Associação Brasileira de Ensino em Biblioteconomia e Documentação, 1998.

TARGINO, Maria das Graças

2001 Comunicação científica na sociedade tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão. *Comunicação e Sociedade*. [Em linha]. 3:1-2 (2001) 93-112. [Consult. 15 dez. 2018]. Disponível em:
<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1317>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

2018 *Missão da UFJF*. [Em linha]. 2018. [Consult. 20 nov. 2018]. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/prograd/institucional/missao-principios-e-objetivos/>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

2018 *Missão da UFMG*. [Em linha]. 2018. [Consult. 20 nov. 2018]. Disponível em:
https://www.ufmg.br/proplan_site_antigo/relatorios_anuais/relatorio_anual_2004/missao_ufmg.htm.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

2018 *Missão da UFOP*. [Em linha]. 2018. [Consult. 20 nov. 2018]. Disponível em:
<https://ufop.br/noticias/institucional/missao-visao-e-valores-comecam-ser-definidos-para-o-pdi-2016-2025>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

2018 *Missão da UFSJ*. [Em linha]. 2018. [Consult. 20 nov. 2018]. Disponível em:
https://www.ufsj.edu.br/assin/missao_visao_metas.php.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

2018 *Missão da UFTM*. [Em linha]. 2018. [Consult. 20 nov. 2018]. Disponível em:
<http://www.uftm.edu.br/institucional>.

Jorge Santa Anna | [jorjao20@yahoo.com.br](mailto:JORJAO20@YAHOO.COM.BR)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

REPRESENTAÇÃO COLABORATIVA DE REGISTROS IMAGÉTICOS DA MEMÓRIA SOCIAL: uma reflexão sobre a página *the commons* na plataforma *Flickr*

COLLABORATIVE REPRESENTATION OF IMAGETIC RECORDS FROM SOCIAL MEMORY: a reflection on *the commons* page in the Flickr platform

Carla Beatriz Marques Felipe | Wagner Oliveira de Medeiros | Fabio Assis Pinho

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag13a9>

Resumo: Este trabalho disserta acerca da indexação colaborativa dentro da Plataforma Flickr, mais especificamente no projeto *The Commons*. O projeto surge com o intuito de disseminar a memória social por meio da divulgação de fotografias e conta com a colaboração dos usuários para a recuperação da informação. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi identificar como a Organização do Conhecimento tem contribuído no projeto *The Commons*, para que ocorra a disseminação da memória social. Para o alcance dos objetivos, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e exploratória. Para a coleta dos dados foi realizada uma pesquisa no projeto *The Commons* com palavras-chave para identificar como ocorre a recuperação da memória social e a colaboração dos usuários na indexação. Conclui-se que a Organização do Conhecimento tem contribuído para a disseminação da memória social por meio do projeto *The Commons*.

Palavras-chave: Flickr; Fotografia; Memória Social; *The Commons*.

Abstract: This work talks about collaborative indexing within the Flickr Platform, more specifically in the project *The Commons*. The project appears with the goal of promoting social memory through the dissemination of photographs and counts on the collaboration of users to retrieve information. In this sense, the general objective of the research was to identify how the Knowledge Organization has contributed to the project *The Commons*, so that the dissemination of social memory occurs. To achieve the objectives, bibliographic and exploratory research was used as methodology. For data collection, a research was carried out in the project *The Commons* using keywords to identify how the recovery of social memory and the collaboration of users in indexing happens. It is concluded that the Knowledge Organization has contributed to the dissemination of social memory through the project *The Commons*.

Keywords: Flickr; Photography; Social Memory; *The Commons*.

1. Introdução

As imagens surgiram antes mesmo da invenção da escrita e se tornaram fundamentais para o registro do conhecimento e a comunicação humana. Com a evolução das tecnologias deixaram de ser desenhos nas cavernas e percorreram todo um processo de evolução técnica. Passaram a ser pintadas em tela com o auxílio de pincéis e canetas, entre outros suportes. Assim, com o objetivo de registrar através de imagens, com a invenção da câmara escura, surge, também, a fotografia.

A fotografia surgiu no século XIX, e desde então a representação do saber por meio de imagens passou a ser mais utilizada. Devido ao seu caráter de capturar a realidade como ela é, tornou-se uma importante fonte de informação, sendo hoje, um objeto de estudo importante para a Ciência da Informação (CI) e áreas afins, como recurso para estudos sobre memória e como alvo de desenvolvimento metodológico para as práticas de organização e representação das informações e do conhecimento.

Podemos afirmar que a memória é algo inerente ao indivíduo, pois é definida como a capacidade que o indivíduo tem de guardar vestígios que o ajudam a formar a sua conduta ao longo de sua vida (CHAPOUTHIER, 2006). Quando fatos e acontecimentos acontecem socialmente, em grupos, são chamados de memória social.

Além da nossa capacidade de armazenar informação, objetos e pessoas são capazes de nos fazerem recordar e assim ajudam a construir a nossa memória. A fotografia se encaixa perfeitamente entre esses objetos de disseminação e registro da memória. “Um fator importante para a recordação é a fotografia, pois funciona como uma espécie de memória social, capaz de registrar momentos, pessoas e locais que nunca mais existirão” (GUANIERI, MONEGO, 2012:73). Esses registros fixam de maneira instantânea os fatos que ocorreram na sociedade e se tornaram memória coletiva dos mais variados grupos sociais — famílias, igrejas, instituições de ensino e outros. Quando observamos uma fotografia, é possível a lembrança de fatos esquecidos, que se perderam no tempo. Ainda é capaz de nos fazer recordar de detalhes esquecidos ou que, através de textos, não seriam tão bem recordados.

Além de possuir este caráter histórico de registro da memória social, a fotografia alcança, hoje, altos níveis de documentação, sendo recurso artístico de criação e gerando uma produção ligada a cultura e à estética, na moda, na publicidade, nas artes visuais, entre outras áreas. Elevando, também, os horizontes dos estudos de memória social a tais especificidades do desenvolvimento humano e de suas capacidades de gerar, disseminar e armazenar o conhecimento.

Acompanhando todo o desenvolvimento tecnológico, a produção de imagens fotográficas tornou-se massiva, com o uso de aparelhos tecnológicos como o celular. A ligação entre tais ferramentas e a instantaneidade da Internet e das redes sociais faz com que todos os dias estes espaços sejam alimentados de registros, bem como novos espaços dedicados especialmente a recursos imagéticos sejam criados, como é o caso de redes sociais como *Instagram* e o *Flickr*.

No âmbito da CI, para que ocorra a recuperação da informação é imprescindível organizá-la, permitindo que o usuário tenha acesso a ela na sua forma mais completa e que essa ação esteja ligada à geração de conhecimento. Isso não é diferente nos acervos constituídos por fotografias e imagens. É necessária a elaboração de estratégias de recuperação da informação, uma vez que são elas que geram produtos e mecanismos de filtro e organização. Assim, os processos técnicos dentro das unidades de informação surgem como meios de condensação a fim da recuperação deste tipo de suporte.

Este contexto antes mencionado, de produção de imagens e compartilhamento em redes, permite que ocorra uma maior produção e interação entre os usuários da informação. Assim, uma das redes sociais que permite a divulgação da informação imagética, bem como permite a interação entre usuários neste processo, é o *Flickr*, que facilita o compartilhamento de ilustrações, fotografias e desenhos, onde qualquer pessoa pode publicar e interagir.

Observando o potencial informativo do *Flickr*, algumas instituições de memória se utilizam dessa rede social para divulgar seu acervo. De forma mais organizada, a Biblioteca do Congresso Americano, em 2008, firmou uma parceria com o *Flickr*, com o intuito de divulgar sua memória por meio das fotografias do seu acervo; essa parceria deu início ao

projeto *The Commons* que conta atualmente com mais de 80 instituições de memória participantes. Além da divulgação da memória, um dos objetivos do projeto é promover a recuperação da informação por meio da colaboração dos usuários. Acreditamos que estas fotografias disponibilizadas podem contribuir para difundir a memória social que está representada nas mesmas.

Neste contexto, buscou-se com este trabalho identificar como a Organização do Conhecimento tem contribuído no projeto *The Commons* para que ocorra a disseminação da memória social.

Isto posto, foram delimitados como direcionadores da pesquisa, investigar como o usuário tem feito sua colaboração com o projeto; descobrir se as unidades de informação estão contribuindo com objetivos do projeto e alcançando seus próprios objetivos e, por fim, descrever como ocorre a recuperação da informação no *The Commons*.

2. Fotografia, memória social e Ciência da Informação

Relacionar a produção fotográfica à memória social não perfaz um caminho difícil, visto que a ação humana de se projetar nas representações, através das manifestações artísticas e técnicas, acontece desde os primórdios de sua existência, seja através de símbolos, costumes ou crenças. Essas projeções são recursos materiais estudados hoje, na construção de conhecimentos sobre o passado e, conseqüentemente, sobre o presente. Da mesma maneira, nasceu, através da fotografia, uma possibilidade de cristalização da imagem do presente, em recursos materiais (físicos) que o acompanham como recurso de rememoração e, assim, construção da memória.

A memória, assim, é fundamental para a sociedade, pois, através dela é possível que sejam rememorados os fatos e, assim, seja construída a identidade e vivenciada a cultura pelos grupos sociais. É através da memória que se produzem os hábitos e costumes, por via das experiências vividas, sendo isso fundamental para a formação dos grupos sociais. A memória é imprescindível na autoafirmação do indivíduo diante de suas convicções relacionadas aos seus grupos sociais.

Estando a memória social ligada aos grupos sociais, ela transpassa os aspectos da memória individual. Está ligada à relação existente do indivíduo e o grupo social ao qual pertence, família, partido político, igreja, trabalho. Esses grupos sociais produzem registros que, compartilhados, permitem a construção de sua identidade.

Segundo Gondar e Dodebei (2005) a memória é naturalmente social. Isso porque, mesmo que não se queira, está-se de alguma forma inserido em grupos sociais, uma vez que o nosso primeiro grupo social seria a família. Os grupos sociais são grupos de referências para o indivíduo. Ao se tornar social, a memória se torna depósito da herança das civilizações e povos, das castas, classes sociais, tribos e famílias. É com base nas características dos grupos, geradas através da memória, que os membros são agrupados e desagrupados. A fotografia é, neste contexto, um dos recursos mais fiéis no autorreconhecimento que permite a construção de identidades e que auxilia na formação dos grupos sociais.

Ainda que na contemporaneidade a fotografia, visto as múltiplas formas de intervenção no seu processo de produção, não possa mais, de maneira geral, ser vista como uma

representação fiel da realidade¹, seu valor enquanto registro de memória rico em informações não se perde, pois acompanha as características de cada espaço temporal da história e as especificidades do seu contexto de produção, podendo ser registro histórico de fatos, ideias e ideais, movimentos artísticos, conteúdos autobiográficos de artistas e outras personalidades e, até mesmo, documento comprobatório de novos modelos de produção do conhecimento.

Silva (2014:133), ao propor a relação documental que podem assumir as fotografias, usando da ideia que Jacques Le Goff apresenta sobre monumentos, evidencia que a fotografia assume ambos os papéis: “Monumento porque é um legado à memória coletiva; documento porque pode ser a prova, o fundamento do fato histórico”. São, desta forma, suportes que nos trazem o conhecimento necessário à percepção de nossa identidade histórica e cultural (SILVA, 2014).

Para a CI, o caráter e o valor documental das fotografias, sejam estas em formato impresso ou digital, direcionam a preocupação em construir caminhos de manipulação e tratamento de seus conteúdos, para salvaguarda, para disseminação e acesso. Sendo assim, a ligação mais comum entre a percepção da fotografia enquanto documento imagético, se dá a partir da análise e representação documentária, aliadas às, cada vez mais desenvolvidas, plataformas de armazenamento, sejam em bibliotecas, museus, repositórios, galerias (também virtuais), centros de documentação, entre outros espaços. Pois, assim como ressalta Silva (2014:133), a “[...]representação da informação em acervos fotográficos e o conhecimento constituído pelo patrimônio documental fotográfico são questões culturais que nos afetam a todos. Extintos esses documentos, está extinta grande parte da memória visual de nossa história e de nossa cultura [...]”.

Outro caminho comum de relação entre memória social e CI são as especificidades que a fotografia pode admitir enquanto documento, especialmente pela perspectiva arquivística, onde emerge também o que se entende por memória institucional. Este último conceito citado, pode ser entendido, como coloca Moreira e Araújo (2017:6), como “o conjunto de informações reunidas dentro de uma instituição. [...] um agrupamento de documentos, denominado arquivo”, sendo aliado nos registros que remontam a história de lugares e profissionais de memória.

Acompanhando todo o processo de evolução das tecnologias de comunicação, juntamente a estas, se desenvolveram também, não apenas novos costumes, mas, também, novas organizações das estruturas sociais. Em relação aos costumes, no caso da fotografia, o fácil acesso a instrumentos cada vez mais completos, para a produção dela, transformou, ao longo do tempo, o que era um meio de registro mais formal, em algo que faz parte do dia-a-dia de todos. Fotografar é hoje um hábito comum e corriqueiro, não apenas para fins de documentação, mas para entretenimento. Do mesmo modo, as redes sociais transformaram a estruturas sociais, no que diz respeito a interação e comunicação, criando, em ambientes da *web* novos espaços para agrupamentos identitários.

¹ Assim como afirma Maimone (2018), as imagens são as formas mais próximas de **tradução** da realidade, neste caso, da realidade do autor que a produz, no que diz respeito ao que sente o autor em seu pessoal. Isto admite a possibilidade de fantasias e distorções.

A junção destas duas novas realidades é que nos traz uma sociedade na qual, inegavelmente, memórias sociais e coletivas estão sendo, também, armazenadas e disseminadas pelas redes sociais, com a participação de seus usuários tanto na armazenagem como na representação. Fazendo reconhecimento disso, redes sociais como a plataforma *Flickr*, usufruem desta realidade para, através de processos como a *folksonomia*, estudados na CI, realizar a indexação colaborativa das imagens, contribuindo para a identificação da memória social através da representação de seus conteúdos.

Assim, estudos sobre memória a partir da CI possuem como ponto de partida inúmeras possibilidades através das fotografias, seja com vestígios históricos, seja com nichos artísticos e culturais, seja com as redes sociais, seja com estudos sobre preservação da informação, entre outros. O laço que une todas estas possibilidades é sempre a necessidade de organizar, gerir, possibilitar o acesso e a formação de conhecimento, através de tratamentos adequados dos documentos imagéticos.

3. Indexação de fotografias

Dentro da CI, a imagem, mais especificamente a fotografia, vem se tornando cada vez mais, um mecanismo para estudos sobre memória, como visto acima e, como escopo de desenvolvimento metodológico para as práticas de organização e representação das informações e do conhecimento. A Organização do Conhecimento está totalmente ligada à CI. Na visão de Smiraglia (2014:3, tradução nossa) “Organização do Conhecimento é fundamental para o bom funcionamento da CI. Sem o que é apre(e)ndido na Organização do Conhecimento, a recuperação da informação não pode funcionar”. Assim, a CI, por meio de suas investigações, procura obter formas e mecanismos que facilitem o acesso à informação e à organização do conhecimento.

Sobre a representação das imagens e fotografias esta tem um despertado o interesse dos cientistas da informação brasileiros. Em estudos voltados para uma investigação sobre a produção de estudos que versam sobre indexação de imagens Felipe e Pinho (2017) e Felipe, Pinho e Medeiros (2019) apontam que a indexação de imagem é um tema em crescimento dentro da CI brasileira e que grande parte dos trabalhos desenvolvidos são no âmbito da Pós-graduação. Os estudos apontam também que a maioria dos trabalhos desenvolvidos trata especificamente sobre indexação de fotografias, sempre explorando metodologias que facilitam essa prática.

A indexação da fotografia tem como objetivo facilitar a recuperação da informação por parte do usuário, dessa forma exige um pouco mais de atenção por parte do indexador, visto que a imagem é representada de forma diferente de um texto. Segundo Simionato (2017: 533-534)

A partir de seus elementos de construção, a informação fotográfica traz uma subjetividade que no tratamento documental é considerada como um desafio para muitos profissionais da informação. Assim, as normativas para a representação de fotografias reproduzem formas mais detalhadas para sua análise documental, antecedente ao processo de representação.

Como se pode perceber, ao se indexar uma de fotografia deve-se prestar atenção em suas especificidades e sempre buscar o conteúdo subjetivo da imagem. Isso facilitará a

recuperação da informação a quem estiver interessado em trabalhar com a imagem. Autores como Panofsky (1979), Shatford (1994), Manini (2002), Smit (1996), Rodrigues (2007), Felipe (2016), Brizolara e Felipe (2017), Simionato (2017) e outros que trabalham com a temática, enfatizam que a questão da subjetividade se faz importante no momento da indexação.

Além da indexação tradicional, elaborada dentro das instituições que possuem acervos de imagens e realizada por profissionais ligados a área da informação, como bibliotecários, com o advento das mídias digitais, a indexação colaborativa também pode contribuir para a recuperação da informação e disseminação da memória.

3.1. Indexação colaborativa de fotografia na mídia social Flickr

Cada vez mais explorados, ambientes virtuais, especialmente as redes ou mídias sociais, se tornam espaços de investigação para aquisição de informações nos processos de indexação, com o uso, por exemplo, da interatividade no reconhecimento de assuntos em fontes diversas e, sobretudo, de imagens fotográficas.

Nesse sentido, a rede social *Flickr*, surge como uma grande plataforma de interatividade e disseminação de informações por meio de fotografias. Criada por Stewart Butterfield e Caterina Fake em 2004 pela então *Startup* Ludicorp² e adquirida pelo Yahoo em 2005, “tinha como ideia original ser uma mistura de salas de chat com compartilhamento de fotos em tempo real” (SACRAMENTO, 2014). O tempo passou, e a plataforma se tornou uma das maiores redes sociais existentes, servindo inclusive de inspiração para a criação do *Facebook*.

Atualmente, o *Flickr* possui dois objetivos principais: “ajudar as pessoas a disponibilizar suas fotos para as pessoas que são importantes para elas e permitir novas maneiras de organizar as fotos e vídeos” (SOBRE)³. Qualquer pessoa pode fazer seu cadastro no *Flickr* e compartilhar fotos e vídeos, além de fazer comentários e aplicar *tags* nas fotos dos outros cadastrados na plataforma. Segundo Sacramento (2014), essa habilidade de aplicar *tags* nas fotos acompanha o *Flickr* desde 2004, logo após o seu lançamento, bem como a criação de grupos de usuários que permitem uma maior interação entre os participantes da rede.

Essa aplicação das *tags* vai permitir a aquisição de informação obtida por meio da indexação colaborativa, ou *Folksonomia*, como é chamada por muitos. Em se tratando do *Flickr*, Gonçalves e Assis (2016:39) afirmam que “nessa plataforma a representação da informação (informação imagética) ocorre por meio de um arranjo de *tags* criadas e estipuladas pelos próprios usuários da plataforma, visando à recuperação dessas informações de forma plural, para todos os usuários”. Assim, as palavras-chave elaboradas pelo indexador com o auxílio das linguagens de indexação, dão lugar às *tags* desenvolvidas pelos os usuários de maneira livre.

Nesse contexto, o que ocorre no *Flickr* é a *Folksonomia*. Segundo Moreira González (2011, p. 46) a *Folksonomía* é “modo de indexação cooperativa que adota palavras-chave para

² Ver: <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/02/flickr-comemora-10-anos-relembre-como-nasceu-a-plataforma-de-fotos.html>. Consult. 3 fev. 2020.

³ Documento *online* não datado e não paginado.

representar a informação de maneira espontânea e livre”. Assim, a *Folksonomia* será uma indexação que não possui regras ou políticas estabelecidas. Dessa forma, a indexação ocorre com a participação direta do usuário de maneira colaborativa.

A indexação colaborativa pode contribuir para os estudos de memória, principalmente no que diz respeito a conteúdos relacionados a memória, isso porque ela abre espaço para outros atores sociais, e não só o bibliotecário indexador. Em espaços como o projeto *The Commons*, onde as fotografias relacionam-se à memória social, a indexação colaborativa pode contribuir para a recuperação da informação relacionada a memória social.

4. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação exploratória e bibliográfica. Objetivando investigar sobre os registros fotográficos de memória social em redes sociais, para um melhor aprofundamento da mesma, foi escolhido o projeto *The Commons*, que está inserido dentro da plataforma *Flickr*.

O projeto *The Commons* que traduzindo para o português significa Bens comuns, surge em 2008 com a parceria entre o *Flickr* e a Biblioteca do Congresso Nacional americano, com o intuito de facilitar e aumentar o acesso às fotografias de propriedade pública e também criar um modo para que o público em geral pudesse fornecer informações sobre as coleções disponíveis.

Há dois objetivos principais para o projeto *The Commons*, começando com o piloto: em primeiro lugar, aumentar a exposição ao conteúdo surpreendente atualmente existente nas coleções públicas de instituições cívicas em todo o mundo e, em segundo lugar, facilitar a coleta de conhecimento geral sobre essas coleções com a esperança de que essa informação possa voltar aos catálogos, tornando-os mais ricos e fáceis de pesquisar (OATES, 2008:8, tradução nossa).

Após 10 anos de existência, o *The Commons* conta com a participação de mais de 80 instituições, que estão localizadas na América do Norte, América do Sul e Europa. O projeto funciona da seguinte forma: as instituições disponibilizam fotografias dentro de álbuns no *Flickr*, armazenados na área reservada para o *The Commons*. Ao disponibilizarem as fotografias, as instituições colocam algumas descrições sobre o que se sabe sobre as imagens, porém em cada fotografia existe um espaço reservado para a descrição de informação por meio de *tags* onde o usuário pode contribuir com a indexação.

Partindo do conceito de memória social – que é algo que ocorre nos mais variados grupos sociais e nos mais variados ambientes – para o processo de busca das fotografias, foram escolhidas palavras-chave que representam a memória social no âmbito brasileiro, que são as cidades que são capitais dos Estados. Condicionados pelo tempo e para um melhor desenvolvimento da pesquisa, foram escolhidas as capitais da região Nordeste do país, que são: Natal, Recife, São Luís, Fortaleza, João Pessoa, Teresina, Maceió e Aracaju.

Ao executar a pesquisa percebemos que dois termos eram muito ambíguos e que poderiam representar mais do que um objeto ou coisa - são as palavras Natal e Fortaleza. Nesse

sentido essas duas palavras no momento da busca foram acompanhadas da sigla dos seus respectivos estados, ficando os termos assim: Natal RN e Fortaleza CE.

Ao se recuperar as imagens, foram observados os aspectos ligados a catalogação e indexação dos documentos.

5. Resultados

A partir da definição da metodologia, foi realizada a busca no *The Commons*. No total foram encontradas 82 fotos, relacionadas aos termos escolhidos para busca. As imagens recuperadas tratam, em sua maioria, de mapas relacionados ao desenvolvimento das cidades, sua fauna e flora, bem como comércio e, também, trazem alguns políticos da região nordeste do país.

Todas as imagens possuem uma descrição com título, ano de elaboração, autor, editora, assuntos, local onde está armazenada, material no qual está inserida, notas e algumas vezes textos que acompanham seu material de origem. Também possuem um espaço destinado a colaboração dos usuários, no qual pessoas que são usuárias do *Flickr* podem dar sua colaboração, colocando as *tags*.

Com relação à perspectiva da Organização do Conhecimento, acreditamos que a forma como as fotografias do projeto estão descritas é pertinente para que ocorra a recuperação da informação por parte dos usuários interessados nesses acervos. Ao se realizar a busca por meio das palavras-chave escolhidas, percebeu-se que a recuperação da informação se deu tanto por meio da área de assuntos, notas, textos que acompanham o material original e as *tags* deixadas pelos usuários. Ou seja, tanto a indexação como a indexação colaborativa foram fundamentais para a recuperação da informação num determinado contexto. Convém ressaltar que a forma como a organização do conhecimento é realizada no *The Commons* também é uma das razões pela qual a memória social desses acervos pode ser disseminada, e com isso um dos seus objetivos principais, que é o aumento da exposição dos conteúdos pertencentes às instituições participantes, torna-se possível em todo o mundo.

Do ponto de vista das instituições envolvidas, estas têm a oportunidade de ampliar a visibilidade do seu acervo bem como disseminar a informação. Além disso, a participação no projeto permite, graças à colaboração do usuário, recuperar informações que muitas vezes as próprias instituições não possuem e assim transmitir o conteúdo completo das fotografias e desse modo difundir a memória social por meio das fotografias.

Outro ponto importante no panorama das instituições é a colaboração entre as participantes. Nota-se que existe uma colaboração entre instituições, pois nas fotografias recuperadas no Internet Archive Book Images eles ainda acrescentam a instituição que colaborou com a digitalização das imagens. Além disso, mesmo se tratando do contexto Brasil, a maioria das fotografias está disponível em instituições que não são brasileiras. Apenas a Biblioteca do Senado Federal aparece como instituição participante do projeto e no âmbito da presente pesquisa ela é detentora de apenas 6 imagens recuperadas. Além dessa colaboração entre instituições, existe a colaboração com o usuário que permite a recuperação da informação à qual nem sempre a instituição tem acesso.

Da perspectiva do usuário duas questões podem ser apontadas: a sua colaboração e seu acesso à informação. Acredita-se que em função do contexto escolhido para analisar o projeto, a participação do usuário por meio da *Folksonomia* não foi tão grande. No contexto analisado, das 82 duas fotos recuperadas apenas 3 foram recuperadas porque continham *tags* relacionadas aos assuntos. Dessas 3, 1 tag colocada não se sabe ao certo se tinha realmente ligação com a fotografia, pois nada indicava na descrição da instituição de que se tratava realmente do indicado na tag, fazendo assim que surgir a dúvida sobre a informação fornecida pelo usuário. Dessa maneira, tem-se aqui um exemplo do que Simionato (2017:536) disserta “[...]os usuários categorizam e indexam temas que julgam relacionados à imagem, contudo, na maioria das vezes, essas *tags* acabam representando um conteúdo que não é o que foi apresentado”.

Cabe frisar que, a participação do usuário nesse projeto é fundamental para o seu desenvolvimento, visto que esse é um dos objetivos do *The Commons*, que é o de coletar informações no âmbito do *Flickr* que enriqueçam cada vez mais os acervos das instituições.

Ainda sobre o viés do usuário, este tem acesso a informações relacionadas a memória social que talvez ele não saiba que existem. Podemos citar o exemplo de uma imagem datada de 1879, no qual aparece uma cidade formada por casarões antigos, o mar a frente desses casarões com alguns barcos - essa fotografia é do Porto da Bahia e mostra como era o que acreditamos ser Salvador. Em sua descrição fala sobre o Porto da Bahia, como era a geografia da região e que o Porto era extenso e profundo o suficiente para maiores vapores (acreditamos que sejam os navios da época), e as pessoas da cidade. Um fato que chama atenção na descrição da foto é que ao se falar dos negros, o autor diz que na cidade podem-se encontrar negros preguiçosos por toda a cidade. Quem é brasileiro sabe que os baianos têm uma pequena fama e preconceituosa de serem preguiçosos. Essa fama se intensificou nos últimos 60 anos com a imigração dos nordestinos para o sul do país e surge na época da escravidão do Brasil. Ora, ao tomarmos conhecimento da descrição da foto podemos inferir que em algum momento essa fama foi registrada, deixou de ser oral e mesmo que os negros não apareçam na foto citada, a sua fama de preguiçoso está registrada junto a ela na sua descrição.

6. Considerações finais

Desde o seu surgimento, a fotografia passou a ser uma grande aliada na função do registro do conhecimento. Sua utilização não se restringe ao uso doméstico, onde ocorre o registro de memória individual e coletiva, mas também é utilizada por várias áreas do conhecimento como as Ciências Sociais, Medicina, História e outras. Serve também para a representação da memória social.

Por sua vez, a memória, assim, é essencial para a sociedade, pois, por meio da mesma é praticável que sejam lembrados fatos e situações, auxiliando na construção da identidade que é vivenciada pelo indivíduo e por grupos sociais. É por meio da memória que se produzem os costumes, por entre experiências vividas, sendo isso fundamental para a formação dos grupos sociais.

Como se pôde ver, a Organização do Conhecimento tem contribuído para a disseminação da memória social por meio do projeto *The Commons*. Tanto a indexação e a catalogação, quanto a indexação colaborativa que o projeto permite, contribuem para que isso aconteça.

As práticas desenvolvidas pelas instituições e usuários contribuem para a CI, à medida que estabelecem novas oportunidades de entendimento e interação com e entre os usuários, instituições e instituições, permitindo a recuperação da informação por meio dos registros fotográficos. Sugere-se, por fim, que instituições de memória que possuem acervos formados por fotografias, atentem ao uso da indexação colaborativa em algum momento de sua trajetória, para que isso enriqueça ainda mais a recuperação da informação, seguindo a eficiência que se comprova pelo projeto *The Commons*.

Referências bibliográficas

CHAPOUTHIER, Georges

2006. Registros evolutivos. *Viver Mente & Cérebro: memória*. Ed. especial (2006) 8-13.

FELIPE, Carla Beatriz Marques; PINHO, Fabio Assis

2017 Mapeamento da produção brasileira sobre indexação de imagens. In *Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. Org. Fabio Assis Pinho, José Augusto Chaves Guimarães. 1ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2017, p. 146-153.

FELIPE, Carla Beatriz Marques; PINHO, Fabio Assis; MEDEIROS, Wagner Oliveira de

2019 Mapeamento da produção Norte e Nordeste sobre indexação de imagens: um estudo a partir dos repositórios institucionais. In *Organização do conhecimento responsável: prometo sociedades democráticas e inclusivas*. Org. Thiago Henrique Bragato Barros, Natalia Bolfarini Tognoli. Belém: UFPA, 2019, p. 342-348.

GONÇALVES, José Luiz Costa; ASSIS, Juliana de

2016 A Indexação social enquanto prática de representação colaborativa da informação imagética: a construção da memória na plataforma *Flickr*. *Revista conhecimento em ação*. [Em linha]. 1:2 (2016) 34-51. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/34>.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera

2005 *O Que é memória social*, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GUARNIERI, Vanderleia, MONEGO, Sonia

2012 A Fotografia como recurso de memória. *Revista Cadernos do CEOM*. [Em linha]. 36 (2012). Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1153>.

MAIMONE, Giovana Deliberali

2018 A Fotografia no contexto da organização do conhecimento. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*. [Em linha]. 13:2 (2018) 196-207. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/42490/21479>.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio

2011 *Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais*. Salvador: EDUFBA, 2011.

MOURA, Rafaela Karoline Galdêncio de; ARAÚJO, Francisco de Assis Noberto Galdino de

2017 Preservação da memória através da fotografia e sua disseminação para a comunidade universitária no âmbito da agecom/ufrn. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*. [Em linha]. 1:3 (2017) 1-20. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/66061>.

OATES, George

2008 *Many hands make light work* [blog]. [Em linha]. 2008. Disponível em: <http://blog.Flickr.net/en/2008/01/16/many-hands-make-light-work/>.

SACRAMENTO, Vinícius

2014 Flickr comemora 10 anos [Blog]. [Em linha]. 2014. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/02/Flickr-comemora-10-anos-relembre-como-nasceu-a-plataforma-de-fotos.html>

SIAMONATO, Ana Carolina

2017 Métodos de análise de assunto em fotografias: estudo no âmbito do ensino da representação da informação. *Informação & Informação*. [Em linha]. 22:2 (2017) 532-545. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31502>.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da

2014 Fotografia e representação na constituição da memória. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 43:3 (2014) 128-136. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100046>.

SMIRAGLIA, Richard P.

2014 *The Elements of knowledge organization*. New York: Springer, 2014.

SMIRAGLIA, Richard P.

2012 Organización del conocimiento: algunas tendencias em um dominio emergente. *El Profesional de la información*. [Em linha]. 21:3 (2012) 1-4. Disponível em: http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2012/mayo/01_eng.pdf.

SOBRE O FLICKR. [Blog]

[20-] *Sobre o Flickr* [blog]. [Em linha]. [20--]. Disponível em: <https://www.flickr.com/about>.

Carla Beatriz Marques Felipe | felipecarla12@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Wagner Oliveira de Medeiros | medeiros.w.o@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Fabio Assis Pinho | fabiopinho@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Resumo: Apresenta a encontrabilidade e a serendipidade como conceitos fundamentais para a recuperação e uso da informação no paradigma pós-custodial na Ciência da Informação. A explosão informacional em ambientes digitais somados aos físicos acarreta alta probabilidade de ansiedade da informação, principalmente quando a informação desejada, ou imaginada, não é facilmente recuperada. A encontrabilidade e a serendipidade são conceitos estudados na Ciência da Informação de forma interdisciplinar no paradigma pós-custodial, focadas também no uso da informação. Por meio de pesquisa exploratória bibliográfica este artigo tem por objetivo apresentar formas de organizar informação, em ambientes digitais, de modo que o pesquisador de informação possa recuperar e se sentir participante da comunidade classificadora, facilitando a recuperação para ele e para outros pesquisadores. Por conseguinte, aponta a Representação Iterativa e a Epistemografia Interativa como ferramentas conceituais para partilha e recuperação do conhecimento coletivo, proporcionando participação ativa dos pesquisadores da informação e a diminuição da ansiedade da informação.

Palavras-chave: Encontrabilidade; Epistemografia interativa; Representação iterativa; Serendipidade.

Abstract: This paper presents findability and serendipity as fundamental concepts for retrieval and use of information in the post-custodial paradigm in Information Science. The information explosion in digital environments together with physical ones causes high probability of information anxiety, mainly when the desired or imagined information isn't easily retrieved. The findability and the serendipity are concepts studied in an interdisciplinary way in the post-custodial paradigm of Information Science, also focused on the use of information. Through exploratory bibliographical research this article presents forms of organizing information in digital environments, so that the researcher can retrieve and feel himself participant of the classification community by facilitating the retrieval of information for him and other researchers. Therefore, iterative representation and interactive epistemography are proposed as conceptual tools for the retrieval of shared knowledge, in order to improve the active participation of information researchers and the reduction of information anxiety.

Keywords: Findability; Interactive epistemography; Iterative representation; Serendipity.

1. Introdução

Imbricadas em uma sociedade moderna encharcada por um fluxo informacional frenético e constante, frequentemente as pessoas não conseguem dar sentido a tudo o que veem e leem. A limitação humana de acompanhar todas as informações produzidas a cada segundo, gera pressão e conseqüentemente uma ansiedade de estar atualizado. Essa inquietação foi nomeada por Richard Saul Wurman como 'ansiedade da informação' "causada pela distância cada vez maior entre o que compreendemos e o que achamos que deveríamos compreender. É um buraco negro existente entre os dados e o conhecimento, que aparece quando a informação não diz o que queremos saber" (WURMAN, 2005:14).

A ansiedade da Informação é um problema que influencia diretamente a vida pessoal do indivíduo, podendo inclusive levar a efeitos somáticos. Peter Weil (2000:62) identificou que a dinâmica do excesso pode causar o que ele chamou de “informose”, termo “criado para designar distúrbios ou mesmo doenças causadas por excesso de fluxo de mensagens informacionais em relação a um só receptor, isto é, a uma mesma pessoa”.

A angústia causada pelo excesso de informação disponível no atual ambiente complexo que se encontra no ciberespaço, fica evidente quando a busca em um Sistema de Recuperação da Informação (SRI) não atende suficientemente as expectativas do usuário, intensificando ainda mais quando o pesquisador não sabe exatamente o que procura. Encontrar informação em um Repositório Institucional Digital, por exemplo, pode ser um grande desafio para um pesquisador que conhece pouco sobre o tema de interesse.

A encontrabilidade da informação por meio de busca e navegação são as principais formas de encontrar informação em ambientes digitais (MORVILLE, 2005). Porém, a assertividade do processo de recuperação, normalmente, se apresenta frustrante, principalmente por haver um descompasso entre a representação e indexação dos *itens* armazenados e a intencionalidade do pesquisador. Essa frustração também se dá pela expectativa de encontrar informação exata para uma necessidade frequentemente pouco definida, sendo preciso navegar por entre os resultados obtidos. Nesse sentido Mostafa, Segundo e Sabbag (2016) ressaltam que a pesquisa deve ser um tatear no escuro que possibilite o encontro com o acaso, uma possibilidade para a serendipidade, ou seja, possibilitar o pesquisador encontrar outros conhecimentos que não estavam no seu escopo, mas que servem para sua pesquisa ou outros contextos de sua vida.

Oliveira *et al.* (2009) apontam a encontrabilidade e a serendipidade como conceitos fundamentais para a recuperação da informação, uma vez que o primeiro trata de encontrar a informação, e o segundo trata da descoberta. Para esses autores a intencionalidade do utilizador da informação é uma variável que deve ser levada em consideração para a ressignificação de itens informacionais indexados.

Ainda nessa lógica, os autores abordam que as informações classificadas e indexadas a partir de autoridades estabelecidas cientificamente (pessoas imputadas a tarefa de organização da informação) é uma prática que desconsidera grande quantidade de informação possível para representar, recuperar e usar tal informação, já que outras opiniões e conhecimentos são negados em prol da intencionalidade do classificador.

Nesse mesmo sentido García Gutiérrez (2006; 2011; 2014) apresenta a necessidade de representar e organizar *itens* informacionais de forma dinâmica, favorecendo a participação de pensamentos distintos na classificação de *itens* que serão recuperados. Tal autor propõe a participação da maior diversidade possível da comunidade que busca, acessa e usa informação para realizar a desclassificação e reclassificação dos *itens* informacionais, proporcionado a constante ressignificação do objeto. Essa prática cooperativista o autor batizou de “Epistemografia Interativa”, tendo a desclassificação sua principal ferramenta.

Outra prática possível para envolver o usuário pesquisador na tarefa de representação de *itens* informacionais digitais é proposta por Segundo (2010). Tal abordagem, batizada de “Representação Iterativa”, se utiliza do uso de *tags* como termos chaves para o inter-relacionamento dos *itens* armazenados em repositórios digitais. O autor ainda sugere a

Folksonomia Assistida como ferramenta possibilitadora da prática proposta, tendo como consequência uma recuperação semântica dos documentos, potencializando o encontro e a descoberta da informação.

Para Wurman (2005) uma das matrizes geradoras da ansiedade da informação é a ânsia de saber que a informação recuperada é controlada, classificada e organizada por outro, ou seja, a forma de organização da informação tradicional, baseada na classificação, principalmente hierárquica e autoritária. Logo, para a diminuição da ansiedade da informação, a problemática de pesquisa que se apresenta é: como organizar e recuperar informação, em ambientes digitais, de modo que o pesquisador de informação possa se sentir participante da comunidade classificadora facilitando a recuperação para ele e outros pesquisadores? Ao mesmo tempo, como fazer o usuário se sentir parte do controle de acesso à informação, entender que o fluxo informacional corrente é produto de conhecimento social e global não absorvível por apenas um ser singular?

Nesse contexto, a Ciência da Informação (CI) é o campo científico que deve assumir a investigação da problemática que se refere ao excesso e organização da informação, uma vez que a CI é: “a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima” (BORKO, 1968:3).

Por sua vez, Saracevic (1995) define a CI como uma ciência naturalmente interdisciplinar tendo interação com a recuperação da informação, ciência da computação, ciências cognitivas e comunicação, fato que interliga, ainda mais, a área científica com os problemas de excesso e ansiedade informacional. Ainda dentro do bojo da CI, Vechiato e Vidotti (2014) identificam o estudo da encontrabilidade dentro do paradigma pós-custodial, uma vez que não negligencia a custódia, memória e preservação da informação, mas tem como premissa o acesso e uso da informação. Assim a CI necessita do estudo de práticas e ferramentas que mitiguem as causas da ansiedade da informação, potencializem a encontrabilidade e consequentemente o uso da informação, principalmente em ambientes digitais, sendo esse o objetivo deste artigo.

Em sua fundamentação metodológica o artigo pode ser caracterizado como pesquisa exploratória, uma vez que busca entender o problema e o objeto/fenômeno a ser estudado (SANTOS, 2006). Ainda, conforme Gil (2009:41) “pode-se dizer que estas pesquisas (exploratórias) têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”.

Ainda segundo Gil (2009), uma pesquisa exploratória possui íntima relação com a pesquisa bibliográfica, logo esse artigo se utiliza de livros, revistas e artigos científicos encontrados em bases de dados nacionais e internacionais da CI como fontes de pesquisa, assim sendo caracterizado como uma pesquisa bibliográfica.

2. Ciência da Informação e encontrabilidade

A origem da CI como área científica remete aos problemas de volume informacional crescente a partir do final da Segunda Guerra Mundial e a necessidade de tratar,

armazenar, recuperar e usar essas informações disponíveis, principalmente no meio acadêmico e científico (SARACEVIC, 1995;1996). Apesar do longo caminho percorrido, dos avanços construídos por meio de relações interdisciplinares, a Recuperação da Informação está longe de ser um problema resolvido na CI.

Para Saracevic (1996:44) problemas tais: “como descrever intelectualmente a informação?; como especificar intelectualmente a busca?; que sistemas técnicas ou máquinas devem ser empregados para a recuperação?” são perguntas ainda latentes e que aprofundam ainda mais a necessidade de intercâmbio de conhecimentos com outras áreas do saber.

A recuperação da informação como viabilizadora para o acesso e uso da informação extrapola a ideia de identificação e guarda, desembocando no paradigma pós-custodial que segundo Vechiato e Vidotti (2014:5) “não negligencia a custódia, a memória e a preservação que caracterizam seu paradigma antecessor. Tem como premissa a ênfase no acesso e, portanto, os sujeitos e seus comportamentos, competências e habilidades passam a ter a importância necessária e esperada para o projeto de sistemas e ambientes informacionais”.

Os sistemas de organização do conhecimento se apresentam como formas de ordenar, representar e classificar a informação disponível a partir de unidades de conhecimento (conceitos), de modo que a sua recuperação seja mais assertiva e previsível (PINHO, 2009), corroborando com a perspectiva de responsabilidade social da CI apontada para a necessidade de transmissão de conhecimento como fundamentação basilar (SARACEVIC, 1996).

Nesse sentido, a *Web* como espaço de construir conhecimento colaborativo por diferentes pessoas em diversos contextos, uma *Web* social, se apresenta como um desafio para a Organização do Conhecimento, uma vez que no sentido da Recuperação da Informação o usuário buscador tem perfil cada vez mais difuso e menos especializado (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

No cenário atual, a *Web* apresenta um ambiente digital mormente ocupado por conhecimentos descentralizados, construídos colaborativamente em uma velocidade extremamente rápida e frenética, mesmo que em áreas de conhecimento específicas, como no caso da CI. Essa produção exacerbadamente veloz torna inviável para um ser humano absorver todo o conhecimento produzido, mesmo que especializado.

Em um ambiente educacional e científico a informação produzida é tradicionalmente representada a partir de critérios de qualidade estabelecidos por autoridades¹ científicas para organizar a informação, em prol da posterior recuperação. Porém tal dinâmica privilegia a maneira de conhecer o mundo apenas das autoridades atuantes, desconsiderando assim uma gama de conhecimento e pensamentos outros (OLIVEIRA *et al.*, 2009) – os repositórios institucionais são exemplos disso.

A Recuperação da Informação em um ambiente digital e global, em que o conhecimento produzido colaborativamente e ininterruptamente desafia os Sistemas de Organização do

¹ Entendemos “autoridades” por qualquer coisa que defina critérios e atributos para classificar, representar ou indexar informação, sejam elas políticas, pessoas ou instituições.

Conhecimento (no contexto da CI localizada no paradigma pós-custodial) visa fornecer acessibilidade a informação gerada por pessoas com diversas visões de mundo, nos mais variados contextos, em um infinito universo informacional no qual a busca pode se dar a partir do encontro ou descoberta.

2.1. Encontrabilidade da Informação

Pesquisar e encontrar informação na *Web* são desafios que podem gerar bastante insatisfação, corriqueiramente porque o pesquisador não sabe exatamente o que está procurando, ou porque não entende como funciona o mecanismo de busca utilizado. Esse cenário se agrava quando nem mesmo é sabido qual o tipo de informação que pode ser pesquisado.

Para Morville (2005) a informação pode ser encontrada por meio dos mecanismos de busca e navegação, o primeiro relacionado a uma pesquisa utilizando termos precisos de busca, o segundo relacionado à busca menos direcional por meio de *hyperlinks*. Nesse contexto, a encontrabilidade pode ser entendida como o ato de pesquisar informação por meio de Sistemas de Recuperação da Informação na *Web*, abarcando assim tanto o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação como a experiência do usuário e consequentemente sua intencionalidade (MIRANDA, 2010).

Assim, entender a encontrabilidade como parte de um processo infocomunicacional ressalta a relevância do entendimento da informação a partir da significação que os sujeitos lhe atribuem, de acordo com seu comportamento, necessidades e visão de mundo (conceitos, experiência, opiniões, etc.). Assim a “encontrabilidade da informação sustenta-se fundamentalmente nas funcionalidades de um ambiente informacional e nas características dos sujeitos psico-sociais” (VECHIATO e VIDOTTI, 2014:48).

Entendido o fator humano na encontrabilidade, pode-se perceber a dificuldade de construir um Sistema de Recuperação da Informação que satisfaça sobremaneira as necessidades informacionais de um usuário pesquisador, assim como é possível perceber a frustração que o não encontro informacional pode causar, e consequentemente gerar o que Wurman (2005) chamou de ansiedade da informação. Tal ansiedade também é alimentada quando a informação não está representada e classificada de acordo com a inteligibilidade do usuário pesquisador, assim Oliveira *et al.* (2009:332). apontam a encontrabilidade como:

[...] um dos problemas de maior evidência devido, em parte, à ambiguidade semântica e a estrutura da informação. Na melhor das hipóteses, a criação de rótulos e categorização da informação aparece como uma das mais antigas e ao mesmo tempo, mais utilizadas estratégias para a recuperação, no entanto, essa é uma tarefa difícil pois a findability desafia os tipos de organização da informação tradicionais, baseados na classificação.

Ao buscar informação na *Web* o pesquisador se depara com uma enorme quantidade de informação que inicialmente não lhe atrai interesse, principalmente no processo de navegação, mas “nem sempre a informação encontrada é derivada de uma busca prévia, podendo ocorrer a descoberta acidental de informação, visto que os sujeitos podem encontrar acidentalmente algo sem estar necessariamente buscando no momento da navegação ou da busca, fato este que modifica seu comportamento” (VECHIATO e VIDOTTI, 2014:44).

2.2. Serendipidade

O processo de procurar informação na variedade imensa de documentos disponível nos sítios da *Web* é comumente chamado de “navegação”², o que remete ao um oceano de *bits*³ existente neste ambiente digital. Para Oliveira *et al.* (2009:332) “existe uma diferença fundamental nas atividades de navegar para encontrar conteúdos interessantes, em oposição a diretamente buscar, através de uma consulta, para encontrar os documentos relevantes”, tendo nesse processo de navegar ao encontro de diversas informações que não estão inicialmente dentro dos requisitos de interesse do pesquisador.

Esse desencontro informacional pode gerar frustração e percepção de nunca se encontrar o que realmente se deseja, causando ansiedade e frustração. No entanto, esse mesmo processo de buscar, navegar na *Web*, pode ser um caminho de pesquisa que amplia consideravelmente o conhecimento do pesquisador se ele estiver preparado para o inesperado. A serendipidade pode ser entendida como essa descoberta acidental de informação que não estava na expectativa do encontro, mas que de alguma forma é aproveitada pelo pesquisador e abre caminhos para novos escopos de busca (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Nesse contexto de busca e encontro, Mostafa *et al.* (2010) defendem que a pesquisa deve ser um tatear no escuro que possibilite o encontro com o acaso, uma possibilidade para a serendipidade, ou seja, toda pesquisa é um desbravamento por entre meandros de informação, principalmente quando se trata de ambientes digitais.

No entanto, a encontrabilidade, como já abordado, assim como a serendipidade, pode ser limitada pela forma de classificar, organizar e recuperar a informação, uma vez que tradicionalmente grupos seletos de especialistas são os definidores dos pontos de acesso à informação. Essa classificação de um para muitos também apresenta a dificuldade à medida que o volume informacional aumenta exponencialmente, fica inviável economicamente e temporalmente a classificação de todo item informacional disponível (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Conjuntamente ao problema anteriormente abordado, a definição de termos de busca, descrição e classificação informacional de poucos é geradora da exclusão de todos os outros conhecimentos possíveis, para além dos especialistas, uma vez que quando é escolhido um pensamento todos os outros são desconsiderados.

3. Representação Iterativa e Epistemografia Interativa

Oliveira *et al.* (2009:335) partindo do pressuposto de que “existe uma sabedoria coletiva, que estaria fundamentada em três forças: a democratização das ferramentas de produção, que cria novos produtores; a redução dos custos de consumo, pela democratização e distribuição de uma economia de *bits*, pela ligação entre a oferta e procura” propuseram a

² https://pt.wikipedia.org/wiki/World_Wide_Web.

³ <https://en.wikipedia.org/wiki/Bit>.

folksonomia como ferramenta de colaboração para construção de termos de recuperação da informação criados pelos próprios usuários do sistema, com foco na ampliação da encontrabilidade e potencialização da serendipidade.

Para esses autores, a folksonomia, que consiste na representação da informação utilizando *tags* criadas pelos próprios usuários do sistema de recuperação, é uma forma de Organização do Conhecimento a partir da descentralização de responsabilidade, uma vez que a representação da informação passa não apenas a ser de autoridade de poucos especialistas, mas sim de toda a comunidade científica e não científica.

Além disso a folksonomia utilizada como ferramenta de Organização do Conhecimento possibilita a mudança constante da classificação da informação, já que está sendo sempre tagueada pelos usuários, proporcionando a proliferação de diferentes conhecimentos “eternamente beta’ em que as questões de verdade e certeza, típicas do conhecimento cartesiano, são substituídas por conceitos de versões e probabilidade, modificando nossa relação com o conhecimento” (OLIVEIRA *et al.*, 2009:335).

Segundo (2010; 2011) apresenta a folksonomia como ferramenta para participação do usuário na descrição de *itens* informacionais em Repositórios Digitais. Esse autor propõe a Representação Iterativa “como um conjunto de técnicas formando um modelo de estrutura para adaptação dos repositórios digitais para que estes possam efetivar o relacionamento de termos e a recuperação semântica da informação” (SEGUNDO e VIDOTTI, 2011:289).

Na prática, os *itens* dos repositórios digitais devem ser cadastrados de forma tradicional, por meio da descrição sugerida por especialistas nas áreas de conhecimento, assim indexando-os por meio de metadados e palavras-chave. No entanto, como viabilizador de participação da comunidade, o sistema deve permitir a Folksonomia Assistida que consiste na possibilidade de ao recuperar algum *item*, o usuário possa escolher *tags* sugeridas por meio de busca sintática, em opções já cadastradas na base de dados, podendo aceitar ou não as sugestões. Após a escolha dos termos o sistema informacional deve fazer relacionamentos semânticos com outros *itens* já tagueados. Segundo (2011:290) ressalta que o processo de relacionamento de *tag* como

[...] uma busca de relações dentro de uma estrutura de representação do conhecimento das áreas de especialidades, visto que esta pode ser caracterizada por um tesouro ou ainda por uma ontologia de domínio, que são instrumentos que permitem uma busca hierárquica horizontal, mas, principalmente, uma busca hierárquica vertical de relacionamento de termos.

Por conseguinte a Folksonomia Assistida é uma proposta prática para a Representação Iterativa como forma de participação social nos repositórios digitais provendo a criação de uma rede semântica entre os documentos cadastrados e, conseqüentemente, uma recuperação da informação mais ligada a intencionalidade do usuário do sistema de busca potencializando a serendipidade por meio de navegação em uma rede de *tags*.

Assumindo a preocupação da inclusão de diferentes tipos de conhecimento utilizando participação colaborativa, García Gutiérrez (2006; 2011; 2014) apresenta a Epistemografia Interativa como prática metodológica de Organização do Conhecimento, abordando a necessidade de significação de conceitos a partir do conhecimento social coletivo, em detrimento a descrições de especialistas científicos.

A epistemografia é apresentada como forma prática de inclusão das informações desconsideradas na representação e classificação dos *itens* informacionais, se distanciando da ideia de verdade una e imutável. García Gutiérrez (2006:109) propõe a Epistemografia Interativa como metodologia “destinada ao resgate e reabilitação de todas as formas de cognição e seus resultados e práticas mediante sistemas de auto-narração de indivíduos e comunidades. Estes introduziriam as próprias perspectivas e cosmovisões para explicitar e dar a conhecer um acervo já existente e indispensável, a rigor, para o arquivo digital mundial”.

Como prática da abordagem proposta, o autor supracitado argumenta o princípio da desclassificação como condição à promoção da constante reavaliação de conceitos e conhecimentos registrados, uma eterna ressignificação. Assim a desclassificação é apresentada como ferramenta central para a Epistemografia Interativa e deve ser entendida como “uma operação com categorias abertas, cuja tendência última é o pluralismo lógico, cultural, social ou cognitivo. Classificar, no sentido tradicional, divide e separa segundo princípios hierarquizantes e totalitários. Desclassificar, por outro lado, é introduzir uma nova ordem, classificando segundo diferentes lógicas, para agregar, reunir” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006:110).

Por conseguinte, a epistemografia interativa, a partir da prática da desclassificação, é uma proposta de participação da comunidade pesquisadora para a constante classificação de conceitos e itens informacionais, promovendo a captação de pensamentos diferentes dos que foram utilizados nas classificações iniciais. Desse modo, amplia as possibilidades de encontrabilidade da informação, uma vez que pensamentos outros podem ser inseridos no contexto da recuperação da informação.

Essa prática, assim como a Representação Interativa, é baseada na participação do público usuário, o que garante uma maior familiaridade com o funcionamento do sistema informacional e consequentemente a diminuição da ansiedade da informação, uma vez que os organizadores da informação são os mesmos que as recuperam e abarcam as intencionalidades e entendimentos diferentes. Também são práticas que podem ser consideradas em ambientes digitais, como os Repositórios Institucionais, para prover uma expansão do encontro e da descoberta das informações ali registradas e recuperadas.

4. RepositórioS Institucionais: outras possibilidades para encontro e descoberta de informação

Os Repositórios institucionais são organizados e disponibilizados por universidades e centros de pesquisa para tornar acessível o conhecimento produzido em seu seio, logo são ambientes digitais abarrotados de conhecimentos plurais. Nesses ambientes os *itens* informacionais são registrados e armazenados de forma tradicional, utilizando metadados pré-definidos por autoridades científicas e mecanismos de recuperação sintática. Tal cenário faz os Repositórios Institucionais passíveis de análise e implantação de novas práticas.

4.1. O estado da arte dos Repositórios Institucionais

Com a expansão da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação, diversos ambientes digitais se tornaram possíveis, desde sítios de notícias até repositórios de

documentos digitais. Tais repositórios podem ser divididos em temáticos e institucionais, sendo os primeiros destinados a focar *itens* informacionais de um domínio do conhecimento e os segundos voltados à produção científica de determinada instituição (GUSMÃO *et al.*, 2017).

Inseridos no paradigma pós-custodial, os Repositórios Institucionais superam a ideia da custódia do conhecimento produzido no seu seio, utilizando assim a filosofia do *Open Access Initiative* (OAI). Para Segundo (2010:151) a filosofia OAI “estabeleceu novos critérios em relação à maneira com que as instituições e os pesquisadores lidam com o material produzido em seu âmbito, o estabelecimento desta filosofia está amparado por estruturas tecnológicas que permitem a publicação e consequente disseminação da informação”.

A produção científica acessível livremente é de suma importância para o desenvolvimento de um país e conseqüentemente de sua produção tecnológica e de conhecimento, bem como, seu crescimento social. Reforçando a ideia do desenvolvimento nacional em um paradigma de pós-custódia, os Repositórios Institucionais são entendidos “como elementos de uma rede ou infraestrutura informacional de um país ou de um domínio institucional destinados a garantir a guarda, preservação a longo prazo e, fundamentalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição” (MARCONDES e SAYÃO, 2009:10).

No entanto, a produção institucional cresce a cada ano, a gestão e a recuperação de documentos digitais são desafiadoras. Encontrar informação neste ambiente digital apresenta dificuldades, principalmente se o pesquisador não sabe exatamente que tipo de informação e/ou documento quer encontrar. A recuperação normalmente retorna grande conjunto de *itens* informacionais que muitas vezes não faz sentido para o usuário, mas que está baseada em uma lógica de representação definida pela instituição e profissionais especialistas demandados para a tarefa de indexação e classificação dos *itens* informacionais, causando assim ansiedade e frustração ao pesquisador.

Para Segundo (2010:163) essa dificuldade de busca se dá porque

[...] apesar de a estrutura de armazenamento sugerir um tipo de recuperação mais apropriado ao usuário, ela continua sendo feita de forma sintática, buscando, dentro do conjunto de informações armazenadas, palavras que tenham mesma grafia, e utilizando a técnica baseada no modelo booleano e na teoria de conjuntos, possibilitando apenas o cruzamento de elementos da estrutura na busca de informação.

A apresentação dos resultados também não sugere novidades em relação às principais ferramentas de busca encontradas na Web, tendo características limitadas e utilizando como principal formato a apresentação de uma lista de informações que remetem a um link, onde naturalmente está o recurso.

Além da experiência do encontro informacional, o modo de representação, classificação e recuperação dos Repositórios Institucionais nem sempre permite a navegação que potencialize a serendipidade, a descoberta do inesperado por meio de ligações semânticas, assim como não permite a participação da comunidade usuária para novas formas de representação do *item* informacional. Dessa forma os *itens* são armazenados utilizando

classificações estáticas atribuídas por poucos especialistas e conseqüentemente excluindo outros pensamentos e classificações possíveis.

4.2. Outras possibilidades do encontro e de serendipidade nos Repositórios Institucionais

É inegável a importância dos Repositórios Institucionais para a disseminação e uso de conhecimento produzido nas universidades e centros de pesquisa, assim como os avanços conquistados para que esses repositórios pudessem existir. A filosofia do acesso livre e a participação da comunidade para a publicação do conhecimento produzido é essencial, uma vez que “os resultados da atividade científica, na forma das diferentes publicações, resultados estes muitas vezes obtidos à custa de pesados investimentos públicos, devem necessariamente também ser públicos, poder ser utilizados amplamente, não serem apropriados de forma privada” (MARCONDES e SAYÃO, 2009:10).

No entanto a gama de conhecimento disponível nesses ambientes digitais pode ser melhor aproveitada se os sistemas de representação e recuperação forem ampliados para participação do usuário pesquisador, abrangendo seus conhecimentos, experiências e conseqüentemente intenções. Essa participação também pode proporcionar sentimento de intimidade com o Sistema de Recuperação de Informação por parte do pesquisador, uma vez que ele agora entende melhor como os *itens* informacionais recuperados são armazenados nesse repositório.

Segundo (2010) propôs a Representação Iterativa como processo contínuo de representação de *itens* digitais. Como prática, o autor aponta a Folksonomia Assistida para que os usuários possam usar *tags* para representar e indexar os itens informacionais, de forma livre os pesquisadores podem inserir termos do determinado domínio de conhecimento para que novas classificações se tornem possíveis, bem como a recuperação da informação de forma semântica apresentada em forma de rede de *tags* interligadas.

Por sua vez, Segundo e Vidotti (2011) apresentam a Representação Iterativa não como um modelo de substituição da atual estrutura da de inserção de informação por meio de metadados para o armazenamento de documentos nos repositórios digitais, mas sim como prática auxiliar para que o usuário possa contribuir através de novas representações e interligações que possam ser feitas entre os documentos já indexados.

Assim, a Folksonomia Assistida afeta minimamente a estrutura dos repositórios, tendo como prática a inserção das *tags* como novas palavras-chave que representem os *itens* informacionais e proporcionem ligações semânticas que potencializam a navegação e conseqüentemente o encontro e a descoberta de informação utilizando a participação da comunidade e o conhecimento coletivo.

Extrapolando a utilização da Folksonomia (uso de *tags*) e a ideia de termos do domínio de conhecimento situado para o repositório, outra prática possível é a Epistemografia Interativa proposta por García Gutiérrez (2006; 2011; 2014). Essa abordagem invoca a desclassificação como ferramenta operatória para que os itens informacionais digitais sejam sempre ressignificados a partir da participação de usuários com diferentes visões de mundo, experiências e intenções.

Uma proposta possível para utilização da Epistemografia Interativa em Repositórios institucionais é a possibilidade de que o usuário pesquisador escreva, em linguagem natural

e local específico, suas impressões e visões acerca do item recuperado. A descrição em linguagem natural possibilita maior liberdade para desenvolver o que o usuário realmente entende sobre o item informacional recuperado, possibilitando assim maior aproximação entre o pesquisador e os objetos indexados.

Além dessa aproximação, a possibilidade de expressar ideias e sentimentos é superada se comparada ao uso de *tags* como termos-chave para identificar o *item*. A partir dessa descrição textual, uma ferramenta de indexação automática deve analisar e relacionar conceitos semanticamente com outros existentes, tal relação pode ser estabelecida com o auxílio de ontologias gerais, abertas e adaptáveis. Com essa prática as descrições realizadas por diferentes usuários formam um corpo de conhecimento diverso e ao mesmo tempo correlato, diferentes lógicas e conceitos estariam relacionados entre si para indexar o *item* informacional.

A indexação a partir das descrições do *item* informacional, realizada por usuários diferentes e com conhecimentos diversos, permite desclassificar o objeto e ao mesmo tempo reclassificá-lo em um ambiente digital dinâmico e colaborativo, sem a necessidade de que o conhecimento pertença a um domínio específico e de mediadores-administradores. Dessa forma as intencionalidades dos pesquisadores serão parte da representação e indexação dos *itens* informacionais, o que potencializa o encontro e a descoberta de informação, o primeiro por haver mais descritores inteligíveis a sua experiência e o segundo justamente pelo oposto, por existirem descritores jamais imaginados, mas semanticamente relacionados com suas intenções de busca.

A Representação Iterativa e a Epistemografia Iterativa causam desconforto e incerteza em profissionais da Organização do Conhecimento acostumados a trabalhar com vocabulários controlados e metadados pré-definidos. No entanto, podem ser abordagens complementares ao modelo tradicionalmente utilizado em Repositórios Digitais, possibilitando a participação do usuário pesquisado na descrição do *item*, captando conhecimento não registrado e permitindo ligações semânticas entre os objetos, assim potencializando o encontro e a descoberta de informação bem como mitigando a ansiedade da informação.

5. Considerações finais

No paradigma pós-custodial os Repositórios Institucionais se destacam por serem ambientes digitais abarrotados de conhecimentos diversos e largamente explorados pela comunidade científica. Porém esses ambientes ainda utilizam sistemas tradicionais de representação, indexação e recuperação da informação, provocando baixa encontrabilidade e dificultando a serendipidade.

Uma pesquisa realizada nesse ambiente tradicional geralmente tem como resultado uma lista de documentos indexados por termos sintaticamente iguais aos utilizados pelo pesquisador, não fazendo relação semântica com outros possíveis *itens* ou conceitos correlatos, assim desperdiçando a possibilidade de uma navegação potencializadora para descobrir novos conhecimentos, castrando a serendipidade e diminuindo a encontrabilidade.

Como propostas para maximizar o encontro e a descoberta, a Representação Iterativa e a Epistemografia Interativa são práticas que podem ser aplicadas nos Repositórios Institucionais e outros ambientes digitais para que os *itens* informacionais sejam organizados de acordo com diferentes intencionalidades e conceituações, para que relações semânticas possam ser estabelecidas e recuperadas por entre os *itens* informacionais do repositório. Ambas abordagens em questão priorizam a participação do pesquisador na representação da informação, uma com o uso de *tags* outra com descrição textual, em detrimento a vocabulários controlados.

Como indicado por Segundo (2010; 2011), conceitos e ferramentas da *Web Semântica* podem auxiliar as práticas anteriormente expostas, inclusive a utilização das duas simultaneamente e conjuntamente com atividades tradicionais, para que por meio de relações semânticas a recuperação e a navegação potencializem a serendipidade e a encontrabilidade da informação, mitigando a ansiedade da informação. O uso de tecnologias da *Web Semântica* também permitiu extrapolar a pesquisa para ligações entre os diversos Repositórios Digitais disponíveis, utilizando práticas propostas por Tim Berners-Lee (2001) para um ambiente onde todas as informações pudessem ser conectadas entre si e legíveis por máquinas e humanos.

Referências bibliográficas

BERNERS-LEE, T.; LASSILA, O.; HENDLER, J.

2001 The Semantic web. *Scientific American*. [Em linha]. (Maio 2001). [Consult. 25 out. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/3795n7b>.

BORKO, H.

1968 *Information Science: what is it?* [Em linha]. 1968. [Consult. 25 out. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/2HCckEb>.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A.

2014 La Organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación: obstáculos epistémicos, regencia de la transcultura y desclasificación. *Brazilian Journal of Information Science*. [Em linha]. 8:1/2 (2014) A02. [Consult. 3 nov. 2019]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/16222>.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A.

2011 *Epistemologia de la Documentation*. Barcelona: Stonberg, 2011.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A.

2006 Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *Transinformação*. [Em linha]. 18:2 (2006) 103-112. [Consult. 3 out. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/35QKdub>.

GIL, A. C.

2009 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F.

2009 À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Org. L. Sayão et al. Salvador: EDUFBA, 2009.

MIRANDA, M. K. F. de O.

2010 O Acesso à informação no paradigma pós-custodial : da aplicação da intencionalidade para findability. [Em linha]. 2010. [Consult. 1 nov. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/2QGAHUI>.

Tese de Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais – Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

MOSTAFA, Solange Puntel; SEGUNDO, José Eduardo Santarem; SABBAG, D. M. A.

2016 Descrição bibliográfica na era da Web Semântica. *Informação & Sociedade*. [Em linha]. 26 (2016) 25-35. [Consult. 3 out. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/34MWiz1>.

MORVILLE, Peter

2005 *Ambient findability: what we find changes who we become*. California: O'Reilly Media, 2005.

OLIVEIRA, L. [et al.]

2009 Web social: impacto no comportamento informacional na produção do conhecimento. In *A Ciência da Informação criadora de conhecimento*. Ed. Maria Manuel Borges, Elias Sanz Casado. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, vol. 2, p. 325-338.

PINHO, F. A.

2009 *Fundamentos da organização e representação do conhecimento*. Recife: EDUFPE, 2009.

SANTOS, A. R. dos.

2006 *Metodologia científica : a construção do conhecimento*. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SEGUNDO, J. E. S.

2010 *Representação iterativa: um modelo para repositórios digitais*. 2010.

Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SEGUNDO, J. E. S.; VIDOTTI, S. A. B. G.

2011 Representação iterativa e folksonomia assistida para repositórios digitais. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 7 (2011) 283-300. [Consult. 3 out. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/2PQAluQ>.

SARACEVIC, T.

1996 Origem, evolução, relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 1:1 (jan./jun. 1996) 41-62. [Consult. 27 out. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/36UU1n4>.

SARACEVIC, T.

1995 A Natureza interdisciplinar da Ciência da Informação = Interdisciplinary nature of information science. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 24:1 (1995) 1-9. [Consult. 26 nov. 2019]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/5946>.

VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G.

2014 Encontrabilidade da informação: atributos e recomendações para ambientes informacionais digitais. *Informação & Tecnologia*. [Em linha]. 1:1 (dez. 2014) 42-58. [Consult. 23 out. 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/2ZfBGvy>.

WEIL, P.

2000 A Normose informacional. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 29:2 (2000) 61-70. [Consult. 26 nov. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a08v29n2>.

WURMAN, R. S.

2005 *Ansiedade da informação 2*. São Paulo : Cultura, 2005.

Vinícius Cabral Accioly Bezerra | vviniuscabral@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

Diego A. Salcedo | salcedo.da@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil - Grupo Imago e Humanidades Digitais

FLUXOS DE PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS: um exame bibliométrico na Base de Dados da Ciência da Informação (BRAPCI)

PRODUCTION FLOWS AND SCIENTIFIC COMMUNICATION ON USERS' SATISFACTION: a bibliometric examination in Information Science Database (BRAPCI)

Rosa da Penha Ferreira da Costa | Marcelo Calderari Miguel

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag13a11>

Resumo: Introdução: a satisfação do interagente envolve um campo de estudo da Ciência da Informação que busca compreender as influências de fatores internos e externos e os componentes sociais que interferem na gestão do processo de desenvolvimento de serviços, produtos e organizações. Objetivo: analisar a produção científica na área da satisfação de usuários, no período de 2015 a 2019, representada pelos artigos científicos indexados na base de dados referenciais de artigos de periódicos em Ciência da Informação - BRAPCI. Metodologia: trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa que utilizou a bibliometria e a análise de conteúdo como principais ferramentas metodológicas. Resultados: a produção científica em satisfação de consumidores apresentou um comportamento relativamente estável nos últimos cinco anos, e o ano 2017 corresponde o período se situa o avanço no tratamento dessa temática. Conclusões: a análise dos artigos e periódicos científicos mostrou que a 'satisfação de usuários' possui relação com as áreas multidisciplinares, principalmente situado a questão do atendimento em arquivos, bibliotecas e museus.

Palavras-chave: Bibliometria; Comunicação científica; Serviços de Informação; Usuários da Informação.

Abstract: Introduction: the satisfaction of the interactant involves a field of study of Information Science that seeks to understand the influences of internal and external factors and the social components that interfere in the management of the process of development of services, products and organizations. Objective: to analyze scientific production in the area of user satisfaction, in the period from 2015 to 2019, represented by scientific articles indexed in the referential database of articles in information science journals - Brapci. Methodology: this is a qualitative and quantitative research that used bibliometrics and content analysis as the main methodological tools. Results: the scientific production in consumer satisfaction has presented a relatively stable behavior in the last five years, and the year 2017 expresses the period is the advance in the treatment of this theme. Conclusions: the analysis of scientific articles and journals showed that 'user satisfaction' is related to multidisciplinary areas, especially regarding the issue of assistance in archives, libraries and museums.

Keywords: Bibliometry; Scientific communication; Information Services; Information Users.

1. Usuários e satisfação: olhares para o agora e o amanhã

Acessibilidade; Acesso à Informação - Declaração de Lyon; Advocacy; Alfabetização informacional; Biblioterapia; *Big data*; *Blockchain*; Catalogação; Ciência aberta e dados abertos; Competência em informação; Cultura do privilégio; Curadoria digital; Desenvolvimento de coleções; Direitos de LGBTTI+; Divulgação em CT&I; Epistemologia da Ciência da Informação; Ergologia; Ética e ecologia da informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Gestão Eletrônica de Documentos; Informação e memória (arquivos, museus, bibliotecas e congêneres); Informações Jurídicas; Internet das coisas; Letramento informacional; *Makerspaces* e *coworkings*; *Marketing*; Mediação, circulação e apropriação da informação; Metrias da informação e comunicação; Museologia, memória

e patrimônio; Ontologias e representação de conhecimento; Política e economia da informação; Políticas de arquivos; Preservação, conservação, restauro; Propriedade intelectual; Qualidade em serviços; Recursos educacionais abertos; Repositórios digitais; Segurança da informação; Serviço de referência; Sociedade do conhecimento; Tecnologias assistivas; Usos e usuários da informação – todos esses *itens* expressam alguns dos principais núcleos investigativos do campo investigativo da Ciência da Informação (CI). E é evidente que o não aparecimento desses termos na literatura científica traz, de forma subjacente, certa possibilidade de que não seremos incluídos, e temos muito medo da exclusão.

Em meio a estas discussões, podemos nos questionar até que ponto o apego a uma terminologia é uma questão de posicionamento profissional, uma vez que, no cingir do debate no ‘colégio invisível’ devemos buscar o cunho humanista e liberal para a *liberdade de investigação científica* e a dignidade da pessoa humana. Portanto, possível é compreender que dentro do entendimento da área da CI (e outras áreas de estudo) as questões de terminologia e provavelmente as definições atuam num limiar movido e incerto, variando de acordo com: 1) a aplicação e competência de determinada área; 2) as chamadas de editoriais e edições especiais/temáticas em periódicos; 3) a constituição temática de eventos científicos; 4) as linhas e grupos pesquisas atuantes no Programa de Pós-Graduação; 5) as provocações e demandas das entidades científicas e corporações profissionais; 6) as mazelas sociais e éticas que regem o nível de maturidade de um campo científico, etc.

Por sua vez, uma das principais preocupações do atual perfilar do Moderno Profissional da Informação (MIP) vislumbra, conforme Oliveira e Alencar (2016:7), acompanhar “todas as mudanças ocorridas no mundo referentes às modificações sociais para uma sociedade inclusiva, pois isso vai influenciar principalmente na competitividade a que estão expostas as empresas”.

Nesse contexto, muitas vezes as pessoas compram, utilizam e buscam produtos e serviços não pelo que eles fazem, mas pelo que eles são (SOLOMON, 2011). Para o pesquisador a ambiência de estudo do ‘comportamento do consumidor’ representa um campo muito novo e, de acordo com a sua evolução, passa-se a ter a influências de múltiplos pontos de vista. Destarte, Solomon (2011:66) afirma que “na verdade, é difícil imaginar um campo que seja mais interdisciplinar”.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo principal identificar as mais significativas tendências em pesquisas sobre o tema satisfação do consumidor a partir de um mapeamento bibliométrico em uma base de dados nacional. Justificam-se novos estudos como essenciais para avançar no tema e obter resultados mais verdadeiros a respeito da satisfação dos usuários por meio do desempenho e da avaliação dos serviços prestados (MARCHETTI e PRADO, 2004).

Para isso, este estudo foi estruturado em quatro seções, além desta introdutória. Na segunda parte, é apresentado o referencial teórico abordando a satisfação e algumas correlações com a abordagem da qualidade. A terceira parte, por sua vez, contempla o percurso metodológico que fundamenta a pesquisa. Na sequência, apresentam-se os resultados e, por fim, as considerações mais relevantes acerca da temática abordada, assim como as limitações desta pesquisa e as sugestões para futuros estudos.

2. A satisfação de usuários, uma nova ótica no consumidor

O 'novo normal' revela um contexto situacional no qual a sociedade repensa novas 'formas de viver', apontando um cenário que ressalta as vantagens da (re)descoberta do valor do lar e que nem tudo está sobre controle – isso faz emergir alterações diversas na retomada da vida no mundo pós-pandemia.

O crescimento das organizações, as mudanças no comportamento dos consumidores e as demandas exigidas pelo consumidor têm transformado o ambiente informacional cada vez mais competitivo e desafiador. Estes fatores têm obrigado as instituições a realizar um processo de avaliação que exige considerar seu posicionamento de mercado e trabalhar em busca de diferenciais competitivos inertes. Além disso, o usuário – interagente - é o foco de todos os tipos de organizações mercadológicas ou não. Isso evidencia o motivo pelo qual as empresas competem pela conquista e preferência dos consumidores, assim como expõe o esforço que realizam a fim de que o negócio sobreviva (entropia negativa).

Para Kotler e Keller (2013), o estudo sobre a satisfação de usuários compreende que as pessoas, os grupos e as organizações escolhem, compram, usam e descartam artigos, ideias ou experiências para satisfazer suas necessidades e seus desejos. Entretanto, o entendimento do comportamento da clientela não é uma tarefa simples, e sua abrangência é fundamental para os negócios das organizações.

A satisfação de usuários é composta de influências tanto interpessoais quanto intrapessoais. A primeira é a influência dos grupos e atividades no comportamento dos usuários – como a cultura, a subcultura, a família, a classe social e o estilo de vida. A segunda é a análise das forças individuais na interação com espaços de informação, e envolve, por exemplo: a aprendizagem e experiência, a personalidade, o processo de avaliação, as atitudes, a mudança e os processos de informação. Por último, há a análise do processo de satisfação de usuários envolve o reconhecimento do problema, a busca de informações e inovações, a avaliação de alternativas, o desempenho e as percepções e expectativas diante o 'momento da verdade'.

No entanto, a satisfação de usuários é um processo decisório e a satisfação das necessidades é uma “variável fundamental de qualquer serviço de informação” (FELIX e GARCIA, 2017:68). Assim, o fato é que clientes constituem-se sujeitos influenciados, de modo que sua decisão de experiência com produtos e serviços de informação se desenvolve por meio de um processo coerente, afetando sua percepção e sua escolha em relação à relevância e à adequação dos produtos, serviços e organizações.

De tal modo, pode se considerar que as “estratégias de *marketing* inicialmente eram voltadas às atividades comerciais e industriais com fins lucrativos e estendeu-se a promoção de serviços em instituições com atividades de caráter não comercial” (REIS *et al.*, 2019:203). Os bibliotecários, por exemplo, relatam Reis *et al.* (2019:203) podem fazer “uso do *marketing* para cativar, fidelizar e aumentar o número de usuários”. Assim, compreende-se que:

A análise das diversas definições sobre *marketing* surgidas ao longo do tempo abre perspectivas para evidenciar sua capacidade de oferecer teorias e modelos à ciência da informação e vice-versa, tendo em vista que ambas têm uma preocupação em comum: a satisfação do usuário e a informação, embora

com focos diferentes, mas nem por isso divergentes. Isso porque a essência das duas áreas é a informação e, por conseguinte, buscam responder e atender às inquietações de diversos grupos sociais, ao buscar satisfazer necessidades informacionais, tanto do ponto de vista individual, quanto do coletivo (SANTOS e LUBISCO, 2018:393).

Ressalta-se, contudo, que o estudo da satisfação de usuários não consiste apenas em a correta execução de processo e serviços por parte de indivíduos (usuários reais, potenciais e os não-usuários), mas abrange também os processos de interação com bens, serviços, matérias-primas ou insumos integrantes da cadeia de produção de determina a gerência de recursos e serviços informacionais essenciais. Deste modo é pertinente destacar que o conceito de satisfação “está intrinsecamente relacionado ao conceito de qualidade” (DAMIAN, 2016:226); sendo assim, há que se considerar que na contemporaneidade, os ‘novos interagentes’ são sujeitos politizados, consciente, bem informado e ético.

Solomon (2011) reporta que a satisfação é definida como a resposta do consumidor a uma avaliação da conexão percebida entre as expectativas e a performance após o consumo de um produto/serviço. Já Spina, Giraldi e Oliveira (2013) entendem que a satisfação é o resultado da divergência entre as expectativas e o desempenho de um produto ou serviço, percebido após o uso.

A qualidade dos serviços é antecedente à satisfação do cliente (BUEHRMANN e WERLANG, 2017:93); portanto, diante a experiência prática, interagentes satisfeitos ‘revisitam’ os núcleos de convivência, convergência e informação. A busca pela satisfação de usuários provém da adequação do que é oferecido pela organização ao que os interagentes desejam ou necessitam. Todavia, essa temática envolve a questão da satisfação funcional, emocional e do benefício de uso.

Samara e Morsch (2005) relatam que a satisfação funcional é obtida por meio de atributos tangíveis de um produto ou serviço; a satisfação emocional – também designada satisfação psicológica – é aquela fornecida por benefícios intangíveis e não mensuráveis; e por fim a satisfação de benefício de uso está associada ao valor ganho pela propriedade e ao uso de um bem e serviço.

Nessa mesma perspectiva, Campos, Miguel e Carvalho (2018:93) alertam que “no elenco de preocupações com a qualidade, deve-se considerar que uma avaliação não é fim em si, mas deve ser realizada com o objetivo de exprimir em oportunidades de aplicabilidade de boas práticas (*best practices*), melhoria e inovação”.

Entretanto, é fundamental que o MIP avalie a satisfação dos seus usuários e os custos para isso, assim como quais são as oportunidades de melhoria detetadas em relação aos produtos ofertados e serviços prestados. Isso leva a concluir que o interagente do século XXI se tornou mais exigente, mais consciente e buscando a satisfação nas práticas informacionais por meio de exigência da qualidade nos processos de conhecimento e empoderamento informacional.

Ao considerar o que foi exposto, percebe-se que o tema estudos de usuários é amplamente discutido (CARVALHO, MIGUEL e CAMPOS, 2018; ROSEMBERG, MIGUEL e CARVALHO, 2018), contando inclusive com vasta literatura sobre o tema. Por esse motivo, buscou-se realizar um levantamento acerca de alguns estudos recentes sobre a satisfação de usuários, a fim de analisar como o cenário temático hodierno situa ou dista a ambiência

se correlaciona positivamente a satisfação em ambientes e processos de informação e dessa forma:

Compreender uma unidade de informação como uma organização prestadora de serviços exige conhecimentos gerenciais para conhecer o contexto ao qual a unidade de informação está inserida, bem como identificar pontos fortes e fracos para definir estratégias que serão executadas através de um planejamento com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados. (SPUDEIT e FUHR, 2011:42).

Assim, nessa perspectiva, Campos, Miguel e Carvalho (2018:93) alertam que as preocupações com a avaliação do processo de desenvolvimento de serviços não é fim em si, mas deve ser realizada com o objetivo de exprimir em oportunidades de aplicabilidade de boas práticas. E na tentativa de contribuir com essa temática, são apresentados, na seção seguinte, os procedimentos metodológicos abrangidos pela estruturação desse diagnóstico.

3. Material e métodos

Esse estudo parte de uma abordagem qualitativa, uma vez que analisa dados numéricos, por meio de uma visão interpretativista, com auxílio da análise de conteúdo. De acordo com Poupart *et al.* (2012), a pesquisa qualitativa entende que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Quanto aos objetivos, o estudo caracteriza-se pelo caráter descritivo, o que, segundo Samara e Morsch (2005), consiste em uma pesquisa que procura descrever situações de mercado a partir de dados primários, obtidos originalmente por intermédio de entrevistas pessoais ou discussões em grupos, relacionando e confirmando as hipóteses levantadas na definição do problema da pesquisa.

A pesquisa, de abordagem exploratória e caráter descritivo, traz à tona os estudos que envolvem a 'satisfação de usuários' em um Acervo de Publicações Brasileiras em Ciência da Informação, reportando assim o âmbito de um rol de artigos da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e despontando princípios da abordagem bibliométrica. Esse tipo de estudo sobressai pelo caráter descritivo, constitui-se na acolhida dos preceitos, índices ou indicadores - junção de leis e princípios empíricos que proporcionam o estabelecimento dos fundamentos teóricos da Ciência da Informação, por meio da contagem de documentos como apontam Araújo e Alvarenga (2011) e Guedes (2012).

Por sua vez, Costa, Miguel e Silva (2020:78) apontam também que os indicadores bibliométricos contribuem para entender e pautar os indicadores sugerem um grau de desenvolvimento de uma área do conhecimento científico; ainda, os autores ressaltam que a BRAPCI tem ampliado o número de periódicos e, por conseguinte, o número e qualidade de artigos indexados. Cabe observar que a "BRAPCI facilita a obtenção dos dados e possibilita a realização de novos olhares sobre as temáticas da área de Arquivologia e da Ciência da Informação" (COSTA, MIGUEL e SILVA, 2020:78).

A fim de atingir o objetivo do estudo, foi feita uma busca na BRAPCI, em junho de 2020. Considerou-se para a pesquisa a busca pelo termo 'Satisfação de Usuários', considerando-se sua aparição no título, palavra-chave e resumo dos artigos, totalizando assim 132 artigos encontrados. Logo após, procedeu-se a análise para o recorte temporal: entre os anos de i) 2000 a 2019 apresenta um total de 116 publicações; ii) 2010 e 2019 apresenta um total

(retirado dois erros em registros na data e sete itens duplicado) de 92 publicações; e iii) no recorte dos últimos cinco anos (2015 e 2019) soma-se 59 itens documentais.

Selecionaram-se então os documentos completos e em língua portuguesa, publicados no período entre 2015 a 2019 visto que o estudo se preocupa em compreender estratégias e tendências de pesquisas mais recentes. Assim, foram encontrados 59 e analisados 53 *itens* documentais (um com erro na data da publicação, dois registros duplicados, três editoriais) encontrados após a realização dos filtros e mencionados.

Na etapa do mapeamento, uma vez organizados os 54 artigos selecionados foram submetidos a uma análise detalhada. Ao longo do processo de leitura e interpretação dos documentos, foram identificados alguns focos importantes de análise. Esses focos serviram de base para a elaboração de uma tabela via *software Excel*, padronizada, para a análise de conteúdo individual de cada artigo.

A tabela padronizada contemplou os seguintes tópicos: publicação por autor e gênero (1 *author*), título da publicação (2 *title*), publicação por periódico (3 *source*), publicação por ano (4 *year/issue*), construto e tipologia documental (5 *session*), e palavras-chave que expõem a abrangência de um assunto e os seus conceitos principais (6 *keywords*). Foram considerados todos os artigos que se encontravam completos, retirando-se da análise apenas as duplicações e editoriais.

Por fim, a análise dos dados foi desenvolvida por meio da técnica de análise de conteúdo, que, conforme Bardin (2011), consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações (7 *abstract*), visando obter indicadores que permitam a geração de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. A ilustração (Fig. 1) representa o passo a passo utilizado para a realização desta pesquisa.

Fig. 1 – Percorrendo a temática e o passo a passo da pesquisa



Fonte: os autores - refinamento em termos Busca Avançada, 2020.

Após a nota metodológica que norteia o desenvolvimento deste diagnóstico, realiza-se o exame bibliométrico com dados coletados, cujos resultados são apresentados a seguir.

4. Análise dos resultados e discussões

Neste tópico, são discutidos os principais resultados encontrados a partir do desenvolvimento da pesquisa bibliométrica. A Tabela 1 apresenta uma síntese dos principais autores e suas publicações, sendo é possível visualizar os autores que tiveram uma ou duas publicações. Os oito autores – Baptista, M. M.; Damian, I. P. M.; Gonçalves, M. S.; Miranda, A. C.C.; Paiva, E. B.; Pinheiro, E. G.; Pinto, M. D. S.; Silva, S. P. – tiveram duas ou mais publicações cada. No entanto, os demais autores (130) somente apresentaram uma publicação sobre o tema, o que equivale a 72% dos autores considerados.

Tabela 1 – Quantidade de publicações por autor (2015-2019)

PESQUISADORES (138)	QUANT. DE PUBLICAÇÕES	%
BAPTISTA, Michele Marques	2	3,8
GONÇALVES, Márcia Servi		
PINHEIRO, Edna Gomes	2	3,8
SILVA, Sildete Pereira		
MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de	2	3,8
PAIVA, Eliane Bezerra	2	3,8
PINTO, Marli Dias De Souza	3	5,7
DAMIAN, Ieda Pelógia Martins	4	7,4
Demais Autores (130)	38	71,7
TOTAL	53	100

Fonte: os autores - Brapci.inf ® e considerações contribuições/parcerias nas publicações 2020.

No entanto, outro procedimento realizado foi a visita aos currículos Lattes dos autores mais prolíficos para verificação de formação e área de atuação. Os autores

- Dr^a Pinto, M. D. S. / Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tendo 6% da publicações dessa temática (CV: <http://lattes.cnpq.br/2818512057033481>).
- Dr^a Damian, I. P. M. / Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (Unesp) apresentando índice de cerca de 7% nessa temática de pesquisa (CV: <http://lattes.cnpq.br/6732213490679586>).

Em relação aos gêneros masculino e feminino, obtiveram-se os seguintes resultados: a maior quantidade de publicação foi do gênero feminino, com 95 pesquisadoras, equivalente

aproximadamente 70% do total. Já em relação ao gênero masculino, contabilizaram-se 43 autores, representando cerca de 30% do total.

Na Tabela 2, apresentam-se os subgrupamentos sobre as parcerias (rede de colaboração) no que tange a constituição de uma publicação sobre o tema ‘satisfação dos usuários’. Vale salientar que a pesquisa foi realizada a partir da análise da autoria (*author*), obtendo assim um total de 138 pesquisadores. Esses dados apontam para duas variáveis importantes de análise: a primeira mostra a preferência pela publicação em parceria, enquanto a segunda apenas indica o valor percentual em relação à primeira – estabelecendo, dessa forma, a percentagem da participação dos artigos de ‘satisfação dos usuários’ em relação ao total de *itens* documentais encontrados nesse recorte temporal (2015-2019).

Tabela 2 – Quantitativo na autoria das publicações (2015-2019)

QUANT. NA COLABORAÇÃO (138)	QUANT. DE PUBLICAÇÕES	PERCENTUAL %
Um colaborador	5	9
Dois colaboradores	26	49
Três colaboradores	15	28
Quatro colaboradores	3	6
Cinco colaboradores	1	2
Seis ou mais colaboradores	3	6
TOTAL	53	100

Fonte: os autores - com dados da Brapci.inf® - Base de dados referencial da CI, 2020.

Pela análise da Tabela 2, verifica-se que as publicações em dupla somam ao todo 26 trabalhos; isso se deve as parcerias concretizadas em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). Com 48 *itens* documentais vemos que a maior parte das pesquisas (91%) são realizadas em colaboração.

As parcerias de dois colaboradores e três colaboradores representam juntas, 41 publicações, concebendo cerca de 77% das publicações (2015-2019). Já a constituição de grupos com mais de cinco integrantes expressa aproximadamente 6% do total de publicações; e sobre esse tema um trabalho (PINHEIRO *et al.*, 2016) da *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* (RBBDD) conseguiu integrar um grupo com 17 pesquisadores.

Já no que tange a manifestação temática, torna-se expressa em 26 periódicos (*source*). A Tabela 3 destaca o aparecimento do tema – ‘Satisfação de Usuários’ – conforme o quantitativo de *itens* documentais recuperados no recorte temporal da base referencial de dados (artigos científicos, eventos científicos).

Tabela 3 – Periódicos/eventos com dois ou mais itens documentais localizados (2015-2019)

PERIODICO OU EVENTO (25)	QUANT. DE PUBLICAÇÕES	PERCENTUAL %
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	7	13%
Archeion Online	4	8%
Ciência da Informação em Revista	4	8%
Encontro Nacional de Pesquisa em CI (ENANCIB)	4	8%
Perspectivas em Ciência da Informação	4	8%
Biblionline	3	6%
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	3	6%
Biblos (RIO GRANDE)	2	4%
Encontros Bibli	2	4%
InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	2	4%
Informação & Informação	2	4%
Ponto de Acesso	2	4%
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	2	4%
Outras (12) revistas científicas – uma publicação cada	12	24%
TOTAL	53	1

Fonte: os autores) - com dados da Brapci.inf ® - Base de dados referencial da CI, 2020.

Desse modo, com o intuito de identificar quais são os principais periódicos que publicam artigos sobre satisfação de usuários, foram sintetizados, na Tabela 3, os nomes dos periódicos, a quantidade de publicação e sua respectiva percentagem.

Após a análise, pode-se perceber a *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* (RBBDD, ISSN 1980-6949) classificada como B1 em 'Comunicação e Informação' no Qualis Capes Periódicos – Quadriênio 2013-2016, apresentou o maior número de publicações sobre o tema, com sete trabalhos entre os anos 2016 (1), 2017 (4) e 2018 (2); seguido pelo *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (ENANCIB; 2017, 2018) e por três revistas – *Perspectivas em Ciência da Informação* (ISSN 1981-5344), *Archeion Online* (ISSN 2318-6186), *Ciência da Informação em Revista* (ISSN 2358-0763) – com quatro

artigos publicados entre os anos 2015 e 2019. Percebe-se, ainda, permanência de interesse em publicações da CI sobre questões ligadas a satisfação do consumidor.

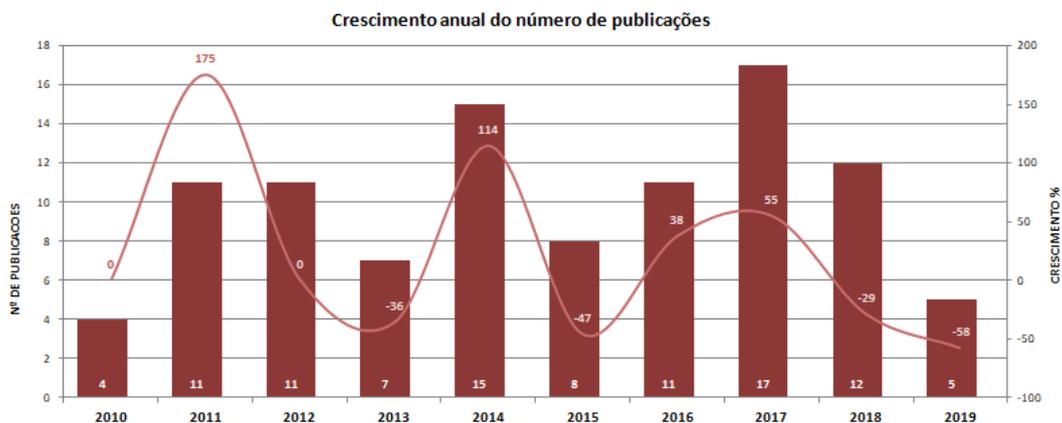
Fig. 2 – Periódicos e eventos: percorrendo a temática em publicações de CI



Fonte: os autores - Brapci.inf ® 2020.

Em suma, essa análise das principais revistas que publicaram artigos sobre o tema fornece importantes informações para fins de análise e os periódicos que têm mais abertura da temática no escopo de suas publicações. Por conseguinte, a ilustração a seguir expõe o quantitativo de publicação de acordo com a evolução temporal para uma década.

Fig. 3 – Quantidade de publicação por ano

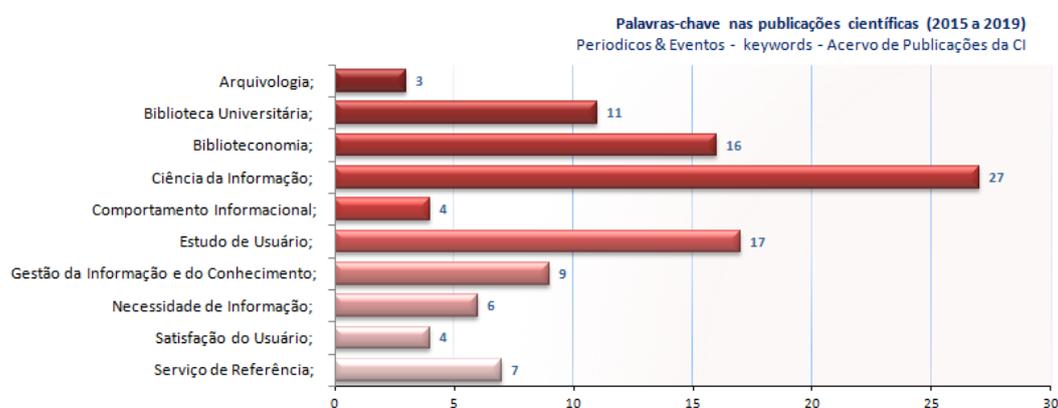


Fonte: os autores - Brapci.inf ® 2020.

No gráfico (Fig. 3), é possível observar que os anos de 2017 (17 *itens* documentais), 2018 (12 artigos) e 2016 (11 artigos) foram os que tiveram o maior número de publicações relacionadas ao tema, e no período (2015-2019) um total de 53 (40%) *itens* documentais.

Dessa forma, também é possível sinalizar que os 'termos' (*keyword; abstract*) mais acolhidos nas publicações dessa temática são: Ciência da Informação, 27; Estudo de Usuário, 17; Biblioteconomia, 16; Biblioteca Universitária, 11; Gestão da Informação e do Conhecimento, 9; Serviço de Referência, 7; Necessidade de Informação, 6; Comportamento Informacional, 4; *Marketing* em Unidade de Informação, 4; e Satisfação do Usuário, 4.

Fig. 4 – Principais 'palavras-chave' nas publicações científicas (2015 a 2019)



Fonte: os autores) - Brapci.inf © 2020.

Considerando os construtos analisados na Fig. 4, pode-se afirmar principalmente o destacar das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação; a Museologia como ciência que trata dos museus, especialmente no que se refere a sua organização, funcionamento e serviços não adentrou especificidade do construto (*keyword; abstract*) no que tange a temática da 'satisfação dos usuários'.

Diante dos resultados expostos (autoria, periódicos, representatividade temporal, conteúdo temático), identificou-se quatro destaques: i) Ieda Damian na dianteira das publicações; ii) o periódico RBBB destacado na abordagem e acolhida da temática; iii) o ano de 2017 tendo o melhor acumulo de publicações; iv) a Ciência da Informação e a Biblioteconomia surgem entre os termos de prospecção de um modelo que zela a interfaces da satisfação de consumidores de produtos culturais e informacionais.

Assim sendo, fomentar a reflexão a respeito dos fazeres informacionais visando a qualidade de produtos e serviços propende a questão alvo de se aperfeiçoar os profissionais que atuam ou pretendem atuar nas unidades de informação (arquivos, bibliotecas, museus) supracitadas; e propiciando um instrumental teórico, prático e tecnológico que capacite o MIP a refletir, apropriar-se e constituir criticamente o conhecimento nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Museologia, Administração, Informática, entre outras.

Frente a esses dados, percebe-se que a Museologia situa um campo (assim como arquivos, bibliotecas, centros de documentação e informação, repositórios digitais e lugares de

memória) para discutir os fundamentos teóricos e metodológicos relacionados à gestão de recursos, produtos e serviços informacionais. Cabe destacar, ainda, que, apesar de vários estudos a respeito de satisfação dos usuários (os interagentes) já terem sido desenvolvidos, reafirma-se que a realização de ‘novos estudos’, são essenciais (MIGUEL, 2017) para avançar no tema da qualidade e obter resultados mais verdadeiros a respeito da satisfação dos usuários no avaliar de serviços que remetem a especificidade do âmbito da Ciência da Informação.

5. Considerações finais

Com o intuito de explorar o tema satisfação do consumidor, diversas análises foram realizadas no decorrer deste artigo a partir do método de pesquisa bibliométrica, com o auxílio do *software Excel*. Ao analisar 53 artigos publicados em periódicos nacionais no período que compreendeu os anos de 2015 a 2019, foi possível identificar algumas características inerentes ao tema.

A partir dos resultados encontrados, evidencia-se que as pesquisas realizadas sobre o tema vêm aumentando no decorrer dos anos (os últimos cinco anos representam cerca de 40% de tudo o que foi produzido) e mostra-se também que permanece uma regularidade de interesse em publicações sobre satisfação de usuários. Isso demonstra que o tema avança em pesquisa, permitindo assim que novos pesquisadores busquem aperfeiçoar as lacunas existentes.

É possível identificar também a evolução do número de trabalhos publicados em 25 periódicos indexados na BRAPCI. Dentre os periódicos, quatro deles conseguiram destacar a questão da ‘satisfação de usuários’ entre as edições de 2015-2019, ou seja: 1) a *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, com 7 (13%) publicações; 2) a *Archeion Online* com 4 (7%) itens documentais; 3) a *Ciência da Informação em Revista*, com 4 (7%) publicações; e 4) a *Perspectivas em Ciência da Informação*, também com 4 (7%) dos artigos. Isso, de certa forma, sugere que estes periódicos acolheram pesquisas sobre o tema satisfação do consumidor, coligindo que futuras pesquisas sejam direcionadas para estas revistas.

Os anos de 2017 e 2018 destacam-se na expressividade numérica de artigos publicados sobre o tema; não obstante, a quantidade de artigos encontrados em cada um dos anos foi de 12 e 17, respectivamente. Os resultados em relação ao aumento da pesquisa a cada ano indicam que, a partir de 2011 (crescimento anual de 175%), o tema começou a ser alvo de destaque entre os pesquisadores. Já em 2015, houve somente oito (queda anual de 47%) itens documentais sobre o tema. O tema mantém uma ‘constância’ no estado da arte, pois sua importância consolidando a manutenção em termos de número de publicações; todavia, sugere-se que a abordagem do tema satisfação de usuários possa efetivar melhorias para a prática profissional.

A análise dos artigos sugere também que mais pesquisas longitudinais, exploratórias e qualitativas sejam futuramente realizadas por pesquisadores. Ainda, identificou-se que é preciso aprofundar a temática no território da Museologia, sendo que os museus representam um abastado *locus* para desenvolvimentos dessa temática. Considera-se ainda que as múltiplas variáveis que apuram a satisfação dos usuários carecem ser melhor

explicitadas – ofertar e efetivar satisfação para um público destaca a imagem e a memória das organizações.

Conclui-se que as pesquisas recentemente realizadas sobre as percepções, expectativas, satisfação com a qualidade de serviços, produtos e instituições são de extrema importância para fortalecer a imagem, a inovação tecnológica e o avanço científico nas mais diversas organizações. Afinal, cada instituição procura compreender, analisar e obter resultados a partir do exposto no circunscrito da qualidade: **1)** a satisfação como uso estratégico; **2)** a política da satisfação; **3)** a cultura relacionada às interfaces da satisfação, **4)** o processo de gerenciamento da satisfação; **5)** a equipe envolvida na capacitação e disseminação da satisfação; e **6)** a própria arquitetura do constructo satisfação.

Uma das limitações desta pesquisa provém da base de dados utilizada, pois esta pode estar limitada a apenas alguns periódicos; apura-se que a base de dados não recupera publicações como revista elaboradas em instituições arquivísticas (por exemplo: Revista do Arquivo - Arquivo do Estado de São Paulo; Revista do Arquivo - Arquivo de Rio Claro 'Oscar de Arruda Penteadó'; Revista do Arquivo Municipal - RAM; Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - RAPEES; Revista do Arquivo Público Mineiro - RAPM; Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte - REAPCBH). Na BRAPCI recupera-se uma coleção de: 68 revistas brasileiras; 14 revistas internacionais; 3 eventos EBBC, ENANCIB e ISKO. Outra limitação se deve aos filtros metodológicos empregados, que foram definidos para pesquisar o termo satisfação dos usuários por 'título, palavra-chave e resumo', o que pode ocasionar uma boa pesquisa, com exceção de algumas duplicações de publicações relacionadas ao tema.

Costa, Miguel e Silva (2020:78) realizaram uma pesquisa bibliométrica e a avaliação da produção científica (indicadores e particularidades) sobre 'arquivos públicos' constatando a importância da BRAPCI na CI; esse trabalho, no entanto, utilizando uma metodologia diferente converge no sentido de identificar a BRAPCI como condição singular para estudos bibliométricos ou cientométricos, bem como situa pontos a aperfeiçoar na referida base de dados (em termos de *big data* e *analytics*). É com base neste processo que a plataforma de dados se vai aperfeiçoando e evoluindo, de modo a: i) sanar repetições de registros (segurança, confiabilidade, disponibilidade); ii) indexar com qualidade maior número de periódicos (nacionais e internacionais); e iii) significar o uso das ferramentas de busca (informações espaciais provenientes de diversas origens).

Assim sendo, é possível destacar, com base nos autores dos artigos analisados na pesquisa, que o tema 'satisfação de usuários' é tradicional no âmbito da CI e ainda carece de um monitoramento para realizar novas avaliações sobre o impacto dessa temática. A importância de porvindouros estudos em outras bases de dados (na WoS e ou Scopus) busca ligar apreciações no rol do colégio de 'Humanidades' e da 'Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinares'.

Em virtude dos fatos abordados, afirma-se que futuras pesquisas podem direcionar esforços para a ampliação deste estudo, ao ser analisado à luz de outros indicadores (*h-index*, *immediacy index*, *impact factor*, *coauthorship networks*) e variáveis que não foram aqui abordadas, como por exemplo, temas como a concretude da satisfação do consumidor ou, ainda, a origem dos pesquisadores. Também existe a importância e a necessidade de realizar uma pesquisa como esta em bases de dados internacionais, identificando, assim,

como está o estado da arte da pesquisa (produtiva, prática e teórica) em satisfação no Brasil.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lídia

2011 A Bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 16:31 (mar. 2011) 51-70. [Consult. 9 jun. 2020]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p51>.

BARDIN, Laurence

2011 *Análise de conteúdo*. 1ª ed. São Paulo: Ed. 70, 2011.

BUEHRMANN, Franciely; WERLANG, Nathalia Berger

2017 Satisfação do consumidor: um estudo bibliométrico em uma base de dados nacional. *Revista de Ciências Sociais e Humanas*. [Em linha]. 29:3 (fev. 2017) 90-104. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociais/humanas/article/viewFile/23052/pdf>.

CAMPOS, Ana Claudia Borges; MIGUEL, Marcelo Calderari; CARVALHO, Sandra Maria Souza de

2018 Aplicação do modelo Servqual na bienal do livro da Zona da Mata: o olhar dos interagentes abrindo novas páginas para melhoria da qualidade. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 23:52 (maio 2018) 84-94. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/37289>.

CARVALHO, Sandra Maria Souza de; MIGUEL, Marcelo Calderari; CAMPOS, Ana Claudia Borges

2018 Aproveite a sua passagem e viaje pelo mundo da leitura: uma análise das Bibliotecas Transcol de Vila Velha por meio da ferramenta Servqual. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 16:3 (jun. 2018) 408-426. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40165>.

COSTA, Rosa da Penha Ferreira da; MIGUEL, Marcelo Calderari; SILVA, Luiz Carlos da

2020 Arquivos públicos na base de dados em Ciência da Informação: um diagnóstico bibliométrico na BRAPCI. *Revista ACB*. [Em linha]. 25:1, (abr. 2020) 60-81. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1639>.

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins

2016 Modelo para análise do serviço de referência virtual: uma análise quantitativa. *Em Questão*. [Em linha]. 22:2 (2016) 220-245. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11186>.

FELIX, Karlla Karollina Almeida; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro

2017 Estudo de usuário do núcleo de documentação de pessoal e informação da Universidade Federal da Paraíba. *Archeion Online*. [Em linha]. 5:1 (2017) 54-76. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14908>.

GUEDES, Vania Lisboa da Silveira

201 A Bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 6:2 (ago. 2012) 74-109. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5695>.

JESUS, Clemilda Santana dos Reis de [et al.]

2019 Galinha quando põe canta: Biblioteca quando faz divulga?: a importância do marketing na biblioteca universitária. In *Biblioteconomia e os ambientes de informação*. Org. Guilhermina de Melo Terra. [Em linha]. Ponta Grossa: Atena, 2019, p. 202-205. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/05/e-book-Biblioteconomia-e-os-Ambientes-de-Infomacao.pdf>.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane

2013 *Administração de marketing*. 14^a ed. São Paulo: Pearson, 2013.

MARCHETTI, R.; PRADO, P. H. M.

2004 Avaliação da satisfação do consumidor utilizando o método de equações estruturais: um modelo aplicado ao setor elétrico brasileiro. *Revista de Administração Contemporânea*. [Em linha]. 8:4 (2004) 9-32. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/329>.

OLIVEIRA, Antônia Eugênia de; ALENCAR, Elisvânia Rodrigues de

2016 Uma Análise sobre a gestão e a aplicação de serviços de informação em bibliotecas escolares: um estudo nas escolas públicas de Farias Brito – CE. *Folha de Rosto*. [Em linha]. 2:1 (30 jun. 2016) 5-14. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/50>.

PINHEIRO, Williams Jorge [et al.]

2016 Serviço de referência em bibliotecas universitárias: em busca da eficiência pela gestão da informação e do conhecimento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 12:2 (2016) 76-90. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7577>.

POUPART, Jean [et al.]

2012 *A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012.

ROSEMBERG, Dulcinéia Sarmiento; MIGUEL, Marcelo Calderari; CARVALHO, Sandra Maria Souza de

2018 Qualidade percebida na ótica do usuário: emprego da abordagem teórico-metodológica Servqual em um serviço de referência. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 12:2 (2018) 40-57. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101654>.

SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH Marco Aurélio

2005 *Comportamento do consumidor: conceitos e casos*. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SANTOS, Jovenilda Freitas dos; LUBISCO, Nídia Maria Lienert

2018 O Desenvolvimento do marketing e sua aproximação com os paradigmas da Ciência da Informação. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*. [Em linha]. 16:2 (2018) 380-396. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39950>.

SOLOMON, Michael Rena

2011 *O Comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo*. 9ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SPINA, Daniele Thomazelli; GIRALDI, Janaina de Moura Engracia; OLIVEIRA, Márcio Mattos Borges de

2013 A Influência das dimensões da qualidade de serviços na satisfação do cliente: um estudo em uma empresa do setor de controle de pragas. *Revista de Gestão*. [Em linha]. 20:1 (2013) 93-112. [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/10147>.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; FÜHR, Fabiane

2011 Planejamento em unidades de informação: qualidade em operações de serviços na biblioteca do Senac Florianópolis. *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*. [Em linha]. 1:1 (2011). [Consult. 7 jun. 2020]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92345>.

Rosa da Penha Ferreira da Costa | rosapenha2004@ig.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

Marcelo Calderari Miguel | marcelocalderari@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil / Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - CCJE

Resumo: Este estudo tem por objetivo descrever os critérios utilizados pelos pesquisadores brasileiros da Ciência da Informação e da Matemática, Probabilidade e Estatística para a decisão de publicação de um artigo científico. Inicialmente partiu-se de uma lista de programas de pós-graduação avaliados no quadriênio de 2013-2016, selecionou-se aleatoriamente programas de pós-graduação da área de Ciência da Informação e da área de Matemática, Probabilidade e Estatística, sendo recuperado o conjunto de informações dos pesquisadores vinculados a esses programas. Em seguida, foi enviado um questionário para os pesquisadores contendo questões relativas aos critérios levados em conta para a decisão de publicação do artigo e sobre potenciais indicadores considerados necessários para as avaliações quanto à qualidade dos periódicos. Os resultados apontaram que o Fator de Impacto foi um dos critérios mencionados pelos pesquisadores de ambas as áreas, mas não foi o mais mencionado, sendo o sistema Qualis-periódico, o Foco ou Escopo e o Tempo médio de resposta da avaliação. Sugere-se que o Fator de Impacto não é o critério prioritário entre os *itens* mencionados pelos pesquisadores de ambas as áreas científicas.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Fator de Impacto; Matemática, Probabilidade e Estatística.

Abstract: This study aims to describe the criteria used by Brazilian researchers in Information Science and Mathematics, Probability and Statistics for the decision to publish a scientific article. First, a list of postgraduate programs evaluated in the 2013-2016 was used, postgraduate programs in the field of Information Science and the field of Mathematics, Probability and Statistics were randomly selected, and the set of data retrieved was information from researchers linked to those programs. Then, a survey containing questions regarding the criteria taken into account for the decision to publish the article and about potential indicators considered necessary for the evaluations regarding the quality of the journals was sent to the researchers. The results showed that the Journal Impact Factor was one of the criteria mentioned by researchers of both fields, but it was not the most mentioned, being Qualis-periodic system, Focus or Scope and Average response time of the evaluation. It is suggested that the Journal Impact Factor is not the prior criterion among the items mentioned by researchers of both scientific areas.

Keywords: Information Science; Journal Impact Factor; Mathematics, Probability and Statistics.

1. Introdução

O Fator de Impacto (*Journal Impact Factor*) é um dos indicadores de citação ou impacto de periódico mais conhecido na comunidade científica (WALTMAN, 2016). Esse indicador foi criado por Eugene Garfield, do *Institute for Scientific Information* (ISI), com o propósito de selecionar revistas científicas da base de dados *Science Citation Index* (SCI) (GARFIELD, 1955, 1972; GARFIELD e SHER, 1963). Em termos matemáticos, é definido como o quociente entre o número de citações recebidas em um determinado ano pelo conjunto de artigos publicados nos dois anos anteriores e o número total de documentos publicados nesses dois anos anteriores. O Fator de Impacto retrata a frequência com que,

em média, um artigo nele disseminado foi citado. Pertence ao *Journal Citation Report* (JCR), que fornece ferramentas quantitativas para classificar, avaliar, categorizar e comparar periódicos científicos (CLARIVATE ANALYTICS, 2018).

Entretanto, diversas críticas e limitações têm sido apresentadas pelos pesquisadores na literatura quanto a sua metodologia de construção e utilização como medida de avaliação científica (FERNANDES-LLIMÓS, 2003; GLÄNZEL e MOED, 2002; KALTENBORN, 2004; SIMONS, 2008; SEGLEN, 1997; WALTMAN, 2016).

Apesar das limitações desse indicador, ele passou a ser utilizado de forma ampla em todas as áreas da ciência e a expressar qualidade de revistas em que os gestores da ciência o utilizam como ferramenta de tomada de decisão em questões de política científica envolvendo países, instituições, departamentos, grupos de pesquisa, pesquisadores individuais (DE BELLIS, 2009).

Nessa perspectiva, as agências de financiamento de pesquisa desenvolvem mecanismos de avaliação da produção científica dos pesquisadores e das instituições para a alocação de recursos financeiros. No processo avaliativo, o Fator de Impacto é um dos principais indicadores de avaliação da produção científica. Um exemplo é o caso da área da Medicina na Alemanha, onde o Fator de Impacto é utilizado para a alocação e distribuição dos recursos financeiros entre os departamentos ligados à área, o qual passou a ser um problema complexo, por conta da heterogeneidade das disciplinas, tais como genética molecular, cirurgia, medicina dentária, informática médica, medicina social e outras áreas (KALTENBORN; e KUHN, 2003; KALTENBORN, 2004).

As instituições educacionais e de pesquisa produzem *rankings* de classificação dos periódicos baseados no Fator de Impacto, a fim de avaliarem o desempenho individual do pesquisador, em que quanto maior o valor do Fator de Impacto dos periódicos presentes nos *rankings* de avaliação de uma instituição, maior a chance de o candidato superar os outros candidatos em uma promoção, bolsa ou financiamento de projetos. Em alguns países europeus, é uma prática constante a associação do Fator de Impacto ao mérito individual do pesquisador (BREMBS, 2018; DE BELLIS, 2009; PENNER *et al.*, 2013; VARIN *et al.*, 2016).

No Brasil, as instituições educacionais e de pesquisa, principalmente as que oferecem programas de pós-graduação, são submetidas a processos avaliativos de órgãos de acompanhamento, avaliação e reguladores da ciência, entre eles a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Um dos instrumentos utilizados nessa avaliação é o sistema Qualis/CAPES que consiste na classificação de periódicos juntamente com outros critérios de avaliação da produção científica brasileira (BARATA, 2016; CAMPOS, 2010; CAPES, 2019). Assim, a classificação dos periódicos influencia diretamente a avaliação dos pesquisadores, apoio às decisões de alocação de recursos financeiros e avaliação da produção científica das instituições, (CRESPI *et al.*, 2017; MARCHLEWSKI *et al.*, 2011; SILVA, 2010).

Considerando essa problemática que envolve o Fator de Impacto, o modelo dominante de avaliação de desempenho tornou-se endêmico, por condicionar o comportamento dos pesquisadores desde o processo de submissão de um artigo em um periódico até a avaliação individual do pesquisador (BENSMAN, 2007; DE BELLIS, 2009).

Por outro lado, os editores dos periódicos aprenderam com essa dinâmica, reconhecendo o potencial estratégico do Fator de Impacto no ambiente acadêmico e aproveitando a suposta ligação da qualidade científica em editoriais publicitários como “O Periódico X recebeu o Fator de Impacto”, “O Fator de Impacto do Periódico X aumenta em n%”, entre outras divulgações publicitárias (DE BELLIS, 2009).

Nesse contexto, este estudo tem o objetivo de descrever os critérios utilizados pelos pesquisadores na decisão de publicação de um artigo científico. Assim, como o Fator de Impacto assume um papel importante nas instituições educacionais e de pesquisa brasileira, elegeram-se duas áreas científicas – Ciência da Informação (CI) e Matemática, Probabilidade e Estatística (MAPE) – e convidaram-se os pesquisadores para participar desse estudo. Este estudo pode contribuir para compreensão da influência do Fator de Impacto nas áreas de CI e MAPE.

A escolha das duas áreas científicas decorre, especialmente, do fato de pertencerem a grandes áreas do conhecimento distintas, Ciências Exatas e Humanas, respectivamente, com epistemologias particulares de seus campos. Essas características permitem levantar a hipótese de que possam ter práticas distintas de comunicação científica. Aponta-se, ainda, o fato de a Ciência da Informação consignar o campo da bibliometria, em que se observa uma vasta literatura sobre a análise da produção e impacto científico dos diversos campos do conhecimento, possibilita pressupor que os pesquisadores brasileiros estejam familiarizados e com uma formação mais aprofundada quanto às questões aqui estudadas. Particularmente quanto à área da Matemática, a escolha decorreu pela sua consolidação em âmbito brasileiro, com publicações e pesquisadores de referência e impacto científico nacional e internacional (SILVA, 2018). Além disso, o indicador Fator de Impacto faz parte dos procedimentos de avaliação científica em ambas as áreas, porém o Fator de Impacto é incorporado nos sistemas de métricas científicas de forma diferente (CAPES, 2019).

Ademais, Hilário e Grácio (2017) apontam que essas áreas apresentam importantes indicadores e estudos realizados na ciência tradicional, permitindo possíveis comparações e contextualização da ciência brasileira com o comportamento científico internacional.

2. Metodologia

Esse estudo foi elaborado partindo de um instrumento (questionário) de Avaliação do Fator de Impacto dos periódicos científicos das áreas de Comunicação e Informação (C&I) e Matemática, Probabilidade e Estatística (MAPE) (ALMEIDA, 2019), utilizado na coleta de dados. Além disso, teve aprovação do comitê de ética, submetido à plataforma Brasil.

Na perspectiva desse estudo, optou-se por analisar as duas questões desse instrumento referente à dimensão de avaliação “Critério de decisão de publicação do artigo”, correspondente às questões 1 e 2. Na Questão 1, solicitou-se: “Aponte os critérios que você considera para a tomada de decisão da escolha de um periódico para publicar um artigo científico. Por favor, escolha 5 *itens* e ordene do 1º ao 5º, segundo uma escala de prioridade (1 – prioridade intensa e 5 – prioridade mais esporádica)”. Foram apresentadas 16 opções de escolha, a saber: Foco ou Escopo, Tempo médio de resposta da avaliação, Local de publicação, Periodicidade, Processo de Avaliação pelos Pares, Acesso aberto, Corpo editorial, Presente no Qualis-Periódico, Gratuidade, Fator de Impacto, Indexação em bases, Conhece o editor, Conhece o avaliador, Sugerido pelo orientador, Presença de

pagamento de taxa de submissão ou de processamento e Outro (Especificar). Na Questão 2, perguntou-se: “Você sugere outro(s) indicador(es) qualitativo(s) ou quantitativo(s) que poderia(m) ser incluído(s) nas avaliações relativas à qualidade dos periódicos? Qual(is)?”, constituindo-se de resposta aberta.

2.1. Delimitação da amostra e coleta de dados

Com base na lista dos programas brasileiros de pós-graduação avaliados pela CAPES, quadriênio de 2013-2016, das áreas de C&I e MAPE, foram selecionados aleatoriamente: 7 dos 13 programas avaliados da área de Ciência da Informação e 12 dos 50 programas de pós-graduação avaliados da área de MAPE (CAPES, 2017a; 2017b). Posteriormente, consultaram-se os *sites* das universidades dos programas selecionados de CI e de MAPE, com o propósito de encontrar uma lista de professores vinculados aos programas e seus endereços de *e-mail*. Na situação de *e-mails* não localizados no *site*, contatou-se a secretária do departamento do respectivo programa de pós-graduação, solicitando o endereço de *e-mail* e explicando a finalidade do estudo. Após esse procedimento, todos os *e-mails* dos pesquisadores foram localizados.

Os questionários foram enviados a todos os 370 docentes credenciados nos programas selecionados, sendo o total de 123 pesquisadores da área de CI e 247 pesquisadores da área MAPE. A taxa de retorno dos questionários se manteve baixa, em torno de 10,8% (em média, 2 questionários respondidos por instituição), uma vez que, segundo a literatura, é esperado em torno de 15% a 30% (VASCONCELLOS; GUEDES, 2007). Retornaram 40 questionários, sendo 20 deles da área da CI e 20 da área de MAPE. A coleta de dados ocorreu no período de 8 de novembro de 2018 até 8 de abril de 2019.

2.2. Caracterização da amostra

Dos 40 pesquisadores que participaram da pesquisa, 20 pesquisadores são da área da CI e 20 da de MAPE. A idade média dos pesquisadores da CI é de 52 anos e o desvio-padrão de 11,7 anos, e a dos pesquisadores da MAPE é de 48,6 anos e o desvio-padrão de 12,4 anos. Na distribuição percentual dos participantes quanto ao gênero, verificou-se que, na área da CI, 55% (11) dos participantes são do sexo feminino e 90% (18) dos participantes da MAPE são do sexo masculino.

Todos os pesquisadores, em ambas as áreas, têm o título de doutorado. O tempo de experiência acadêmica após a obtenção do título de doutor dos pesquisadores da CI é em média 12 anos e desvio-padrão de 8,5 anos e o dos pesquisadores da MAPE é em média 16,5 anos e o desvio-padrão de 10,7 anos. Os pesquisadores de ambas as áreas possuem vínculo empregatício como docentes em universidades públicas federais e estaduais e vínculo com programas de pós-graduação.

2.3. Análise dos dados

A primeira questão analisada, relativa às categorias de critérios de escolha de publicação de artigos, teve os dados apresentados na forma de gráfico. Em seguida, aplicou-se teste estatístico Qui-quadrado ou Exato de Fisher quando apropriado (CONOVER, 1998), comparando os 16 critérios de escolhas entre as áreas de CI e MAPE, a fim de verificar se existe diferença entre as distribuições de frequências das respostas dos pesquisadores da CI e MAPE. Considerou-se para esse teste, o nível de significância de 5%.

Para a segunda questão (com respostas abertas), as respostas foram agrupadas em categorias, de acordo com suas similitudes de conteúdo, apresentadas na forma de tabela. Esclarece-se que não foi aplicado teste estatístico para verificar as diferenças de respostas entre os pesquisadores da CI e MAPE em função da baixa quantidade de resposta, que pode comprometer a eficiência do teste estatístico.

3. Resultados e discussão

O resultado da primeira questão do instrumento de pesquisa analisado é referente à dimensão de avaliação “Critério de decisão de publicação do artigo”. A Tabela 1 apresenta os principais critérios adotados pelo pesquisador para decisão de publicação de suas pesquisas.

Tabela 1 – Frequência do critério de escolha do periódico para a publicação de pesquisa - CI e MAPE

Categorias das respostas	CI	% ¹	MAPE	%
	N=20		N=20	
Presente no Qualis-periódico	16	80%	11	55%
Foco ou Escopo	15	75%	13	65%
Tempo médio de resposta da avaliação	13	65%	10	50%
Acesso aberto	13	65%	-	-
Avaliação pelos pares	9	45%	5	25%
Fator de Impacto	6	30%	10	50%
Indexação em bases	6	30%	8	40%
Periodicidade	6	30%	3	15%
Corpo editorial	5	25%	9	45%
Local de publicação	2	10%	2	10%
Outro	2	10%	-	-
Gratuidade	1	5%	6	30%
Sugerido pelo orientador	1	5%	-	-
Presença de pagamento de taxa de submissão ou de processamento	1	5%	-	-
Conhece avaliador	-	-	-	-
Conhece o editor	-	-	-	-
Não respondeu	-	-	4	20%

¹As percentagens, tanto para a amostra de pesquisadores da CI, como da MAPE, foram calculadas em relação ao total de 20 pesquisadores, considerando que as categorias/critérios não eram mutuamente excludentes. *(Acesso Aberto: p valor: <0,000)

Fonte: Elaboração própria

Nota-se (Tabela 1) que entre os pesquisadores da CI os critérios de escolha mais apontados foram: Qualis-Periódicos (80%), Foco ou escopo (75%), Tempo médio de resposta da avaliação (65%), Acesso aberto (65%), Avaliação pelos pares (45%), entre outros *itens* descritos no gráfico. Os pesquisadores da MAPE destacaram, principalmente, os critérios: Foco ou escopo (65%), Qualis-Periódicos (55%), Tempo médio de resposta da avaliação (50%), Fator de Impacto (50%), Corpo editorial (45%).

Destaca-se o fato de o critério Qualis-periódico ter sido escolhido pela maioria dos pesquisadores tanto da CI como da MAPE. Este fato pode indicar a constante preocupação com a produtividade acadêmica. O Qualis-periódico estimula os pesquisadores a publicarem seus trabalhos em periódicos dos estratos superiores em busca da valorização da carreira profissional e a exposição de seus trabalhos, posto que a publicação de trabalho em um dos estratos superiores de avaliação Qualis pode impulsionar a carreira, o reconhecimento do pesquisador e de sua atividade científica. Ainda, é necessário lidar com exigências que incidem do rigor teórico e metodológico do trabalho requeridos pelos periódicos científicos desses estratos (FERREIRA e FALASTER, 2016; FERREIRA, 2015).

Os critérios Foco ou escopo e Tempo médio de resposta da avaliação estão entre os mais apontados pelos pesquisadores da CI e MAPE para a escolha do periódico para a publicação da pesquisa. Esses critérios podem apontar que os pesquisadores levam em consideração as diretrizes do escopo do periódico e o tempo de resposta da avaliação, considerando que todos os respondentes estão vinculados a programas de pós-graduação brasileiros, que são regulamentados pelo sistema nacional de avaliação, o qual considera de forma muito significativa o volume de produção bibliográfica da pós-graduação na atribuição de notas aos programas, demandando que os pesquisadores busquem periódicos com sistemas céleres de avaliação e revisão de artigos. Ademais, Oliveira (2005) afirma que o não atendimento desses critérios por um periódico prejudica a avaliação do seu padrão de qualidade e traz como consequência a pouca aceitabilidade dos títulos na comunidade científica.

Além disso, destaca-se o critério Acesso aberto, mencionado pela maioria dos pesquisadores da CI e por nenhum dos pesquisadores da MAPE. Salienta-se que os resultados dos testes estatísticos mostraram uma diferença estatisticamente significativa entre os pesquisadores destas duas áreas apenas em relação a este critério de escolha – Acesso aberto –, sugerindo que a escolha de publicar um artigo em periódicos de acesso aberto é muito importante para a área de CI, mas não para a MAPE.

Um dos critérios de avaliação dos programas de pós-graduação adotado, em especial da CI, é a indexação dos periódicos em grandes bases de dados, reconhecidas mundialmente, como é o caso da *Web of Science* (WoS) e Scopus (BARATA, 2016). Neste sentido, esforços têm sido feitos para a indexação dos periódicos brasileiros na base de dados SciELO, uma coleção de periódicos de acesso aberto publicados na Internet, com a finalidade de promover a visibilidade e o acesso às publicações científicas da América Latina e do Caribe (FUNDAÇÃO, 2016; MENEGHINI, 2003).

Salienta-se que os critérios “indexação em bases” e “Fator de Impacto” tiveram mais menções entre os pesquisadores da MAPE. Sugere-se que o indicador Fator de Impacto é mais relevante para os pesquisadores da MAPE em comparação com os pesquisadores da CI. Este fato pode estar ligado ao critério de avaliação dos programas de pós-graduação da

MAPE que utiliza diretamente o indicador Fator de Impacto na qualificação dos periódicos, entre outras métricas quantitativas (BARATA, 2016; CAPES, 2017b).

É significativo observar que em ambas as áreas, conhecer o editor ou o(s) membro(s) avaliador(es) da comissão editorial não foi considerado um critério significativo para a seleção de um periódico para a publicação da pesquisa.

As respostas à segunda questão, sintetizadas e categorizadas na Tabela 2, apontam a possibilidade de indicadores, qualitativos ou quantitativos, de avaliação da qualidade dos periódicos, emergidos a partir do entendimento e sugestão dos próprios pesquisadores. Destaca-se que 35% (7) dos pesquisadores da CI e 40% (8) dos pesquisadores da MAPE não responderam a essa questão. Entre os pesquisadores que responderam essa questão, 20% de ambas as áreas sugeriram indicadores do sistema Qualis/CAPES, corpo editorial, indexação do periódico e de visibilidade. Ainda em igual indicação, cerca de 10% dos pesquisadores de ambas as áreas sugeriram a combinação de indicadores, sejam eles qualitativos ou quantitativos.

Tabela 2 – Indicadores qualitativos ou quantitativos sugeridos pelos pesquisadores - CI e MAPE

Categorias das respostas	CI N=20	%	MAPE N=20	%
1 - Indicadores do Qualis/CAPES, corpo editorial, indexação do periódico, visibilidade	4	20%	4	20%
2 - Indicadores qualitativos que garanta a leitura do artigo e os aspectos da área	3	15%	2	10%
3 - Indicadores de Altmtria, Webometria, divulgação em redes sociais	3	15%	-	-
4 - Combinação de indicadores	2	10%	2	10%
5 - Indicadores dos integrantes da área que seleciona os periódicos e revisão por pares	1	5%	1	5%
6 - Indicadores Scimago, FI médio das áreas, FI relacionado com outras variáveis	-	-	2	10%
7 - Indicadores que viabilizem as revistas nacionais	-	-	1	5%
Não respondeu	7	35%	8	40%
Total	20	100%	20	100%

Fonte: Elaboração própria

Destaca-se que 15% dos pesquisadores da CI sugeriram indicadores da altmetria, da webometria, divulgação em redes sociais, enquanto que nenhum pesquisador da MAPE sugeriu esses indicadores. Esses indicadores são de avaliação da produção científica dentro e fora da academia, usados para medir o impacto das informações disponibilizadas nas mais recentes e utilizadas fontes de dados, plataformas e ferramentas *online*, conhecidos como indicadores alternativos (*altmetrics indicators*) (VANTI e SANZ-CASADO, 2016). Possivelmente esses indicadores foram mencionados pelos pesquisadores da CI por estarem mais presentes nas discussões da sua área, apesar de ainda não fazerem parte dos processos avaliativos dos programas de pós-graduação (CAPES, 2017b).

Ainda, 10% dos pesquisadores da MAPE sugeriram indicadores do Scimago, Fator de Impacto médio das áreas, Fator de Impacto relacionado com outras variáveis relevantes de cada área, enquanto que nenhum pesquisador da CI sugeriu esses indicadores. Esses indicadores estão presentes como um dos critérios do processo avaliativo dos programas de pós-graduação (CAPES, 2017b).

4. Conclusão

Este estudo descreveu os critérios utilizados por pesquisadores brasileiros vinculados a programas de pós-graduação das áreas da CI e MAPE de universidades públicas estaduais e federais do país, de acordo com uma lista de critérios, levados em consideração na tomada de decisão da escolha de um periódico para publicar um artigo científico. O Fator de Impacto foi um dos critérios mencionados pelos pesquisadores de ambas as áreas, mas não foi o mais mencionado. Os pesquisadores levam em conta principalmente a valoração do periódico presente no sistema Qualis-periódico, o Foco ou escopo e o Tempo médio de resposta da avaliação na tomada de decisão de onde publicar suas pesquisas. Sugere-se, assim, que o Fator de Impacto não é o prioritário entre os critérios mencionados pelos pesquisadores.

Dentre os critérios apresentados, o Acesso Aberto foi aquele que resultou em diferença estatística significativa entre as respostas dos pesquisadores das áreas da CI e MAPE, sugerindo que a escolha de publicar um artigo em periódicos de acesso aberto é relevante para os pesquisadores da CI, visto que é um requisito presente nos critérios de classificação dos estratos do Qualis-Periódicos que enfatiza indexação de periódicos em base de dados de acesso aberto, como é o caso da SciELO.

Os pesquisadores da CI e MAPE ressaltaram a importância da inclusão de indicadores qualitativos que garantam a leitura do artigo por parte dos avaliadores dos periódicos e outros aspectos de cada uma das áreas envolvidas na avaliação.

Os pesquisadores da CI sugeriram a utilização de indicadores de altmetria, webometria e de divulgação em redes sociais nos processos de avaliação da produção científica. Todavia, indicadores altmétricos não foram mencionados pelos pesquisadores da MAPE. Isso pode evidenciar que os pesquisadores da CI tendem a estar mais atualizados quanto aos canais e mecanismos de avaliação do impacto científico da ciência contemporânea.

Para investigações futuras pretende-se incluir no instrumento de pesquisa, especificamente na dimensão de avaliação “Critério de decisão de publicação do artigo”, uma questão aberta para o participante apontar os motivos ou razões de escolha dos critérios de publicação, a fim de identificar as prioridades consideradas pelos pesquisadores.

Aconselha-se que este estudo seja replicado em outras áreas científicas, dadas as diferenças de critérios de avaliação e a importância do Fator de Impacto para distintas áreas científicas. Visto que se faz necessário ampliar o estudo considerando os outros estratos do sistema Qualis-Periódicos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, C. C.

2019 *Fator de impacto e avaliação da produção científica: compreensão na perspectiva das áreas de Ciência da Informação e Matemática, Probabilidade e Estatística*. Marília, 2019.

Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília-SP, Brasil.

BARATA, R. C. B.

2016 Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *RBPG: revista brasileira de pós-graduação*. [Em linha]. 13:30 (jan./abr. 2016) 13-40. [Consult. 20 nov. 2019]. Disponível em: ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/download/947/pdf.

BENSMAN, S. J.

2017 Garfield and the impact factor. *Annual Review of Information Science and Technology*. [Em linha]. 41:1 (2007) 93-155. [Consult. 12 dez. 2019]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.2007.1440410110/pdf>.

BREMBS, B.

2018 Prestigious science journals struggle to reach even average reliability. *Frontiers Human Neuroscience*. 12 (2018) 37. Doi: 10.3389/fnhum.2018.00037.

CAMPOS, J. N. B.

2010 Qualis periódicos: conceitos e praticas nas Engenharias I. *RBPG : revista brasileira de pós-graduação*. [Em linha]. 7:14 (dez. 2010) 477-503. [Consult. 22 mar. 2018]. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/14/11>.

CAPES

2019 *CAPES*. [Em linha]. 2019. [Consult. 2 abrr. 2019]. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>.

CAPES

2017a. *Documento de área Ciência Matemática, Probabilidade e Estatística*. [Em linha]. 2017. [Consult. 12 dez. 2017]. Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/01_MAPE_docarea_2016.pdf.

CAPES

2017b. *Documento de área Ciências Sociais Aplicadas I*. [Em linha]. 2017. [Consult. 12 dez. 2017]. Disponível em: https://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/31_CSA_I_docarea_2016.pdf.

CLARIVATE ANALYTICS

2018 *The Clarivate Analytics Impact Factor*. [Em linha]. 2018. [Consult. 5 jan. 2018]. Disponível em: <https://clarivate.com/essays/impact-factor/>.

CONOVER, W. J.

1998 *Practical nonparametric statistics*. New York: John Wiley & Sons, 1998.

CRESPI, T. B. [et al.]

2019 Novo Qualis: impacto na avaliação da produção intelectual dos pesquisadores em Administração. *Revista de Ciências da Administração*. 19:47 (2019) 131-147.

CROSS, J.

2009 Impact factors: the basics. In *The e-resources management handbook*. [United kingdom]: [s. n.]. 2009, cap. 18, p. 1-12.
Doi: 10.1629/9552448-0-3.17.

DE BELLIS, N.

2009 *Bibliometrics and citation analysis: from the Science Citation Index 2009 to Cybermetrics*. Lanham [etc.]: The Scarecrow Press, 2009.

FERREIRA, M.

2015 Periódicos e rankings de periódicos em administração. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*. 9:2 (2015) 1-16.
Doi:10.12712/rpca.v9i2.502.

FERREIRA, M.; FALASTER, C.

2016 Uma Análise comparativa dos fatores de rejeição nos periódicos de diferentes estratos de administração. *Revista de Administração Contemporânea*. 20:4 (2016) 1-22.
Doi: 10.1590/1982-7849rac2016140144.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2016 *Indicadores de ciência; tecnologia e inovação em São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 2016.

GARFIELD, E.

1972 Citation analysis as a tool in journal evaluation. *Science*. [Em linha]. 17 (1972) 471-479. [Consult. 11 nov. 2017]. Disponível em:
<http://www.garfield.library.upenn.edu/essays/V1p527y1962-73.pdf>.

GARFIELD, E.

1955 Citation indexes for science: a new dimension in documentation through association of ideas. *Science*. [Em linha]. 122:3.159 (1955) 108-111. [Consult. 10 dez. 2017]. Disponível em: <http://garfield.library.upenn.edu/papers/science1955.pdf>.

GARFIELD, E.; SHER, I. H.

1963 New factors in the evaluation of scientific literature through citation indexing. *American Documentation*. [Em linha]. 4:3 (1963) 195-201. [Consult. 11 nov. 2017]. Disponível em: <http://garfield.library.upenn.edu/essays/v6p492y1983.pdf>.

GLÄNZEL, W.; MOED, F. H.

2002 Journal impact measures in bibliometric research. *Scientometrics*. 53:2 (2002) 171-193. doi: 10.1023/A:1014848323806.

FERNANDÉZ-LLIMÓS, F. S.

2003 *Análisis de la cobertura del concepto de Pharmaceutical Care en fuentes primarias y secundarias de información*. Granada, 2003.
Tese de doutoramento - Universidad de Granada, Departamento de Farmacia y Tecnología Farmacéutica.

HILÁRIO, C. M.; GRÁCIO, M. C. C.

2017 Scientific collaboration in Brazilian researches: a comparative study in the information science, mathematics and dentistry fields. *Scientometrics*. 113:2 (2017) 929-950.

KALTENBORN, F. K.

2004 *Validity and fairness of the impact factor*. [Germany]: Birkhäuser, 2004.

KALTENBORN, F. K.; KUHN, K.

2003 Der Impact-Faktor als Parameter zur Evaluation von Forscherinnen/Forschern und Forschung. *Med Klin*. 98:3 (2003) 153-169.
Doi: 10.1007/s00063-003-1240-6.

MARCHLEWSKI, C.; SILVA, M. P.; SORIANO, B. J.

2011 A Influência do sistema de avaliação Qualis na produção do conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física. *Motriz*. 17:1 (jan./mar. 2011).
Doi: 10.5016/1980-6574.2011v17n1p94.

MENEGHINI, R.

2003 O Projeto Scielo (ScientificElectronic Library onLine) e a visibilidade da literatura científica "Periférica". *Química Nova*. [Em linha]. 26:2 (2003). [Consult. 13 mar. 2018]. Disponível em:
http://quimicanova.sbq.org.br/Imagebank/pdf/Vol2602_155_001-editorial.pdf.

OLIVEIRA, E. B.

2005 Produção científica nacional na área de geociências: análise de critérios de editoração, difusão e indexação em bases de dados. *Ciência da Informação*. 34:2 (maio/ago. 2005) 34-42.

PENNER, O. [et al.]

2013 On the predictability of future impact in science. *Scientific Reports*. 3:3.052 (2013).
Doi: 10.1038/srep03052.

SEGLÉN, P. O.

1997 Citations and journal impact factors: questionable indicators of research quality. *Allergy*. 11:52 (1997) 1.050-1.056.
Doi: 10.1111/j.1398-9995.1997.tb00175.x.

SILVA, D. D.

2018 *Medida de dispersão para o índice h: proposta de um indicador do tipo h de Hirsch*. 2018.
Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências.

SILVA, R. M.

2010 Qualis 2011-2023 : os três erros. *Clinics*. 65:10 (jan. 2010).
Doi: 10.1590/S1807-59322010001000001.

SIMONS, K.

2008 The Misused Impact Factor. *Science*. 322:5.899 (2008) 165.
Doi: 10.1126/science.1165316.

VANTI, N.; SANZ-CASADO, E.

2016 Altmetria: a métrica social a serviço de uma ciência mais democrática. *TransInformação*. 28:3 (set./dez. 2016) 349-358.
Doi: org/10.1590/2318-08892016000300009.

VASCONCELLOS, L.; GUEDES, A. F. L.

2007 Surveys: vantagens e limitações dos questionários eletrônicos via Internet no contexto da pesquisa científica. In SEMEAD, 10^o, FEA-USP, 2007. [Em linha]. [Consult. 3 abr. 2019]. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000161&pid=S1415-790X201200040000300023&lng=pt.

VARIN, C.; CATTELAN, M.; FIRTH, D.

2016 Statistical modelling of citation exchange between statistics journals. *Journal Royal Statistical Society*. [Em linha]. 179:part 1 (2016) 1-63. [Consult. 25 abr. 2018]. Disponível em: <https://rss.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/rssa.12124>.

WALTMAN, L.

2016 A Review of the literature on citation impact indicators. *Journal of Informetrics*. 10:2 (2016) 365-391.
Doi: 10.1016/j.joi.2016.02.007.

Cátia Candida de Almeida | caticandida@gmail.com

UniSALESIANO - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Araçatuba-SP, Brasil

Maria Cláudia Cabrini Grácio | cabrini.gracio@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

ATIVIDADES DE FÃS E *FANDOMS* NA BIBLIOTECA ESCOLAR: mediações alinhadas aos programas e atividades das diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar

MODEL FOR FANS' AND FANDOMS' ACTIVITIES IN SCHOOL LIBRARIES: mediations aligned with the IFLA school library guidelines' programs and activities

Everton da Silva Camillo | Bruna Daniele de Oliveira Silva

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag13a13>

Resumo: O problema da pesquisa consiste na seguinte pergunta: como estruturar uma atividade de mediação da informação para se trabalhar com atividades de fãs e *fandoms* em bibliotecas escolares? Objetivou-se, assim, apresentar um modelo para a realização de atividades de fãs e *fandoms* em bibliotecas escolares. Para tanto, uma pesquisa exploratória, qualitativa-quantitativa e documental foi delineada. O método de pesquisa Análise de Conteúdo foi utilizado. Deste, recorreu-se a sua técnica de análise temática do conteúdo. Obteve-se como resultado um modelo para a realização de atividades de fãs e *fandoms* (atividade de recepção, atividade de crítica e interpretação, atividade ativista, atividade de produção cultural e atividade social) em bibliotecas escolares que foca a participação profissional multidisciplinar (bibliotecários, professores e demais profissionais da escola). Conclui que as atividades de fãs e *fandoms* podem ser encaradas como uma forma de comunicação mais estimulante com os estudantes. E nesse sentido foi proposto o Modelo. No entanto, para colocá-lo em prática é necessário que bibliotecários dominem habilidades engenhosas e inovadoras de mediação da informação. O reconhecimento da importância dessa ação por profissionais representa um passo significativo à geração de educação, cultura e conhecimento transformadores nos usuários da informação na ambiência escolar.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; Cultura de convergência; Fã; *Fandom*; Mediação da informação.

Abstract: The research problem consists on the following question: how to structure an information mediation activity to work with fan and fandoms activities in school libraries? This study aimed to present a model to perform fans' and fandoms' activities in school libraries. The study had exploratory, qualitative-quantitative and documentary approaches. Content Analysis method was used by applying its thematic content analysis technique. As a result, a model was obtained to perform fans' and fandoms' activities in school libraries that focuses on multidisciplinary professional participation (librarians, teachers and other school professionals), reception, criticism, interpretation, activist, cultural production and social activities. It concludes that fan activities can be considered more stimulating for establishing communication with students. However, to put the model into practice it is necessary that librarians get creative/theatrical skills of information mediation. The recognition of the importance of this action by professionals represents a significant step towards the generation of education, culture and knowledge in the information users in the school environment.

Keywords: School library; Convergence culture; Fan; Fandom; Information mediation.

1. Introdução

Órgãos internacionais como a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) evidenciam o caráter fundamental das bibliotecas escolares à comunidade escolar e à sociedade ao publicarem manifestos e diretrizes que as defendam. Eles são documentos muitas das vezes internacionais que visam legitimar a importância e o aspecto fundamental das bibliotecas escolares à Escola e à sociedade. Entretanto, a esta

investigação importou destacar unicamente o documento *Diretrizes da IFLA para a Biblioteca Escolar*. Ele foi publicado pela IFLA em segunda edição em 2016 como uma atualização das Diretrizes publicadas por primeira vez em 2002.

Em sua versão mais atual, as Diretrizes elencam segmentadamente em seu índice: **(1)** a missão e a finalidade da biblioteca escolar; **(2)** o enquadramento financeiro e legal da biblioteca escolar; **(3)** os recursos humanos para a biblioteca escolar; **(4)** os recursos físicos e digitais da biblioteca escolar; **(5)** os programas e atividades da biblioteca escolar; e **(6)** a avaliação da biblioteca escolar e relações públicas. Esta pesquisa foca, mais pontualmente, o segmento ‘programas e atividades da biblioteca escolar’.

Para as Diretrizes, tratar dos programas e atividades da biblioteca escolar consiste no “cumprimento da sua missão educativa”. Ela deve ofertar programas fundamentados com atividades e serviços à comunidade escolar. Havê-los requer que também haja a mediação da informação, que é condição basilar nesses espaços. São os profissionais da Biblioteconomia que a desempenham no âmbito das bibliotecas escolares, junto aos demais profissionais da comunidade escolar.

Sem um bibliotecário escolar qualificado que selecione recursos educativos adequados e colabore com os professores para planejar a aprendizagem com base nesses recursos, as melhorias no desempenho dos alunos [...] não são atingíveis (INTERNATIONAL..., 2015:46).

Na Ciência da Informação (CI), a mediação da informação é toda ação de interferência realizada pelo profissional da informação na ambiência de unidades de informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). Quando o bibliotecário medeia a informação tenta-se, na verdade, e por meio de um processo de interferência, sanar as necessidades de informação do usuário da informação, que são parciais e momentâneas.

Inúmeros são os exemplos de como se medeia a informação em unidades de informação. Algumas das atividades de mediação, chamadas de ações culturais, são: a contação de histórias, a roda de leitura, o bate-papo com escritores, as visitas monitoradas, as oficinas de criação literária, dentre outras.

No entanto, outros modos de se mediar a informação têm merecido a devida atenção. Se tem visto na contemporaneidade novas tendências ao público jovem, em que ele se envolve com cânones e com produções e atividades que constituem universos paralelos aos de obras literárias. Assim, os fãs constituem um novo universo de ação onde agir sob uma nova ótica, sob uma forma inovativa de se mediar a informação e que estimula o trabalho criativo e em grupo. Segundo a acepção da IFLA,

A biblioteca escolar deve proporcionar um ambiente estético e estimulante, disponibilizando uma variedade de materiais impressos e digitais e oferecendo oportunidades para uma ampla gama de atividades que vão da leitura silenciosa às discussões em grupo e ao trabalho criativo (INTERNATIONAL..., 2015:47).

O universo dos fãs e *fandoms*, contextualizado por Jenkins (2015) em sua obra intitulada *Invasores do Texto*, se constitui de muita criatividade. Em suma, os fãs de cânones obedecem a uma evolução circunscrita no tempo. Eles, hoje, não mais carregam consigo o peso das atribuições pejorativas da sua devoção a um cânone, como foi no passado.

Atualmente, os fãs “costuram” a cultura colaborativa e de participação, demonstrando seus compromissos com as atividades de produção crítica, social, ativista e cultural.

À investigação que se delinea, parte-se do pressuposto de que o trabalho com o universo dos fãs e *fandoms* constitui uma tendência inovativa para a mediação da informação em bibliotecas escolares sob o aspecto do trabalho em grupo e da criatividade como insumos. Mesmo que a contação de histórias, a roda de leitura, o bate-papo com escritores, as visitas monitoradas e as oficinas de criação literária sejam atividades de mediação fundamentais, e, por assim dizer, recorrentes em bibliotecas escolares, um novo olhar sobre como mediar a informação, de modo mais dinâmico, adentra o bojo da atuação de bibliotecários escolares.

Isso posto, o problema da pesquisa consiste na seguinte pergunta: como estruturar uma atividade de mediação da informação para se trabalhar com atividades de fãs e *fandoms* em bibliotecas escolares? Dessa forma, objetivou-se apresentar um modelo para a realização de atividades de fãs e *fandoms* em bibliotecas escolares.

Para tanto importou, teoricamente, discorrer sobre o conceito de mediação da informação na CI e conhecer as atividades de fãs realizáveis no interior dos *fandoms*. Depois, algumas ações específicas de pesquisa foram delimitadas, como elaborar um sistema de categorias à luz da literatura de Henry Jenkins e categorizar o conteúdo da seção ‘programas e atividades da biblioteca escolar’ das *Diretrizes da IFLA para a Biblioteca Escolar*.

O método de pesquisa Análise de Conteúdo (AC) foi utilizado para a realização do estudo. Especificamente, recorreu-se a sua técnica de análise temática do conteúdo. E a pesquisa foi considerada exploratória, qualitativa e documental em virtude do objetivo proposto.

2. O que significa mediar a informação?

O antropólogo e filósofo colombiano Jesús Martín-Barbero apresentou em sua obra *De los médios a las mediaciones*, em 1987, o termo mediação. À época, o que ficou explicitado acerca de tal conceito foi a aderência da ação de mediar a atividades de produção e recepção da informação, o que possibilitou a ruptura da concepção hegemônica de mediação veiculada pela Teoria da Informação, que tem base na matemática (BASTOS, 2012). Por outro lado, a natureza culturalista do termo mediação o entende como conceito vinculado ao envolvimento de produtores, produtos, receptores e deslocamentos de significados entre polos distintos, que é uma noção rebatida por Davallon (2007).

Davallon (2007) considera que a noção de mediação não tem relação com o movimento de um elemento que vai de um polo a outro. Se isso fosse possível, a mediação poderia compreender várias intersecções, como aquela, por exemplo, entre a política, a cultura e a comunicação, e geraria diferentes formas de apropriação, recodificação e ressignificação na produção e recepção dos produtos comunicacionais. Assim, foi por haver esse entendimento que Bastos (2012) afirmou que “[...] as mediações [...] não incluem nem dependem de um conceito de media ou de comunicação, pois seu objeto é a circulação social dos signos da cultura” (BASTOS, 2012:65).

Quanto ao conceito de mediação na perspectiva germânica, seu modo de ser compreendido alinha-se à abstração. Nessa visão, a mediação é compreendida como “[...] uma perspectiva

heurística que não depende dos objetos mediais” (BASTOS, 2012:65). Depois, Signates (1998) considerou que o conceito de mediação cruza com duas vertentes amparadas na filosofia: uma idealista, de origem cristã, e outra embasada no hegelianismo.

A de origem cristã liga-se ao pensamento teológico e propõe que um processo de mediação poderia ser representado pela imagem de Cristo, por este ser bíblicamente considerado uma personagem que faz a intermediação entre Deus e as pessoas no mundo. Outra situação semelhante é a mediação exercida por figuras santas, que intermedeiam os pecadores no mundo e Deus nos Céus.

De outro lado, a visão hegeliana explicita os vínculos dialéticos desse processo. Para Hegel, um novo pensamento lançado ao mundo será imediatamente contestado por outro rapidamente. Dessa relação surgirá, então, um terceiro pensamento, que trará para si o melhor dos dois primeiros, e assim uma síntese será costurada. Essa síntese, como entendia Hegel, é parte de um processo, que ficou conhecido como evolução dialética.

Frente aos distintos contextos em que o termo mediação é trabalhado, nota-se a ausência de um consenso acadêmico no uso dessa noção. Para a área da CI, Almeida Júnior (2009) percebeu que a mediação da informação carregou consigo a herança de uma não-definição por décadas, e por isso propôs que mediar a informação é

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015:25).

Tendo em vista essa afirmação, supor que a mediação da informação ocorre apenas em momentos em que o profissional da informação fica cara-a-cara com o usuário da informação é errôneo. Na verdade, a mediação da informação também ocorre em cada um dos setores de uma unidade de informação, onde o trabalho técnico com recursos de informação fica mais evidente. A esse tipo de mediação denomina-se mediação implícita da informação (SANTOS NETO, 2014; SANTOS NETO e ALMEIDA JÚNIOR, 2014). Trata-se de uma forma indireta e inconsciente de mediar a informação.

A mediação implícita acomete toda a cadeia de tratamento técnico da informação, como o desenvolvimento de coleções, o registro dos documentos e os processos de catalogação, classificação e indexação. Ao final, as ressonâncias desse tipo de mediação desembocam nos produtos de informação, como as bases de dados, os catálogos, índices, listas de cabeçalhos, registros de circulação de empréstimos etc. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; SANTOS NETO, 2014; SANTOS NETO e ALMEIDA JÚNIOR, 2014; SANTOS NETO e ALMEIDA JÚNIOR, 2017; TONELLO, LUNARDELLI e ALMEIDA JÚNIOR, 2012).

Santos Neto e Almeida Júnior (2017) ainda consideram que

A mediação da informação, à luz do paradigma pós-custodial, suscita uma nova postura dos bibliotecários que se afasta de uma mera execução de tarefas técnicas e repetitivas, porque a toma a CI no sentido social e intersubjetivo, na medida em que os fenômenos da informação e tecnologia evoluem. Assim pode-se ter uma mediação efetiva e transformadora que é, ao mesmo tempo,

pautada nos princípios básicos da Biblioteconomia e CI (SANTOS NETO e ALMEIDA JÚNIOR, 2017:256).

Dessa forma, a mediação da informação não se alia às atividades de custódia de acervos e documentos. O processo de mediar a informação é inteiramente movente, quer dizer, é uma ação em paralelo às evoluções do próprio campo num período de tempo. Quanto mais a CI avança com estudos que dizem respeito aos fenômenos da informação, amparados também num arcabouço de evolução tecnológica, tão mais ascendente será a curva que denota a complexidade de mediar a informação em unidades de informação.

O conceito de mediação da informação deve estar alinhado à *práxis* dos profissionais no cotidiano em unidades de informação. Isso incidirá, acredita-se, na viabilização daquilo que Santos Neto e Almeida Júnior (2017) anunciam como a mediação efetiva e transformadora da informação. A mediação da informação em conexão com o universo dos fãs e *fandoms* se enquadra nessa perspectiva transformadora, pois mobiliza a comunidade escolar, sobretudo os estudantes, a desenvolverem atividades de produção crítica, social, ativista e cultural no âmbito da cultura participativa.

3. Atividades de fãs e fandoms e suas relações com os cânones

Os dias atuais representam a melhor época para ser um fã. Se antes integrar uma comunidade de fãs exprimia exclusão social e deboche, hoje significa contar com nichos de mercados dedicados inteiramente ao seu objeto de fixação, ou cânone, e ter grandes eventos e produções do *mainstream* desenvolvidos especialmente para esse grupo de indivíduos. Contudo, para o trilhar dessa seção, é importante diferenciar o conceito de fã do de audiência.

O que difere os fãs dos demais consumidores, ou da audiência, é a maneira como ele consome o cânone. A audiência pode consumir um produto cultural assiduamente e ainda assim não criar nenhum vínculo com ele. Isso quer dizer que a audiência não se envolve emocionalmente com um cânone a tal ponto de reproduzi-lo em narrativas paralelas à obra original, diferentemente dos fãs. Estes, por outro lado, têm uma conexão a nível emocional com o cânone. Eles têm que consumir o cânone para além da obra ou produto original, seja produzindo derivados, consumindo a produção de outros fãs ou apenas buscando outros elementos que complementam a existência do cânone. Um exemplo disso são as narrativas transmídias (HILLS, 2015).

O *fandom* é o coletivo de fãs. Resumidamente, entende-se que os *fandoms* são a união de pessoas em comunidades físicas ou digitais, ligadas pelo interesse comum em produtos midiáticos e/ou obras narrativas. Em virtude da projeção virtual e analógica dos *fandoms*, a produção, a divulgação, a colaboração e o compartilhamento de produtos e serviços entre os fãs são latentes hoje em dia.

Como esta pesquisa tem foco nas atividades dos fãs, são apresentados os cinco tipos de atividades de fãs, segundo Jenkins (2015):

- **Atividade de recepção:** envolve a criação de significado. Os fãs consomem os textos contidos nos programas de forma singular. Eles estudam o cânone, desenvolvem um senso crítico que, ainda que amador, os fazem grandes

conhecedores do produto original. Segundo Jenkins (2015), “[...] criar significado envolve compartilhar, enunciar e debater significados. Para o fã, assistir ao seriado é o princípio, não o fim, do processo de consumo midiático” (p. 280). Assim, fica evidente a necessidade de uma organização em comunidade e que ela seja participativa e produtiva para sanar as necessidades dos fãs de extrapolar as fronteiras do cânone.

- **Atividades de crítica e interpretação:** ser fã significa dedicação e estudo ao cânone. O fã consome o cânone repetidas vezes, de forma a desenvolver certa expertise em relação ao enredo e aos personagens. Os fãs cobram os produtores sobre a consistência na continuidade do cânone. Dessa expertise também deriva o metatexto, que, segundo Jenkins (2015), “[...] é um empreendimento colaborativo; sua construção apaga a distinção entre leitor e escritor, abrindo o programa à apropriação de sua audiência” (p. 280). Portanto, o *fandom* cria metatextos em vários formatos que vão de desenhos a filmes amadores.
- **Atividade ativista:** não raramente os fãs entram em conflito com produtores e autores que tentam impedi-los de usar o cânone em suas produções. Em seu livro *Cultura da Convergência*, Jenkins narra o embate entre os fãs de Harry Potter, que produziam um jornal periódico baseado no universo bruxo, e a Warner Bros, que detém os direitos de filmagem do cânone, do qual os fãs saíram vitoriosos.
- **Atividade de produção cultural:** a produção dos fãs envolve os mais diversos produtos: *fanzines*, *fanfilms*, *fanfictions*, *fanfilk*, *fanvideo*, entre outros. Para Jenkins (2015), “[...] o *fandom* gera seus próprios gêneros e desenvolve instituições alternativas de produção, distribuição, exibição e consumo [...]”, de forma a priorizar o acesso em detrimento do lucro. Para o *fandom*, qualquer membro é um produtor de conteúdo em potencial e a comunidade é o lugar ideal para testar, ampliar e desenvolver suas habilidades.
- **Atividade social:** uma característica marcante do *fandom* é o cooperativismo. A comunidade se sustenta através do trabalho colaborativo. Como o *fandom* é um espaço paralelo à realidade e imersão no universo do cânone, é necessário o envolvimento dos fãs de forma a sustentar essa imersão. Qualquer comportamento que destoar do colaborativo não é bem visto pela comunidade.

As atividades de fãs se fundamentam na cultura participativa. Ela é o aspecto mais importante para a manutenção e perpetuação do universo colaborativo dos fãs, pois permite a sociabilidade entre os indivíduos que se organizam e reivindicam sua liberdade de produção e expressão culturais junto aos produtores (SILVA, SABBAG e GALDINO, 2017). As comunidades de fãs se fortalecem tendo o compartilhamento como grande paradigma, seja ele de materiais, competências, habilidades ou opiniões. Assim, a produção participativa estreita laços e cria identidades que moldam a imagem do *fandom* e contribui para sua perenização.

Isso posto, o *fandom* é, portanto, um local onde seus membros podem sair da rotina dos seus mundos e representar personagens ao encenar um mundo utópico e paralelo. Os fãs aproveitam a coletividade do *fandom* para contestar e propor novas formas de consumo dos produtos culturais. Como inferiu Jenkins, o universo paralelo dos fãs “[...] serve de espaço no qual os fãs podem articular seus interesses específicos quanto à sexualidade, ao gênero, racismo, colonialismo, militarismo e à conformidade forçada” (2015:285). Assim, os fãs, nos *fandoms*, organizam-se ao redor de um princípio democrático de produção e de liberdade das diferenças. E tópicos considerados tabu na cultura popular ganham espaço e importância à ampla discussão.

4. Metodologia e tratamento dos dados

O pouco conhecimento acumulado de uma área de pesquisa possibilita que novas lacunas sejam identificadas. Gil entende que as pesquisas exploratórias “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (2002:41). Como o problema da pesquisa consiste em apresentar um modelo para atividades de fãs e *fandoms* em bibliotecas escolares, a pesquisa foi considerada exploratória.

As pesquisas qualitativas alinham-se a objetivos que visam a compreensão de fenômenos e de significados. Essa é uma abordagem de pesquisa que se preocupa cabalmente com os atributos qualitativos da investigação. Por outro lado, as pesquisas quantitativas têm interesse na produção de medidas quantificáveis sobre as características e os comportamentos. Nessa abordagem de investigação o pesquisador lança mão de recursos matemáticos e estatísticos para conferir respostas à pergunta inicial da pesquisa. Como o estudo consiste em compreender os significados para que seja proposta uma ferramenta de ação em bibliotecas escolares, aspectos qualitativos e quantitativos foram considerados na investigação. Desse modo, a natureza da pesquisa é, por assim dizer, qualitativa-quantitativa (RICHARDSON, 2012).

Depois, esta pesquisa é do tipo documental. Gil (1999) entende que esse tipo de estudo tem as fontes primárias de informação como o corpus da pesquisa, que é o conjunto de documentos analisáveis. Analisou-se, assim, a seção ‘programas e atividades da Biblioteca Escolar’ do documento *Diretrizes da IFLA para a Biblioteca Escolar*.

Para coletar e analisar os dados, optou-se pelo método de pesquisa AC. Bardin o entende como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (2016:44).

Para operacionalizar a AC, categorias podem ser criadas. Determinou-se, então, que nesta pesquisa o procedimento de tipo fechado fosse utilizado para criar as categorias. E por procedimento fechado entende-se que as categorias do estudo atendem à classificação denominada *a priori*, que quer dizer categorias que se respaldam em categorias já existentes, importadas da literatura. Dessa forma, o pesquisador não cria as categorias, ele as importa (AMADO, COSTA e CRUSOÉ, 2014).

As categorias da pesquisa têm base nas concepções teóricas de Jenkins (2015) sobre fãs e *fandoms*, e elas são vistas a seguir, no Quadro 1, concebidas na forma de um sistema categorial. Nele, as sistematizações apresentadas advêm do documento *Diretrizes da IFLA*

para a Biblioteca Escolar, mais especificamente da seção denominada ‘programas e atividades da biblioteca escolar’. O conteúdo dessa seção foi organizado nas categorias da pesquisa, alinhados aos respectivos indicadores.

Quadro 1 – Sistema categorial e conteúdo

CATEGORIA 1		
ATIVIDADE DE RECEPÇÃO		
Indicador A	Compartilhar, enunciar e debater significados	“O processamento de informação envolve a construção de significado usando, por exemplo, capacidades de integrar informações de várias fontes, de fazer inferências, tirar conclusões e articular com o conhecimento prévio. Através destas competências, os alunos desenvolvem compreensão acerca da informação que coligiram, transformando-a em conhecimento”.
CATEGORIA 2		
ATIVIDADE DE CRÍTICA E INTERPRETAÇÃO		
Indicador B	Criar metatextos em vários formatos	A seleção autónoma de leituras melhora o desenvolvimento do vocabulário, o desempenho em testes de gramática, a escrita e a expressão oral”. “Os alunos que aprendem uma segunda língua melhoram a fluência e compreensão quando têm acesso a livros de qualidade nessa língua”. “Leitores com dificuldades que tenham acesso a materiais de leitura alternativos, como audiolivros, mostram melhorias nas suas capacidades e atitudes de leitura”.
CATEGORIA 3		
ATIVIDADE ATIVISTA		
Indicador C	Representar gêneros, raças, orientação sexual e classes econômicas distintas por meio de personagens e enredos	“A biblioteca escolar é uma componente essencial do ensino e aprendizagem na escola; também contribui para os objetivos sociais da escola, tais como o envolvimento dos alunos, a inclusão e as relações com a comunidade em geral”. “Devem ser feitos esforços para garantir que a coleção da biblioteca escolar inclua materiais escritos e criados local e internacionalmente e que reflitam as identidades nacionais, culturais e étnicas dos membros da comunidade escolar”.
CATEGORIA 4		
ATIVIDADE DE PRODUÇÃO CULTURAL		
Indicador D	Desenvolver instituições alternativas de produção, distribuição, exibição e consumo cultural	“Devem ser divulgados novos títulos de ficção e não-ficção junto de professores e alunos através de palestras, exposições e informação na página web da biblioteca”. “Os alunos devem ser capazes de pensar criticamente sobre o seu esforço e sobre o que conseguiram fazer. Devem ser capazes de

	relacionar o produto acabado com o plano original e determinar se o produto corresponde à finalidade estabelecida, distinguir os pontos fortes e fracos do projeto de aprendizagem e refletir sobre melhorias e implicações para futuras tarefas”.
CATEGORIA 5 ATIVIDADE SOCIAL	
Indicador E	Sustentar o trabalho colaborativo
	<p>“A biblioteca escolar deve proporcionar um ambiente estético e estimulante, disponibilizando uma variedade de materiais impressos e digitais e oferecendo oportunidades para uma ampla gama de atividades que vão da leitura silenciosa às discussões em grupo e ao trabalho criativo”.</p> <p>“O bibliotecário escolar deve assumir a liderança no sentido de garantir que os alunos tenham oportunidades, em sala de aula, bem como na biblioteca, para a leitura de materiais que eles próprios selecionam e para discutir e partilhar com outros o que estão a ler”.</p> <p>“Quando os alunos trabalham em grupo desenvolvem capacidades de colaboração com diversas pessoas e recursos e tecnologia variados. Aprendem a defender opiniões, e a criticá-las de forma construtiva. Reconhecem ideias divergentes e mostram respeito pelas origens e estilos de aprendizagem dos outros. Trabalham em conjunto para criar projetos que reflitam as diferenças entre indivíduos e contribuam para sintetizar o resultado de tarefas individuais num produto acabado”.</p>

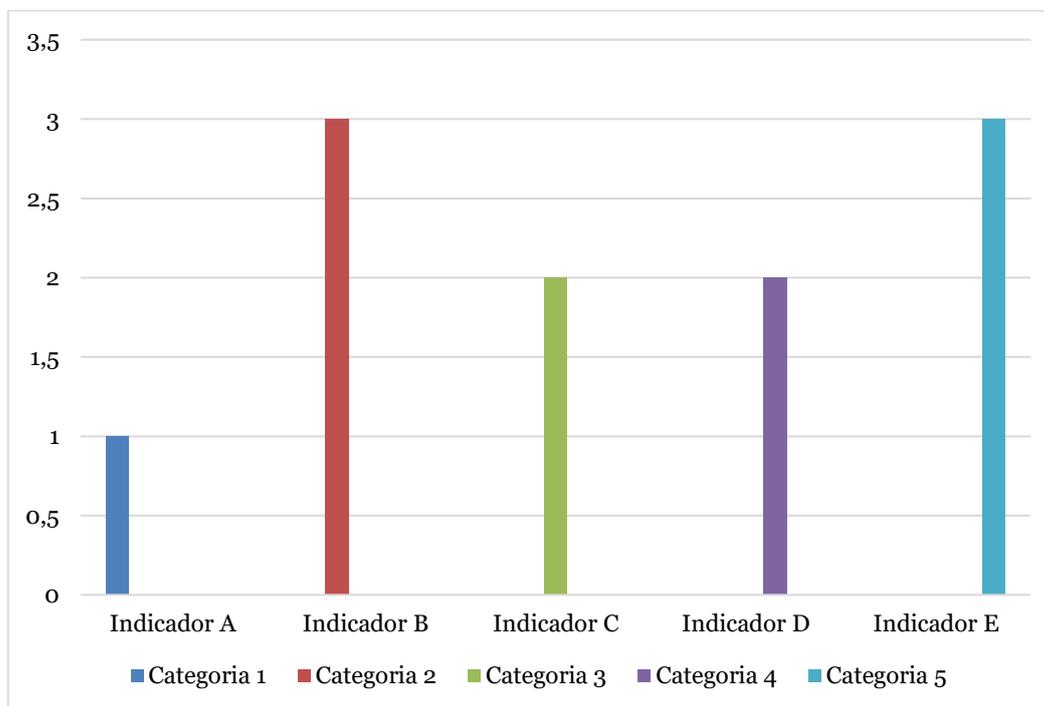
Fonte: Dados da pesquisa.

O número total de conteúdo categorizado é 11. Ele é entendido como unidades de registro (UR) da análise. As UR são os dados brutos da pesquisa, que serão analisados a seguir. Ao serem interpretados, possibilitam a construção de discussões e representações imagéticas que vão no sentido de responder ao problema da pesquisa.

5. Resultados e discussões

Ao lançar mão da metodologia apresentada, algumas inferências puderam ser analisadas. O Gráfico 1, a seguir, demonstra que algumas categorias e indicadores se sobressaem em relação ao demais.

Gráfico 1 – Unidades de registro por categoria e indicador



Fonte: Dados da pesquisa.

As **categorias 2 e 5** têm os maiores picos no gráfico. Elas são as que mais têm UR, são três em cada. A primeira diz respeito às **Atividades de crítica e interpretação** e a segunda, às **Atividades sociais**. As Atividades de crítica e interpretação às quais o conteúdo da categoria se refere são:

A seleção autônoma de leituras melhora o desenvolvimento do vocabulário, o desempenho em testes de gramática, a escrita e a expressão oral.
 Os alunos que aprendem uma segunda língua melhoram a fluência e compreensão quando têm acesso a livros de qualidade nessa língua.
 Leitores com dificuldades que tenham acesso a materiais de leitura alternativos, como audiolivros, mostram melhorias nas suas capacidades e atitudes de leitura.

Primeiro, entende-se que atividades que envolvem a seleção de materiais de leitura por meio de uma postura autônoma do aluno incidem em vários ganhos, o primeiro de âmbito individual e o segundo, este mais amplo, de âmbito coletivo. Depois, o aumento da riqueza de vocabulário, bem como o melhor desempenho nos testes gramaticais, escrita e expressão oral são molas propulsoras do desenvolvimento da crítica, por esta ser decorrente do uso de mecanismos de interpretação. Primeiro se interpreta, depois se critica.

Contudo, para se interpretar é necessário que críticas constituam um já-lá. Quer dizer, embora a crítica decorra da ação de interpretar, para que seja possível fazê-la, antes é fundamental que haja um arcabouço de experiências prévias que dê suporte à interpretação, para que, então, críticas sejam elaboradas. Nesse movimento, os alunos

podem, até mesmo, aprender um segundo idioma por lerem e interpretarem textos em outra língua. Inclusive, o uso de audiolivros pode auxiliar nesse processo.

Na sequência, o conteúdo da categoria 5 está relacionado às Atividades sociais. As UR são:

A biblioteca escolar deve proporcionar um ambiente estético e estimulante, disponibilizando uma variedade de materiais impressos e digitais e oferecendo oportunidades para uma ampla gama de atividades que vão da leitura silenciosa às discussões em grupo e ao trabalho criativo.

O bibliotecário escolar deve assumir a liderança no sentido de garantir que os alunos tenham oportunidades, em sala de aula, bem como na biblioteca, para a leitura de materiais que eles próprios selecionam e para discutir e partilhar com outros o que estão a ler.

Quando os alunos trabalham em grupo desenvolvem capacidades de colaboração com diversas pessoas e recursos e tecnologia variados. Aprendem a defender opiniões, e a criticá-las de forma construtiva. Reconhecem deias divergentes e mostram respeito pelas origens e estilos de aprendizagem dos outros. Trabalham em conjunto para criar projetos que reflitam as diferenças entre indivíduos e contribuam para sintetizar o resultado de tarefas individuais num produto acabado.

Na escola, as atividades sociais que objetivam o aprendizado podem ocorrer nos mais variados espaços, como a sala de aula, a quadra de esportes, o pátio, o laboratório de informática, a sala de vídeo e a biblioteca. Esta é a unidade de informação que deve atender à comunidade escolar como um todo. Ela é formada, para além dos alunos, por funcionários de vários setores, que colaboram à manutenção da vida escolar (recepcionistas, monitores de educação, equipe de limpeza e manutenção) e por aqueles ligados ao *core* das atividades de educação (bibliotecários, professores, coordenadores pedagógicos, psicopedagogos, diretores).

A fim de que a biblioteca atenda a toda a comunidade escolar, é imprescindível que haja recursos humanos, físicos, tecnológicos e de informação adequados. Os materiais e suportes à informação que podem interessar à comunidade devem ser diversos. O *marketing* de unidades de informação deve ser efetivo.

A biblioteca deve ser agradável aos olhos, por isso a estética em bibliotecas não deve passar despercebida. Bibliotecas são espaços de convivência e de circulação de saberes e haver infraestrutura social adequada para tanto determinará a qualidade do uso dos seus recursos de informação nos curto, médio e longo prazos. Segundo Klinenberg, a infraestrutura social representa as “[...] condições físicas que determinam se o capital social tem condições de desenvolver” (2018, não paginado, tradução nossa).

É importante evidenciar que o bibliotecário é quem gerencia a biblioteca. À escola que negocia a condição do bibliotecário de ser gerente desse espaço carece de uma visão ampla acerca de como desenvolver a educação. Na contemporaneidade, há uma avalanche informacional que pode influenciar no processo educativo, e os bibliotecários são requeridos para intervir pedagogicamente nesse contexto. Isso evidencia as competências técnico-intelectuais que os profissionais da Biblioteconomia têm para ir ao encontro dos fenômenos da pós-verdade. Além disso, as parcerias entre bibliotecários e professores são fundamentais. Elas possibilitam o trabalho com a leitura e a promoção da partilha do

conhecimento nos moldes da socialização. O trabalho em grupo abre caminhos para uma infinidade de competências e habilidades a serem desenvolvidas nos alunos.

No caso das **categorias 3 e 4**, há duas UR em cada. A categoria 3 diz respeito às **Atividades de ativismo** e a 4, de **Produção cultural**. As Atividades de ativismo dizem respeito a:

A biblioteca escolar é uma componente essencial do ensino e aprendizagem na escola; também contribui para os objetivos sociais da escola, tais como o envolvimento dos alunos, a inclusão e as relações com a comunidade em geral. Devem ser feitos esforços para garantir que a coleção da biblioteca escolar inclua materiais escritos e criados local e internacionalmente e que reflitam as identidades nacionais, culturais e étnicas dos membros da comunidade escolar.

Como visto, o conteúdo das categorias 2 e 5 é aderente ao da categoria 3. Isso se deve porque os primeiros dizem respeito à biblioteca escolar e ao seu caráter fundamental no ensino e na aprendizagem. Mesmo que já tenha sido destacado noutra categoria, outro ponto a ser enfatizado é a adesão de materiais para fomentar atividades e programas de leitura e escrita. Diante disso, trabalhar na perspectiva da diferença de povos, crenças, culturas e comportamentos se faz necessário, já que biblioteca escolar está alinhada a proposta de um ensino emancipatório, em que pautas como raça, sexualidade, religião, orientação sexual, idade, nacionalidade, lugar de origem, língua e condição social compõem o bojo da diversidade social.

Na sequência, a **categoria 4** enfatiza a **Produção cultural** e detém as seguintes UR:

Devem ser divulgados novos títulos de ficção e não-ficção junto de professores e alunos através de palestras, exposições e informação na página web da biblioteca.

Os alunos devem ser capazes de pensar criticamente sobre o seu esforço e sobre o que conseguiram fazer. Devem ser capazes de relacionar o produto acabado com o plano original e determinar se o produto corresponde à finalidade estabelecida, distinguir os pontos fortes e fracos do projeto de aprendizagem e refletir sobre melhorias e implicações para futuras tarefas.

Ações culturais são muito recorrentes em bibliotecas escolares. O *marketing* de obras de ficção e não-ficção deve ser feito a fim de evidenciar novos *itens* do acervo. Como já visto, bibliotecários e professores devem atuar conjuntamente. A partir disso, os alunos se beneficiarão em projetos culturais e de educação, que os instigarão em suas produções crítico-reflexivas. Assim, eles serão capazes de estabelecer relações com o mundo por meio da leitura que não se restringe aos suportes, mas se abre frente às suas vivências.

Por último, a **categoria 1** tem vinculada a si apenas uma UR, sobre **Atividades de recepção**. Ela é:

O processamento de informação envolve a construção de significado usando, por exemplo, capacidades de integrar informações de várias fontes, de fazer inferências, tirar conclusões e articular com o conhecimento prévio. Através destas competências, os alunos desenvolvem compreensão acerca da informação que coligiram, transformando-a em conhecimento.

Atividades de recepção envolvem o compartilhamento, a enunciação e o debate de significados. Os alunos têm seus conhecimentos lapidados e isso os lança à mudança da sua percepção imediata de vida.

O Quadro 2 sintetiza o que se entende por atividades de fãs e *fandoms* em bibliotecas escolares. Elas são apresentadas como: Atividade de Recepção (criação de significado); Atividade de Crítica e Interpretação; Atividade Ativista; Atividade de Produção Cultural; e Atividade Social. Todas são imediata e respectivamente descritas:

Quadro 2 – Atividades de fãs e *fandoms* em bibliotecas escolares

ATIVIDADES DE FÃS E <i>FANDOMS</i>	DESCRIÇÃO
Atividade de Recepção (criação de significado)	A característica de apropriação das narrativas inerentes ao cânone faz com que o fã traga o texto para sua realidade. Isso significa que o fã absorve a narrativa e cria significados segundo sua concepção de mundo. O fã ressignifica e cria outros significados para o cânone, portanto, ele adapta os símbolos tanto às suas próprias vivências quanto ao mundo contemporâneo. Nesse sentido, questões de representatividade (de gênero, racial, orientação sexual) podem ser trabalhadas a partir da reinterpretação do cânone. Ainda, conteúdos considerados pejorativos em obras clássicas podem se tornar material para debate e incidirem em produtos de fãs, como a <i>fanfiction</i> . Um bom exemplo está na obra de Monteiro Lobato, escritor brasileiro. Seu cânone <i>Sítio do pica-pau amarelo</i> , que tem gerado debate acerca de seu conteúdo racista, se explorado exaustivamente na escola em atividades que utilizem os recursos e o espaço da biblioteca escolar, pode contribuir de forma a desenvolver valores éticos e morais necessários à formação de uma consciência humana, voltada à diversidade cultural.
Atividade de Crítica e Interpretação	Uma comunidade que domina um produto cultural é capaz de absorver, interpretar e criticar seu conteúdo. O aluno que reflete para criticar e interpreta o mundo mediante sua síntese crítica, se torna um agente ativo do processo de criação de sentidos. A capacidade crítica é desenvolvida a partir do destrinchamento das obras literárias e intenso debate em conjunto sobre um cânone. Nesse processo, a forma de ler o texto e de absorver a narrativa literária passa de monossêmica para polissêmica. Assim, o leitor estabelece interpretações não mais na superfície dos textos, mas no núcleo denso de ideias, significados, ideologias, visões e concepções de mundo.
Atividade Ativista	Aplicada como forma de estimular a cumplicidade dos estudantes. Ao se utilizar a simbologia dos cânones é possível gerar autoidentificação e engajamento para um objetivo comum. No âmbito escolar, essas características podem ser empregadas em campanhas de conscientização referentes a problemas inerentes ao público jovem em específico, tais como <i>bullying</i> , violência infantil, segregação social, evasão escolar, entre outros temas transversais às inúmeras áreas, como as relações humanas, ecologia, sustentabilidade, e assim por diante.

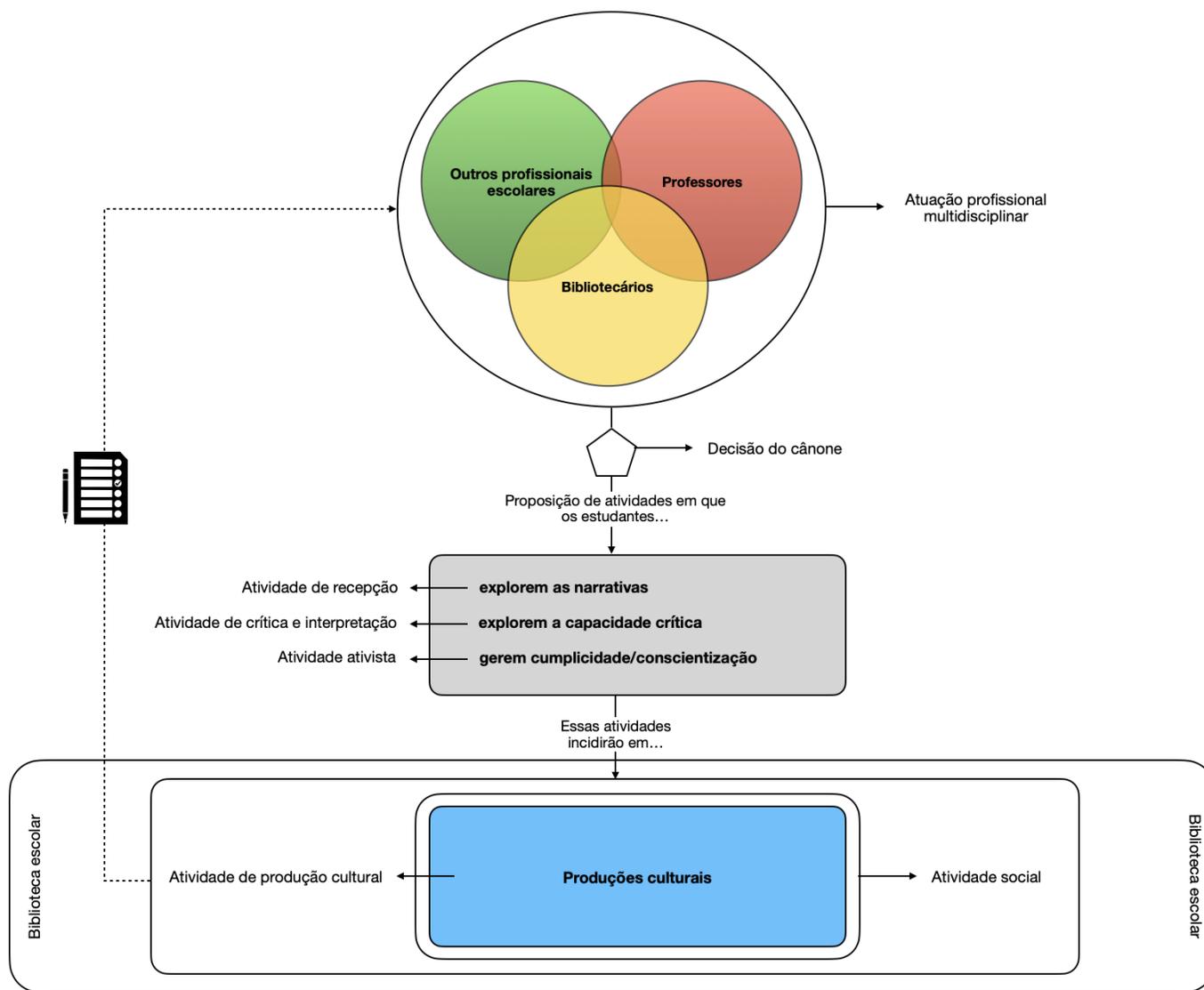
<p>Atividade de Produção Cultural</p>	<p>Os diversos produtos criados nos <i>fandoms</i> são as <i>fanfictions</i>, os <i>fan films</i>, as <i>fanarts</i>, dentre outros, que despertam a curiosidade e a criatividade de quem dessas produções participa. Quando do uso de elementos lúdicos, é possível desenvolver os letramentos digital, informacional e midiático nos estudantes. Engajar os alunos no desempenho dessas atividades desenvolve competências e os aproxima de diferentes concepções e expressões artísticas. Tais atividades podem ser propostas em complemento a alguma ação cultural recorrente na biblioteca, como a contação de histórias, a exposição temática, a roda de leitura, o bate-papo com o escritor, as oficinas de criação literária, entre outras ações.</p>
<p>Atividade Social</p>	<p>A sociabilidade é uma característica importante para a manutenção do <i>fandom</i>. Na esfera da biblioteca escolar esse item pode ser aplicado durante a convergência das diversas atividades dos <i>fandoms</i> num único projeto. Os eventos de fãs, nos moldes da <i>Comic-Con</i>, reúnem todas as formas de expressões artísticas desenvolvidas em <i>fandoms</i>. Silva e Sabbag (2019) ressaltam, inclusive, já haver precedentes dessa temática em bibliotecas. Desenvolver um evento temático na biblioteca escolar pode envolver concursos literários, artísticos, apresentações musicais e teatrais, torneio de jogos e <i>cosplays</i>. Desse modo, implementar essa atividade na biblioteca escolar pode incorrer na integração de toda a comunidade escolar em torno de um objetivo comum, inclusive de caráter educativo e cultural. Além disso, é possível desenvolver a cumplicidade entre toda a comunidade escolar e estimular o uso de novas modalidades de leitura e produção textual.</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

A implementação de um projeto que envolva todos os tipos de produção de fãs faz florescer nos estudantes um interesse singular pelas atividades culturais e de educação na escola. Aprender com o conteúdo que o aluno produziu em conexão emocional com seu cânone eleva o percurso da sua aprendizagem, que se torna uma experiência envolvente. Dessa forma, atingir competências como conhecimento, pensamento crítico, científico, criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho, projeto de vida, argumentação, autoconhecimento, autocuidado, empatia, cooperação, responsabilidade e cidadania (BRASIL, 2013) pode se tornar um processo prazeroso e instigante para a formação escolar de crianças e jovens nos dias hodiernos.

A Fig. 1, a seguir, apresenta um modelo para atividades de fãs e *fandoms* em bibliotecas escolares. Ela demonstra a participação profissional multidisciplinar de bibliotecários, professores e demais profissionais da escola em atividades de recepção, de crítica e interpretação, de produção cultural, ativista e social na biblioteca escolar.

Fig. 1 – Modelo para atividades de fãs e *fandoms* em bibliotecas escolares



Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa.

De acordo com o Modelo, a atuação profissional multidisciplinar entre bibliotecários, professores e outros profissionais da educação é fundamental. Atuando juntos, esses profissionais podem decidir sobre quais cânones abordar no programa e nas atividades de fãs e *fandoms* na biblioteca escolar. O(s) bibliotecário(s), em especial, pode(m) contar com os registros de circulação de *itens*, demandas dos usuários da informação para compras, relatórios de estudos de usuário e de comunidade, dentre outras fontes, para decidir(em) as obras literárias em maior evidência e de grande circulação dentre os estudantes e as que são menos populares dentre eles. Elas também podem fazer parte do programa e das atividades. Quando da adoção de obras pouco circuladas, pode-se trabalhar a descoberta e o gosto do usuário por obras que, talvez no contexto comum de empréstimos na biblioteca, não seriam percebidas e escolhidas. Estratégias de *marketing* em unidades de informação têm a sua importância neste instante.

Decidido o(s) cânone(s), as atividades do programa podem ser pensadas. É esperado que, fundamentalmente, elas sejam planejadas a fim de que atinjam objetivos específicos, como a exploração de narrativas, a capacidade crítica e a cumplicidade/conscientização, respectivamente relacionados à atividade de recepção, atividade de crítica e interpretação e atividade ativista. Depois, ao empregar as atividades do programa, produções culturais são desenvolvidas no âmbito da biblioteca escolar. Elas correspondem à atividade cultural, desenvolvida no contexto de atividades sociais, como eventos temáticos, concursos literários e artísticos, apresentações musicais e teatrais, torneio de jogos, *cosplays*, dentre outros. Todos realizáveis na biblioteca escolar. Tudo relacionado ao universo do(s) cânone(s).

Naturalmente, e por fim, durante a produção cultural e a atividade social, desafios, barreiras, dúvidas, temas, necessidades de informação, comentários, observações, depoimentos, angústias, opiniões, e assim por diante, podem ser registrados. Toda atividade é passível de ser registrada sob diferentes enfoques. Na ocorrência disso, os registros constituem insumo/ponto de partida para o planejamento de programas e atividades futuros. Assim, a equipe profissional multidisciplinar estuda os registros a fim de localizar novas demandas temáticas e de cânones que norteiem a proposição de novos programas e atividades na biblioteca da escola, além de recorrer às fontes tradicionais, que são os registros de circulação de *itens*, demandas dos usuários para compras e relatórios de estudos de usuário e de comunidade.

6. Considerações finais

Como foi compreendido ao longo do marco teórico da pesquisa, a mediação da informação é um conceito que, na CI, significa toda ação de interferência do profissional da informação, na ambiência de equipamentos de informação, para saciar necessidades de informação de usuários da informação parcial ou momentaneamente. Ela é uma atividade inerente aos bibliotecários em todos os tipos de unidades de informação. Desse modo, a mediação da informação é uma atividade importante em bibliotecas escolares.

As bibliotecas escolares são espaços que comportam mediações diversas. As mediações que envolvem o universo dos cânones constituem uma perspectiva inovadora para mediar a informação de modo instigante nesse tipo de unidade de informação. Isso se deve muito ao caráter de produção participativa dos fãs nos *fandoms* e das conexões emocionais das

crianças e jovens com seus cânones. Assim, a produção cultural é envolvente, criativa, formadora, humana, lúdica e de colaboração.

Na sequência, destaca-se que o objetivo da pesquisa foi atingido. Ele consistiu na apresentação de um modelo para a realização de atividades de fãs e *fandoms* em bibliotecas escolares. Ele evidencia a participação profissional multidisciplinar de bibliotecários, professores e demais profissionais da escola, atividades de recepção, de crítica e interpretação, de produção cultural, ativista e social na biblioteca escolar.

As atividades de fãs e *fandoms* podem ser encaradas como uma forma de comunicação mais estimulante com os estudantes. E nesse sentido foi proposto o Modelo. No entanto, para colocá-lo em prática é necessário que bibliotecários dominem habilidades engenhosas e inovadoras de mediação da informação. O reconhecimento da importância dessa ação por profissionais representa um passo significativo à geração de educação, cultura e conhecimento transformadores nos usuários da informação na ambiência escolar.

Estabelecer a mediação efetiva e inovante no cerne de um cenário social complexo consiste na abertura de portas para o acesso das crianças e jovens à cultura, às relações humanas, às competências sociais e emocionais, de criação, de interpretação, de crítica, de reflexão e de intervenção.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.

2015 Mediação da informação: um conceito atualizado. In *Mediação oral da informação e da leitura*. Org. S. Bortolin, J. A. Santos Neto, R. S. Silva. Londrina: ABECIN, 2015, p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.

2009 Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesquisa brasileira em Ciência da Informação*. [Em linha]. 2:1 (jan./dez. 2009) 89-103. [Consult. 8 jan. 2020]. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/277162051_MEDIACAO_DA_INFORMACAO_E_MULTIPLAS_LINGUAGENS.

AMADO, J.; COSTA, A. P.; CRUSOÉ, N.

2014 A Técnica de análise de conteúdo. In *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coord. J. Amado. 2^a ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2014. p. 301-351.

BARDIN, L.

2016 *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTOS, M. T.

2012 Medium, media, mediação e mediatização: a perspectiva germânica. In *Mediação & Mediatização*. Org. M. A. Mattos, J. Janotti Júnior, N. Jacks. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 53-77.

BRASIL. Ministério da Educação

2013 *Base nacional comum curricular: educação é a base*. [Em linha]. Brasília: Ministério da Educação, 2013. [Consult. 13 set. 2019]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf.

DAVALLON, J.

2007 A Mediação: a comunicação em processo. *Prisma.com: revista de ciências e tecnologias de informação e comunicação*. [Em linha]. 4 (2007). [Consult. 8 jan. 2020]. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/645/pdf>.

GIL, A. C.

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C.

1999 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HILLS, M.

2015 O Fandom como objeto e os objetos do fandom: [entrevista cedida a] Clarice Greco. *Matrizes*. [Em linha]. 9:1 (2015) 147-163. [Consult. 15 fev. 2020]. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1430/143039560009.pdf>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2016 *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar*. Trad. Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal. [Em linha]. [S. l.]: IFLA, 2016. [Consult. 15 fev. 2020]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>.

JENKINS, H.

2015 *Invasores do texto*. Rio de Janeiro: Marsupial, 2015.

KLINENBERG, E.

2018 *Palaces for the people: how social infrastructure can help fight inequality, polarization, and the decline of civic life*. New York: Broadway Books, 2018. E-book.

RICHARDSON, R. J.

2012 *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS NETO, J. A.

2014 *Mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL)*. Londrina, 2014. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.

2017 O Caráter implícito da mediação da informação. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 27:2, (maio/ago. 2017) 253-263. [Consult. 9 jan. 2020]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29249/pdf>.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.

2014 O Conceito de mediação implícita da informação nos discursos dos bibliotecários. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15º, Belo Horizonte, 2014 – *Anais eletrônicos...* [Em linha]. Belo Horizonte: UFMG, 2014. [Consult. 9 fev. 2020]. Disponível em: http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt3/at_download/file.

SIGNATES, L.

1998 Estudo sobre o conceito de mediação. *Novos olhares*. [Em linha]. 2 (1998). [Consult. 8 jan. 2020]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51315>.

SILVA, B. D. O.; SABBAG, D. M. A.

2019 Fandom em bibliotecas públicas. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 17 (set. 2019) 1-26. [Consult. 29 fev. 2020]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8655370>.

SILVA, B. D. O.; SABBAG, D. M. A.; GALDINO, R.

2017 Fandoms e Fanfictions: novas perspectivas para o profissional da informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 1.255-1.274. [Consult. 20 fev. 2020]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/62021>.

TONELLO, I. M. S.; LUNARDELLI, R. S. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.

2012 Palavras-chave: possibilidades de mediação da informação. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 6:2 (ago. 2012) 21-34. [Consult. 8 fev. 2020]. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4524/4552>.

Everton da Silva Camillo | everton.camillo@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Bruna Daniele de Oliveira Silva | bruna.d.silva@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Resumo: O trabalho tem como objetivo identificar o processo de emergência, evolução e perspectivas do desenvolvimento da biblioteca escolar em Cuba. Para isso, a evolução das ações voltadas às bibliotecas escolares em períodos históricos é dividida de acordo com o desenvolvimento do país. Nesse sentido, é descrito o que ocorreu desde o início do século XX, durante o período republicano, após o triunfo da revolução (1959) e o período especial (90 anos) até 2010. O estudo é baseado na análise documental de uma revisão da literatura, coletada principalmente por revistas que não são mais publicadas. Além disso, conta com a consulta de um grupo de investigações realizadas pelo Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Havana, inscrito na linha de pesquisa de estudos teóricos e históricos em Informação e Comunicação. Os resultados refletem as tentativas ao longo do tempo de elevar o nível de bibliotecas escolares em Cuba. Muitos desses esforços são considerados isolados, o que pode atrapalhar o fato de que nenhum grande progresso foi alcançado.

Palavras-chave: Bibliotecas escolares; Bibliotecas escolares cubanas; Biblioteconomia; Cuba.

Abstract: The work aims to identify the process of emergence, evolution and perspectives of the development of the school library in Cuba. In this sense, the evolution of the actions focused on school libraries in historical periods is divided according to the country's development. It is described what happened since the beginning of the 20th century, during the republican period, after the triumph of the revolution (1959) and the special period (90 years) until 2010. The study is based on the documentary analysis from a review of the literature, mostly collected by magazines that are no longer published. In addition, it relies on the consultation of a group of investigations carried out by the Department of Information Sciences of the Faculty of Communication of the University of Havana subscribed to the research line 'theoretical and historical studies in Information and Communication'. The results reveal the attempts over time to raise up the level of school libraries in Cuba. Many of these efforts are considered isolated, which may disrupt the fact that no major progress has been achieved.

Keywords: School libraries; Cuban school libraries; Library science; Cuba.

Introdução

Para que um povo seja educado, ele precisa, entre outras coisas essenciais, de um sistema educacional eficaz, baseado no uso sistemático da leitura. Isso, por sua vez, exige livros e é necessário disponibilizá-los para toda a população. A partir daí a importância de manter o espaço que historicamente ocupou a leitura e a biblioteca para alcançar um desenvolvimento integral em todas as pessoas. Informação e educação são requisitos essenciais do desenvolvimento econômico e social de qualquer país, contribuem para a formação da consciência social.

As bibliotecas em todos os tempos têm sido inegáveis representantes da cultura, intelectualidade e conhecimento, razão pela qual é considerado o espaço onde as manifestações da sociedade são preservadas para transmiti-las às gerações subsequentes.

Eles são uma fonte de conhecimento desde o início da civilização. A importância do papel da biblioteca deve ser ensinada desde a mais tenra idade. Da mesma forma, o bibliotecário escolar é considerado indispensável no desenvolvimento educacional, especialmente em alunos do ensino fundamental. Corresponde a ele não apenas despertar interesse em obras recreativas (histórias, poesia, fábulas etc.), mas também nos tópicos que abrangem diferentes áreas do conhecimento, sobre natureza, ciência, tecnologia e tecnologia.

As funções do bibliotecário e da biblioteca vão além dos limites que confinam a instituição de uma maneira física e do conhecimento que ali é estimado. A biblioteca fornece, além do conhecimento, um valor educacional e de treinamento. Por esse motivo, entre os objetivos da sociedade em relação ao conhecimento, deve-se localizar a integração da biblioteca nos estudos primários. Crie ou descubra uma vocação para a necessidade de adquirir informações e, em seguida, passe pelos processos de transformá-las em conhecimento.

Como sistema, a biblioteca escolar constitui o complemento à formação pessoal dos indivíduos na sociedade. À medida que as crianças progredem em seus estudos, a biblioteca deve participar da capacitação e habilidades para atender não apenas às necessidades de informação da escola, mas também às necessidades culturais e recreativas. Como um professor, um bibliotecário escolar não deve se contentar com o conhecimento que possui. Você deve se superar constantemente, pesquisar as várias questões importantes para sua comunidade e dominar seus interesses. Um elemento de grande importância no bibliotecário e no que deve basear seu trabalho é a organização de atividades em bibliotecas que contribuem para despertar o interesse dos alunos pela leitura.

Ele deve ser criativo e autêntico, orientar o leitor, coletivamente ou individualmente, na biblioteca ou fora dela. Você deve estabelecer um relacionamento próximo com a direção da escola e com os professores que ensinam as diferentes disciplinas. O professor precisa conhecer a biblioteca da escola e os recursos e serviços que oferece a ele e seus alunos. Da mesma forma, o bibliotecário precisa conhecer os programas das diferentes séries, bem como as orientações metodológicas e os livros didáticos de cada disciplina, a fim de desenvolver plenamente seu trabalho dentro da escola.

Embora se saiba que não é fácil alcançar um alto nível de integração da biblioteca no sistema educacional, também é necessário aceitar que esse objetivo constitui uma necessidade real na era atual. Em Cuba, onde se busca a formação de um homem integralmente desenvolvido, é essencial formar hábitos de leitura em crianças desde as primeiras idades; incentivar a interação com a ampla gama de conhecimentos oferecidos pela biblioteca; ensine-os a investigar, menos questionar a informação; consulte livros ou outras fontes documentais e instale neles o desejo de conhecer e superar-se através dos meios de conhecimento.

Infelizmente, a situação das bibliotecas nas escolas está longe de ser satisfatória e de acordo com os critérios mencionados. Ciente disso, o Ministério da Educação e a rede de bibliotecas públicas do país buscam maneiras de superar os problemas existentes e elaboram estratégias que permitem que a biblioteca da escola seja localizada em seu devido lugar.

Uma maneira de estabelecer estratégias futuras para o desenvolvimento de bibliotecas escolares é conhecer as origens. Cuba tem uma rica tradição cultural permeada por seu caráter aglutinante de culturas. Por um lado, a cultura herdou da colonização até o século XIX; por outro lado, os valores que surgiram no período neocolonial tendem a enfatizar a importância da informação e do conhecimento. Este trabalho tem como objetivo identificar o processo de emergência, evolução e perspectivas do desenvolvimento da biblioteca escolar em Cuba. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão da literatura, a maioria coletada por revistas que não são mais publicadas. Na Faculdade de Comunicação, o Departamento de Ciências da Informação realizou trabalhos de diplomas com caráter histórico que nos permitiram recuperar a memória dos estudos de bibliotecas e arquivos em Cuba. Além disso, foi entrevistado um especialista que trabalhou no sistema de bibliotecas escolares de Cuba, o que fornece um valioso testemunho da pesquisa.

Bibliotecas escolares cubanas no período anterior a 1959

No período pré-revolucionário (antes de 1959), Cuba, primeiro sujeita ao jugo colonial espanhol e, posteriormente, à intervenção americana, estava na situação econômica, política e social que retardava seu desenvolvimento. Governos corruptos e oportunistas usaram fundos públicos para fins além das necessidades das pessoas, causando um atraso total no desenvolvimento social e intelectual do país.

Em relação à educação, essa situação foi, em geral, de franca deterioração, com alto índice de analfabetismo, principalmente nos setores mais pobres. Nas memórias do Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, os dados são refletidos sobre o estado deplorável em que a educação estava. Por exemplo, em uma população estimada em 6 milhões de habitantes, havia (SETIÉN QUESADA, 1977):

- Um milhão de analfabetos absolutos.
- Mais de um milhão de semi-analfabetos.
- 600.000 crianças sem escolas.
- 10.000 professores sem trabalho.

O panorama oferecido pelas bibliotecas públicas estava em correspondência com a deterioração da educação cubana. Em 1951, havia cerca de 483 bibliotecas. Em seu artigo "O Desenvolvimento da Biblioteca Nacional por 75 anos e sua influência no movimento de bibliotecas do país", Setién Quesada (1977) observa que:

de las 483 bibliotecas, 108 eran públicas. De las 108 públicas, 13 no llegaban a los 1 000 volúmenes después de más de 20 años de creadas y 12 no alcanzaban esa cifra después de más de 10 años de existencia. Más de 12 no podían dar información sobre su colección y 42 de ellas estaban concentradas en la provincia de La Habana, fundamentalmente en el área metropolitana (MONTES DE OCA SÁNCHEZ e RIVERA, 2006:5).

Montes de Oca Sánchez e Rivera (2006) também afirmam que, como resultado do problema existente, em 1954, durante o governo Batista, o Decreto-Lei nº 1.810, de 18 de

novembro de 1954, foi criado pela Organização Nacional de Bibliotecas Ambulatórias. Popular (ONBAP). Eles não tinham a equipe preparada para executar as tarefas relevantes. Maria Teresa Freyre (1953) afirmou a esse respeito: “(...) existían edificios que albergaban libros y prestaban (...) un servicio, pero en el verdadero sentido de la palabra no había bibliotecas (...) porque sin bibliotecarios estas no pueden existir” (FREYRE DE ANDRADE, 1953:8). Assim, pode ser vista a possibilidade de que as poucas bibliotecas existentes evacuem todo o atraso que afetou milhões de cubanos que não sabiam ler ou escrever. A subestimação dos bibliotecários e a indiferença dos governantes em serviço levaram a um desenvolvimento deficiente da área da biblioteca e seu pouco uso.

Apesar da situação decadente, a era possuía um intelectual avançado que contribuía com ideias muito inovadoras e revolucionárias para o desenvolvimento cultural da sociedade, em geral, e para o mundo das bibliotecas, especificamente.

As maiores contribuições (desde a década de 1930) para o desenvolvimento de bibliotecas foram feitas pelo Lyceum Lawn Tennis Club, uma sociedade feminina, uma instituição com orientações sociais e culturais, entre as quais se destacou um interesse acentuado pelas bibliotecas infantis, jovens e crianças em idade escolar (RIVERA, 2005).

Entre uma série de bibliotecários que dedicaram suas vidas ao trabalho com crianças e jovens, destaca-se a figura de Maria Teresa Freyre de Andrade. Em abril de 1930, ela fundou e dirigiu a revista *Amanhã*, dedicada às crianças, na qual foi dada ênfase especial à educação e ao treinamento das crianças. Nas décadas de 40 e 50, ela contribuiu muito para a melhoria das bibliotecas escolares, promoveu e dirigiu a biblioteca para jovens Lyceum, a primeira desse tipo no país e considerada como a antecessora de projetos semelhantes subsequentes.

Convencida da necessidade de criar o hábito da leitura como base de estudo, María Teresa ministrou, em abril de 1947, um curso sobre *A Arte de Contar Histórias* e publicou, em 1952, no número 31 de *Revista Lyceum*, um artigo com o mesmo título, no qual destacou a importância do tempo das histórias para a promoção da educação infantil e do desenvolvimento intelectual. Ele relatou as características da história, como seu surgimento, evolução e desenvolvimento, revelou essa atividade como uma arte que deveria ser exercida por especialistas como um trabalho importante (RIVERA, 2005).

Este não foi o único curso com essa característica; outro foi ensinado, juntamente com Raquel Robés, em *Bibliotecas escolares para professores*. A ideia deste curso surgiu de uma pesquisa com um grupo de professores e, considerando a importância social desse setor, o Liceu o ofereceu de forma totalmente gratuita. Segundo Lazcano Pinilla (2001), o curso teve doze lições que aconteciam às terças e sábados das seis às sete da tarde e abordavam os aspectos detalhados abaixo:

1. Función de la biblioteca en la escuela. Cómo ha de organizarse para llenar su finalidad. Selección de obras y otros materiales.
2. Breves ideas sobre el desarrollo de la literatura infantil y su estado actual.
3. Preparación del libro: clasificación, catalogación, y encabezamientos de materia. El catálogo. Organización del préstamo de libros. Preparación de otros materiales: láminas, recortes, mapas, etc.

4. Procedimientos y actividades para interesar a los niños en la lectura: narración de cuentos, charlas sobre libros, películas educativas, etc.
5. Uso y manejo de los libros. Cómo está hecho un libro y cómo valorarlo. Breves nociones sobre cómo hacer una bibliografía
6. Trabajos de investigación. Reportes de libros. (RIVERA, 2005:10)

Os esforços para o desenvolvimento de bibliotecas escolares permaneceram fortes e, em 1941, apareceu uma brochura, publicada por María Teresa Freyre e Berta Cartaya, em nome da Associação Cubana de Bibliotecas, intitulada *Dois ensaios sobre bibliotecas escolares* (MONTES DE OCA SÁNCHEZ e RIVERA, 2006). O trabalho levantou, entre outros tópicos, o apoio substancial que a biblioteca poderia fornecer à educação em Cuba. Ele propôs a criação de uma rede dessas instituições em todo o país e, além disso, afirmou que a biblioteca deveria ser parte integrante da escola e não uma seção anexa.

Levando em conta as dificuldades orçamentárias e as deficiências materiais, os professores foram instados a abrir suas próprias bibliotecas nas escolas e trocar experiências adquiridas. No Primeiro Congresso de Arquivistas, Bibliotecários e Conservadores de Museus do Caribe, realizado em Havana de 14 a 18 de outubro, Maria Teresa Freyre novamente mostrou seu interesse no desenvolvimento de bibliotecas escolares. Ela falou sobre a falta de bibliotecas nas escolas de ensino fundamental e, conseqüentemente, os alunos não sabiam usar o catálogo e as obras de referência. Para isso, apenas o livro não foi suficiente para incentivar (MONTES DE OCA SÁNCHEZ e RIVERA, 2006).

O Lyceum, como já foi dito, trouxe muitas experiências inovadoras. Sua Biblioteca da Juventude, aberta em 1944, teve a tarefa de criar um projeto em conjunto com as escolas públicas de Vedado que não dispunham dos meios necessários para realizar essas tarefas, onde o trabalho dos alunos na biblioteca foi incluído no currículo escolar. Convencidos de que em uma escola a biblioteca tem uma função vital, os liceus desenvolveram um plano de ação que começou com a projeção, mensalmente, de filmes educativos que as crianças iriam assistir após uma preparação anterior feita pelos professores na sala de aula.

A direção da atividade e a coordenação com os professores estavam a cargo de Dulce María Escalona, professora do liceu e pedagoga da Escola Normal de Havana. A biblioteca, por outro lado, preparou os livros sobre o tema do filme exibido e, assim, as crianças vieram a ela com um interesse especial, em busca dos livros necessários para os trabalhos confiados na escola em preparação antes do filme. Além disso, os bibliotecários localizaram o livro para que a própria criança pudesse encontrá-lo. Em reconhecimento, eles recompensaram o melhor pelo trabalho realizado (MONTES DE OCA SANCHEZ, 2005).

O fato de criar um hábito de estudo contribuiu para a formação de futuros alunos com alguma aplicação necessária para enfrentar trabalhos de corte mais profundo, uma vez que eles tinham a preparação para desenvolver nas instituições informacionais, neste caso as bibliotecas. De acordo com María Teresa Freyre:

es un error creer que la labor de investigación está reservada exclusivamente a los mayores. Desde luego, que, aplicando el término en su estricto sentido, sí es trabajo de adultos el investigar. Pero para llegar a saber hacerlo es preciso adquirir el hábito de estudiar de acuerdo con ciertas normas y lo primero que

precisa es estar muy familiarizado con los libros (LAZCANO PINILLA, 2001:36).

Durante uma reunião da Associação Cubana de Bibliotecários em homenagem a Marieta Daniels, representante da Biblioteca do Congresso de Washington, Freyre de Andrade assinou, juntamente com o presidente da associação, uma moção solicitando a criação de um serviço de emprestar livros para escolas primárias e secundárias pelo Ministério da Educação. O fundo circulante deve ter obras educacionais e leituras complementares, por exemplo: livros de referência, livros recreativos, revistas, material gráfico etc. Os professores tiveram que recorrer a esse fundo para obter o material necessário em seu trabalho. Esse serviço, fornecido nos orçamentos do Ministério da Educação, seria fornecido por pessoal qualificado, com as instruções técnicas necessárias. Seu funcionamento não deve excluir a criação de bibliotecas escolares quando existam as condições, mas, pelo contrário, prepararia o ambiente para sua promoção. Em sua abordagem, Freyre de Andrade se baseou nas experiências obtidas na Biblioteca da Juventude do Lyceum, onde trabalhos semelhantes e um grande laminar encheram a falta de bibliotecas escolares e materiais ilustrativos nas Escolas Públicas do Vedado.

Por outro lado, muitas de suas ideias surgiram dos benefícios tangíveis do projeto educacional, desenvolvido na mesma instituição. Tratava-se de vincular a criança à leitura e seu treinamento cultural. Apoiando a educação, a biblioteca constituiria o fundo onde os materiais necessários deveriam ser encontrados. O laminar era um tesouro rico em informações variadas e era um meio de apoio aos professores. As informações visuais aumentaram a curiosidade do aluno, o laminar estava disponível para quem solicitou o empréstimo e, em pagamento, foi atendido e entregue em perfeitas condições.

No Auditório da Associação de Proprietários de Terra de Cuba, a Segunda Conferência de Bibliotecas foi realizada de 4 a 8 de maio de 1954, na qual um dos tópicos mais importantes foram precisamente as bibliotecas escolares. Na Declaração da Conferência, o relatório final elaborado pelo relator geral, Andrés Alonso Sánchez, foi declarado que o evento havia escolhido como tema a biblioteca dos Centros de Educação, considerando-a de grande importância, não apenas como parte do desenvolvimento do serviço bibliotecário, mas por seu verdadeiro e profundo significado para o país, porque a biblioteca escolar pode influenciar a formação integral de seus cidadãos.

Esses segundos dias proporcionaram uma perspectiva que, infelizmente, não teve grande alcance, nem alcançou seus objetivos mais amplos em termos de desenvolvimento e melhor funcionamento das bibliotecas escolares em Cuba. Mas é válido enfatizar que houve alguma repercussão em algumas áreas e centros educacionais que transformaram o ensino a partir de suas próprias especificidades e realidades, com uma estreita conexão com as atividades da biblioteca. No âmbito dessas conferências, Mercedes Aguayo apresentou um trabalho intitulado *A Biblioteca Alfredo. M. Aguayo, do Ministério da Educação* (AGUAYO, 1954), no qual é analisada a evolução dos serviços, usuários, recursos dessa instituição. Essa biblioteca é tomada como modelo entre aqueles que poderiam contribuir com grande eficiência para alcançar os objetivos de ensinar, cooperar e ajudar as bibliotecas que serviam em escolas públicas. De 1931 a 1935, esta biblioteca prestou serviços muito bons ao corpo docente e ao Departamento. O principal objetivo desta instituição era contribuir para o aprimoramento cultural e profissional da profissão docente.

Após 1935, essa biblioteca deixou de ser uma instituição útil, mas após atingir seu maior grau de declínio, houve uma renovação de seus fundos bibliográficos, além de outras melhorias materiais, que conseguiram restaurar a instituição e prestar um serviço melhor ao público. Durante o período de pesquisa do artigo de Aguayo (1954), uma seção de empréstimos para crianças foi adicionada a esta biblioteca, com uma pequena coleção de livros que foram muito úteis para crianças que moravam no bairro, mas a falta de recursos materiais e profissionais, impedidos de prestar serviços importantes.

Ao passar por várias reorganizações, o serviço de informações ficou sem meios para ensinar, desde que o que começou em 1931 (catálogos e registro de leis e decretos) se desintegrou até seu desaparecimento total. Em seu trabalho, Mercedes Aguayo levantou uma série de perguntas válidas para mencionar:

1. ¿Por qué en la Biblioteca del Ministerio de Educación no se había organizado un servicio de información?
2. ¿Por qué el préstamo de libros no se extendía a otras poblaciones del interior?
3. ¿Por qué no contribuía al fomento de las bibliotecas escolares? (AGUAYO, 1954:6)

A realidade não foi fácil. Além da falta de recursos financeiros, a biblioteca carecia de um programa ou plano organizacional e não possuía um número suficiente de bibliotecários profissionais, fatores essenciais para o desenvolvimento e manutenção permanentes das funções de uma biblioteca. Diante dessa situação, a única solução proposta para o Ministério da Educação foi transformar sua estrutura e organização para cumprir sua missão como Biblioteca e Centro de Informações Pedagógicas. Suas duas funções devem ser:

Função Técnica: Forneça informações sobre os assuntos nos quais ele se especializou.

Função Social: Serviço de empréstimos e promoção de bibliotecas escolares.

O objetivo ao qual essa biblioteca deveria aspirar era contribuir para a causa da educação nacional com todas as mídias bibliográficas e sociais disponíveis para todas as bibliotecas. Ele teve que estender sua ação social às bibliotecas escolares para as quais ele ajudaria a organizá-las (fornecendo material bibliográfico) com os principais leitores quando crianças.

Uma de suas contribuições técnicas seria a Biblioteca para jovens, Centro de bibliotecas escolares. Esta Biblioteca da Juventude constituiria um fator de cultura necessário para um importante grupo de crianças.

O trabalho exigiu os seguintes objetivos das bibliotecas escolares:

1. Crear en el niño el hábito de lectura como estudio y como recreo.
2. Estimular el deseo de la investigación personal para resolver sus problemas de estudio o aclarar curiosidades infantiles.
3. Inculcar en los niños hábitos sociales convenientes (AGUAYO, 1954:8)

Esses três objetivos constituíam o compêndio de um objetivo levantado na época: ajudar a escola em seus esforços para preparar a criança para a vida moral e profissional desde tenra idade. Também foi discutida a ideia de que a Biblioteca da Juventude não se limita a fornecer serviços como uma biblioteca infantil e pública com atividades independentes, mas deve ser organizada como uma "Biblioteca Modelo" para atuar como um Centro de Bibliotecas Escolares.

Bibliotecas escolares cubanas no período após o triunfo da Revolução (1959)

Com a vitória revolucionária de 1º de janeiro de 1959, um estágio de transformação começou em todas as áreas da sociedade cubana. A Revolução, desde o início, tomou medidas para enfrentar o terrível flagelo do desemprego e prestou atenção especial à luta para melhorar as terríveis condições em que a educação estava.

Uma das medidas fundamentais foi, em 1961, a Campanha de Alfabetização (PÉREZ-CRUZ, 2011), que iniciou uma verdadeira revolução na educação. A leitura tornou-se o instrumento necessário para a incorporação do povo no processo de transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no país (VICIEDO VALDÉS, 2006). Esse movimento reuniu *270 000 voluntarios (entre estudiantes, trabajadores y maestros) y logró, en menos de un año, reducir el índice de analfabetismo, de un 23,1 % a sólo 3,9 %.* *En ese breve tiempo, se alfabetizaron 700 000 personas, 55 % de las cuales eran mujeres y la mayoría residente en áreas rurales* (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1976:78).

Nesta fase, as bibliotecas escolares de Cuba alcançaram um grande desenvolvimento quantitativo. Em 1961, o Governo Revolucionário iniciou a criação de uma rede nacional de caráter sistêmico, na qual recursos substanciais foram alocados para a construção e adaptação de instalações e aquisição de fundos bibliográficos, audiovisuais e móveis para prover bibliotecas escolares.

Enquanto trabalhava para a criação de bibliotecas escolares e fornecia o necessário, os esforços foram concentrados no treinamento da equipe que participaria dessas atividades nas escolas. Inicialmente, professores do ensino fundamental selecionados na mesma escola em que a biblioteca estava localizada foram treinados. Esses professores trabalhavam simultaneamente na sala de aula e na biblioteca.

O desenvolvimento do ensino fundamental, o aumento da rede e sua extensão a diferentes tipos de níveis, o aumento de matrículas e a abertura de escolas, bem como a necessidade de professores, foram as principais causas da necessidade de treinamento. Bibliotecários escolares, uma vez que o trabalho na biblioteca se tornou cada vez mais indispensável.

Em 7 de junho de 1962, foi fundada a Escola de Treinamento em Bibliotecas, que mais tarde mudou seu nome para Assistente de Técnicos em Bibliotecas e, no ano acadêmico de 1970-1971, foi renomeada para Escola Nacional de Técnicos em Bibliotecas, com a responsabilidade de capacitar, em cursos regulares, técnicos para as diferentes bibliotecas da rede, organizações e instituições. Os currículos e programas foram desenvolvidos e modificados em cada estágio do desenvolvimento desses centros (MONTES DE OCA, 2005).

Em 1962, outra batalha, não menos importante, foi a campanha de leitura, liderada por Salvador Bueno, a pedido de Maria Teresa Freyre de Andrade, diretora da Biblioteca Nacional. Esta campanha cumpriu os propósitos iniciais da Revolução Cubana na busca de novos caminhos para o desenvolvimento cultural do povo (MONTES DE OCA SANCHEZ, 2005).

Como complemento aos planos que existiam em favor da educação e do papel da biblioteca da escola para unir forças, de 1974 a 1975 começou o treinamento regular de bibliotecários escolares com um nível aprovado no ensino médio. Por três anos, eles foram treinados em escolas pedagógicas e, após a graduação, tinham um nível médio mais alto que lhes permitia acessar a Universidade para continuar os estudos superiores no Bacharelado em Informações Científico-Técnicas e em Biblioteconomia (atuais Ciências da Informação) ou no Bacharelado de educação (RIVERA, 2005).

O desenvolvimento das bibliotecas escolares continuou, com seus altos e baixos, até os anos 90, quando o Período Especial os afetou, bem como todas as esferas da vida social e da economia nacional. Parece que, a partir de 2002, o período de recuperação gradual começou. Segundo Ferrer (2009), a situação desses há alguns anos tem sido objeto de debate para resgatar os valores que antes existiam. Durante a entrevista, Ferrer levantou:

... creo que el estado no es el mejor, pero en avance, se han mejorado las instalaciones y los mobiliarios y no los libros o sea los libros no están muy actualizados, pero en estos momentos se va a hacer una inyección de ocho títulos para bibliotecas escolares que van a llegar a todas las bibliotecas del país con el programa Editorial Libertad y estos ocho títulos creo que mejorarían un poquito el estado actual en que están los libros (FERRER, 2009).

Em um estudo realizado por esse profissional, é abordada uma relação da situação das bibliotecas escolares no ano acadêmico de 2008-2009 por diferentes graus de instrução e por províncias do país (ver Anexo 1).

Embora os livros não tenham sido totalmente atualizados, em 2009 havia pessoal qualificado e disposto a esse tipo de trabalho. Portanto, os esforços concentraram-se em trabalhar as qualificações profissionais.

A esse respeito, Ferrer também indicou que o número de bibliotecários escolares em 2008 estava acima de 11.000, motivo pelo qual a ênfase não estaria em “quantos livros temos”, mas na maneira como os livros são usados, não apenas livros, mas também todos os recursos de informação, haveria uma melhor utilização dos recursos tecnológicos das escolas; Essas televisões, vídeos, computadores e as informações que trafegam nesses recursos devem saber como usá-los e torná-los mais disponíveis para a biblioteca da escola. Nesse momento, havia quase 3000 bibliotecários escolares graduados em educação e quase 50 bibliotecários graduados em Biblioteconomia e Ciências da Informação e um Doutor em Ciências Sociais. A preparação e qualificação da equipe da biblioteca ajudou muito a melhorar o perfil de uso das bibliotecas.

O Centro de Informações para Educação do MINED (Ministério da Educação em Cuba) é muito responsável. Os esforços se concentraram em melhorar as condições existentes por meio de uma série de atividades e projetos, como competições que permitem verificar e fornecer conhecimento. Eles incluíam alunos, professores e bibliotecários. Essas

competições estimulam a atividade de pesquisa de todos os membros da escola. Sobre a importância desse tipo de atividade, Ferrer acredita:

Los concursos para todos los alumnos de los diferentes niveles se han ampliado, se está ampliando la participación y los perfiles de participación. El concurso “Leer a Martí” está dirigido por la Biblioteca Nacional y auspiciado por la Dirección de las bibliotecas escolares que está ampliando las posibilidades de participación. En diez años hay una participación de más de 5 millones de niños y jóvenes, esto afirma de la importancia que tiene la biblioteca en el desarrollo de la lectura, el amor a la historia y el despertar por las características propias que tenemos los cubanos del amor hacia Martí (FERRER, 2009).

O outro concurso *Saiba mais quem lê mais* é um concurso relativamente jovem, onde a criança não precisa defender uma obra escrita, ela tem que defender um pensamento de trabalho, analisado, ou seja, ele tem que discutir, falar; O nível de conhecimento que você tem está sendo avaliado, que também é direcionado pela biblioteca da escola.

La otra señal de progreso es el concurso para maestros dónde se están abriendo vertientes para premiar al mejor maestro promotor de lectura, esto se está haciendo conjuntamente con el Instituto Cubano del Libro donde creo que se pueda también encontrar un nuevo perfil de desarrollo del trabajo de la biblioteca escolar (FERRER, 2009).

Nas crianças, uma habilidade importante seria desenvolvida durante o período estudantil e em estágios posteriores, criando nelas independência intelectual, capacidade de análise, conformação de um sistema de estudo e organização da informação. No caso de professores e bibliotecários, é necessário elevar seu nível profissional, desde que eles possam contribuir com novas ideias do ponto de vista da escola, criando abordagens que favoreçam a educação e propondo melhorias no currículo.

Em uma visita à Biblioteca Nacional "José Martí", especificamente à área de crianças e jovens, foi possível verificar o bom funcionamento dessa instituição como biblioteca pública na criação de atividades para incentivar crianças e jovens a necessidade de informações e informações ansiedade do conhecimento, além de fingir instilar amor pelos livros e pelo hábito de ler. Foi possível observar a variedade de oficinas e atividades realizadas ali para os alunos das escolas comunitárias e para todos aqueles que gostariam de incorporar. Como exemplo:

- No nível secundário básico, são realizadas oficinas de Biblioteconomia para incentivar os jovens a perderem os valores perdidos em relação à importância das bibliotecas como fonte inesgotável de conhecimento e, por sua vez, tentar garantir a continuidade dos estudos para aqueles alunos que acabaram de terminar o nível médio de educação.
- *Preservar o futuro* é outra oficina em que são realizados trabalhos manuais com livros em mau estado, contribuindo assim para a preservação, cuidado e restauração. Por meio dessa atividade, os alunos aprendem a valorizar a importância dos livros e a importância de preservar e cuidar para que sejam usados por todos.

- Existem também oficinas dedicadas à proteção do meio ambiente e uma muito importante sobre o UNICEF, através da qual as crianças conhecem seus deveres e direitos perante a sociedade.
- Em relação ao nível da escola primária, são ministradas oficinas de papel machê onde a criança aprende a usá-lo e desenvolve sua capacidade criativa. Também são organizados cursos de informática que os aproximam das novas tecnologias.
- É realizado um projeto para crianças de 2 a 4 anos chamado “Bebeteca”, onde elas começam a dar os primeiros passos no mundo dos livros, informações e conhecimentos.

É necessário enfatizar que o principal objetivo desses projetos é a promoção da leitura e a estreita relação com o mundo da informação, onde diferentes artistas e escritores que colaboram com a biblioteca estiveram envolvidos, por exemplo, o narrador Mayra Navarro.

A experiência mostrou que a existência de bibliotecas nas escolas, bem como seu uso ideal, tem uma influência incalculável no processo de desenvolvimento da vida da criança desde o estágio primário. Em seus primeiros encontros com cultura e aprendizado, até seus futuros estudos e confrontos com seu desenvolvimento profissional. Nesse sentido, a afirmação do Dra. Raquel Robés nos anos 50 permanece válida:

Do ensino fundamental ao ensino superior, a biblioteca sempre será um fator essencial e poderoso para alcançar o pleno desenvolvimento de currículos e programas e, conseqüentemente, dos objetivos da educação. Sua importância é sempre a mesma, mesmo que seu valor seja mais evidente nos estágios médio e superior (ROBÉS, 1960:110).

Perspectivas para bibliotecas escolares em Cuba

A necessidade de expandir os horizontes da biblioteca escolar de Cuba (felizmente para os bibliotecários que nela trabalham e as bibliotecas desativadas) despertou o interesse de um grupo de especialistas que estão realizando projetos, com uma visão moderna baseada em A atual sociedade da informação. Eles procuram maneiras viáveis para cada escola ter um bibliotecário e, uma vez realizado, cumprem seus deveres como professor assistente, chamando-o de alguma forma. Isso, sob outra perspectiva, pode ser visto como educador e formador, embora isso seja considerado impossível se a família não se integrar como membro desse processo.

O que se deseja é que a imagem do bibliotecário seja levada em consideração, como a pessoa que sabe onde está o conhecimento e quem pode mostrar como alcançá-lo. Para isso, há especialistas que trabalham com a ideia de um “Currículo” que foi testado por um período de 4 anos, com o apoio de

... que la educación de usuarios se inserte en el propio proceso de formación y desarrollo de la personalidad que se diseña en las instituciones educativas a través de un currículo holístico y que forme parte intrínseca del encargo social asignado a la escuela (FERRER *et al.*, 2008:102)

deixando em evidência a conscientização e as possibilidades concretas de ativar um recurso disponível, tendo em vista tudo e com muito a contribuir.

Os objetivos do Programa Curricular para a Biblioteca Escolar têm como ponto de partida os objetivos das educações e estão associados às especificidades de cada série; permite desenvolver habilidades para a busca, coleta, uso e formas de compartilhamento de informações e é aplicado nas atividades e serviços oferecidos, principalmente aos alunos. En todo momento se trabaja para perfeccionar el trabajo independiente de los estudiantes con las fuentes de información e incidir en el enriquecimiento espiritual de los mismos (FERRER *et al.*, 2008:103).

Este currículo visa recuperar um espaço vital na captura de informações tão necessárias na vida de uma criança nas primeiras idades, onde tudo que ela aprende é marcado de maneira especial, pois está começando a explorar o mundo ao seu redor, embora obviamente a educação seja o aspecto primário em sua conformação. Este projeto, quase realizado, teve que ser implementado em 2010 em nível nacional. O projeto propõe tudo o que se relaciona às atividades escolares da biblioteca e do bibliotecário, os procedimentos a serem utilizados, apoiados pela especialização em graus que permitiriam uma diferenciação em termos de conteúdo, as metodologias necessárias e esclareceriam a relação que deveria existir de comum acordo professor bibliotecário. Ou seja, o currículo seria o elo entre os dois.

De acordo com Ferrer *et al.* (2008), o *Programa Curricular para a Biblioteca Escolar* procura aplicar as seguintes abordagens em bibliotecas localizadas dentro de instituições de ensino:

El bibliotecario escolar debe seleccionar los medios para el desarrollo de diferentes niveles de habilidades e intereses; organizar la información para que se acceda con facilidad a la misma; desarrollar aptitudes para la lectura, opinar y evaluar la información; enseñar cómo utilizar fuentes externas para la información adicional; poner a disposición de los maestros todo tipo de material para apoyar los objetivos de los planes y programas de estudio; así como tener en cuenta las perspectivas esenciales para su desempeño creativo de manera que establezca un ambiente apropiado para el aprendizaje.

Todo ello obliga al bibliotecario escolar a prepararse constantemente para alcanzar las metas y objetivos trazados, para enfatizar su imagen y lograr un impacto importante en el ambiente en que se desarrolla, para cultivar la cultura y la lectura dentro del proyecto educativo. Debe aprender a combinar el conocimiento, la iniciativa, la comunicación y las nuevas tecnologías.

Las actividades del bibliotecario escolar deben tener un enfoque educativo que considere las condiciones concretas en que se producen las formas de comunicación en las relaciones objeto-sujeto, el trabajo científico investigativo y el trabajo ideológico-político. No pueden ser aisladas y han de considerar la correspondencia entre los objetivos generales y los específicos y lograr que el alumno sea sujeto activo de su propio aprendizaje (FERRER *et al.*, 2008:101).

Ao trabalho que esse programa deve executar, a recuperação de um Boletim para as bibliotecas escolares que teve uma vida intermitente e que está tentando retomar a

manutenção da comunidade científica das bibliotecas escolares, propondo “sugestões, alternativas” variantes que chegam ao bibliotecário da escola e permitem extrair novas alternativas de trabalho” (FERRER, 2009). São ideias que manteriam as atividades oxigenadas e não permitiriam uma estagnação na incorporação de novas variantes que consolidam as existentes, uma circulação que consolida a posição da biblioteca promovendo o conhecimento e o apoio da biblioteca.

Conclusões

Ideias sobre a importância das bibliotecas escolares surgiram desde a década de 1930, no atual desenvolvimento do campo das bibliotecas cubanas, e com contribuições e apoio de várias personalidades e instituições, entre as quais o Lyceum Lawn Tennis Club foi pioneiro e constituído o antecedente mais relevante para as bibliotecas em um sentido geral em Cuba. Em particular, a Biblioteca da Juventude do Liceu, dirigida por María Teresa Freyre, conseguiu desenvolver trabalho com crianças e coordenação com escolas públicas no auge das melhores experiências da época.

As reformas na esfera educacional e bibliotecária, realizadas pelo governo revolucionário (após 1959), permitiram o acesso a livros e conhecimentos a todos os cidadãos cubanos. O desenvolvimento das bibliotecas escolares no período pós-revolucionário foi constante, embora sempre abaixo da demanda em termos de coleções e no nível profissional das pessoas que as frequentavam.

A deterioração das bibliotecas escolares, iniciada na década de 1990, teve uma melhora no final da década de 2008, mas não pôde ser completamente interrompida. Nestes anos, existe uma intenção do Ministério da Educação de revitalizar o papel das bibliotecas escolares, trabalhando em vários projetos para sua recuperação. Grandes esperanças foram focadas no papel que o Programa Curricular para a Biblioteca da Escola deve desempenhar. Por outro lado, o atual momento econômico que o país enfrenta impede o desenvolvimento de qualquer atividade na sociedade.

É de vital importância resgatar a imagem do bibliotecário da escola, pois depende dos serviços que presta e do comportamento dos usuários que a visitam. É necessário ter (dentro das escolas) uma equipe qualificada que trabalhe em conjunto com o processo de ensino e promova diversas atividades que contribuam para o desenvolvimento e a conscientização de tudo relacionado ao mundo da informação e da cultura.

Referências bibliográficas

AGUAYO, Mercedes

1954 La Biblioteca “Alfredo M. Guayo del Ministerio de Educación”. *Revista Cuba Bibliotecológica*. 2:2 (1954).

FERRER, Miguel A.

2009 *Situación de las bibliotecas escolares en Cuba*. [S. l.: s. n.], 18 maio 2009.

FERRER, Miguel A. [et al.]

2008 Programa Curricular para la Biblioteca Escolar. La Habana: [s. n.], 2008.

FREYRE DE ANDRADE, María Teresa

1953 El Trabajo bibliotecario en Cuba republicana. *Cuba bibliotecológica*. 2:1 (1953)

LAZCANO PINILLA, Dayilien

2001 *Lyceum Lawn Tennis Club en la Bibliotecología cubana*. La Habana: Universidad de la Habana, 2001.

Trabajo de diploma.

MONTES DE OCA SANCHEZ, Dania

2005 *Teresa Freyre de Andrade, fundadora de la Biblioteconomía moderna en Cuba*. La Habana: Universidad de la Habana, 2005.

Trabajo de diploma.

MONTES DE OCA SÁNCHEZ, Dania; RIVERA, Zoia

2006 María Teresa Freyre de Andrade, fundadora de la bibliotecología cubana. *ACIMED*. 14:3 (2006).

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

1976 *Memorias: Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba*. La Habana: Departamento de Orientación Revolucionaria del Comité Central del PCC, 1976.

PÉREZ-CRUZ, Felipe de Jesús

2011 La Campaña Nacional de Alfabetización en Cuba. *Varona*. 53 (2011) 10-23.

RIVERA, Zoia

2005 Lyceum Lawn Tennis Club: el inicio de la formación de los bibliotecarios en Cuba. *Bibliotecas: Anales de Investigación*. 1 (2005) 80-95.

ROBÉS, Raquel

1960 La Biblioteca en las escuelas de formación del magisterio y su influencia en el desarrollo de las bibliotecas escolares. *Revista Cuba Bibliotecológica*. 5:1-2 (1960).

SETIÉN QUESADA, Emilio

1977 El Desarrollo de la Biblioteca Nacional durante 75 años y su influencia en el movimiento bibliotecario del país. *Revista de la Biblioteca Nacional «José Martí»*. 19:1 (1977) 59-94.

VICIEDO VALDÉS, Miguel

2006 La Biblioteca pública cubana en el período 1959-1989. *ACIMED*. 14:1 (2006).

Alejandro Medina González | almedina@usal.es

Universidad de La Habana, Cuba / Universidad de Salamanca, Espanha

*Anexo 1 - Unidades del Sistema Nacional de Información para la Educación***RESUMEN NACIONAL****CURSO 2008-09****14/01/2009**

BIBLIOTEC. ESCOLARES	TOTAL	P.R.	Hab.	C.H	Mza	V. C	C.F	S. S.	C. A	Cam	L.T	Hol	Gram	S.C.	Gta	I.J.
PRIMARIA	3700	360	206	523	178	229	105	147	129	241	188	233	587	395	151	28
Urbana	2303	141	174	523	164	164	89	86	83	162	97	168	166	206	59	21
Rural	1397	219	32	0	14	65	16	61	46	79	91	65	421	189	92	7
ESPECIAL	394	22	24	69	18	26	18	15	15	31	20	33	35	42	20	6
SECUNDARIA BÁSICA	1022	59	69	181	60	83	33	40	40	73	54	82	81	102	54	11
ESBU	790	35	58	181	46	68	25	27	32	55	40	62	53	73	32	3
ESBEC	202	22	6	0	11	13	7	12	6	16	12	18	26	27	20	6
EVA	14	1	2	0	2	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
EIDE	16	1	3	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PREUNIVERSITARIO	402	28	59	7	21	34	19	17	18	29	22	36	39	41	24	8
IPU	17	2	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	12	0	0
IPUEC	254	23	52	0	11	19	11	10	9	20	15	25	23	16	16	4
IPVCE	21	1	2	1	3	2	1	1	1	1	1	4	1	1	1	0
IPVCP	69	0	2	2	5	11	4	5	5	5	3	5	7	8	5	2
For. Emerg.	9	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	5	0	0	0
EIA	16	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1
IPUM	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
ESPA	13	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1

ETP	373	28	31	46	35	31	13	20	17	27	17	33	25	28	16	6
Politécnicos	285	22	23	36	24	22	12	17	12	20	14	22	17	24	15	5
Esc. de oficios	88	6	8	10	11	9	1	3	5	7	3	11	8	4	1	1
ADULTOS	132	10	4	12	4	0	0	6	4	23	25	23	20	0	1	0
SOC-FOC	63	4	4	7	3	0	0	3	2	9	6	14	11	0	0	0
IDIOMAS	12	0	0	5	1	0	0	0	1	0	1	1	2	0	1	0
CSIJ	57	6	0	0	0	0	0	3	1	14	18	8	7	0	0	0
SERV. CIRCULANTE RURAL	1263	91	14	0	34	77	42	52	26	58	124	298	77	222	148	0
Cent. Operativ.	1263	91	14	0	34	77	42	52	26	58	124	298	77	222	148	0
Esc. Atendidas	4334	405	101	0	161	438	127	227	179	300	342	1013	188	444	409	0
CDIP	182	15	18	17	15	14	9	9	11	14	9	14	14	10	11	2
Municipales	166	14	17	15	14	13	8	8	10	13	8	13	13	9	10	1
ISP	16	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Facultades	4	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
SUM PED.	165	16	15	6	14	16	8	9	8	13	8	13	16	13	10	0
TOTALES	7637	629	440	864	379	510	247	315	268	509	467	765	894	854	435	61

Anexo 2 - Entrevista - Situação das bibliotecas escolares em Cuba

Entrevistado: **Dr. Ferrer, Miguel A.**

Diretor do Centro de Informações para Educação

Data: 18 de maio de 2009

Local: Centro de Informações Educacionais do MINED

Hora: 9:20 da manhã

Guia da entrevista

1. Na sua opinião, qual é o estado atual das bibliotecas escolares em Cuba?
2. Você acha que houve uma desuperação em relação às bibliotecas? Havia um estado melhor que o atual ou um estado relativamente bom? Houve algum fator que influenciou essa desuperação?
3. Quais são os sinais de melhoria?
4. Quais estratégias são definidas para o futuro?
5. Existe a possibilidade de incorporar tecnologias nas bibliotecas escolares?

Resumo: Objetiva destacar a função educativa que as bibliotecas e os bibliotecários precisam desempenhar na sociedade contemporânea tendo em vista o cenário tecnológico e informacional no qual estão inseridos. Utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica, pautada em revisão de literatura. Os dias atuais são marcados pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação, consequentemente, os processos de organização, acesso e uso de informações evoluíram muito e, com isso, novos desafios se apresentam aos profissionais da informação. Ao observar os efeitos positivos e negativos do avanço tecnológico e da emissão de grandes conteúdos informacionais, fica evidente que os bibliotecários, aliando as suas consolidadas técnicas a um fazer social e humanístico, podem colaborar para a construção de indivíduos com competências informacionais, tanto para a busca e recuperação da informação como também no seu uso para criação de novos conhecimentos. Entretanto, para que as bibliotecas se tornem agentes ativos no processo de letramento informacional, muitas dificuldades ainda precisam ser vencidas.

Palavras-chave: Bibliotecas - organização da informação; Competências; Letramento informacional; Sociedade da Informação.

Abstract: It aims to highlight the educational role that libraries and librarians must play in contemporary society in view of the technological and informational scenario in which they are inserted. It uses as methodology the bibliographical research based on literature review. The current days are marked by the progress of information and communication technologies, consequently the processes of organization, access and use of information have evolved greatly and, with this, information professionals face new challenges. In observing the positive and negative effects of technological advances and the emergence of large informational contents it becomes evident that by combining their consolidated techniques with a social and humanistic approach librarians can collaborate for the construction of individuals with informational skills, for both search and retrieval of information as well as its use for the creation of new knowledge. However, in order to improve libraries to become active agents in the information literacy process, many difficulties still have to be overcome.

Keywords: Libraries - information organization; Skills; Informational literacy; Information Society.

1. Introdução

Nos dias atuais, o avanço tecnológico tem causado mudanças constantes na sociedade. Com o avanço das tecnologias de comunicação e informação, houve uma grande mudança no que tange aos processos de produção, armazenamento, recuperação e disseminação de informações em âmbito mundial. A informação está sendo produzida em escalas sem precedentes e em diversos formatos e, com isso, muito se tem falado sobre a facilidade do acesso que as pessoas têm hoje às grandes quantidades de informação.

Principalmente com a chegada da Internet e da *web*, a humanidade foi imersa em uma onda de informações de diversos tipos, formatos e conteúdos científicos ou não, de fontes

confiáveis ou não. Por conseguinte, surgiram novas possibilidades, novas oportunidades e novas sensações, bem como também novos e complexos tipos de problemas.

Nesse contexto, os profissionais da informação que atendem usuários pesquisadores nas diferentes áreas do conhecimento precisam estar preparados para a tomada de decisões quanto à seleção, o armazenamento e a representação de conteúdos em diferentes suportes e para diferentes públicos. Além disso, precisam criar maneiras de facilitar o acesso a informações de qualidade, e fazem isso organizando os acervos, realizando uma catalogação completa dos materiais, usando instrumentos próprios e tecnologias de *softwares* que permitem aos usuários diversas possibilidades de buscas nos catálogos, tais como: busca por autor, busca por título, busca livre, busca por assuntos e outras.

No campo da Biblioteconomia “o ato de organizar está representado nos processos de catalogação, indexação e classificação, cuja finalidade desses processos, *a posteriori*, é viabilizar os mecanismos de busca e recuperação da informação” (SANTA ANNA, 2015:316).

A preocupação com a organização e a catalogação da informação para torná-la recuperável se torna ainda mais evidente na era da sociedade em rede. A grande quantidade de informações em diversos formatos torna difícil a sua recuperação na *web*, com isso, “há uma urgência em se pensar na organização dessa informação disponível na rede, para se pensar no futuro, na memória, na história da humanidade” (ARAÚJO e FACHIN, 2015:93).

Contudo, não se pode deixar de considerar que, além de organizar a informação visando sua recuperação, “[...] novos desafios e problemas mais complexos se apresentam para o cientista da informação em nossos dias” (FREIRE e FREIRE, 2009:95).

Para Bembem, Santos e Pinho Neto (2014:21), além da preocupação com o uso de ferramentas para a representação e disseminação de informações, “o pensar criticamente as tecnologias da informação e comunicação deve ser uma reflexão constante na Ciência da Informação”. Sendo assim, na perspectiva da sociedade contemporânea e diante dos avanços tecnológicos, é preciso ir além da corrida pela facilitação do acesso ou recuperação da informação. Os profissionais da informação, estão hoje diante de uma nova “responsabilidade social”, conforme apontado por Freire e Freire (2009:116, *grifo nosso*), “[...] o que há, na realidade, é um problema de excesso de informação, bem como a necessidade de organizá-la e, principalmente, **torná-la útil à sociedade** [...]”.

Entende-se, portanto, que tornar a informação útil à sociedade, envolve mais do que simplesmente torná-la acessível com uso de potentes tecnologias, “[...] importa, no entanto, evitar um equívoco fundamental: o que leva a identificar **informação e saber**, e, do mesmo passo, a concluir que o mero fornecimento de mais informação aos indivíduos representa, por si só, um acréscimo de saber” (SERRA, 1998:131, *grifo nosso*).

Diante desse quadro, o presente artigo, objetiva destacar a função educativa que as bibliotecas precisam buscar desempenhar, tendo em vista as inúmeras tecnologias da informação e comunicação existentes na sociedade contemporânea. Para alcançar esse objetivo, foram considerados os seguintes objetivos específicos: a) identificar mudanças sociais impulsionadas pelo uso excessivo das Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC) na sociedade contemporânea, destacando-se, principalmente, as suas consequências negativas b) enfatizar a necessidade da busca por competências informacionais no ambiente das bibliotecas. Ressalta-se que a organização e a representação da informação

em ambientes de bibliotecas podem contribuir, não apenas para facilitar o acesso às informações de qualidade, mas também como um instrumento a serviço do “acréscimo de saber” aos usuários frequentadores desses espaços.

2. O percurso metodológico

Quanto às fontes, o presente estudo revela-se bibliográfico por ter sido pautado exclusivamente em revisão da literatura. Possui a natureza descritiva e abordagem qualitativa, uma vez que não foram trabalhados dados quantitativos. Partindo do pressuposto de que o avanço tecnológico, além de facilidades e benefícios, traz também novos tipos de problemas à sociedade, desenvolveu-se o estudo em três etapas principais, sendo as seguintes:

- a) primeiramente realizou-se uma revisão bibliográfica acerca de autores que apresentam uma visão crítica, abordando as mudanças sociais advindas do excesso de informações e o uso exacerbado das tecnologias na sociedade contemporânea, onde são problematizadas as consequências tanto positivas como negativas advindas desse cenário;
- b) em seguida, buscou-se, também, por meio de revisão da literatura, apontar o importante papel social e humanístico que as bibliotecas precisam desempenhar diante dessa realidade contemporânea; e
- c) por fim, foi realizada uma análise crítica para a apresentação dos resultados alcançados.

3. Os dois lados da “sociedade da informação”

Na sociedade contemporânea, observa-se que o avanço tecnológico tem proporcionado muitos benefícios e facilidades para a vida cotidiana das pessoas. As TIC, cada vez mais, são colocadas à disposição das pessoas, causando transformações, pois “[...] geram inúmeras perspectivas de relacionamento, de se fazer presente no meio social e de se relacionar com a nova estrutura de espaço urbano que vem se formando, assim como com o espaço digital, de forma a (re)configurar espaços e práticas e relações sociais” (FONTES e GOMES, 2013:61).

As ferramentas tecnológicas levam os cidadãos a ter acesso instantâneo à informações e conteúdos. As redes sociais permitem que as pessoas se expressem e compartilhem seus pensamentos/sentimentos com outros indivíduos ou grupos ao redor do mundo. “A geração atual utiliza intensamente as TICs para suprir as suas necessidades de informação e de relacionamento com os outros” (OLIVEIRA e CRANCHI, 2017:38).

Nesse sentido, Fontes e Gomes (2013) consideram que o advento da Internet e a chamada “revolução digital” provocaram:

- a) **Impacto na comunicação e informação:** a Internet, hoje o principal meio de comunicação, se diferencia dos meios tradicionais de comunicação pois, entre outras coisas, potencializa a interatividade, promove a participação ativa do usuário e se destaca pela facilidade em publicação de conteúdos; e
- b) **Novos hábitos sociais e culturais:** o ciberespaço (sociedade em rede) aniquilou as distâncias impostas pela geografia e permitiu tentar controlar o tempo.

Além disso, Fontes e Gomes (2013) acrescentam que a Internet e a “revolução digital” “disponibilizaram, entre outros benefícios, opções de produção, consumo e compartilhamento de informações ao possibilitar a convergência midiática, ou seja, a união do texto, som, imagem e telefonia em uma única mídia” (FONTES e GOMES, 2013:65).

Tudo isso pode causar a sensação de que o avanço no uso das TIC está proporcionando um mundo mais aberto à democracia e à efetiva participação do indivíduo nas questões sociais em prol da coletividade. Todavia, não se pode deixar de considerar o uso das TIC com um olhar crítico e um pensar mais complexo. Por esse ângulo, Pinho Neto (2008:2) pondera que “[...] é necessário refutar as perspectivas teóricas baseadas em prerrogativas deterministas, pois estas inviabilizam a distância e o estranhamento necessários à reflexão e à crítica”.

É preciso considerar que nenhuma técnica é capaz de agir sozinha ou causar transformações ou “revoluções” por si mesma, ou seja, o direcionamento do uso das TIC, na sociedade, tem avançado em conjunto com as vontades, os desejos e a atividade dos humanos, estando, portanto, o homem e a técnica atrelados numa união indissociável. Conforme o entendimento de Castells (1999:43), “a tecnologia não determina a sociedade: incorpora-a. Mas a sociedade também não determina a inovação tecnológica: utiliza-a”.

Desse modo, há que se considerar os **dois lados** da chamada Sociedade da Informação, visto que, além dos muitos benefícios e facilidades, o avanço das TIC contribui também para gerar consequências negativas na sociedade.

Conforme apontado por Pinheiro e Brito (2014, *on-line não paginado*) “[...] à Ciência da Informação, em particular, cabe a compreensão de que a informação em sua “dimensão negativa” também deve ser pesquisada”. Convém aqui reforçar que o fato de se ter acesso a uma grande quantidade de informações não é suficiente para cultivar cidadãos bem informados. Ao contrário disso, o próprio **excesso de informações** destaca-se como uma dimensão negativa, tornando-se um grande obstáculo aos pesquisadores.

Diante disso, os autores Tomaél *et al.* (2001) relatam o problema da avaliação da **qualidade das informações** encontradas na Internet:

No entanto, alguém que passe certo tempo surfando na Web acaba por encontrar “o bom, o mau e o feio”, isto porque, devido à abertura do sistema, qualquer pessoa pode colocar qualquer tipo de informação na Internet. Não existem avaliações prévias do que é disponibilizado. O acúmulo de informações sem relevância aponta para a necessidade de filtros que permitam a recuperação de informações de qualidade e com maior revocação (TOMAÉL, *et al.*, 2001:3, *grifo nosso*).

O termo “surfando na web” é bastante apropriado na citação acima pois, diante de infinitos conteúdos disponíveis na *web*, o pesquisador acaba por assim “navegar superficialmente” num mar abundante de informações, não tendo tempo para se aprofundar nos conteúdos e, conseqüentemente, nem em suas reflexões. Gasque (2012:27) acrescenta que, “no âmbito acadêmico, em muitos casos o acesso às informações, não necessariamente de qualidade, torna o plágio bastante comum entre muitos aprendizes, que se limitam a copiar e colar”. Além disso, “[...] não devemos esquecer-nos que a rede não permite a produção do conhecimento em si. O conhecimento surge de perguntas sobre as mais variadas situações, o que exige **tempo de reflexão** por parte do sujeito” (BARRETO, 2005:121, *grifo nosso*).

O tempo do pesquisador é um fator importante a ser considerado. As informações são produzidas com muita velocidade na rede e diversos são os critérios para avaliar a qualidade dos conteúdos de fontes de informação, dentre os quais destacam-se, principalmente: autoridade, atualidade das informações e precisão (TOMAÉL, *et al.*, 2001).

Assim, exige-se tempo e esforço para “separar o joio do trigo” quando se trata de qualidade dos conteúdos da Internet. O tempo torna-se, portanto, um recurso valioso na busca por fontes seguras e informações confiáveis. Isso foi ressaltado por Keen (2009:34) ao explicar que “o único recurso cada vez mais desafiado por essa cauda longa de conteúdo amador é nosso tempo – o mais limitado e precioso de todos os recursos”. O autor ainda acrescenta que “a informação gratuita de fato não é gratuita; todos nós acabamos pagando por ela de uma maneira ou de outra com o mais valioso de todos os recursos – nosso tempo” (KEEN, 2009:47).

Entretanto, há ainda outros fatores a serem destacados como sendo consequências negativas do avanço tecnológico e da sociedade em rede, como por exemplo: as armadilhas do **consumismo na era digital**. Diariamente as pessoas são bombardeadas com propagandas e estratégias mercadológicas que tendem a desviar a atenção dos indivíduos das outras questões que realmente importam, isto foi enfatizado por Santos (1988:17): “Na pós-modernidade, o indivíduo vive banhado num rio de testes permanente. Digitalizados, os signos pedem escolha. Não uma decisão profunda, existencial, mas uma resposta rápida, impulsiva, boa para o consumo”. O autor enfatiza ainda que “[...] a tecnociência invade o cotidiano com mil artefatos e serviços, mas não oferece nenhum valor moral além do hedonismo consumista” (SANTOS, 1988:73).

Com os recursos da *web*, os internautas passaram a ter nas mãos o poder da participação ativa, a oportunidade de falar e não apenas receber informações. Mas, de que forma as pessoas estão usando esse poder de expressão? quais estão sendo hoje suas prioridades? Nesse aspecto, Keen (2009, p. 55) faz uma severa crítica ao uso que tem sido feito da *web 2.0*, onde os indivíduos além de receptores, tornaram-se também os emissores frenéticos de informações:

Em vez de começar nossas conversas sobre política, economia e relações exteriores a partir de uma perspectiva informada comum, os blogueiros amadores discorrem sobre assuntos triviais como sua marca de cereais matinais, de carro, ou personalidade de *reality show* favorita (KEEN, 2009:55).

Além disso, há também na sociedade contemporânea a questão da **desinformação**. Os autores Pinheiro e Brito (2014) ao considerarem os múltiplos significados e a utilização do conceito de desinformação apontam que este é hoje um problema complexo que vai muito além da simples falta de cultura ou falta de conhecimento sobre determinado assunto. Conforme o texto mostra, a desinformação pode ser induzida à população de forma proposital servindo, assim, como um instrumento estratégico de manipulação. Essa questão também é mencionada por Parra Filho e Martins (2017) que acrescentam que os problemas com a desinformação e manipulação das massas vem permeando inclusive a esfera pública e política.

Ainda no que se refere à desinformação, Araújo (2017) acrescenta que, além dos muitos *sites* e dos robôs dedicados especialmente a veicular mentiras, “também as grandes

empresas jornalísticas, vinculadas a interesses comerciais, atuam fortemente na divulgação de boatos, notícias falsas ou parcialmente verdadeiras [...]” (ARAÚJO, 2017:75).

Mas, essa problemática não está só na informação escrita. O autor Philippe Quéau (1999), por outro ângulo, faz uma análise acerca da virtualização e o tratamento das imagens, onde destaca que muitas vezes as **imagens virtuais** podem ser confundidas com o real num jogo de manipulação e trucagens, e com isso, “a fronteira entre o verdadeiro e o falso torna-se cada vez mais impalpável, e as balizas que permitem distinguir os diversos níveis de verdade das representações e de avaliar a sua credibilidade tornam-se cada vez mais difíceis de controlar” (QUÉAU, 1999:96).

Mediante essa análise, o autor faz um alerta para a necessidade de uma nova forma de alfabetização, de modo que se possa melhorar a formação do público, porém, antes disso, é preciso primeiro que a sociedade tenha consciência desses problemas. Quéau (1999:97) acrescenta ainda que “quanto mais estivermos imersos na imagem, mais deveremos aprender a desconfiar desta imagem, e evitar de nos deixar absorver pela pseudo-evidência dos sentidos”.

Perante todos esses fatores negativos mencionados até aqui, observa-se que, na sociedade contemporânea em rede, não é tarefa fácil tornar-se um cidadão consciente, bem informado e capaz do diálogo, da reflexão crítica e da participação política e social. Também não é fácil filtrar e extrair informações relevantes e confiáveis que possam servir de base para a criação de novos saberes e de novos conhecimentos que façam a diferença na sociedade.

Tudo isso mostra que o foco não deve estar apenas na disponibilidade de acesso aos aparatos tecnológicos ou do simples acesso às informações. O que se precisa entender, é que o foco, principalmente o foco das políticas públicas para a inclusão digital, deve ser direcionado também para a questão da formação humana e para as questões que englobam a educação para a vida das pessoas. De acordo com Aquino (2007:15, *grifo nosso*):

Mesmo que estejamos, no cotidiano e nas salas de aula, conectados à sociedade em rede pela multiplicidade de ferramentas hoje colocadas à nossa disposição pelas tecnologias da informação e comunicação, como computadores, redes de informação, televisão, vídeo, fax etc., não podemos deixar de pensar na **formação de sujeitos humanos**. Nesse sentido, o diálogo deverá ser considerado uma ferramenta importante para a construção de sujeitos capazes de fala e de ação.

Portanto, trabalhar para a construção de sujeitos com capacidade crítica para distinguir informação e desinformação e sobretudo “capazes da fala e da ação” se constitui hoje uma preocupação e uma urgência global e esta deve ser também uma das preocupações dos profissionais da informação.

4. A organização da informação em bibliotecas: um passo na busca por competências em informação

As bibliotecas são instituições que agregam profissionais acostumados a seguir regras, padrões e normas internacionalmente estabelecidas para a organização e a representação

da informação contida em seus acervos. No ambiente físico das bibliotecas, normalmente existem setores responsáveis por distintas atividades, entre eles, está o setor de processos técnicos, onde são aplicadas políticas internas tais como a Política de Seleção e Desenvolvimento de Coleções, além de organizar a informação e realizar sua representação no sistema informatizado.

O processo de representação, também chamado de catalogação, realizada pelos bibliotecários se divide em dois tipos, os quais resultam para os usuários em diferentes possibilidades de busca e recuperação nos sistemas, sendo: 1) através da representação descritiva, quando ocorre a descrição dos dados físicos do material, possibilita-se a realização de buscas por nome de autor, por título, por tipo de material, etc.; e 2) através da representação temática, quando ocorre a descrição do conteúdo, ou seja, dos assuntos contidos no material, possibilita-se a realização de buscas por assuntos de interesse (MAIMONE, SILVEIRA e TÁLAMO, 2011).

É importante ressaltar que os esforços dos profissionais da informação no sentido de padronizar a representação dos recursos informacionais não é uma novidade no cenário mundial. Antes da chegada da internet e da *web*, o registro dos dados dos acervos das bibliotecas era realizado por meio de fichas ou cartões impressos que eram armazenados e possibilitavam buscas em catálogos manuais. O avanço das TIC, teve um impacto positivo na realização desses serviços (SANTA ANNA, 2015).

Como consequência do avanço tecnológico e da chegada do computador, surgiu nas bibliotecas a necessidade de transportar fichas e catálogos que outrora eram feitos manualmente, para os sistemas de recuperação da informação tendo seus dados estruturados de forma legível por máquina, para tal, as bibliotecas começaram a utilizar os padrões de metadados. Dentre os padrões de metadados comumente usados por bibliotecários, destaca-se o Formato MARC (*Machine Readable Cataloging*), que teve sua origem na década de 1960 por uma iniciativa da Library of Congress, nos Estados Unidos (ASSUMPÇÃO e SANTOS, 2015).

O MARC 21, como é conhecido hoje, se constitui em um conjunto de padrões de metadados que se espalhou pelo mundo, sendo adotado por muitos *softwares* de gerenciamento de bibliotecas. Além de estruturar os dados sobre cada material do acervo, esses formatos permitem o intercâmbio desses dados entre diferentes sistemas de bibliotecas, além de possibilitarem a atuação das bibliotecas em rede, gerando a criação dos catálogos coletivos *online*.

No Brasil, desde o final da década de 1960 vêm sendo adotadas, nas bibliotecas, as *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR), ou Código de Catalogação Anglo-americano, um importante instrumento onde são estabelecidas regras para a representação descritiva dos diferentes tipos de materiais bibliográficos (MEY e SILVEIRA, 2009).

Outrossim, para acompanhar o avanço tecnológico e melhorar a recuperação dos novos tipos de suportes e conteúdos informacionais, foi lançado, no ano de 2010, o *Resource Description and Access* (RDA), um novo instrumento cujas regras para descrição de materiais são mais simplificadas em relação ao AACR2 e especialmente projetadas para a descrição de documentos digitais e de acesso *online* (SILVA *et al.*, 2017). Conforme destacado por Machado e Pereira (2015:299), a intenção é que o RDA se torne o “novo

código de catalogação e substitua o AACR2 a fim de melhorar a recuperação do conhecimento registrado nas bibliotecas”.

No entanto, além dos códigos de catalogação e dos padrões de metadados, os bibliotecários também lançam mão de ferramentas que auxiliam na representação temática, ou seja, na representação dos assuntos contidos nos materiais. Dentre essas ferramentas destacam-se, por exemplo: os esquemas de classificação hierárquicos de assuntos, tal como a Classificação Decimal de Dewey (CDD); e também os Tesouros que contemplam listas de termos controlados de uma determinada área do conhecimento, cuja estrutura engloba relacionamentos associativos, de equivalência e hierárquicos entre os termos, visando a qualidade na representação dos assuntos.

A prática do bibliotecário com o uso dessas ferramentas que norteiam a representação da informação na *web*, aliadas ao avanço das TIC, principalmente com o desenvolvimento de poderosos *softwares* para gerenciamento de bibliotecas, tem otimizado e tornado os processos de organização e representação da informação cada vez mais eficientes em ambientes de bibliotecas, tanto para os seus espaços e acervos físicos quanto para os espaços e acervos digitais. Isto é fundamental para a organização da informação uma vez que as bibliotecas tradicionais estão cada vez mais se convertendo nas chamadas “bibliotecas híbridas” onde o acervo passa a ser composto tanto de conteúdos com suporte impresso/físico como também no formato eletrônico/digital.

Considerando a importância de pensar uma representação da informação que esteja de acordo com as necessidades dos usuários, Bembem, Santos e Pinho Neto (2014:19) enfatizam:

As formas de representação da informação são os elementos que precedem o acesso à informação e, por conseguinte, precedem as possíveis formas de construção do conhecimento. Por essa razão, considera-se que as formas de representação devem estar o mais próximo possível das realidades dos sujeitos, sendo necessária a possibilidade de atrelar as representações formais, elaboradas por profissionais, às representações elaboradas por usuários.

Cabe, portanto, ao bibliotecário, por meio da educação continuada, buscar conhecimento sobre essas tecnologias que agilizam e tornam os processos técnicos mais dinâmicos, bem como também estar preparado para o uso das ferramentas e instrumentos peculiares de sua área para auxiliar na representação da informação em todos os seus formatos (OKADA e ORTEGA, 2009).

Estando os catálogos de bibliotecas disponíveis *online* e organizados com a ajuda de importantes ferramentas tecnológicas, a tendência é que os usuários se tornem mais independentes na realização de suas buscas pela informação contidas nos acervos das bibliotecas. Com a ajuda dos motores de busca da Internet, o usuário acessa os catálogos de bibliotecas sem precisar sair de sua casa, usando seu próprio computador, ou até mesmo de qualquer lugar, por meio de seus dispositivos móveis.

O próprio bibliotecário pode criar meios para capacitar seus usuários de modo a torná-los cada vez mais autônomos na recuperação da informação. Com isso e com o aumento dos conteúdos cujo texto completo está disponível em suporte eletrônico, torna-se natural que os usuários já não procurem mais com tanta frequência os bibliotecários para a simples

localização de materiais do acervo da biblioteca. No entanto, isto não deve ser encarado como um fator negativo para os profissionais da informação. Pelo contrário, deve abrir espaço para a reflexão acerca das outras funções que o bibliotecário pode realizar, além de facilitador do acesso à informação (ARAÚJO, 2017).

Além disso, numa sociedade em que as imagens, fotografias e vídeos ganharam demasiada atenção principalmente dos jovens, um papel fundamental que recai sobre as bibliotecas é o de estimular e promover o hábito da leitura, porque é a partir da leitura que será possível gerar novos saberes. Segundo Barreto (2005:116), “desde o aparecimento da imprensa, a leitura é considerada instrumento dos mais importantes na aquisição de informações, as quais se forem significadas pelo sujeito e apropriadas para seus diferentes contextos constituir-se-ão em conhecimento”.

Assim, conforme Dudziak, (2003:34, *grifo nosso*) “repensar o papel do bibliotecário e repensar a biblioteca enquanto organização são caminhos acertados que conduzirão à expansão da transformação da educação e da implementação de programas educacionais voltados para a **competência em informação**”.

Nesse sentido, Gasque (2012) argumenta que, embora as palavras ‘competência’ e ‘letramento’ estejam relacionadas, existe uma diferença entre esses termos. “Competência deve ser usada como expressão do ‘saber-fazer’, derivada das relações entre o conhecimento que o sujeito detém, a experiência adquirida pela prática e a reflexão sobre a ação” (GASQUE, 2012:51). Já o letramento informacional é um conceito mais complexo e abrangente pois envolve amplo processo de ensino-aprendizagem.

O letramento informacional constitui-se no processo de aprendizagem necessário ao desenvolvimento de competências e habilidades específicas para buscar e usar a informação. Por isso, ao se pensar em implantação do letramento informacional deve se considerar inicialmente a concepção de ensino-aprendizagem subjacente ao processo do letramento (GASQUE, 2012:52).

Silva *et al.* (2005:32) relatam que o conceito *information literacy* surgiu “nos Estados Unidos, no início da década de 70, entre profissionais preocupados com o papel da biblioteca escolar na educação global, no novo tempo digital”. Contudo, as bibliotecas, sejam as escolares, as universitárias, as públicas ou as especializadas, podem contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades na busca e no uso da informação por parte dos usuários, como também podem ser participantes ativas no planejamento pedagógico para o processo de letramento informacional, mas isto se constitui em um desafio e numa mudança cultural, conforme considera Dudziak (2003:33):

Em relação à *information literacy*, as bibliotecas enfrentam o desafio de se transformarem, de repositório de informações e prestadoras de serviços, em organizações provocadoras de mudanças nas instituições em que atuam. Para se constituírem em organizações aprendentes e espaços de expressão, têm de buscar sua própria revolução, adotando práticas de inovação organizacional.

Gasque (2012) aponta diversas atividades a serem desenvolvidas pelas bibliotecas em prol da criação de competências em informação, as quais podem ser incluídas no processo de letramento informacional. Nas escolas e universidades, por exemplo, os bibliotecários podem colaborar com os processos de ensino e aprendizagem que acontecem nos espaços

pedagógicos. Podem também contribuir ensinando, aos professores e alunos, os conteúdos necessários à realização da pesquisa, tais como: compreensão da organização da biblioteca; a busca em bancos de dados; construção de resumos; a aplicação das normas da ABNT na estrutura das pesquisas, dentre outros (GASQUE, 2012).

No entanto, ainda segundo Gasque (2012), para os bibliotecários atuarem enquanto “infoeducadores”, precisam aprender a aprender antes de ensinar. Precisam de capacitação para o desenvolvimento de habilidades para o ensino. Além disso, para que as bibliotecas consigam participar ativamente em ações concretas voltadas para o processo de letramento informacional, muitos desafios precisam ainda ser vencidos, dentre eles: falta de integração pedagógica das bibliotecas nas escolas, nas universidades e nas comunidades; escassez de recursos e carência de infraestrutura adequada.

5. Considerações finais

Por meio das discussões elencadas anteriormente, observa-se que, na sociedade atual, também chamada de sociedade da informação, o avanço das TIC é impulsionado pelas vontades e os desejos dos homens, isto tem trazido consequências positivas e negativas para a sociedade como um todo. Em meio ao excesso de informação e desinformação, as bibliotecas e os bibliotecários podem exercer um papel educativo contribuindo no processo de construção de competências informacionais em seus usuários.

Porém, usuário competente em informação não é só aquele que consegue recuperar ou buscar informações. Há muito mais envolvido do que apenas o acesso à informação em rede, é preciso que, haja também uma consciência crítica para filtrar e extrair o que é relevante em meio a uma infinidade de conteúdos e formatos disponíveis hoje na Internet.

O uso exacerbado das TIC na sociedade contemporânea possui um lado negativo que traz à tona problemas, tais como o excesso de informação, informações não confiáveis (*fake news*), desinformação e muitos outros. Com isso, a biblioteca pode desempenhar um importante papel preparando e treinando usuários para serem competentes em informação, capazes de discernimento e de análise crítica na busca por informações de qualidade e na escolha de fontes de informação adequadas, principalmente na Internet. Conforme destaca Gasque (2012:157), “o papel das bibliotecas pode ser enriquecido com a mediação dos bibliotecários nos processos de aprendizagem dos usuários, isto é, mais do que organizar a informação, os bibliotecários devem se preocupar em ajudar os usuários a buscá-la e usá-la”.

Contudo, não há a intenção, com isto, de dizer que os bibliotecários não precisam mais se preocupar com os processos técnicos envolvidos na organização e representação das informações. Pelo contrário, a organização da informação e sua representação descritiva e temática no âmbito das bibliotecas são de fundamental importância para proporcionar um **ambiente de aprendizagem** onde se possa capacitar usuários na busca e no uso de informações de qualidade. Além disso, tais processos não estão desvinculados da mediação da informação pois envolvem muitas reflexões sobre os resultados que serão alcançados pelos usuários no uso das informações ali tratadas. Ambientes com informações organizadas e disponíveis *online* contribuem para que os usuários cada vez mais se tornem autônomos nas suas buscas e pesquisas.

O que se pretende ressaltar aqui é que os profissionais bibliotecários não devem permitir que as preocupações com os processos técnicos do fazer biblioteconômico e a busca por *softwares* e altas tecnologias se sobreponham às outras funções de cunho social e humanístico que a biblioteca pode exercer (SILVEIRA, 2008).

Corroborando o pensamento de Oliveira e Cranchi (2017:41) os bibliotecários precisam esforçar-se na busca por “um papel de relevo no processo formativo e de construção do conhecimento, valorizando assim os serviços prestados, seu desempenho, sua carreira, seu papel institucional, cidadão e humanitário”. Assim, cabe às bibliotecas contemporâneas buscar adotar políticas de gestão da informação, centradas na educação para a cidadania, de modo que possam gerar transformação nos usuários.

Essa não é uma tarefa fácil, mas sim uma questão complexa, tendo em vista as dificuldades que muitos bibliotecários enfrentam hoje principalmente com: falta de investimento em políticas públicas que valorizem a importância das bibliotecas na sociedade; falta de recursos materiais e de pessoal; escassez de verbas, entre outros. “Geralmente, a biblioteca é considerada apenas como um serviço de apoio ao ensino e à pesquisa, apresentando-se dissociada da comunidade à qual se liga” (DUDZIAK, 2003:33). Desse modo, a busca pela participação das bibliotecas brasileiras nos processos de ensino e aprendizagem é um caminho longo e árduo, porém urgente e os bibliotecários precisam unir forças para percorrê-lo.

Referências bibliográficas

AQUINO, Mirian de Albuquerque

2007 A Ciência da Informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 36:3 (set./dez. 2007). [Consult. 22 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n3/v36n3a02.pdf>.

ARAÚJO, Carlos Alberto de Ávila

2017 Biblioteconomia: fundamentos e desafios contemporâneos. *Folha de Rosto*. [Em linha]. 3:1 (jan./jun. 2017) 68-79. [Consult. 25 jan. 2019]. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/193>.

ARAÚJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana

2015 Evolução das fontes de informação. *Biblos: revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*. [Em linha]. 29:1 (2015). [Consult. 22 jan. 2019]. Disponível em <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5463>.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa

2015 Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os formatos Marc 21. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 20:1 (2015). [Consult. 18 ago. 2019]. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/2054/1582>

BARRETO, Ângela Maria

2005 Informação e conhecimento na era digital. *Revista do IBICT*. 1:1 (2005).

BEMBEM, Angela Halen Claro; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de

2014 Tempo do conhecimento interativo: reflexões sobre a inteligência coletiva e o pensamento complexo. *Em Questão: revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*. [Em linha]. 20:1 (jan./jun. 2014). [Consult. 22 jan. 2019]. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/36624>.

CASTELLS, Manuel

1999 *A Sociedade em rede*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, vol. 1.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana

2003 Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 32:1 (jan./abr. 2003). [Consult. 12 ago. 2019]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>.

FONTES, Gabriela Scroczyński; GOMES, Icléia Rodrigues Lima e

2013 Cibercidades: as tecnologias de comunicação e a reconfiguração de práticas sociais. *Informação & Informação*. [Em linha]. 18:2 (maio/ago. 2013) 60-76. [Consult. 22 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16161>.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria

2009 *Introdução à Ciência da Informação*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias

2012 *Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem*. Brasília: FCI, UnB, 2012.

KEEN, Andrew

2009 *O Culto do amador: como blogs, MySpace, Youtube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria

2015 Produção científica acerca do novo código de catalogação RDA: análise bibliométrica de 2010 a 2014. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*. [Em linha]. 13:2 (maio/ago. 2015) 298-311. [Consult. 11 ago. 2019]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2106/3387>.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira

2011 Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. *Informação e Sociedade: estudos*. [Em linha]. 21:1 (jan./abr. 2011) 27-35. [Consult. 11 ago. 2019]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/download/7367/5596>.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti

2009 *Catálogo no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

OKADA, Suzana Yuri; ORTEGA, Cristina Dotta

2009 Análise da recuperação da informação em catálogo online de biblioteca universitária. *Informação & Informação*. [Em linha]. 14:1 (jul./jun. 2009) 18-35. [Consult. 13 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1854>.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de; CRANCHI, Daniela Carvalho

2017 O Papel da biblioteca universitária como espaço de afiliação estudantil e o bibliotecário como educador e agente inclusivo. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 27:2 (2017). [Consult. 25 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32654>.

PARRA FILHO, Henrique Carlos Parra; MARTINS, Ricardo Augusto Poppi

2017 Governança digital como vetor para uma nova geração de tecnologias de participação social no Brasil. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 13:1 (maio 2017) 223-236. [Consult. 15 ago. 2019]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3895>.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula

2014 Em busca do significado da desinformação. *DataGramaZero: revista de Informação*. [Em linha]. 15:6 (dez. 2014). [Consult. 11 ago. 2019]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/51758>.

PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de

2008 As Novas tecnologias da informação e comunicação diante da transversalidade entre natureza e cultura. *Culturas Midiáticas*. [Em linha]. 1:1 (jul./dez. 2008). [Consult. 11 jan. 2019]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/cm/article/view/11630>.

QUÉAU, Philippe

1999 O Tempo do virtual. In *Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual*. Org. André Parente. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1999.

SANTA ANNA, Jorge

2015 A (r)evolução digital e os dilemas para a catalogação: os cibertecários em atuação. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*. [Em linha]. 13:2 (2015). [Consult. 15 ago. 2019]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8634632/3388>.

SANTOS, Jair F.

1998 *O Que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SERRA, Joaquim Paulo

1998 *A Informação como utopia*. Covilhã: Labcom Books, 1998.

SILVA, Helena [et al.]

2005 Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 34:1 (jan./abr. 2005) 28-36. [Consult. 13 ago. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>.

SILVA, L. C. N. [et al.]

2017 O Código RDA e a iniciativa BIBFRAME: tendências da representação da informação no domínio bibliográfico. *Em Questão: revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*. [Em linha]. 23:3 (set./dez. 2017) 130-156. [Consult. 15 ago. 2019]. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/69549>.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da

2008 O Bibliotecário como agente histórico: do "humanista" ao "moderno profissional da informação". *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 18:3 (2008) 83-94. [Consult. 13 ago. 2019]. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/download/1873/2275>.

TOMAÉL, Maria Inês [et al.]

2001 Avaliação de fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. *Informação & Sociedade: estudos*. 11:2 (2001) 13-35.

Luciana Dumer | ludumer2016@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Júlio Afonso Sá de Pinho Neto | sadepinhojulio@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque | ebaltar2007@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

OS ESTILOS DE FUNCIONAMENTO DA LIDERANÇA NAS COORDENAÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB), BRASIL

LEADERSHIP OPERATING STYLES IN THE COORDINATIONS OF THE PUBLIC ARCHIVES OF THE STATE OF BAHIA (APEB), BRAZIL

Samir Elias Kalil Lion | Zeny Duarte

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag13a16>

Resumo: Demonstra os resultados de uma tese acerca dos estilos de funcionamento da liderança nas Coordenações do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Para tanto, a coleta de dados se deu através da aplicação de 4 (quatro) questionários aos coordenadores das 5 (cinco) Coordenações do APEB e o tratamento dos dados foi feito em planilha *Excel*. Conclui-se, dentre outras, que os arquivistas-chefes podem reunir em suas equipes diversas habilidades complementares que proporcionem desempenhos que sejam superiores aos desempenhos individuais. Desta forma são compartilhadas informações, responsabilidades e a colaboração, que garantem a geração de confiança da equipe em seu líder. É necessário também que sejam desenvolvidos o autoconhecimento e a percepção do ambiente externo através do aprendizado contínuo, melhoria dos relacionamentos, da capacidade criativa e de inovação. Afinal a capacidade de condução de equipes auxilia na promoção da criatividade, ruptura do isolamento e incentivo ao trabalho multifuncional.

Palavras-chave: Arquivo – liderança; Arquivo – poder organizacional; Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Poder.

Abstract: It demonstrates the results of a thesis on leadership styles in the Coordinations of the Public Archives of the State of Bahia (APEB). For this purpose, data collection took place through the application of 4 (four) questionnaires to the coordinators of the 5 (five) APEB Coordinations and the treatment of the data was done in an Excel spreadsheet. It is concluded, among others, that the chief archivists can gather in their teams several complementary skills that provide performances that are superior to individual performances. In this way, information, responsibilities and collaboration are shared, which guarantee the team's confidence in its leader. It is also necessary to develop self-knowledge and perception of the external environment through continuous learning, improving relationships, creative capacity and innovation. After all, the ability to lead teams helps to promote creativity, break the isolation and encourage multifunctional work.

Keywords: Archives – leadership; Archives – organizational power; Public Archives of the State of Bahia (APEB); Power.

1. Contextualização do trabalho

Neste artigo estão presentes os resultados acerca dos estilos de funcionamento da liderança nas Coordenações do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Brasil.

Tais resultados constam da tese de Lion (2015), cujo objetivo geral foi o de analisar o poder organizacional em unidades de informação sob a perspectiva política da administração. Os estilos de liderança exercidos nas equipes de trabalho corroboram a importância de políticas e estudos voltados para os Recursos Humanos que laboram em unidades de informação e são bastante importantes e incipientes nos estudos organizacionais na área da Ciência da Informação. Um dos estudos que levou à decisão de pesquisar na tese em tela a perspectiva política da administração em unidades de informação, que tem relação direta com o poder organizacional, foi o de Lion (2010). O autor encontrou fragilidades em relação

ao ser humano, principalmente nas interações verticais e horizontais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia – SIBI/UFBA (que dizem respeito à estrutura de poder, que é o poder centrado na autoridade do cargo). A Bahia é um dos Estados Federados que compõem o Brasil.

Isso se faz presente na temática do EDICIC 2019. Apesar de o evento estar centrado em **Dados abertos e inclusão digital na era do *Big Data***, o mesmo exorta a necessidade de “questionar o papel dos profissionais da informação e documentação relativamente à inclusão digital, em sentido amplo. O conhecimento rigoroso deste novo cenário, a geração de pensamento crítico a esse respeito e a sua tradução para formas de intervenção profissional nas unidades de informação são aspetos de grande atualidade, primazia e pertinência. [...] e, ao mesmo tempo, refletir sobre qual será o papel do profissional da informação”.

Tais questões (o papel dos profissionais da informação e documentação, a geração de pensamento crítico, a intervenção profissional nas unidades de informação) afetam a gestão de pessoas em unidades de informação, principalmente as bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação, entre outras, que se constituem em organismos públicos e necessitam desenvolver as variáveis que influenciam o comportamento de liderança em seus profissionais da informação, movendo-os para um trabalho inovador. Demonstrar resultados sobre isso foi a nossa proposta de contribuição para o EDICIC.

Anteriormente, na perspectiva de Lion (2010), foi investigada a eficiência estratégica do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia – SIBI/UFBA, a partir da percepção dos seus servidores, coletando dados junto a uma amostra de 34 (trinta e quatro) bibliotecários-chefes do SIBI/UFBA. Ali foram descritas seis perspectivas da Ciência da Administração para a análise organizacional (Perspectiva Estratégica, Perspectiva Estrutural, Perspectiva Tecnológica, Perspectiva Humana, Perspectiva Cultural e Perspectiva Política). Destas, conseguiu-se, ao longo da dissertação, desenvolver apenas a perspectiva estratégica (aplicada ao SIBI/UFBA), de modo que restaram como lacunas as demais perspectivas que careceriam de serem pesquisadas em unidades de informação.

A pesquisa identificou sinais de precariedade das relações humanas no que tange às interações verticais e horizontais, atinentes a atitude de aliar estrategicamente, que significa cooptar os diversos saberes dispersos nos setores da biblioteca ou nas bibliotecas do SIBI/UFBA para obter cooperação. O outro significado de aliar estrategicamente, dentro da perspectiva estratégica, refere-se à construção de parcerias múltiplas entre os setores da biblioteca e nas bibliotecas do SIBI/UFBA para obter cooperação construindo parcerias e compartilhando experiências exitosas: e aqui a pesquisa também encontrou certa precariedade nas relações humanas.

Tais achados justificaram a tese, cujos resultados parciais são trazidos para o presente artigo, principalmente por corroborarem com a importância das políticas e dos estudos voltados para os Recursos Humanos que laboram em unidades de informação, algo bastante importante nos estudos organizacionais na área da Ciência da Informação.

Destaque-se que em decorrência das fragilidades em relação ao ser humano, encontradas na pesquisa de Lion, principalmente nas interações verticais e horizontais (que dizem respeito à estrutura de poder, que é o poder centrado na autoridade do cargo), decidiu-se pesquisar na tese a perspectiva política da administração em unidades de informação, que

tem relação direta com o poder organizacional. O objetivo geral, então, foi o de analisar o poder organizacional em Unidades de Informação sob a perspectiva política da Administração. Isso porque os fatores constituintes do poder organizacional, (voltados para questões de liderança, poder da estrutura/cargo/autoridade, conflitos/retaliação e comunicação/informação entre membros das equipes de trabalho), nas unidades de informação podem orbitar entre a chefia e a liderança. Se centrado no cargo, indica o poder exercido através do exercício da autoridade, se distribuído pelos membros das equipes de trabalho, indica a utilização dos princípios de liderança. Ou seja, se buscarmos respostas voltadas para as questões de liderança, poder da estrutura/cargo/autoridade, conflitos e retaliação e comunicação/informação entre membros das equipes de trabalho, com efeito, construir-se-á uma análise do poder organizacional em unidades de informação sob a perspectiva política da administração.

2. Objetivo

O objetivo deste artigo é demonstrar os resultados de uma tese acerca dos estilos de funcionamento da liderança nas Coordenações do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Brasil.

3. Metodologia

Os elementos para a análise do poder organizacional em unidades de informação estão: na Liderança (estilos de funcionamento da liderança organizacional); na Estrutura de Poder (poder centrado na autoridade do cargo); nos Conflitos de Poder (retaliação pelo não acesso ao poder); e na dependência de tarefas e resultados, que está na comunicação e informação entre os membros das equipes de trabalho, no sentido de haver uma alta ou baixa interrelação (dependência) de tarefas e resultados entre seus membros.

Para falar sobre liderança, utilizou-se principalmente Motta P. (2001, 2007), além de Bryman (2004), para revisar as teorias de liderança e Paz e Mendes (2008), autores da escala de estilos de funcionamento organizacional (EEFO), usada na tese para mensurar a liderança em unidades de informação e identificar os estilos de funcionamento de liderança organizacional. Os seguintes autores da área da Ciência da Informação foram utilizados: Barbalho e Rozados (2008), Silva (2009), Lira e Jovanovich (2004), Giordani *et al.* (2009), Robbins (2002), Rocha *et al.* (2009), Sousa e Espirito Santo (2010), Assis e Maia (2014), Lima (2012), Woida e Valentim (2006), Ramos (1996).

Aqueles que assumem posições de líderes em arquivos, bibliotecas e museus podem ser considerados como chefes. Mas a tese em tela não avaliou somente os líderes, mas sim, através da fala destes, a equipe (líderes e liderados), pois a Escala de Estilos de Funcionamento Organizacional (EEFO) permite identificar os estilos de funcionamento coletivamente aceitos na estrutura hierárquica (coordenações, superintendências, gerências, chefias etc) e daí construir uma análise dos seus estilos de liderança (e não dos estilos dos líderes). Isso porque o funcionamento organizacional supõe formas coletivas de pensar, agir e sentir a organização, presentes nas equipes de trabalho. Se os arquivos abrem suas portas todos os dias é porque os chefes emitem ordens que são aceitas pelos subordinados dentro de uma negociação constante que indica um exercício contínuo de

distribuição do poder centrado no cargo. Na tese, trabalhou-se com a perspectiva de que a liderança se constitui em um processo social que usa os recursos dos liderados e não somente a centralização dos recursos de poder, que originalmente está na autoridade do cargo, ou em atitudes dos chefes para forçar a obediência dos seus subordinados.

Isso se fundamenta nos teóricos da Análise do Discurso, que apregoam que para a fala de um indivíduo o discurso do grupo e o seu próprio discurso estão presentes. Diz-se “seu próprio discurso” não no sentido de ter sido construído fora de um contexto histórico e interacional, independente das condições de sua produção e das determinações históricas e sociais de sua formação, mas no sentido da forma original pela qual esse discurso mais amplo foi assimilado e organizado pelo indivíduo. Tais condições imediatas (onde se diz, de onde se diz e para quem se diz) definem o que pode, o que deve e como pode ser dito pelo indivíduo, dizeres estes que são limitados pelo tempo e espaço social (momento e situação) a que o sujeito pertence, o que o leva a ser identificado como pertencente a um determinado grupo. Assim, baseado em semelhanças do discurso/enunciado (fala) do indivíduo (arquivista-chefe, bibliotecário-chefe, museólogo-chefe, chefe de atendimento, chefe do arquivo circulante ou protocolo, chefe do serviço de referência, curador etc) é possível indicar, na perspectiva social (poder na perspectiva da cultura organizacional), o discurso do grupo (equipes de trabalho), bem como a formação social à qual pertence o sujeito (estilos de funcionamento coletivamente aceitos). (FONTANELLA *et al.*, 2008).

Portanto, a amostra foi constituída pelos 4 (quatro) coordenadores das 5 (cinco) Coordenações do APEB. E o critério de escolha da amostra da tese foi não-probabilístico e fundamentada no seguinte: os arquivistas-chefe, ou equivalentes, cotidianamente vivenciam as problemáticas ligadas ao poder organizacional (liderança, autoridade do cargo, conflitos e comunicação nas equipes). Então, a coleta de dados se deu através da aplicação de questionários e o tratamento dos dados foi feito em planilha Excel.

4. Apresentação de resultados

4.1. Resultados do poder organizacional pautado na liderança através dos estilos de funcionamento organizacional do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

Aqueles que assumem posições de líderes em arquivos, ou unidades arquivísticas, podem ser considerados como arquivistas-chefe. Mas reforça-se que os dados a seguir não avaliam somente estes líderes, mas sim, através da fala destes, a equipe (líderes e liderados), pois a Escala de Estilos de Funcionamento Organizacional (EEFO) permite identificar os estilos de funcionamento coletivamente aceitos nas Coordenações do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB e daí construir uma análise dos seus estilos de liderança (e não dos estilos dos líderes). O funcionamento organizacional supõe formas coletivas de pensar, agir e sentir a organização, presentes nas equipes de trabalho; a prova disso é a própria existência da APEB, que, se abre suas portas todos os dias, é porque os chefes emitem ordens que são aceitas pelos subordinados dentro de uma negociação constante que indica um exercício contínuo de distribuição do poder centrado no cargo. Ou seja, nesta tese, trabalha-se com a perspectiva de que a **liderança** se constitui em um processo social que usa os recursos dos liderados e não somente a centralização dos recursos de poder, que originalmente está

na autoridade do cargo (Coordenadores da APEB), ou em atitudes dos chefes para forçar a obediência dos seus subordinados.

Tabela 1 – Distribuição percentual das afirmativas da Escala de Estilo de Funcionamento Organizacional (EEFO) para mensurar a lideranças coordenações do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

AFIRMATIVAS	Discordo totalmente		Discordo parcialmente		Não tenho opinião formada/Não sei		Concordo parcialmente		Concordo totalmente		Total	
	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%	Resp.	%
1. Aqui há o reconhecimento de que a organização é importante para o sucesso profissional das pessoas.	0	0%	1	25%	2	50%	0	0%	1	25%	4	100%
2. Esta organização é intolerante com o individualismo.	0	0%	2	50%	2	50%	0	0%	0	0%	4	100%
3. Os chefes daqui são os deuses a que se deve idolatrar.	0	0%	2	50%	2	50%	0	0%	0	0%	4	100%
4. Esta organização busca sempre novos desafios.	0	0%	1	25%	2	50%	1	25%	0	0%	4	100%
5. Nesta organização o lema é "a repetição leva a perfeição".	2	50%	0	0%	2	50%	0	0%	0	0%	4	100%
6. Aqui as pessoas têm compromisso e lealdade com a organização, mesmo que recebam pouco retorno.	0	0%	0	0%	3	75%	0	0%	1	25%	4	100%
7. Nesta organização as pessoas se consideram o centro do mundo.	1	25%	1	25%	2	50%	0	0%	0	0%	4	100%
8. Sem regras não há vida nesta organização.	1	25%	0	0%	3	75%	0	0%	0	0%	4	100%
9. Esta organização favorece o trabalho interativo de profissionais de diferentes áreas.	0	0%	1	25%	2	50%	1	25%	0	0%	4	100%
10. Nesta organização o mérito é de todos.	0	0%	1	25%	2	50%	1	25%	0	0%	4	100%
11. O lema desta organização é "cada macaco no seu galho".	1	25%	1	25%	2	50%	0	0%	0	0%	4	100%
12. A hierarquia é acentuada nesta organização.	0	0%	0	0%	4	100%	0	0%	0	0%	4	100%
13. As relações de reciprocidade entre as pessoas e a organização são muito valorizadas.	0	0%	1	25%	2	50%	1	25%	0	0%	4	100%
14. O lema desta organização é "um por todos e todos por um".	0	0%	0	0%	3	75%	1	25%	0	0%	4	100%

15. As pessoas desta organização fazem qualquer coisa para chamar a atenção.	1	25%	1	25%	2	50%	0	0%	0	0%	4	100%
16. Os laços afetivos são fracos entre as pessoas desta organização.	0	0%	0	0%	3	75%	0	0%	1	25%	4	100%
17. O sistema de controle prevalece nesta organização.	1	25%	0	0%	3	75%	0	0%	0	0%	4	100%
18. Nesta organização a competência é super valorizada.	0	0%	1	25%	2	50%	1	25%	0	0%	4	100%
19. Esta organização valoriza o trabalho coletivo.	0	0%	1	25%	2	50%	1	25%	0	0%	4	100%
20. Aqui as pessoas preferem trabalhar individualmente.	1	25%	1	25%	2	50%	0	0%	0	0%	4	100%
21. Aqui as oportunidades de ascensão são semelhantes para todas as pessoas.	0	0%	1	25%	2	50%	1	25%	0	0%	4	100%
22. Esta organização dá pouca atenção aos problemas pessoais de seus membros.	0	0%	1	25%	3	75%	0	0%	0	0%	4	100%
23. Para esta organização o resultado do trabalho é visto como uma realização do grupo.	0	0%	0	0%	3	75%	1	25%	0	0%	4	100%
24. Manter relacionamentos com os chefes é um dos prazeres das pessoas desta organização.	1	25%	1	25%	2	50%	0	0%	0	0%	4	100%
25. Aqui as mudanças desorganizam o ambiente de trabalho.	2	50%	0	0%	2	50%	0	0%	0	0%	4	100%
26. O bem-estar das pessoas é um valor desta organização.	0	0%	1	25%	2	50%	1	25%	0	0%	4	100%
27. Aqui se o grupo decidiu está decidido.	0	0%	0	0%	4	100%	0	0%	0	0%	4	100%
28. As pessoas desta organização se consideram insubstituíveis.	1	25%	0	0%	3	75%	0	0%	0	0%	4	100%
29. Nesta organização as ações são rigorosamente planejadas.	0	0%	0	0%	4	100%	0	0%	0	0%	4	100%
30. Esta organização gosta de inovação.	0	0%	1	25%	2	50%	1	25%	0	0%	4	100%
TOTAL	12	10%	20	17%	74	62%	11	9%	3	3%	120	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nas coordenações do Arquivo Público do Estado da Bahia, parece que as pessoas têm pouco compromisso e lealdade com a organização, mesmo recebendo retorno, pois apenas 25% dos respondentes concordam totalmente com isso. Nas coordenações do APEB parece que o tolerância ao individualismo é acentuada porque o nível de concordância quanto à intolerância ao individualismo foi de 0% e isso é reforçado com uma discordância de 50%

dos respondentes, ou seja, 50% discordam, mesmo que parcialmente, que este arquivo adote uma postura de intolerância para com o individualismo. Reforçando a questão do individualismo, 25% dos respondentes concordam parcialmente quanto ao lema dominante ser "um por todos e todos por um". Existem fracos indícios de que as coordenações do APEB valorizam o trabalho coletivo, pois apenas 25% concordam com isso, mesmo assim parcialmente. No APEB parece que o grupo das coordenações não prefere tomar as decisões coletivamente, pois a zona de concordância para com a afirmativa "Aqui se o grupo decidiu está decidido" é de 0%, além de todos os respondentes não terem emitido opinião (100% para a resposta 'Não tenho opinião formada/Não sei'). Isso é reforçado pelos dados da afirmativa "Nesta organização o mérito é de todos", pois, apesar de haver algum nível de concordância (25% dos respondentes concordam parcialmente), 50% não opinaram e 25% discordam quanto às coordenações do APEB reconhecer que o mérito é de todos, ou seja, parece que o mérito não é repartido por todos. O resultado do trabalho é visto com parcialidade como sendo uma realização do grupo, pois os respondentes se posicionaram mais em não opinar (75%) do que em concordar (25%), mesmo assim é uma concordância parcial.

Para os respondentes do APEB, ali pouco se cultiva o trabalho interativo de profissionais de diferentes áreas, o que foi apontado por 25% destes. As relações de reciprocidade entre as pessoas e o APEB são pouco valorizadas, pois os apenas 25% respondentes se posicionaram em concordância com isso, mesmo assim de forma parcial. Esta unidade de informação arquivística, em suas coordenações, valoriza pouco a competência, pois a zona de concordância é baixa (25% concordam parcialmente) e isso é reforçado pelos outros respondentes que ou discordaram (25% discordaram parcialmente) ou não opinaram (50%).

Há um baixo reconhecimento nas coordenações do APEB de que esta organização é importante para o sucesso profissional das pessoas, pois o nível de concordância quanto a isso foi de 25% dos pesquisados, mesmo assim parcialmente. Há fracos indícios de que todas as pessoas têm as mesmas oportunidades de ascensão nas coordenações do APEB (25% de concordância parcial, 50% não opinaram e 25% de discordância parcial), pois elas são pouco estimuladas a buscar novos desafios (25% de concordância parcial, 50% não opinaram e 25% de discordância parcial) e, na visão dos respondentes, nas coordenações do APEB pouco se gosta de inovação (também com 25% de concordância parcial, 50% não opinaram e 25% de discordância parcial). O bem-estar das pessoas foi apontado por apenas 25% dos respondentes como sendo um valor das coordenações do APEB, mesmo assim, deve-se ressaltar que 50% deles não opinaram e 25% discordam parcialmente, ou seja, ali se valoriza pouco o bem-estar das pessoas.

Em relação à rigurosidade do planejamento, 100% dos respondentes não opinaram/não sabem, ou seja, tais dados sinalizam dois pontos: não haver um rigor no planejamento das ações das coordenações no APEB; ou tal planejamento das ações não ter a participação dos respondentes ou até mesmo não existir. O sistema de controle parece não prevalecer nas coordenações desta unidade de informação arquivística, pois, além de 25% dos respondentes discordarem totalmente quanto a isso, 75% não opinaram/não sabem e isso pode significar que tais sistemas ou não existem ou são pouco divulgados e cumpridos. Os dados para a afirmativa "a hierarquia é acentuada nesta organização" tiveram 100% de respondentes que não opinaram/não sabem, como é fato que as coordenações do APEB têm hierarquia, isso indica que ou a hierarquia não é acentuada ou não é efetivamente utilizada por quem detém o comando. Parece que nas coordenações do APEB se dá pouca

atenção aos problemas pessoais de seus membros porque, além de haver discordâncias (25% discordam parcialmente), 75% dos respondentes não opinaram. O lema "a repetição leva a perfeição" parece não ser dominante nas coordenações do APEB, pois mesmo que 50% dos respondentes tenham discordado totalmente, outros 50% não opinaram. Em acréscimo, a investigação revela fracos indícios de que as pessoas valorizam regras a ponto de não trabalharem sem a existência dessas regras (25% discordam totalmente e 75% não opinaram). Apesar de 25% dos respondentes admitirem que os laços afetivos são fracos nas coordenações do APEB, outros 75% não opinaram/não sabem, o que pode indicar que as pessoas acham normal a existência de fracos laços afetivos no ambiente de trabalho, ou as coordenações não contam com políticas que estimulem isso. Nas coordenações do arquivo pesquisado as mudanças pouco desorganizam o ambiente de trabalho, pois 50% discordam totalmente quanto a isso, o que é reforçado por outros 50% que não opinaram.

No caso das coordenações do Arquivo Público do Estado da Bahia, seus chefes não se consideram como deuses a quem se deve idolatrar, pois 50% discordam quanto a isso, mesmo que parcialmente. Ali, as pessoas parecem não apresentar atitudes de se considerarem o centro do mundo, pois 50% constituem a zona de discordância (sendo 25% de discordância parcial e outros 25% de discordância total), reforçado pelos 50% que não opinaram. Essa possibilidade de uma fraca existência de atitudes de centralidade das pessoas que trabalham nas coordenações do APEB é reforçada pela distribuição dos percentuais em relação ao lema dominante ser "cada macaco no seu galho", com uma potencial discordância de 50% (25% de discordância parcial e 25% de discordância total) e mais os que não opinaram (50%). A investigação ou análise das coordenações desta unidade de informação não encontrou indícios de que as pessoas fazem qualquer coisa para chamar a atenção, pois 25% discordam totalmente, 25% discordam parcialmente e 50% não opinaram. As pessoas parecem não preferir trabalhar individualmente porque isso foi apontado por 50% dos respondentes que discordam (25% discordam parcialmente e 25% discordam totalmente). Ali parece que o prazer em manter relacionamentos com os chefes é pouco praticado, pois a zona de discordância foi de 50% (somando-se 25% que discordam totalmente com 25% que discordam parcialmente), e parece haver uma tendência, mesmo pequena, de as pessoas se considerarem insubstituíveis, pois apenas 25% discordam totalmente quanto a isso.

4.2. Discussão dos resultados

A liderança, como construto coletivo, permite que os membros das equipes de trabalho do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) assumam mais responsabilidades, estabelecendo e aceitando metas de crescimento organizacional, além do próprio desenvolvimento profissional.

As pesquisas sobre liderança na área da Ciência da Informação apontam para a autonomia que é gerada a partir dos estilos de funcionamento organizacional pautados sobre os princípios da liderança. Uma vez adotada, a liderança pode promover aperfeiçoamentos nas diretrizes de tomada de decisão, tanto estratégicas quanto operacionais nas coordenações do APEB. Equivale a dizer que, segundo Lima (2012), este processo de autonomia irá proporcionar a redução da dependência da hierarquia, gerando maior integração de esforços individuais e de equipe. Vale para o APEB o que foi dito por Barbalho e Rozados (2008), que o desenvolvimento de novas competências é importante tanto para o profissional da informação quanto para o mercado de trabalho e para as instituições de ensino ligadas à área de Ciência da Informação.

Silva ressaltou, em 2009, que na literatura existem poucos trabalhos que abordam a liderança no âmbito das unidades de informação e esta tese se deparou com o mesmo problema. Diz a autora que uma das primeiras pesquisas foi a de Corte, em 1988, e que na época da pesquisa de Corte, os bibliotecários apresentavam características mais voltadas para o líder autoritário, porém já se percebia o desenvolvendo do trabalho em equipe, deixando uma postura autoritária, através da participação dos membros da equipe na tomada de decisão, em direção a um comportamento como o democrático ou liberal. Portanto, a partir de Silva é possível perceber algo de extrema relevância: com o passar dos anos, a tendência ao autoritarismo vem perdendo força entre os gestores de arquivos e bibliotecas, que exercem função de liderança. Provavelmente esse processo deve ter ocorrido no APEB, mas isso não foi investigado por esta pesquisa.

A pesquisa de Lira e Jovanovich (2004) investigou o estilo de liderança dos bibliotecários sob a ótica dos subordinados e na auto-avaliação dos líderes, confirmando as percepções de Silva (2009). Os autores concluem que: a) para os subordinados o estilo de liderança que predomina nas chefias é o estilo democrático; e b) na auto-avaliação dos chefes (líderes), estes acreditam estar liderando de maneira democrática.

As pesquisas de Corte (1998) e de Lira e Jovanovich (2004) ressaltam a importância da atuação do profissional da informação como líder tanto para o APEB quanto para qualquer outro tipo de unidade de informação. Segundo Silva (2009), pode-se dizer que nesse período [1998-2004], este profissional foi mudando o seu perfil e a forma de liderar, considerando maior participação da equipe, delegando tarefas e interagindo com o grupo, revelando, assim, uma maior tendência ao estilo democrático.

Consideramos a pesquisa de Silva pioneira ao utilizar o modelo de Kurt Lewin (dissertação intitulada *O Estilo de liderança dos bibliotecários de Brasília*) para identificar o estilo de liderança dos bibliotecários de Brasília que ocupam a posição de líder em suas unidades de informação, à luz da “Teoria dos Estilos de Liderança”, que classifica esses estilos em autoritário, democrático e liberal. Fica a sugestão de aplicar tal pesquisa no APEB, mesmo assim, não é demasiado indicar que seus arquivistas-chefe, ou equivalente, modifiquem suas formas de liderar para permitir maior participação da equipe, delegando tarefas e interagindo com seus liderados de maneira democrática.

Robbins (2002) e Rocha e outros (2009) enquadram os estudos de Kurt Lewin como pertencentes à teoria do estilo de liderança. A teoria ou **abordagem do estilo** busca determinar os estilos de liderança que determinados líderes empreendem nas equipes de trabalho, levando em conta as singularidades no comportamento destes. Segundo Bryman (2004), a ênfase nos estilos de liderança, a partir dos anos de 1940, sinalizou uma mudança de foco em relação à abordagem do traço pessoal, ou seja, o foco passou a ser o comportamento de liderança. Estes autores ensinam que, baseado nas conclusões de Lewin, nas equipes de trabalho do APEB, onde seja aplicada a liderança autocrática, a produtividade tende a ser alta, mas o comportamento dos liderados tende a ser agressivo e apático, o que enseja problemas de relacionamento entre os membros das equipes de trabalho. Nas equipes onde seja aplicada a liderança democrática, a produtividade não tende a ser tão alta, mas há mais qualidade nos produtos e serviços, pois o comportamento amigável entre os membros das equipes de trabalho e líder enseja maior comprometimento e cooperação. O APEB deve atentar para as equipes onde exista a liderança liberal, pois aí a produtividade tende a ser baixa e há insatisfação entre os membros das equipes de trabalho.

A **liderança comportamental**, ou abordagem do estilo, da qual o modelo de Kurt Lewin faz parte, foi referenciada nesta tese pelo estilo de funcionamento afiliativo. No caso do Arquivo Público do Estado da Bahia, parece que as pessoas têm pouco compromisso e lealdade com a organização e parece que a tolerância ao individualismo é acentuada. O APEB valoriza pouco o trabalho coletivo e parece que o grupo não prefere tomar as decisões coletivamente, bem como parece que o mérito não é repartido por todos. O resultado do trabalho é visto com parcialidade como sendo uma realização do grupo.

Isso demonstra que no APEB o poder da liderança é relativamente exercido contrastando estilos de liderança entre o foco na consideração e o foco na iniciativa de estruturar, não fortemente pautados em construtos coletivos como consideração pelos subordinados e definição clara do que fazer.

A capacidade de liderança, segundo Giordani *et al.*, é a singularidade que permite ao APEB se tornar eficiente no trabalho com a informação e no atendimento as necessidades informacionais dos seus usuários. E o APEB deve tornar isso claro para os membros das equipes de trabalho, ou seja, quais resultados e responsabilidades de lideranças são esperados, qual tomada de decisão está em conformidade com o planejado, sem ser contraditória ao resultado da realização pessoal. Este processo tem fortes raízes no treinamento continuado e na educação organizacional onde arquivos assumem o papel de escolas vivas de liderança através não só de processos formais de educação (programas de treinamento e desenvolvimento), mas também através de exemplos aprendidos a partir dos líderes ocupantes da estrutura formal e dos problemas cotidianos. Para que isso ocorra são de relevante importância a criação de cooperação e o compartilhamento de experiências exitosas que todos os arquivos possuem estocadas naquilo que se chama cultura organizacional, o que inclui as informações advindas dos modelos de avaliação funcional que adotam, do mercado, dos clientes, concorrentes, equipes de trabalho, entre outros.

A pesquisa de Giordani *et al.* (2009) sinaliza para o APEB que investimentos em desenvolvimento de competências de liderança têm sempre retornos positivos. Os autores afirmam que sua pesquisa demonstrou uma forte correlação positiva entre liderança e desempenho laboral, ou seja: no grupo com habilidades de liderança e desempenho no trabalho superiores, há uma relação direta entre liderança e desempenho; no grupo com habilidades de liderança elevadas e desempenho no trabalho bom, há também uma relação direta entre liderança e desempenho para o trabalho; e no grupo com habilidades de liderança normais e desempenho no trabalho inferior, mantém-se, ainda assim, uma relação direta entre esses dois fatores. Isto é, os princípios de liderança podem auxiliar os arquivistas-chefe, ou equivalentes, a conduzirem o APEB na direção de um elevado desempenho organizacional.

Sousa e Espírito Santo (2010) afirmam que não há uma forma única de lidar com as pessoas, mas a liderança democrática é uma das formas mais corretas de liderá-las. Isso porque para exercer a liderança democrática é necessário ter habilidade e paciência para comandar seus liderados, cabendo ao líder ver e sentir a melhor maneira de tratar os colaboradores contemplando a melhor forma de abordá-los, identificando métodos que os motivem a exercer suas funções com satisfação e a alcançarem os objetivos organizacionais. E fazem referência a outra importante teoria de liderança: a Teoria dos Traços da Personalidade parte da ideia de que os indivíduos possuem traços de personalidade que podem ser definidos para identificar potenciais líderes. Vale lembrar que a teoria ou **abordagem do traço pessoal** busca determinar as qualidades pessoais e características

do líder, crendo que a capacidade de liderar é uma característica inata e não uma habilidade que pode ser aprendida ou desenvolvida. Segundo Bryman (2004), essa teoria se pauta na crença de que os traços pessoais dos líderes distinguem líderes mais efetivos dos menos efetivos.

A **liderança do traço pessoal**, ou abordagem do traço, foi referenciada nesta tese pelo estilo de funcionamento individualista. No caso do Arquivo Público do Estado da Bahia, seus chefes não se consideram como deuses a quem se deve idolatrar, as pessoas parecem não apresentar atitudes de se considerarem o centro do mundo. Essa possibilidade de uma fraca existência de atitudes de centralidade das pessoas que trabalham no APEB é reforçada pela não dominância do lema "cada macaco no seu galho". A investigação ou análise desta unidade de informação não encontrou indícios de que as pessoas fazem qualquer coisa para chamar a atenção e as pessoas parecem não preferir trabalhar individualmente. No APEB parece que o prazer em manter relacionamentos com os chefes é pouco praticado e parece haver uma tendência, mesmo pequena, de as pessoas se considerarem insubstituíveis.

Isso demonstra que, quase inexistente no APEB, o poder da liderança é relativamente exercido pela vontade do líder sobre os liderados ou grupo de trabalho, não fortemente pautados em construtos coletivos de um poder natural ou articulação política para as ideias de uma pessoa, ou um grupo, prevalecer no processo decisório.

Uma pessoa, ou pessoas, que se articula política ou coercitivamente para que suas ideias prevaleçam no processo decisório, estará bastante próximo de exercer uma liderança autocrática. Seguindo o que foi exposto por Sousa e Espírito Santo (2010), a liderança autoritária, ou um líder com traços pessoais de onipotência, não é benéfica para o APEB porque gera desconforto para os membros das equipes de trabalho, com desmotivação, falta de compromisso e o não cumprimento das obrigações laborais, com isso, as possibilidades de retaliações, conflitos, e indisciplina são constantes por não haver um bom relacionamento entre o líder e subordinados.

Se a liderança inata da abordagem do traço pessoal recair sobre um arquivista-chefe que, no APEB, adote posturas democráticas, então este líder será respeitado pelos seus subordinados, admirado e um exemplo de eficiência e boa conduta frente aos liderados. Ao contrário, se esse traço pessoal recair sobre um gestor com características centralizadoras, então este líder será apenas respeitado externamente, adotando posturas como: deixar transparente seus conhecimentos técnicos e habilidades, demonstrando exibicionismo, ciúmes ou antipatias frente a sua equipe. Os traços pessoais podem ainda recair sobre líderes do APEB que adotem uma postura omissa e ausente, então este cometerá excessos, como por exemplo o excesso de liberdade dado aos colaboradores que são obedientes, ou acarretando intrigas e individualismo para deixar que a realidade crie vencedores e perdedores, algo extremamente danoso para as equipes de trabalho.

Crê-se ser a pesquisa de Assis e Maia (2014) relevante ao utilizar o modelo de Kurt Lewin (artigo intitulado *Análise do perfil de liderança do bibliotecário gestor na cidade de Goiânia - GO*), para identificar o estilo de liderança predominante entre os bibliotecários de Goiânia-Go que ocupam a função de gestores em suas unidades de informação. Pois confirma que o profissional da informação vem mudando a sua forma de liderar, que ele entende as técnicas arquivísticas e biblioteconômicas e atua como líder, com habilidades gerenciais, em sua equipe de trabalho.

Assis e Maia (2014) fazem referência a outra abordagem de liderança, a abordagem contingencial, onde o líder eficaz não tem um estilo fixo, embora possa ter um estilo determinante ou característico, sendo capaz de alterar os seus critérios de ação de acordo com as necessidades do ambiente e a maturidade dos seus subordinados. Retomando Bryman (2004), a teoria ou **abordagem contingencial**/situacional tem conexão com o abandono das visões, ou teorias, universalistas organizacionais que tiveram lugar nos anos de 1960 e à gradual visão relativista de estruturas de trabalho mais particularizadas, a partir de um foco mais contingencial/situacional. O modelo de liderança contingencial mais conhecido é o de Fiedler, lançado em 1967, revisto junto com Garcia em 1987, que também é alcunhado de Escala LCP – colega de trabalho menos preferido (*least preferred coworker*). Os próprios Assis e Maia, apesar de destacarem a teoria contingencial, utilizaram em sua pesquisa a teoria comportamental, baseada na teoria dos estilos de liderança de Kurt Lewin.

A **liderança contingencial**/situacional foi referenciada nesta tese pelo estilo de funcionamento empreendedor. No caso das coordenações do APEB, pouco se cultiva o trabalho interativo de profissionais de diferentes áreas, as relações de reciprocidade entre as pessoas e a organização são pouco valorizadas e estas coordenações valorizam pouco a competência. Há um baixo reconhecimento nas coordenações de que esta organização é importante para o sucesso profissional das pessoas e há fracos indícios de que todas as pessoas têm as mesmas oportunidades de ascensão, pois elas são pouco estimuladas a buscar novos desafios e nas coordenações do APEB pouco se gosta de inovação, bem comose valoriza pouco o bem-estar das pessoas.

Isso demonstra que no APEB, o poder da liderança é significativamente exercido entre a motivação pelo relacionamento ou pela tarefa, relevantemente pautado em construtos coletivos como orientação por tarefas e orientação por motivação.

Assis e Maia também fazem referência aos pressupostos da teoria transformacional da liderança que foram desenvolvidos na década de 1980, com ênfase na mudança como uma constante, cabendo ao líder ser um agente de mudanças, flexível para lidar com as incertezas, visionário, conhecedor das motivações dos liderados, fomentador de relações interpessoais de reciprocidade e agente de aprendizagem. A teoria da liderança transformacional está voltada para a visão, a comunicação, o carisma, os relacionamentos interpessoais entre líder e liderados e as necessidades dos subordinados. O líder, de acordo com essa teoria, mostra-se um agente de mudanças, capaz de correr riscos, atento à satisfação das necessidades das pessoas, guiado por valores centrais, voltado para o aprendizado contínuo, capaz de lidar com complexidades, ambiguidades e incertezas, direcionado para uma visão compartilhada. Vale lembrar que a liderança transformacional, junto com a liderança transacional, faz parte daquilo que Bryman chama de **abordagem da nova liderança** e advém da pesquisa de Burns (1978), mas foi Bass, em 1985 (revisada por ele e Avolio em 1990), que diferenciou claramente esses dois aspectos. Segundo Bryman, Burns via o transacional e o transformacional como opostos, a liderança tenderia a um ou a outro, ao passo que Bass os encarava como dimensões separadas que podem coexistir. Os próprios Assis e Maia, apesar de falarem sobre a teoria transformacional e transacional, utilizaram em sua pesquisa a teoria comportamental, baseada na teoria dos estilos de liderança de Kurt Lewin. E esta tese não abordou a liderança transformacional, mas sim a liderança transacional.

A **liderança transacional**, ou abordagem da nova liderança, foi referenciada nesta tese pelo estilo de funcionamento burocrático. No caso das coordenações do APEB, em relação à rigorosidade do planejamento: parece não haver um rigor no planejamento de suas ações, ou tal planejamento das ações não tem a participação dos respondentes ou até mesmo pode não existir. O sistema de controle parece não prevalecer nestas coordenações ou isso pode significar que tais sistemas ou não existem ou são pouco divulgados e cumpridos. Como é fato que as coordenações do APEB representam uma hierarquia, os dados para a afirmativa “a hierarquia é acentuada nesta organização” indica que ou a hierarquia não é acentuada ou não é efetivamente utilizada por quem detém o comando. Parece que nas coordenações do APEB se dá pouca atenção aos problemas pessoais de seus membros e existem fracos indícios de que as pessoas valorizam regras a ponto de não trabalharem sem a existência dessas regras. Ai parece que as pessoas acham normal a existência de fracos laços afetivos no ambiente de trabalho, ou talvez não conte com políticas que estimulem isso. Nestas coordenações as mudanças pouco desorganizam o ambiente de trabalho.

Isso demonstra que, apesar de quase inexistir nas coordenações do APEB, o poder da liderança é relativamente exercido de forma transacional, mas não fortemente pautado em construtos coletivos como recompensa, prestígio, dinheiro e obediência.

Lima (2012) alerta que, devido as mudanças apresentadas atualmente pelo mercado de trabalho, faz-se necessário o desenvolvimento de habilidades e competências gerenciais para o profissional da informação através do aprendizado e educação continuada, pois, normalmente, estas características são pouco difundidas em sua graduação. Se isso for realidade para o APEB, provavelmente os novos servidores ingressarão com lacunas em suas competências gerenciais, o que poderá repercutir negativamente quando estes assumirem alguma posição de liderança. A segunda percepção da autora aplicada ao APEB é que, considerando a liderança como competência essencial e por se tratar de um profissional que sempre atua em unidades de informação com o gerenciamento de equipes, o arquivista que investe no desenvolvimento desta competência se destaca ao prestar melhores serviços aos usuários. A última percepção diz respeito à importância da liderança como aperfeiçoamento da atuação das bibliotecas e arquivos, através do alinhamento com os objetivos do Governo do Estado da Bahia, no caso do APEB, e o compartilhamento de valores entre as suas coordenações.

Tudo isso deve ser levado em conta pelo APEB porque a competência-liderança se constitui em ferramenta para gerenciar unidades de informação e promover o desenvolvimento de equipes, pois os estilos de liderança eficazes são aqueles construídos coletivamente dentro da cultura organizacional que, segundo Woida e Valentim (2006), perfaz-se de elementos como valores, ritos, mitos, normas e interditos, crenças, histórias, heróis, estratégias, entre outros, bem como de processos como a liderança, a aprendizagem e a socialização. Nesse sentido, Ramos (1996) ressalta que os investimentos são essenciais à consolidação, aprimoramento e ao crescimento da unidade de informação, mediante o emprego de uma equipe mais capaz e bem treinada, acesso a novas e melhores fontes de informação e uso de equipamentos mais modernos e eficientes.

5. Considerações finais

As seguintes conclusões são extensivas às Coordenações do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB referentes à Teoria dos Estilos de Liderança que classifica esses estilos em autoritário, democrático e liberal:

a) Nos arquivos públicos, cujo ingresso é por concurso público, há uma maior presença de profissionais arquivistas. E isso provavelmente deve se repetir no APEB.

b) Apesar do estilo de liderança democrático ser dominante, os bibliotecários-chefes de Brasília mudam seu estilo de liderança de acordo com a situação, podendo ser democráticos, liberais ou autoritários se a situação assim exigir (SILVA, 2009). Esse estilo de liderança situacional também leva em consideração as características das equipes de trabalho, pois de acordo com desempenho nas tarefas dos membros das equipes e da relação destes com o líder, ele pode alternar seu estilo para uma maior ou menor rigidez. Isso provavelmente deve ocorrer no APEB, pois se trata de usar o bom senso no trato com as pessoas, sejam subordinados ou usuários.

c) A atitude dos membros das equipes de trabalho é de cooperação, colaboração, união e compartilhamento para o bom andamento do serviço. Isso, mesmo parcialmente, ocorre nas coordenações do APEB, pois ali as pessoas valorizam o trabalho coletivo.

d) O APEB, assim como ocorre em Brasília (SILVA, 2009), poderia utilizar a comunicação entre líder e liderados através de reuniões e encontros formais para manter contato com a equipe e assim transmitir ordens, comentar bons e maus resultados, motivá-los e orientá-los quanto às tarefas.

e) Segundo Silva (2009), quando a equipe das bibliotecas de Brasília obtém sucesso nas tarefas, a política de incentivos é aplicada pelos bibliotecários em forma de elogios proferidos pessoalmente em reuniões ou perante toda a equipe; quando ocorre o contrário, os líderes preferem conversar em particular com os membros das equipes para saber o que ocasionou o insucesso, confirmando a tendência ao estilo democrático de Kurt Lewin (1939). Essa política de incentivo poderia ser adotada pelo APEB.

Assis e Maia (2014) concluem adicionalmente alguns pontos que podem afetar a liderança do Arquivo Público do Estado da Bahia: a) talvez os líderes do APEB, assim como os bibliotecários de Goiânia, enfrentem diversos problemas e desafios que geram obstáculos no desempenho da liderança, como a falta de pessoal capacitado, de recursos financeiros, desmotivação, falta de comprometimento dos membros da equipe, de autonomia nas tomadas de decisões; b) talvez os arquivistas-chefe, ou equivalente, tenham dificuldades em manter uma aprendizagem continuada para o melhor desempenho como líderes, para melhor orientarem e reorientarem a equipe na execução das atividades propostas e para alcançarem as metas planejadas. Mesmo assim, ficam as seguintes sugestões de Assis e Maia para os líderes do APEB: a) os líderes devem ser agentes de mudanças, flexíveis para lidar com as incertezas, conhecedores das motivações dos liderados, fomentadores de relações interpessoais de reciprocidade e agentes de aprendizagem; b) devem ainda privilegiar a visão, a comunicação, o carisma, os relacionamentos interpessoais entre líder e liderados e as necessidades dos subordinados; e c) devem atentar para a satisfação das necessidades das pessoas, guiados por valores centrais, voltados para o aprendizado contínuo e visão compartilhada.

Para verificar a eficiência da liderança, o Arquivo Público do Estado da Bahia poderia fazer estudos iguais aos recomendados por Giordani et al. (2009). Os autores expressam que seria interessante estudar a diferença entre os resultados de investimentos em aprimorar o desempenho no trabalho de profissionais com boas habilidades de liderança e os resultados de investimentos em profissionais sem habilidades de liderança. Tanto no sentido do investimento gerando mais produtividade, quanto o investimento em programas de desenvolvimento profissional.

Por fim, os arquivistas-chefes ou equivalente do APEB, aqueles que exercem posições de líderes, podem reunir em suas equipes diversas habilidades complementares que proporcionem desempenhos que sejam superiores aos desempenhos individuais. Desta forma são compartilhadas informações, responsabilidades e a colaboração, que garantem a geração de confiança da equipe em seu líder. É necessário também que sejam desenvolvidos o autoconhecimento e a percepção do ambiente externo através do aprendizado contínuo, melhoria dos relacionamentos, da capacidade criativa e de inovação, afinal a capacidade de condução de equipes auxilia na promoção da criatividade, ruptura do isolamento e incentivo ao trabalho multifuncional. Só com o desenvolvimento dessas competências, que são eminentemente humanas e construídas coletivamente, os profissionais da informação do APEB serão reconhecidos pelo mercado, pelas instituições e equipes como capazes de assumir a postura de verdadeiros líderes. Tudo isso demonstra que o perfil de profissional isolado dentro de uma unidade de informação não é mais funcional nos dias atuais, a interação com os outros setores e a percepção do ambiente em que está inserido são comportamentos necessários e irão ampliar sua capacidade de trabalho em equipe e sua capacidade de ser agente de mudanças.

Referências bibliográficas

ASSIS, C. C.; MAIA, L. C. G.

2014 Análise do perfil de liderança do bibliotecário gestor na cidade de Goiânia - GO. *Informação & Informação*. [Em linha]. 19:1 (jan./abr. 2014) 185-205. [Consult. 5 mar. 2014]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/14817>.

BARBALHO, C. R. S.; ROZADOS, H. B. F.

2008 Competências do profissional bibliotecário brasileiro :o olhar do Sistema CFB/CRBs. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9º, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo : USP, 2008.

BRYMAN, A.

2004 Liderança nas organizações. In CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W.R. – *Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004, vol. 3, p.21-26.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURANO, E. R.

2008 Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*. 24:1 (jan. 2018) 17-27.

GIORDINI, E. M. [et al.]

2009 Perfil de liderança e desempenho profissional em empresa de TI. In ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10º, João Pessoa, 2009, São Paulo. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2009.

LIMA, A. M. P.

2012 A Importância da competência de liderança para o profissional bibliotecário. In SNBU - SEMINÁRIO NACIONAL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17^o, Gramado, 2012. *Anais...* Gramado: SNBU, 2012.

LION, S. E. K.

2010 *A Eficiência estratégica do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia*. 2010.
Dissertação de mestrado profissional – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração.

MOTTA, P. R.

2007 *Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar*. 6^a reimpressão. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2007.

MOTTA, P. R.

2001 *Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar*. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2001.

PAZ, M. G. T.; MENDES, A. M. B.

2008 Estilos de funcionamento organizacional. In SIQUEIRA, M. M. M. – *Medida do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 161-177.

RAMOS, P. A. B.

2003 A Gestão na organização de Unidades de Informação. *Ciência da Informação*. 9:1 (2003).

ROBBINS, S.

2002 *Comportamento organizacional*. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 2002.

ROCHA, E.; ROCHA, K.; DURAN, C.

2009 *Gestão de pessoas para concursos*. 2^a reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, vol. 2.

SILVA, J. C.

2010 *O Estilo de liderança dos bibliotecários de Brasília*. 2010.
Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação.

SOUSA, J. P. S; ESPIRITO SANTO, E.

2010 Uma Análise dos estilos de liderança organizacional. *Biblionline*. 6:1 (2010) 160-169.

WOIDA, L. M.; VALENTIM, M. L. P.

2006 Cultura informacional voltada ao processo de inteligência competitiva organizacional: a relação entre as pessoas, a informação, e as tecnologias de informação e comunicação. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7^o, Marília, 2006 – *Anais...* Marília: UNESP, 2006.

Samir Elias Kalil Lion | samireliaslion@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Zeny Duarte | Zeny.duarte@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil



Maria Teresa Pinto Mendes
(13/09/1931 – 16/01/2020)

No dia 17 de janeiro de 2020, chegou-me a notícia de que falecera a Dr^a Maria Teresa (foi sempre assim que a tratei) e nesse mesmo dia se realizava o funeral. Infelizmente, por razões profissionais, não pude deslocar-me a Taveiro para o último adeus àquela que foi a minha “mestra” quando me iniciei no mundo da Ciência da Informação e que desde os meus vinte anos – idade em que me matriculei no Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) – foi sempre uma referência incontornável na minha vida profissional e académica.

Este breve apontamento sobre a Dr^a Maria Teresa, de cunho muito pessoal, não pretende mais do que prestar uma singela homenagem a alguém que teve um papel fundamental na Biblioteconomia em Portugal e que as gerações mais novas praticamente desconhecem. Não fora o livrinho intitulado *Indexação por assuntos : princípios gerais e normas*¹, editado em 2002 pelo Gabinete de Estudos a&b, que é ainda hoje uma referência bibliográfica indispensável em qualquer unidade curricular sobre organização da informação, e os mais jovens licenciados e mestres em Ciência da Informação ignorariam a importância de Maria Teresa Pinto Mendes do ponto de vista profissional e científico.

Embora tenha ganho notoriedade pelo seu desempenho como bibliotecária da BGUC (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra), onde teve responsabilidades ao nível da gestão, a figura da Dr^a Maria Teresa é, sobretudo, relevante pela sua ação como docente no Curso de Bibliotecário-Arquivista (no qual foi contemporânea e, sobretudo, sucessora de

¹ O texto, em coautoria com Maria da Graça Simões (igualmente falecida, tão precocemente, em 2019) foi originalmente publicado em: *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. [1^a série]. 8 (2001) 7-74.

Jorge Peixoto) e no Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD), em cuja conceção teve um papel fundamental.

Fui aluna da Dr^a Maria Teresa nos anos de 1979-80 e 1980-81, ainda no velho Curso de Bibliotecário-Arquivista, criado em 1935, e desde as primeiras aulas que fiquei impressionada com a personalidade daquela que era a professora de indexação. Com uma formação filosófica sólida e dotada de um espírito lógico e racional, marcava indelevelmente os seus alunos desde as primeiras aulas, pelo seu saber, pela sua exigência, pelo seu espírito crítico, pela sua postura científica. Apesar de sempre pugnar convictamente pela valorização da carreira técnica dos profissionais da informação (bibliotecários, arquivistas, documentalistas), não deixava nunca de defender que, no lugar que ocupava (o de docente), era indispensável que houvesse professores de carreira, que aliassem o ensino à investigação como em qualquer outra área do conhecimento.

A sua postura rigorosa e a sua preocupação constante em dignificar a carreira académica numa área que sempre havia sido assumidamente técnica levavam-na a defender intransigentemente a contratação de docentes para o ensino universitário, o que infelizmente só se concretizou já na década de 80 do século XX, após a criação de CECD na FLUC, em 1983. Mas a convicção com que defendia a formação superior nesta área, com início na licenciatura e progressão até ao doutoramento, fez com que tivesse apoiado de forma empenhada a institucionalização do CECD na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), em 1985, prontificando-se a ajudar no momento inicial (foi docente na FLUP no ano letivo de 1985-86) até que fossem contratados assistentes de carreira para assegurar a lecionação. Este seu envolvimento no CECD da FLUP, para o qual me pediu colaboração no ano letivo seguinte, foi fundamental para fazer ver aos decisores da época a importância de recrutar docentes a tempo inteiro e foi igualmente determinante para a minha decisão de abandonar a profissão que já exercia como técnica de BAD e ingressar numa carreira académica que dava os primeiros passos em Portugal. Também isso devo ao estímulo da Dr^a Maria Teresa e sei bem como ficava orgulhosa por perceber que se estava abrir o caminho que sempre idealizara. Tivesse acontecido no tempo da sua juventude e, estou certa, teria sido ela a primeira a seguir a via da docência universitária em *full-time*.

Deixou-nos este ano, mas por certo que permanece na memória de todos (e são muitos) quantos foram seus alunos, como sempre acontece com aqueles professores que nos marcam para a vida.

Até sempre, Dr^a Maria Teresa!

Fernanda Ribeiro | fribeiro@letras.up.pt

Universidade do Porto – Faculdade de Letras / CITCEM